



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

AGNALDO CORRÊA DE SOUZA

**A COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS E INICIATIVAS LOCAIS PARA
CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SITUADO NA AMAZÔNIA**

**MANAUS
2020**

AGNALDO CORRÊA DE SOUZA

**A COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS E INICIATIVAS LOCAIS PARA
CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SITUADO NA AMAZÔNIA**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa II: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais, sob a orientação da Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas.

**MANAUS
2020**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729c Souza, Agnaldo Corrêa de
A compreensão das práticas e iniciativas locais para construção
do desenvolvimento situado na Amazônia / Agnaldo Corrêa de
Souza . 2020
237 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marilene Corrêa da Silva Freitas
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Hassan Zaoual. 2. Sítios Simbólicos. 3. Desenvolvimento
Situado. 4. Turismo. I. Freitas, Marilene Corrêa da Silva. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGNALDO CORRÊA DE SOUZA

**A COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS E INICIATIVAS LOCAIS PARA
CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SITUADO NA AMAZÔNIA**

Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Linha de Pesquisa II: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Manaus, 15 de janeiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas, Presidente.
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

Prof. Dr. Roberto dos Santos Bartholo Júnior, Membro.
(Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues, Membro.
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior, Membro.
(Universidade do Estado do Amazonas - UEA)

Profa. Dra. Francélia de Jesus Uchôa Paiva, Membro.
(Universidade Nilton Lins - UNINILTON)

Profa. Dra. Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto, Suplente.
(Universidade Nilton Lins - UNINILTON)

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro, Suplente.
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

AGRADECIMENTOS

Ao longo de minha trajetória de vida pessoal e acadêmica, encontrei conforto, ânimo, confiança e esperança, assim como preocupação, dor, perda, desânimo e momentos de desconforto. São momentos em situações que parecem uma bifurcação, fazer uma escolha em momentos bons ou difíceis leva a tomada de decisão, mas é preciso seguir o caminho escolhido. Do mesmo modo, o trabalho de pesquisa de um principiante nos cursos da educação básica ao mais avançado, como em uma pesquisa para o doutoramento, é sem dúvida vivida por muitos momentos de escolhas. Tudo isso não seria nada sem o apoio de familiares, as contribuições de amigos, colegas e professores, que caminham juntos para a sonhada entrega do trabalho acadêmico.

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia por dispor de um curso que tem a preocupação de formar especialistas e conhecimentos voltados para a realidade amazônica. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou por 42 meses este estudo. Agradeço imensamente à minha orientadora, a professora Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas; com sua experiência, trato e amor pela produção científica, assim como, o cuidado, a preocupação que teve, não apenas ao pesquisador de uma realidade social, como pelo ser humano vivo, dando sua contribuição intelectual. Ao professor Dr. Roberto dos Santos Bartholo Júnior, agradeço por apresentar a *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento* do economista marroquino Hassan Zaoual, da qual uso com maestria, sendo a base teórica para construção da tese apresentada neste texto.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, assim como por todos os dons recebidos todos esses anos e também por todas as conquistas alcançadas. Aos meus pais, Aguinaldo Barros de Souza e Valda Corrêa de Souza, pela vida e pela presença constante nos momentos bons e ruins, sempre deles eu recebo carinho, ajuda e o apoio para todos os desafios. A minha irmã Andréa Corrêa de Souza, por sua ajuda financeira em momentos difíceis. Aos colegas do doutorado, do qual compartilhei as discussões teóricas e momentos de descontração. Aos meus filhos Rhaygner Batista de Souza, Agna Batista de Souza e Elisa Eleutério Coelho dos quais recebo carinho e amor. A minha esposa Raquel Eleutério Coelho por estar comigo nos momentos mais difíceis dessa longa jornada. Ao professor Dr. Auxiliomar Silva Ugarte por ter compartilhado de suas experiências e trato ao conhecimento em história da Amazônia, tirando dúvidas e apresentando fontes que serviram para o trabalho de pesquisa.

A nossa experiência e a nossa opinião quotidiana acerca das coisas partem, em todo o caso, daí. Antes de prosseguirmos o caminho do nosso questionar é necessário abrir um parêntese para dizer algo acerca da nossa experiência quotidiana. Não há, em geral, nenhum fundamento sólido, nem próximo, nem distante, para pôr em dúvida a nossa experiência quotidiana. Certamente, não basta reclamar, simplesmente, que aquilo que nos mostra a nossa experiência quotidiana das coisas é verdadeiro, tal como não é suficiente aparentar ser crítico e prudente; na verdade, enquanto homens, somos sujeitos e eus individuais e aquilo que representamos e em que acreditamos são imagens subjetivas que trazemos em nós; às próprias coisas, nunca chegamos.

Martin Heidegger (1987)

LISTA DE SIGLAS

- APA - Área de Proteção Ambiental
- CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- GREL - Laboratório de Pesquisa sobre Indústria e Inovação do Grupo de Pesquisa em Economia Local
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
- IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas
- IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
- IPHAN - Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ONGs - Organização Não Governamental (is)
- PNB - Produto Nacional Bruto
- PIB - Produto Interno Bruto
- PIME - Pontifício Instituto para as Missões Estrangeiras
- SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
- USTL - Université Lille 1: Sciences et Technologies
- UFAM - Universidade Federal do Amazonas
- UEA - Universidade do Estado do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa de Localização dos Assentamentos do município de Parintins.....	71 72
FIGURA 2 – Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB.....	75 100
FIGURA 3 – Carta Hipsométrica do município de Parintins, 2019.....	104 105
FIGURA 4 – Parte do mapa descritivo da viagem pelo Amazonas de <i>Spix</i> e <i>Martius</i>	107 112
FIGURA 5 – Vila Nova da Rainha em 1869 segundo Marcoy.....	118 122
FIGURA 6 – Villabella, pintura de Auguste François Biard, 1862.....	138 139
FIGURA 7 – Comunidade de Vila Amazônia.....	143 145
FIGURA 8 – Projeto da fábrica de papel da Papelamazom em Vila Amazônia.....	150 153
FIGURA 9 – Cerâmicas encontradas na serra de Parintins por Curt Nimuendajú.....	166 166
FIGURA 10 – Serra de Parintins vista de diferentes ângulos.....	170 170
FIGURA 11 – Região da Valéria.....	170 170
FIGURA 12 – Mutirão de limpeza do igarapé da Valéria.....	174 177
FIGURA 13 – Localização dos Assentamentos no município de Parintins.....	179 200
FIGURA 14 – Boca da Valéria.....	201 233
FIGURA 15 – Embarcações e serviços de transporte para o sítio de Valéria.....	233 233

FIGURA 16 – *Casa do Saber*

Popular.....

FIGURA 17 – Jornal do Commercio (AM) de 04 de novembro de

1977.....

FIGURA 18 – Jornal O Liberal (PA) de 01 de dezembro de

1989.....

FIGURA 19 – M/S

Regatta.....

FIGURA 20 – M/S

Prinsendam.....

FIGURA 21 – M/S

Magellan.....

FIGURA 22 – M/S

Regatta.....

FIGURA 23 – Movimentação de turistas na comunidade São Paulo da

Valéria.....

FIGURA 24 – Trapiche de atração para o desembarque de

turista.....

FIGURA 25 – Práticas locais relacionadas ao turismo

receptivo.....

FIGURA 26 – Esquema de análise-ação da sociopedagogia do acompanhamento

situado.....

FIGURA 27 – Caminho esquemático de uma pesquisa-ação-

formação.....

FIGURA 28 – *Vue de Parintins*,

1899.....

FIGURA 29 – Parintinis, rio

Amazonas.....

FIGURA 30 – *Un*

barracão.....

.

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 – Programação dos navios de passageiros 2015/2016 para o porto de Parintins..... 169

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Áreas escolhidas da concessão	109
Japonesa.....	119
TABELA 2 - Sítios Arqueológicos na região da Serra de Parintins listado pelo CNSA.....	171
TABELA 3 - Representação da formatação de um cruzeiro marítimo.....	

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo sobre as práticas e iniciativas locais dos atores sociais do Sítio da Valéria, localizado no interior do município de Parintins, fronteira entre os Estados do Amazonas e Pará. As interpretações sobre o sítio estudado serviram para proposição da construção de um possível modelo de desenvolvimento situado na Amazônia. Este modelo surge como crítica aos modelos de desenvolvimento transpostos dos países de economia capitalista situados no hemisfério Norte que não valorizaram as especificidades existentes em cada sítio de pertencimento na Amazônia. Tem como base a Teoria dos Sítios simbólicos de Pertencimento do economista marroquino Hassan Zaoual. A abordagem dos sítios, leva em consideração o papel das crenças, o universo simbólico, as práticas e experiências dos atores situados, bem como a organização social e econômica. Esta teoria ajuda a olhar a realidade a partir das relações entre os indivíduos em cada sítio de pertencimento; busca compreender o entrelaçamento entre as práticas e iniciativas sociais do passado de uma localidade, para se lançar sobre o presente como resposta às eventuais crises vividas por uma determinada população. O universo teórico metodológico, além de seguir as diretrizes da teoria dos sites, está alinhado com a abordagem abrangente da fenomenologia/compreensão de Alfred Schutz, que apresenta uma forma prática de observar o universo simbólico a partir de três conceitos fundamentais: as reversas de experiências, a tipicidade da vida cotidiana e as estruturas de pertinência. Elencada as diretrizes interacionista da teoria dos sítios de Zaoual e da fenomenologia de Schutz, o campo de pesquisa se mostrou como uma entidade viva e dinâmica que muda de acordo com as necessidades da vida vivida. Diante desse arcabouço teórico-metodológico, a organização do campo de estudo vislumbrou diversas manifestações de experiências vividas pelas populações da localidade estudada, da qual compôs o quadro fenomenológico manifestados nas práticas e iniciativas da localidade. Guiados pela pedagogia do monitoramento, as experiências observadas no campo a partir dos relatos de moradores locais, assim como pelo retrato da história do município sobre o contexto dos processos de desenvolvimento econômico desde a colonização até o período republicano foram resgatados para evidenciar a existência dos desenvolvimentos transpostos nessa parte da Amazônia. Esses modelos de base capitalista com suas organizações, práticas e ideológicas transpostas não se sustentaram, apresentando muitas falhas, como a exclusão do homem situado. Para elucidar essas experiências fracassadas, apresentamos a configuração da Teoria dos Sítios, da qual contribuiu para tirar o véu que encobria os sítios locais. As práticas e atividades do turismo receptivo no lugar denominado como região da Valéria, usada como atrativo turístico durante o período de alta estação dos cruzeiros na Amazônia serviu para ligar a teoria dos sítios. Sobre essas atividades refletimos questões que permeiam o contexto socioeconômico, para lançar nossa proposta de desenvolvimento situado, a partir do turismo. Nossa proposta poderá servir a comunidade local, profissionais do trade turístico, aos governos municipal e estadual para discutirem e criarem políticas de Estado nas práticas do turismo em sítios de pertencimento

Palavras-Chave: Hassan Zaoual. Sítios Simbólicos. Desenvolvimento Situado. Turismo.

RÉSUMÉ

Cette thèse présente une étude sur les pratiques et initiatives locales des acteurs sociaux du Sítio da Valéria, situé à l'intérieur de la commune de Parintins, à la frontière entre les États d'Amazonas et de Pará. Les interprétations sur le site étudié ont servi à proposer la construction d'un éventuel modèle de développement situé en Amazonie. Ce modèle émerge comme une critique des modèles de développement transposés par les pays à économie capitaliste situés dans l'hémisphère Nord qu'ils n'apprécient pas comme des spécificités existant dans chaque lieu d'appartenance en Amazonie. Il est basé sur la théorie des sites symboliques d'appartenance de l'économiste marocain Hassan Zaoual. L'approche des sites prend en compte le rôle des croyances, l'univers symbolique, les pratiques et expériences des acteurs localisés, ainsi que l'organisation sociale et économique. Cette théorie aide à regarder la réalité à partir des relations entre les individus dans chaque lieu d'appartenance; il cherche à comprendre l'imbrication entre les pratiques sociales et les initiatives du passé d'une localité, à se lancer sur le présent en réponse aux éventuelles crises vécues par une certaine population. L'univers théorique méthodologique, en plus de suivre les lignes directrice de la théorie des sites, est aligné avec l'approche globale de la phénoménologie/compréhension d'Alfred Schutz, qui présente une manière pratique d'observer l'univers symbolique à partir de trois concepts fondamentaux: les expériences, la typicité de la vie quotidienne et les structures de la pertinence. Listé les lignes directrices interactionnistes de la théorie des sites de Zaoual et de la phénoménologie de Schutz, le champ de recherche est présenté comme une entité vivante et dynamique qui change en fonction des besoins de la vie vécue. Au regard de ce cadre théorico-méthodologique, l'organisation du champ d'étude a envisagé plusieurs manifestations d'expériences vécues par les populations de la localité étudiée, qui comprenaient le cadre phénoménologique manifesté dans les pratiques et initiatives de la localité. Guidées par la pédagogie du suivi, les expériences observées sur le terrain à partir des rapports des riverains, ainsi que par le portrait de l'histoire de la commune sur le contexte des processus de développement économique de la colonisation à la période républicaine ont été sauvés pour mettre en évidence l'existence de les développements transposés dans cette partie de l'Amazonie. Ces modèles capitalistes avec leurs organisations, pratiques et idéologies transposées n'ont pas été soutenus, montrant de nombreux défauts, comme l'exclusion de l'homme situé. Pour élucider ces expériences ratées, nous présentons la configuration de la Théorie des Sites, qui a contribué à lever le voile qui recouvrait les sites locaux. Les pratiques et activités du tourisme récepteur dans le lieu appelé la région de Valeria, utilisée comme attraction touristique pendant la haute saison des croisières en Amazonie, servaient à relier la théorie des Sites. A propos de ces activités, nous réfléchissons aux enjeux qui imprègnent le contexte socio-économique, pour lancer notre proposition de développement situé, basé sur le tourisme. Notre proposition peut servir la communauté locale, les professionnels du tourisme, les gouvernements municipaux et étatiques pour discuter et créer des politiques d'État sur les pratiques touristiques dans les lieux d'appartenance.

Mots-clés: Hassan Zaoual. Sites symboliques. Développement situé. Le tourisme

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SITUADO	
1 Introdução.....	26
1.2 Da economia primitiva para o desenvolvimento situado.....	29
1.2.1 Aspectos históricos e teóricos sobre o desenvolvimento da economia.....	35
1.2.2 Desenvolvimento econômico: contextos e discussões.....	39
1.3 A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento	47
1.3.1 outras considerações sobre teoria dos sítios simbólicos de pertencimento.....	63
1.3.2 O desenvolvimento situado: proposta de um novo paradigma.....	66
CAPÍTULO II	
RASTRO DA MEMÓRIA E HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS	
2.1 Introdução.....	71
2.2 Breve contextualização sobre os aspectos demográficos do município de Parintins.....	73
2.3 Memória e histórias da cidade de Parintins.....	80
2.3.1 Parintins versus Parintintin: decifrando as origens do nome da cidade.....	80
2.3.2 Histórias sobre as origens de Parintins: lugar, missão, vila e cidade.....	89
2.4 Memórias do dinamismo socioeconômico da comunidade rural de Vila Amazônia.....	99
2.4.1 Vila Amazônia, a flor do Ramos: sonhos esquecidos dos projetos de desenvolvimento.....	108
CAPÍTULO III	
A REGIÃO DA VALÉRIA UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS E INICIATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SITUADO	
3.1 Introdução.....	116
3.2 Entre as entrelinhas da história e o solo da Serra de Parintins.....	119
3.3 Serra de Parintins e suas outras histórias.....	123
3.3.1 Expertises de um laboratório pioneiro.....	128
3.4 Região da Valéria e Boca da Valéria.....	135
3.4.1 Caminhos para chegar ao sítio da Valéria.....	148
3.5 Turismo na região da Valéria.....	163
3.5.1 Empresas, turistas, comunitários nas práticas do turismo.....	170
CAPÍTULO IV	
O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SITUADO: NOVOS OLHARES, NOVOS SABERES	
4.1 Introdução.....	183
4.2 O desenvolvimento situado.....	189
4.2.1 Metodologia dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: a Metodologia Situada.....	193
4.2.2 Pedagogia Situada ou acompanhamento: para construção do conhecimento situado.....	199
4.2.2.1 Pedagogia Situada: para construção de uma escola situada.....	205
4.3 Do Turismo Situado ao desenvolvimento regional.....	209
CONCLUSÃO.....	219
Referências.....	223
ANEXO I.....	233
ANEXO II.....	234
ANEXO III.....	235
ANEXO IV.....	236

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos vemos convergir preocupações com futuro do planeta com as crises ambientais e econômicas. As ameaças ao mundo biológico e social, assim como as ações para evitar um colapso global são pensadas de modo ponderado. Não podemos negar os avanços das ciências nos últimos séculos, mas ao invés de conceder ao homem o bem comum, tem levado a humanidade cada vez mais ao mundo das incertezas. Não desatamos os nós que nos prenderam do pensamento comum sobre a paz mundial e qualidade de vida sem o desligamento do reducionismo do modo a favor da acumulação de bens e o poder. Partes desses problemas estão ligados ao tipo de desenvolvimento econômico de modo capitalista agressivo aos ambientes sociais, culturais e naturais em todo o planeta; isso poderá ser remediado a partir de um modelo de desenvolvimento que deve ocorrer em concomitância com o desenvolvimento econômico de base industrial.

Nosso entendimento sobre essas questões é que existe um tipo de desenvolvimento econômico/cultural que ocorre independente da implantação de grandes projetos de desenvolvimento econômico. É um processo social fundamentado nas relações profundas entre o homem e seu ambiente. Esse homem é o que Hassan Zaoual chama de *homo situs*, ou o homem concreto. A noção de desenvolvimento situado surge como proposta de se aproveitar essas relações empíricas para construção de um planejamento estratégico. O desenvolvimento situado é baseado nas dinâmicas socioespaciais construídas a partir das crenças, costumes, tradições, valores sociais, iniciativas e práticas locais, sentimentos de pertencimento, experiências e memórias coletivas e individuais presentes em uma localidade.

A proposta se entrelaça na compreensão da simbolização do espaço como lugar de pertencimento, o qual contém elementos humanos e naturais, que podem ser potencializados a partir de uma organização, planejamento, inventário de todos os recursos, saberes e iniciativas locais dispostas na localidade para a construção do desenvolvimento situado. Esse desenvolvimento parte da operacionalização dos próprios atores sociais presentes na localidade, a partir do incremento de técnicas já existentes e construídas socialmente ao longo do tempo por pessoas e instituições em todo o território nacional.

O desenvolvimento situado se distancia dos modelos de desenvolvimentos de base capitalista, mesmo àqueles com a intenção de promover o bem-estar local ou a sustentabilidade ambiental, por ter como princípio a valorização dos atores locais, bem como a potencialização do repertório de recursos naturais e culturais, suas diversidades de práticas e iniciativas locais na construção da melhoria social. Distingue-se dos vários modelos de desenvolvimento

implantados ao longo dos anos na Amazônia que não valorizaram e não tiveram a preocupação de observar a localidade e suas potencialidades, além de intervirem de forma verticalizada com suas regras e ideologias.

Os modelos de desenvolvimento econômico na Amazônia são postos como desenvolvimento transposto dos países do Norte para o Sul, em que toda configuração organizacional é sobreposta nos espaços locais. As consequências são drásticas para as comunidades locais. Esses processos são operacionalizados sobre a crença de que será a aposta mais eficaz para resolução dos problemas sociais. Para sua efetivação, move-se uma série de ações que envolvem relações políticas, econômicas e fundiárias. O fetiche dos grandes ganhos refletidos para a população oculta toda crença que motivou sua implantação.

No município de Parintins esses modelos fazem parte da história de seu território, uma história que soma mais de cem anos de projetos de desenvolvimento malogrados. Em nossa área de estudo existe uma riqueza de exemplos: uns no universo do planejamento, outros executados e implantados, e aqueles que não resistiram às intempéries do tempo, falindo ao próprio planejamento. Mas existe também o desenvolvimento econômico ocorrido, não pela via desenvolvimentista dos grandes projetos, mas como fluxo da expansão do Estado.

Nesse último caso, remete aos cem anos de construção e configuração do Estado brasileiro, quanto território e como nação. Os processos de desenvolvimento no início do século XIX ascendiam para os interesses diretamente ligados aos *status quo* da família imperial transplantada de Portugal. No espaço estudado desenvolveu-se uma agricultura altamente produtiva, além do uso desenfreado dos recursos naturais encontrados na grande Amazônia brasileira. Produtos como café, algodão, guaraná e cacau estavam na lista de exportação dos relatórios estatísticos imperial.

O vasto território de várzeas férteis, a floresta densa com árvores aproveitáveis para as indústrias de construção civil e naval, a extensa rede hidrográfica de onde se retirava o pescado como produtos de exportação, ocultam um item muito importante em nossa tese, o homem concreto amazônico. Quando os grandes projetos de desenvolvimento econômico começaram a ser pensados para a Amazônia, esse homem havia sido colocado como um problema social, eles estavam perdendo a ligação de intimidade com o espaço amazônico.

Diferentes dos primeiros colonizadores portugueses que aproveitam não apenas a mão de obra, mas o conhecimento indígena, os organizadores desses projetos de desenvolvimento, na busca constante do lucro a qualquer preço, intensificaram a perda das relações entre o homem e a natureza. Quando a produção da borracha explodia em lucro e quantidade em sua fase áurea,

a produção agrícola do cacau nos relatórios da *Collectoria* de rendas em Parintins apontava sua superioridade em relação ao látex quanto ao seu valor e a geração de impostos.

Esses valores foram mencionados pelo governador Silvério José Nery em mensagem na Abertura da 1ª Sessão da 4ª Legislatura de 10 de julho 1902, destacando a diferença da produção da borracha de 13.624,790 milhões em exportação, com geração de 2.861,202 ao Estado, com a exportação de cacau de Parintins ter alcançada nesse período 301.946,280 milhões, com geração de 6.038,628 milhões de contos de réis em imposto. Vale ressaltar que as tributações entre os dois itens eram extremamente diferentes. A taxa cobrada sobre cada quilo de borracha era de 21%, enquanto para o cacau apenas 2% sobre cada quilo exportado ¹.

Temos aí dois pesos e duas medidas. Esses dados estatísticos trazem um questionamento sobre os processos da produção agrícola que apontou para a existência de uma grande área e rede de cultivo em toda região de Parintins. O que teria ocorrido para que esses processos não tivessem uma continuidade nesse território? Essa e outras questões sobre os processos produtivos acompanham minha trajetória de vida como filho de produtores rurais do interior de Parintins, e também pelos vários contatos com comunitários de algumas comunidades rurais do município. Em muitos casos, alguns desses personagens estão ligados a essa época da produção do cacau, do qual ouvimos muitas histórias sobre as áreas de cultivo espalhados nas várzeas do rio Cabury e no Paraná do Ramos.

Quando a colonização japonesa chegou à atual Vila Amazônia nos anos de 1930, no interior da cidade Parintins, esses processos de produção não atendiam mais aos interesses estatais e empresariais, sem contar a concorrência de outras regiões exportadoras e das pragas naturais. Parecia que a zona rural do município teria se tornado apenas um espaço natural que precisaria ser intensamente explorado. Foram organizados novos sistemas de produção, com a introdução de técnicas agrícolas desconhecidas para grande maioria da população.

A instalação do núcleo avançado em Vila Amazônia pelos japoneses, transformou a área em um pedaço do Japão na Amazônia. Foram transpostos direto das escolas técnicas do país do Sol nascente todo modo de produção baseada nos conhecimentos construídos ao longo dos anos pela cultura japonesa. O estudo do solo e da floresta gerou uma fabulosa fábrica de sonhos para os japoneses, enquanto para a população local, a transposição desse projeto de desenvolvimento de experiência do Norte para o Sul teria que esperar os resultados favoráveis ou não. A transferência das tecnologias, a rede de conhecimentos ficou de certo modo restrita aos

¹ NERY, Silvério José. Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes na Abertura da 1ª Sessão da 4ª Legislatura, em 10 de julho de 1902, p. 739.

japoneses, enquanto a população local era usada diretamente nas frentes de trabalho durante o período de colheita, um trabalho de muitos sacrifícios humanos.

Esse espaço pareceu ser o epicentro dos eventos sociais que marcaram a história do desenvolvimento econômico do município de Parintins. Toda análise sobre esse processo passa pela Vila Amazônia. Este sítio não se conecta apenas de forma física, cada história construída sobre ele liga aos processos sociais e econômicos do município de Parintins. Segundo a Teoria dos Sítios, esse pedaço do território de Parintins, “é memória e ação, é virtualidade, mas também passado, futuros perdidos, experiências acumuladas, falas alternativas, regras de sociabilidade e compromissos comunitários” (RIBEIRO, 2006, p. 9).

Assim como a história do desenvolvimento econômico de Parintins decorre de Vila Amazônia, a história social do Estado do Amazonas tem passagem por esse sítio de pertencimento. Além disso, há uma ligação com a história pré-colonial, onde se encontram sítios arqueológicos que contam a história pretérita dessa região. Todo projeto de desenvolvimento não deve excluir esses fatos que ligam a construção social e cultural em qualquer local pretendido para esse fim. O sítio de Vila Amazônia, contido no projeto de assentamento da reforma agrária dos anos de 1980, um espaço geográfico na área rural do município de Parintins, dá acesso a muitas comunidades rurais, assim como as cidades de Juruty e Santarém no Estado do Pará.

O Sítio da Vila Amazônia, como denominamos no primeiro momento, foi um espaço que servia para expressar a construção do desenvolvimento situado. Nele se transita entre a vida comum de um residente local e o cientista social buscando respostas para muitas questões que perturbaram as fases iniciais deste trabalho doutoral. A vida comum representa o cotidiano com marcas abertas com sinais fixados em nossa memória pelas lembranças de um passado recente. Ao buscar o passado mais distante, encontramos vários fatos históricos, somados às lembranças transmitidas por antigos moradores do município, fornecendo a conexão daquilo que procurávamos: o elo para levar a construção do desenvolvimento situado.

A ordem cronológica desses fatos segue a partir das duas últimas décadas do fim do período colonial. Os registros oficiais, representações cartográficas e narrativas de viajantes desse período, indicaram que esse espaço não foi apenas uma pequena porção de terra onde se localiza a atual comunidade de Vila Amazônia. Ele se estendia por mais de trinta quilômetros na margem direita do rio Amazonas até a serra de Parintins – marco divisório natural entre as províncias do Grão-Pará e Rio Negro. Essas ilustrações podem ser encontradas nos registros da coroa portuguesa e do império brasileiro, assim como nos relatos de viajantes como os alemães

Spix e Martius (1817-1820) e o comandante da marinha inglesa Henri Lister Maw (1928), com a denominação de Villa Nova da Rainha.

Esse sítio concentrou todos os esforços dos governadores provinciais para resguardar a riqueza natural existente no Amazonas, assim como foi cenário de disputa territorial entre os Estados do Pará e Amazonas até a primeira metade do século XX. No período provincial, serviu como porto imperial com serviços alfandegários, entreposto comercial, base de milícias com edifícios de guarnição chamado de *Commandancia do Registro*, e empório para venda de produtos necessários para os viajantes que navegavam o rio Amazonas comercializando e explorando suas riquezas naturais².

Nesse encontro com o passado, viajando nas páginas dos relatos dos primeiros viajantes, documentos do império sobre os primeiros administradores do lugar, assim como nos relatórios dos governadores, fomos ao encontro da história econômica do município de Parintins. A partir desse ponto na história, escavando o terreno construído por todos os personagens que contribuíram para construção da história social do Amazonas, conseguimos desvendar os primeiros processos de desenvolvimento econômico desse espaço geográfico.

Lister Maw em 1827 quando esteve em Villa Nova da Rainha, descreveu o comércio entre nativos e europeus, assim como o processo cultural de preparar o pó do guaraná para servir como bebida, além disso, trouxe as primeiras informações sobre a comercialização de produtos regionais como a farinha, o cacau e exportação do guaraná vindo de Maués. A lista de produtos relatada por ele era bastante extensa, somadas aos produtos extraídos da floresta que contribuíam para a balança comercial provincial.

Em 1866 Aureliano Cândido Tavares Bastos, em seu estudo sobre Vale do Amazonas destacou o relatório provincial do Presidente Adolpho Barros de 1864, sobre o aumento das exportações no Amazonas destacando que as vilas da província com os maiores volume de exportação eram: Borba, Serpa e Villa-Nova. Para Bastos (1866), esses três lugares “concentravam quase a metade, ou mais da metade da exportação”, enquanto que Manaus teria reduzido o número de exportações nesse período.

² Em seu livro “As origens de Parintins”, Arthur Cézar Ferreira (1967) organiza as Cartas Régias e documentos que trazem os registros oficiais sobre os primeiros anos que evidenciam a implementação dos primeiros núcleos humanos entre as Capitanias de São José do Rio Negro e Grão-Pará. Destacando contexto político que elevou esse lugar como ponto estratégico para o governo imperial. Spix e Martius (1817-1820), em sua passagem pelo Amazonas, relataram em seu livro *Reise in Brasilien*, o desenvolvimento social, econômico e cultural no período de seu florescimento. No Capítulo XI do livro *Journal of a passage from the Pacific to the Atlantic, crossing the Andes in the northern provinces of Peru, and descending the river Marañon, or Amazon*, publicado em 1829, Henry Lister Maw revela com detalhes a vida vivida pelos moradores e todo dinamismo social, econômico e cultural desse lugar, denominado de Villa Nova da Rainha.

Santa-Anna Nery no final do século XX dava destaque a exportações do cacau, tabaco, guaraná, urucu, óleos, pirarucu seco e a borracha. Nery fala que a posição geográfica de Parintins, estava destinada a torna-se um centro comercial de grande importância. No entanto ele fez uma advertência sobre o futuro do município apontando que “todas essas riquezas se multiplicariam rapidamente, se braços em número bastante grande viessem explorá-las e se os capitais aparecessem para fazê-las frutificar” (NÉRI, 1979, p. 45).

Os braços humanos e os grandes investimentos a partir de projetos para promoção do desenvolvimento econômico até os anos de 1950 tornaram-se realidade nesta parte do Amazonas e seguiram essa rota até os anos de 1980. Entre a Serra de Parintins e a comunidade de Vila Amazônia esses processos colocaram o município de Parintins novamente na trajetória dos planejamentos do desenvolvimento econômico do Amazonas. A região da Valéria como é conhecida pelos moradores locais, talvez tivesse se tornado a Fordlândia no Amazonas já que um grande projeto em 1926 foi pensado para essa área.

A advertência de Santa-Anna Nery sobre a introdução de capitais para frutificar a riqueza de Parintins talvez tivesse chegado aos ouvidos do governador do Estado do Amazonas, Ephigenio Ferreira de Salles (1877–1939). Dionysio Ausier Bentes (1881–1949), governador do Estado do Pará e Ephigênio Salles, entre 1925 a 1929, interessados no desenvolvimento de seus estados, intensificaram a repartição da Amazônia ao capital estrangeiro. Talvez fosse uma internacionalização por intermédio de acordos entre investidores nacionais e estrangeiros, isso, ao que pareceu, fez parte de uma grande estratégia ambiciosa para lucrar com as terras doadas gratuitamente.

Esses planos foram orquestrados pelo engenheiro paulista, Jorge Dumont Villares, sobrinho do aviador brasileiro Santos Dumont ³. Villares em 1927 negociou um milhão de hectares, a mesma terra doada pelo governo paraense em 1925, localizada entre os municípios de Santarém, Aveiros e Itaituba, em um acordo milionário para o industrial norte-americano Henry Ford. O governador do Amazonas em 1926 também havia concedido a Villares um milhão de hectares; divididos entre Manaus, área conhecida como Campos Salles com 500 mil hectares, e em Parintins, 500 mil hectares, estendendo na margem direita do rio Amazonas até a Serra de Parintins seguindo na direção Sul até a região do rio Mamuru.

O projeto acordado entre o governo do Amazonas com o engenheiro Villares em 1926 previa a instalação de uma grande infraestrutura, tanto para Manaus, quanto para a região da Serra de Parintins. Com os mesmos moldes instalados por Henry Ford no rio Tapajós, seria o

³ GRANDIN, G. The Rise and Fall of Henry Ford's Forgotten Jungle City, 2009.

primeiro protótipo dos grandes projetos de desenvolvimento econômico transposto que se seguiram ao longo do século XX nessas áreas do município de Parintins.

Quatro anos depois, em 1930, se consolidou o projeto de colonização e migração japonesa para o Amazonas na entrada do Paraná do Ramos. Esse projeto vinha sendo discutido entre o governador Ephigênio Salles e o embaixador japonês Schichita Tatsuke. Em 1926 o projeto se tornava oficial pelo acordo firmado entre os dois governos, dependendo apenas escolher no Estado uma área de 1.000.000 de hectares que foi dividida entre os municípios de Itacoatiara, Maués e Parintins. Desse total, 500 mil hectares estavam no município de Parintins, sendo a maior parte no sítio de Vila Baptista. Após a transferência da titularidade das terras de Vila Baptista pertencentes ao ex-deputado estadual Francisco Ferreira Baptista, o responsável pelo projeto japonês o Sr. Tsukasa Uyetsuka, iniciava as atividades do Instituto Amazônia criado por ele com 21 *koutakusseis* ⁴ em 1929. Desde essa época passou a se chamar de Vila Amazônia.

O Estado do Amazonas nas duas primeiras décadas do século XX após o declínio da produção da borracha precisava de uma alternativa que pudesse fazê-lo voltar a ter o esplendor e a riqueza obtidos na fase urea da produção da goma elástica. Ephigênio Salles sabia que somente uma grande e boa estratégia poderia colocar o Estado na rota do desenvolvimento econômico. Além disso, havia outro problema que Santa-Anna Nery já havia advertido há mais de vinte anos: a falta de braços humanos para pôr em movimento as engrenagens dos processos de desenvolvimento. Acreditando nessa crença para salvar o Amazonas da estagnação, Salles contribuiu para desenhar uma nova paisagem social.

Parintins por ser o primeiro município no percurso na rota dos grandes navios até a capital do Estado e sua proximidade com os municípios do Estado do Pará, somado ao relevo, divididos entre extensa área de várzea, própria para o cultivo da juta, e terra firme na direção Oeste-Sul, parecia ser a razão para receber esse projeto. No entanto, a colonização e migração japonesa criavam um novo nicho de produção que não permitia a transformação de outros processos produtivos. O desenvolvimento transposto como se vê, não permite a interação entre outros processos produtivos, já que seu movimento ocorre segundo as ideologias daqueles que os criam.

No período de 1940 o município de Parintins continuava a receber projetos de desenvolvimento econômico de grande relevância econômica e social, dessa vez dentro de uma

⁴ Os *koutakusseis* eram jovens japoneses, imbuídos do espírito de pioneirismo, sem qualquer aspiração financeira, que prevaleceu tmbm nos anos futuros, na sua totalidade, preocupados com a educação dos filhos, constituíam o núcleo dos imigrantes de Parintins (HOMMA, 2010, p. 39).

rede distribuída entre vários municípios brasileiros que tentavam contribuir para a melhoria da produção agropecuária. Por sua vez o conflito armado do outro lado do mundo, redesenhar a paisagem social do município, uma vez que os japoneses haviam condicionado todos os esforços dos braços humanos para atender o mercado têxtil não contribuindo para o desenvolvimento de outras atividades produtivas, deixando uma fissura em relação à produção de outros produtos agrícolas.

Para tentar mudar esse cenário, a política agrícola do Ministério da Agricultura no governo de Eurico Gaspar Dutra intensificava as suas ações em todo território nacional para instalação de vários postos avançados ligados à produção agropecuária. Um processo que contribuiria para o desenvolvimento, melhoria e introdução de novos produtos agrícolas. Em 1949 começaram os acordos para instalação de um *Posto Agropecuário* do Ministério da Agricultura no município, como parte da Secção de Fomento Agrícola em Manaus. No mesmo ano, o prefeito de Parintins Júlio Furtado Belém, havia enviado um telegrama ao Governador Leopoldo Neves, dizendo que havia posto à disposição do Ministério da Agricultura uma área para instalação do Posto na comunidade do Murity entre a Vila Amazônia e a Serra de Parintins.

Também na comunidade do Murity, na localidade chamada de Quebra, assim como nas margens do Ramos nas proximidades da comunidade de Vila Amazônia e no rio Uaicurapá desenvolvia a extração do óleo de pau-rosa em concomitância a esses projetos. Mas o caso mais emblemático é o projeto de desenvolvimento baseado no aproveitamento de árvores nativas da produção de papel celulose nos anos de 1960 pela Papelamazom (Papel do Amazonas). Esse projeto recebeu uma grande atenção por parte do Governador Plínio Ramos Coelho, que acreditava que seria uma das maiores indústrias de papel celulose instalada na Amazônia.

O projeto recebeu investimento dos governos Federal, através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e Estadual, iniciativa privada, pelo investidor chinês Dse Ning Tjian, somando o total de 203 milhões de cruzeiros de investimentos. Outra idealização transposta dos países do Norte para Parintins foi o projeto GLEBANA do francês Patrick Maurice Mauri durante sua pesquisa de doutorado nos anos de 1970. Esse projeto não teve investimentos como os já descritos anteriormente, uma vez que estava ligada à produção do conhecimento acadêmico/científico. No entanto, Mauri contribuiu para nova configuração socioespacial, a partir da introdução do Núcleo de Treinamento e Extensão Agrícola (NUTEXA). Como resultado, conseguiu envolver muitos jovens de muitas comunidades rurais ensinando técnicas agrícolas, conhecimento teórico e cooperativismo. O que levou à criação colônias experimentais pelos alunos, transformando-se mais tarde na base

para a configuração das comunidades rurais distribuídas ao longo da estrada de Vila Amazônia até a serra de Parintins.

Vila Amazônia, Fomento, Papelamazom e o Nutexa como parte de uma crença que tentou estimular a produção agroindustrial no Amazonas estão presentes na memória coletiva e na memória viva do pesquisador pelo fato de ser filho de produtores rurais nessa parte do município. O encantamento ao longo da vida ao ver as ruínas desses projetos somados às muitas histórias se tornou uma motivação para nossa investigação científica. A partir dessas ruínas começamos a ter os primeiros conhecimentos de cada iniciativa, o que levou a um questionamento imaturo sobre a continuidade de cada projeto citado.

Os cenários apresentados são reveladores de memória, histórias e processos sociais que ocorreram no município de Parintins ao longo de dois séculos desde a sua formação. Esse conjunto de experiências não foi incluído por parte dos planejadores de cada projeto. Para cada ação, a organização e o planejamento vieram de forma verticalizada. Os japoneses, por exemplo, criaram no território japonês centro de estudos para os trópicos, onde se criou uma tecnologia apropriada para responder os eventuais problemas que eles iriam enfrentar. Isso não permitiu que os *koutakusseis* tivessem melhor adaptação ao clima pela hostilidade do ambiente físico e as dificuldades de comunicação com os moradores locais devido às inúmeras dificuldades com o idioma português.

A Teoria dos Sítios mostra que nem sempre o que se previu pelos planejadores do desenvolvimento de fato acontece, uma vez que essas previsões são destruídas pelo caminho. O sítio como um corpo vivo cria uma espécie de anticorpos para se proteger contra a invasão externa. O sítio como resultado das experiências evolui a cada tempo. Se caso os investimentos desperdiçados em cada projeto promovesse o desenvolvimento do homem, dando-lhes acesso às técnicas de produção, o estudo do solo, dos rios e da floresta, aproveitando esses recursos para melhoria da qualidade de vida, talvez o cenário pudesse ser bem diferente. *O resultado dessa interação entre os atores oficiais e o sítio a ser desenvolvido nem sempre é fácil de codificar* (ZAOUAL, 1996, p. 257).

No último cenário, nos anos de 1980 o sítio de Vila Amazônia novamente receberia outra intervenção do Estado destinado ao desenvolvimento econômico de base sustentável, dessa vez congregava todos os sítios em um único território em um projeto de reforma agrária. Essa grande extensão de terras, que passou pelos mais diferentes processos sociais deste a formação do município de Parintins havia sido escolhida pela política de distribuição de terras da Reforma Agrária dos governos Militares. Para sua instalação em 1988, o governo desapropriou as terras que um dia sediou o Instituto Amazônia do japonês Tsukasa Uyetsuka.

Apesar de todo esse contexto descrito, ao residente da cidade de Parintins, projeta-se em suas lembranças, um tempo presente muito recente, de um lugar dividido em comunidades, colônias agrícolas, sítios de passeios, banhos e balneários, ao longo das vias fluviais e terrestres do Assentamento de Vila Amazônia. Mas esses assentamentos humanos possuem uma configuração própria, que à primeira vista parece ter sido construída apenas pelas relações humanas com o espaço físico sem ter um passado social. É a ponta de lança em que tudo converge (HEIDEGGER, 2003) pelos processos das experiências e ação na realização das práticas sociais.

A partir da análise fenomenológica, como orienta Alfred Schutz (1979, p. 7), nosso primeiro passo foi reunir as experiências construídas sobre os processos de desenvolvimentos econômicos, e assim “eliminar todas as noções preconcebidas com relação à natureza última desses objetos e dessa realidade de que se ocupa a consciência humana”. Pela metodologia dos sítios, em Hassan Zaoual, nascida dos erros dos processos de desenvolvimento, seguindo a abordagem interacionista entre as ciências antropológicas, sociologia, história, geografia, turismo, arqueologia, política e a experiências dos atores situados (indivíduos, organizações locais, comunidades de base, agentes de desenvolvimento), podemos apresentar um novo modelo de desenvolvimento destacando a racionalidade situada.

Nossa abordagem metodológica traz aproximações teóricas entre a abordagem fenomenológica de Hassan Zaoual e a abordagem fenomenológica/compreensiva de Alfred Schutz com predominância do primeiro. No caso de Schutz, nos beneficiamos de sua teoria da cultura que se estrutura em três conceitos fundamentais tais sejam as reservas de experiências, a tipicidade da vida cotidiana e as estruturas de pertinências. Esses conceitos foram importantes para nos orientar nos capítulos a que se refere à visita de campo, uma vez que pudemos observar toda adaptabilidade das populações locais, como elas vivem e como elas se adequam ao espaço geográfico, assim como todas as experiências que foram interiorizadas pelo colonialismo até os dias atuais; contribuiu para compreender a dinâmica do cotidiano das populações e ajudou a vislumbrar as probabilidades de mudanças ao sítio tido como local da pesquisa. Além de ajudar a dirigirmos o olhar distanciado das concepções preconcebidas do sistema turístico sobre os atores locais e finalmente as possibilidades de modelo de desenvolvimento situado.

Nesse sentido, o desenvolvimento situado a partir da teoria dos sítios é a transposição dos modelos econômicos trazidos de fora para dentro de uma espacialidade. Ele aparece como uma nova episteme, um modo de pensar o espaço a partir dos sujeitos. O situado não consagra modelos preexistentes dentro da ótica desenvolvimentista, tira do próprio espaço experiência construídas localmente. Nesse novo desenvolvimento, há uma prudência na escolha dos

elementos que serão postos como indutores da construção do desenvolvimento social local. Esse modo de pensar a produção do espaço aparece como subversivo aos modelos dominantes devastadores de paisagens naturais e sociais.

Esse modo pensar o espaço parte de um movimento a partir de si e não dos outros modelos de desenvolvimento. Desviamos nossos olhares para aquilo que nos pertence quando valorizamos apenas o outro. Deixamos de perceber que existe uma pluralidade de atividades socioeconômicas, sociais e culturais que agem como uma força mantenedora da organização socioespacial. Essa força se mantém em constante movimento dentro de uma complexidade e interdependência entre os atores juntamente com suas diversidades de práticas, apoiados por suas crenças, onde os fluxos se alinham como processos distintos dos modelos econômicos.

Diante disso, nossas experiências como filho de produtor rural do assentamento de Vila Amazônia, que correspondem ao universo de estudos, nos levou a fazer um longo exame reflexivo sobre a produção socioespacial do sítio simbólico de pertencimento da Valéria, usado como o *locus* da pesquisa. Além do mais, muitas histórias de vida de pessoas e suas experiências relatadas em conversas durante várias oportunidades viajando para muitas comunidades rurais nos rios Uaicurapá, Mamuru, Andirá, Maués, Zé-Açú, Nhamundá, entre outros, nos fazem acreditar na a construção do desenvolvimento situado que tem como os agentes da transformação social os próprios indivíduos locais.

Nesse sentido, este estudo é resultado de cinco idas ao campo, durante oito meses, sendo que a cada ida foram em média uma semana entre viagens de deslocamento e permanência no campo, somado às experiências como filho de produtor rural do Assentamento de Vila Amazônia, que contribuiu e reforça as explicações sobre os processos socioeconômicos existentes. Nesse período, o objetivo foi de observar o desenvolvimento do turismo de cruzeiro na comunidade São Paulo da Valéria, onde se encontra a foz do igarapé da Valéria que a organização do turismo, nacional e internacional denominou como itinerário de Boca da Valéria na trajetória dos cruzeiros marítimos.

As técnicas relacionadas à pesquisa seguiram a abordagem etnográfica em Roberto Cardoso de Oliveira (2006.), partindo dos movimentos estabelecidos pelo olhar, o ouvir e o escrever, como princípio da cognição do indivíduo consciente, “assumem o sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que é com tais atos que logramos construir nosso saber”. Esses processos ajudaram a compreender as diversidades de práticas e iniciativas locais como elementos produtores de uma organização socioespacial, de modo que esses elementos foram postos para construção do desenvolvimento situado baseado na diversidade cultural, social, política, econômica, religiosa e de elementos naturais encontrados nessas espacialidades.

A tese ora apresentada propõe-se a examinar um lugar segundo novas bases teóricas, cujos resultados podem se transformar em vários "produtos" postos a avaliação e a aproveitamento dos sujeitos pesquisados e aos estudos já realizados no município de Parintins. Para concluir, destacamos o último “ato da cognição” na perspectiva de Oliveira como a arquitetura da tese, na qual apresentamos de forma resumida dos capítulos que se seguem:

Capítulo I – Fundamentos históricos do desenvolvimento econômico: caminhos para construção do desenvolvimento situado. Este capítulo traz a abordagem histórica, conceitual sobre a ideia do desenvolvimento econômico, seus desdobramentos assim como apresenta o discurso da contradição e negação do desenvolvimento econômico sobre a ótica do desenvolvimento situado. Destaca o desenvolvimento situado como novo paradigma para transformação do homem sobre os velhos processos econômicos em um novo homem consciente, com sentimentos de pertencimento e relações dialógicas entre todos os homens situados.

Capítulo II - Rastro da memória e história do desenvolvimento econômico do município de Parintins. O capítulo evidencia o lugar da pesquisa, o olhar e a aproximação do pesquisador com o objeto da pesquisa. Traz a contextualização sobre os aspectos demográficos do município de Parintins, para evidenciar os atuais processos socioeconômicos. Aborda as relações da história, geografia, literatura, antropologia e arte, como parte de um processo interdisciplinar evidenciando as contradições socioespaciais sobre os processos históricos da origem do município. Finaliza com a apresentação dos processos de desenvolvimento econômico ocorridos na comunidade de Vila Amazônia.

Capítulo III – A região da Valéria: um estudo sobre as práticas e iniciativas locais para construção do desenvolvimento situado. Apresenta a pesquisa realizada na localidade pertencente à região da Valéria (denominada pelos moradores locais) no interior do município de Parintins, onde ocorre a prática de turismo receptivo durante o período de alta temporada dos cruzeiros marítimos. Traz o contexto demográfico sobre a área de estudo e aponta as características dessa atividade, a partir de observações sobre as práticas e iniciativas locais usadas na recepção de turistas estrangeiros e nacionais, destacando os processos simbólicos, os bens materiais e imateriais sobre a ótica da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento.

Capítulo IV – O paradigma do desenvolvimento situado: novos olhares, novos saberes. Destaca o processo de construção do desenvolvimento situado em uma localidade, através de

um programa de estudos sobre os sítios simbólicos de pertencimento. Estabelece um tipo de processo de conhecimento a partir da educação itinerante mediada pela pedagogia situada, assim como, apresenta algumas possibilidades de processos de produção, aproveitando o conhecimento e as práticas locais. Finda com a proposta do desenvolvimento do turismo situado com a integração às práticas econômicas de base local como a agricultura, a pecuária e a pesca. Aponta também o processo de aprendizado e transmissão de conhecimento para as práticas específicas dos sítios e do homem situado

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SITUADO

Se a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que, com ou sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um ou outro elemento para essa constelação específica. O desenvolvimento torna-se o processo gradativo através do qual esses itens foram adicionados, isoladamente ou em combinação, ao estoque sempre crescente que constitui o conhecimento e a técnica científicos

Thomas C. Kuhn (1998, p. 20)

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre o desenvolvimento econômico, social e humano, ainda se mostra um campo muito promissor entre as ciências humanas e sociais. As intenções de possibilitar a igualdade social entre as populações para excluir as desigualdades nos parecem não encontrar uma porta que chegue a uma saída definitiva. Potencializam-se muito mais as ações para o desenvolvimento econômico ao modo capitalista, deixando de lado o desenvolvimento social e humano. Esses dois últimos aspectos viraram um efeito do primeiro. Isso ocorre não pelo fato de haver a falta de intenção, estudos, planos e projetos que leve ao desenvolvimento social e humano de fato, mas pelo poder e hegemonia daqueles mantenedores da ordem econômica mundial.

A valorização dos aspectos econômicos em detrimento do social e humano distancia cada vez mais o equilíbrio das relações sociais entre as populações, principalmente sobre aquelas que vivem em espaços rurais. Em muitos casos, são populações que mantêm suas existências através de benefícios sociais, aposentadorias e atividades ligadas a uma pequena produção agrícola, assim como a pesca para alimentação familiar e uma baixa produção agropecuária. O modo como produzem permanece como atividades muitas vezes artesanais. São adicionadas novas técnicas quando técnicos de órgãos ligados a instituições como INCRA, IDAM, Universidades, se mostram interessados em desenvolver atividades ligadas a alguma política pública ou interesse de pesquisa.

O desenvolvimento como processo gradativo, como aponta Thomas Kuhn na epígrafe, não ocorre de maneira efetiva para grande maioria da população. Um pequeno grupo de pessoas com melhores condições econômicas consegue sobrepor aqueles moradores sem as mesmas condições econômicas e sociais, conseguindo maior produção e inserção desses produtos no

mercado local e estadual com maior facilidade. Esses processos seguem um modelo único mesmo para aquele pequeno produtor que almeja um dia fazer parte desse sistema, levando ao afastamento ou neutralizando a criação de um modo próprio de desenvolvimento nas práticas e iniciativas locais.

Os modelos de desenvolvimento econômico capitaneados pelos países hegemônicos, consequência da “ocidentalização do mundo”, elevou muito mais o distanciamento de pequenas localidades afastadas geograficamente dos grandes centros urbanos com mercado econômico globalizado, um processo que têm levado a reflexão sobre as crises econômicas, sociais e culturais vividas pelas sociedades. Seguindo essa direção, muitas localidades promoveram ações que levou a modificar hábitos, tradições e costumes como estratégias de sobrevivência e também para evitar ficar à margem desse processo.

Na Amazônia, comunidades rurais só conseguiram se aproximar dessas configurações econômicas quando o capital internacional, ONGs, instituições públicas e privadas, combinadas com alguma política pública tentaram melhorar as condições de vida de suas populações através de alguma forma de planejamento econômico. Esses planejamentos em grande parte são configurações exógenas, com moldes que não cabem nessas espacialidades, organizados a partir de alguma política econômica internacional, através de projetos e programas com ação transformadora que não atingem todos os seus objetivos.

Em muitos casos, projetos e programas foram ou são abandonados a cada tempo, não havendo a continuidade das ações planejadas por essas iniciativas. Um dos exemplos mais emblemáticos foi a tentativa de produção da borracha natural em escala industrial por Henry Ford no rio Tapajós no estado do Pará. Muitas ações tendem a partir de uma postura verticalizada para garantir melhorias sociais sem ao menos buscar compreender as questões socioeconômicas e culturais das localidades. Isso contribuiu para criar muito mais problemas do que soluções. Consequência disso aparece à exploração do trabalho, modificações dos hábitos, expropriação da terra, dívidas bancárias pela compra de implementos agrícolas, reforçada pela falta de assistência técnica continuada, assim como o êxodo rural.

Para visualizar a força transformadora de certas ações desenvolvimentistas são as imagens externas que chegam facilmente a partir das tecnologias da informação e comunicação (Internet, Televisão, etc.) e por meio da inserção de técnicas com a interação de outros atores sociais em uma determinada localidade, podendo modificar os hábitos locais. O mercado mundial, conduzido pelo capital internacional, não busca retirar dessas localidades aquilo que poderia contribuir para gerar mais forças às suas engrenagens, que são as práticas, as experiências, as iniciativas e todo conhecimento humano sobre o lugar.

Buscam-se apenas as matérias-primas para serem produzidas dentro de seus processos produtivos, transformando-o em recursos para gerir as engrenagens que mantêm de pé um gigantesco sistema global. A busca por esses recursos criou um fosso nas relações sustentáveis entre homem e natureza. Sua transformação parte de conhecimentos exclusivos nas mãos de poucos. Essas transformações movidas pela ganância de mais recursos naturais e sustentadas pelas forças de produção, cujo motor são as mercadorias, resguardam o mercado global e globalizante, mas vivem em crise por causa da constante exploração desses mesmos recursos naturais, o que tem levado a sua escassez.

Embora toda essa máquina ainda esteja com seu sistema em pleno funcionamento, verifica-se um forte ruído em suas engrenagens por elas receberem em grande escala recursos cada vez mais escassos no planeta. Esses ruídos são as peças rangendo pelos constantes atritos causados pelo giro dos processos socioeconômicos, anunciando que é necessário fazer mudanças. Esses fatos não podem ser deixados de lado, deve-se levar em consideração que as práticas socioculturais congregam com os processos econômicos nos espaços das localidades, assim como o mercado mundial, do qual seus operadores são os elementos humanos.

Esse capítulo segue a trajetória do desenvolvimento da economia sobre os seus fundamentos históricos, saindo um pouco da rota da abordagem das tradições ocidentais das ciências universais, indo ao encontro dos processos de desenvolvimento da economia dos povos primitivos distante do *velho mundo* para construir uma relação com o desenvolvimento situado para a atualidade. Versa sobre a construção histórica e teórica sobre o processo de desenvolvimento da economia de base ocidental, do qual serão apresentadas as linhas de tempo dentro das escolas econômicas, além da discussão de economistas e outros autores que transitam mais para o desenvolvimento humano.

Observando a intensificação das crises dos modelos dominantes das ciências, assim com os seus limites, além da crise do sistema capitalista, surge a proposta de um novo modelo de desenvolvimento. Ele parte da valorização humana e de seus sistemas socioculturais, suas tradições, organizações sociais e sistemas crenças. Esse novo desenvolvimento se propõe a construir uma nova *pedagogia do lugar*, buscando no seu passado as experiências como fonte de saber para servir de referência a esse novo processo de desenvolvimento. Tem como pressuposto teórico a *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento* ⁵, forjada a partir dos limites alcançados pela economia do desenvolvimento econômico de cunho capitalista.

⁵ O economista marroquino Hassan Zaoual, ao longo de sua vida profissional procurou compreender as forças que organizam os sistemas culturais das tradições africanas dos processos econômicos implantados pelas economias capitalistas. Para compreender esse processo, ele construiu um método do qual o chamou de método dos sítios, ou

1.2 DA ECONOMIA PRIMITIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SITUADO

Pensar sobre a abordagem do desenvolvimento econômico capitalista e seus desdobramentos, leva a falsa crença que trará a igualdade social, distribuição equitativa da renda, assim como o tão esperado bem-estar social à população nas grandes e pequenas cidades. Essas conquistas não foram alcançadas pela grande maioria das populações onde foi implantado o setor fabril em muitas cidades brasileiras. Muitos são os exemplos de processos de desenvolvimento econômico pelo viés da industrialização em todo o país, como se eles garantissem a redenção social para toda a população, o que de fato isso não ocorre em sua totalidade. Quando esses processos são inseridos, eles já trazem em si envoltos às crenças, ideologias, regras, padrões que direcionam para o caminho do lucro imediato para as empresas, sem terem a preocupação com as múltiplas existências sociais e culturais dos sítios.

Processo de produção, mercado interno e externo, lucro, apropriação e exploração, são algumas das palavras de ordem desse sistema. Sua única preocupação é com o bom funcionamento de suas engrenagens para geração do lucro a qualquer preço. Esses processos ao longo da história foram intensificados com a expansão do capitalismo e seu modelo único de apropriação e exploração dos espaços e dos seres humanos, baseado em um processo de produção agressiva aos múltiplos ambientes naturais e culturais, com a intenção da exploração de todos os seus recursos até o seu esgotamento. Essa é a racionalidade que atravessou os oceanos desde o período das grandes navegações, para atender aos interesses de uma pequena elite em detrimento das muitas populações originárias e suas culturas.

Não podemos ignorar que todo esse pensamento acompanhou o homem dito “moderno”, com sua civilização orientada por seus padrões culturais e sociais, ignorando outras formas de existências humanas, subjugando-as como inferiores. Esse jogo de vencedores e vencidos teve seu princípio a partir das transformações culturais ocorridas na Grécia Antiga, quando Platão e Aristóteles criaram os fundamentos da cultura ocidental, levando a cabo a sua racionalidade; o intelecto dos cultos, a verdade absoluta e a busca incessante pelo conhecimento através da cognição. Moral e ética são como bússola a orientar todas essas ações.

A ideia de desenvolvimento econômico não é algo descolada desse pensamento ocidental. Ela obedece a regras, padrões e modelos já prescritos, seguindo caminhos que atendessem a interesses distantes dos espaços onde se pretendiam “desenvolver” e conquistar,

sitologia. O modo como as teorias de desenvolvimento econômico não davam conta de apresentar uma teoria mais geral que relativiza se e compreendesse as organizações específicas com os sistemas econômicos fez com que apresentasse a teoria dos sítios.

afastando o homem local de seus espaços e da sua essência. Gonçalves (2008, p. 28) afirma que a “separação homem-natureza (cultura-natureza, história-natureza) é uma característica marcante do pensamento que tem dominado o chamado mundo ocidental, cuja matriz filosófica se encontra na Grécia e Roma clássicas”. Não foi apenas uma separação do homem com a natureza “selvagem” pura, mas, sobretudo, o afastamento do lugar que o tornou um ser racional, fundamentado pela interação homem, espaço geográfico e as suas representações.

Essa racionalidade foi duramente imposta pelos europeus desde o estabelecimento da primeira colônia espanhola nas terras do Novo Mundo, assim como em outras colônias espalhadas pelos oceanos até o século XVIII, quando a maioria das colônias tinha alcançado a independência. No entanto, mesmo independentes, o pensamento dominante de base ocidental e a sua cultura permaneceram entre os colonos, enquanto a cultura, a organização social e a economia dos povos primários foram gradativamente perdendo sua essência. Diferentes das leis que regem o mercado, o valor de uso e o valor de troca, não faziam parte dos sistemas culturais dos povos pré-colombianos, nem daqueles povos de outros continentes, uma vez que a terra e suas riquezas eram a combinação da existência de um homem coletivo.

Os sistemas dominados pelos povos pré-colombianos eram bastante complexos em sua organização social, cultural e econômica, como apontaram os estudos antropológicos, arqueológicos e etno-históricos. Como exemplo: Anna C. Roosevelt (1991, p. 121) no final do século passado, ao pesquisar o desenvolvimento social indígena da Amazônia, considerou “os sistemas econômicos mais importantes eram suficientemente complexos para requerer moeda de intercâmbio, sendo que o uso de contas de colar discóides como moeda comercial foi observado pelos primeiros europeus em muitas partes das Terras Baixas”. A pesquisadora traz uma acurada reflexão sobre o desenvolvimento e evolução social na Amazônia entre os povos pré-colombianos.

Esse desenvolvimento tinha como marca os sistemas complexos de cultura, sociedade e economia não apenas de subsistência, uma vez se produzia excedentes de alimentos para grandes contingentes humanos, como apontam os relatos dos primeiros cronistas sobre a região⁶. Além disso, essas populações produziam artesanatos em grande escala, o que indicava resultado de amplo desenvolvimento sociocultural. Nessa mesma direção, Silva (2012, p. 155) reforça nosso pensamento ao destacar que “os homens da Amazônia pré-colonial não eram só

⁶ Fausto (2010, p. 9-10) enfatiza que “os sistemas sociais indígenas existentes às vésperas da conquista não estavam isolados, mas articulados local e regionalmente. Ao que tudo indica, vastas redes comerciais uniam áreas e povos distantes. Movimentos em uma parte produziam efeitos em outra, por vezes a quilômetros de distância. O comércio, a guerra e as migrações articulavam as populações indígenas do passado de um modo mais intenso do que observamos hoje”.

caçadores e coletores (como eram), agricultores, artesãos, navegadores e possuidores de um nível técnico capaz de dar conta das necessidades de grandes contingentes humanos”.

Esses processos não são diferentes de algumas comunidades indígenas na Amazônia, herdeiras dos povos originários, onde sua organização social mantém suas tradições, preservando uma relação íntima com o seu ambiente físico, com modos de desenvolvimento que preservam a vida, não apenas a humana, mas também as formas de vida encontradas na flora e fauna. Para Magalhães (2005, p. 61), “nas populações indígenas locais (Amazônia), as formas de manejo sustentável dos recursos bio-geo-culturais articulam a relação economia/ecologia em ascendência sobre a relação ideologia/astronomia”. Enquanto que o modo de produção do sistema capitalista foca na “mercadorização” de produções centrais e modelares, os sistemas culturais dos povos indígenas nos parece propício para conectá-lo ao desenvolvimento situado.

Assim como os povos indígenas, com suas raízes fincadas nos seus lugares de origem, onde os processos de produção agrícola, artesanato, religião, os sistemas simbólicos dessas populações não foram dados ao acaso, eles também são movimentos construídos a partir das interações e processos anteriores ao longo do tempo. A especialização, as técnicas e suas tecnologias, por mais que não tenham as mesmas relações com as ciências ocidentais, elas também passaram por um longo processo de acumulação até se tornarem um produto das atividades sociais e culturais das sociedades originárias. O conhecimento adquirido pelas sociedades tradicionais após sucessivas vivências quer o mundo ocidental o julgue como senso comum ou conhecimento tradicional, foram transformados sistematicamente até se constituírem como produtos culturais destinados a essas sociedades ⁷.

A diferença marcante desses processos foi à ausência de um sistema de escritas que comprovasse sua evolução a partir de uma construção metodológica ⁸. Esses conhecimentos

⁷ A descrença das ciências ocidentais em relação aos conhecimentos construídos pelos originários do *novo mundo*, fez com que surgessem muitos preconceitos as formas de existências dos espaços locais, embora não possuíssem os modelos científicos, muito de seu conhecimento, ainda são utilizados pelos descendentes, assim como pelas sociedades atuais. Anna Roosevelt em seu texto *Arqueologia Amazônica* (1992, p. 33) destaca que “muitos veem a Amazônia como um ambiente pobre para o homem, um “falso paraíso” que inibiu o crescimento populacional e o desenvolvimento cultural, em comparação com as áreas áridas montanhosas e costeiras do oeste da América do Sul. Do mesmo modo, suas culturas pré-históricas têm sido associadas a influências, migrações e invasões provenientes do exterior. Apenas raramente a Amazônia é vista como um ambiente rico para a adaptação humana e fonte de inovação e difusão de cultura pré-histórica”.

⁸ Fausto (p.7/8) comenta que pela falta de trabalhos escritos antes da chegada dos portugueses sobre as populações indígenas, foi preciso recorrer às evidências arqueológicas e pela linguística histórica, assim como estudo das populações indígenas contemporâneas, o que não garante sua total verdade sobre o tema. Além do mais, ele destaca que existe um grande obstáculo para o trabalho arqueológico por se tratar de uma área que está contida em áreas tropicais, já que os solos contêm uma elevada acidez, assim como as ações do intemperismo, contribuindo para destruição total ou parcial dos artefatos, com exceção das pedras trabalhadas e as cerâmicas, “ossos, madeira,

foram construídos a partir das observações realizadas por essas populações sobre os ambientes naturais, por métodos próprios para depois serem utilizados por um determinado grupo humano. Ao longo dos tempos esse conhecimento foi negligenciado como um conhecimento válido. Mesmo não havendo artefatos que demonstrem um sistema de escrita mais avançado, os achados em cerâmicas, os solos de terra preta, o uso de plantas medicinais (muitas já usadas na fabricação de medicamentos e cosméticos para as indústrias atuais) ⁹, a domesticação de plantas, são exemplos que podemos destacar como parte de uma tradição com expertise própria que souberam construir uma variedade de conhecimento sobre o próprio do lugar de pertencimento.

Note-se a relação biossocial, natureza - homem configura-se não em um sentido de luta, mas de interação, interdependência. Esse sistema de relações conjugou o modo como os homens mantinham sua relação com o espaço físico, irradiando para a vida e ao seu desenvolvimento social e cultural. Esses aspectos socioculturais e modo como os primeiros povos se desenvolveram em ambientes naturais heterogêneos, produziu um tipo de desenvolvimento cultural que sobressaem os fatores biológicos, passando a ser um modo peculiar de se desenvolver. Essas matrizes ecológicas são fortuitas para indicá-las como apropriadas num sistema de relações que indicam o verdadeiro desenvolvimento sustentável, ou o desenvolvimento de base local.

As bases que fundamentam a defesa desses modelos têm raízes teóricas e metodológicas surgidas na década de 1950 a partir da teoria do desenvolvimento endógeno proposto por John Friedmann ¹⁰ e Walter Stöhr. Essa abordagem focaliza os pequenos territórios, para a qual o desenvolvimento favorece a empresas locais com ações realizadas pelos atores locais, em um plano de ações no sentido de baixo para cima, favorecendo os recursos endógenos (humano e

palha, restos de alimentos” não se mantêm preservados. Outra questão é a densidade da floresta que esconde boa parte dos sítios ocupados pré-históricamente.

⁹ O naturalista francês e especialista em espermatófitas, *Paul Le Cointe*, publicou 1947 em seu livro - *Árvores e plantas úteis: indígenas e aclimatadas - nomes vernáculos e nomes vulgares; classificação botânica – habitat; principais aplicações e propriedades*, onde apresentou uma lista com uma variedade de plantas estudadas pelos cientistas que passaram pela Amazônia, além das plantas utilizadas pelos povos indígenas em seus rituais de cura e alimentação. O livro tinha o objetivo de estabelecer uma relação da flora amazônica destacando os estudos científicos com os conhecimentos práticos da população local.

¹⁰ Em entrevista a *Geography, Economics, Society* em 2011, John Friedmann explicou os processos que definem sua teoria. Ele destacou que a sua proposta de desenvolvimento está baseado em ativos para regiões recém-urbanizadas, da qual identificou sete grupos de ativos regionais com alvos prioritários para o investimento público, onde o primeiro e mais importante desses ativos são os recursos humanos de uma região, ou seja, sua população, a qualidade de vida da região e sua subsistência. O segundo grupo de ativos que identifiquei é a sociedade civil organizada, que diz respeito às muitas atividades auto-organizadas pelos cidadãos. Essa sociedade civil está amplamente envolvida no cotidiano dos cidadãos em seus bairros e comunidades. (BOURDEAU-LEPAGE, et al., 2011).

natural), assim como a composição da produção local com ênfase especial à consideração de valores culturais e ao uso de arranjos cooperativos.

Esses aspectos são relevantes e servem de exemplo para destacar o papel dos aspectos simbólicos na base do desenvolvimento situado, considerando aquelas comunidades pejorativamente denominadas como rurais ou tradicionais pelo pensamento único, como se elas estivessem estacionadas em um tempo pretérito, sem mudanças sociais relevantes para o seu desenvolvimento. O desenvolvimento situado não leva em consideração apenas as relações de produção dentro dos processos econômicos; ele estabelece um dinamismo entre as atividades humanas e ambientais, assim como está ligada a produção de um saber de base local. Esse saber inclui as tradições, as técnicas e, junto à nova pedagogia local ou pedagogia situada promover e apoiar o autodesenvolvimento local.

A introdução desse processo mina a importação de modelos exógenos de desenvolvimento previamente definidos por modelos de gestão e administração visando apenas sustentar empresas externas, assim como os mercados internacionais. A introdução do desenvolvimento situado não está voltada para criação de produtos e nem mercadorias dentro de um sistema de competição internacional, já que esse processo engessa o movimento dos processos locais de desenvolvimento. O foco do desenvolvimento situado está no desenvolvimento humano em todas as suas dimensões (cultural, social, econômico e ambiental), e também na construção de um conhecimento que seja útil a toda população local, contribuindo para auxiliar no desenvolvimento local e regional. Esse desenvolvimento deve ser um modo de vida, seu cotidiano, e não apenas uma espécie de processo alternativo para somar a outros tipos de desenvolvimento.

A abordagem do desenvolvimento situado focaliza a mudança social progressiva na vida humana, estabelecida por novas prioridades ao bem-estar social local. Isso pode contribuir para apaziguar o pensamento construído sobre a ótica do domínio da natureza, o que já levou ao extermínio de várias espécies e a produção de um tipo de desenvolvimento nocivo ao meio ambiente. Araújo Lima no livro *Amazônia: A terra e o homem*, publicado pela Companhia Editora Nacional em 1937, destaca o desenvolvimento de dominação da natureza implantada durante o processo de colonização da Amazônia. Para o autor, abriu-se uma “colonização doentia”, com homens com miséria fisiológica e com pobreza de cultura, instalando no ambiente amazônico em desenvolvimento, “uma decadência precoce, caracterizada pela anulação da vitalidade do homem e pelo depauperamento das fontes de riqueza, um e outros sofreram lesão em sua capacidade de produção” (LIMA, 1937, p. 102).

Contrapondo a esse tipo de desenvolvimento, as populações originárias nos fornecem um tipo de processos social guiados pela dimensão simbólica que indicam a abordagem do desenvolvimento situado. Nesse processo, sua raiz cresce no solo das relações e inter-relações sociais entre os membros da própria comunidade. Esse desenvolvimento tem uma aproximação com as interpretações de desenvolvimento local por ser diferente dos modelos de ideologia capitalista. Esse último, como aponta Bresser-Pereira (2006, p. 2), se caracteriza pelo “aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico”, que após a Segunda Guerra Mundial esse processo foi intensificado com a expansão do setor fabril, impulsionado pelo progresso tecnológico do qual contribuiu para a criação de novas tecnologias para o aumento da produção.

Os processos de desenvolvimento econômico capitalista frente às economias sociais, economia plural, desenvolvimento local, economias paralelas e muitos outros que ocorrem paralelos ao modelo único, apontam para uma mudança de paradigma na compreensão dos processos econômicos contemporâneos. Uma ideia básica que figura ao pensamento dos idealizadores do desenvolvimento de base local é a inclusão de modernos processos tecnológicos para o melhoramento da produção, o que levaria o aumento da renda e desse modo chegar ao desenvolvimento social. A inclusão de tecnologias e técnicas pode em grande medida contribuir para o aumento da produção, mas essa inclusão é incapaz de homogeneizar o pequeno produtor aos grandes empreendimentos ligados à economia de mercado.

A técnica, o apoio técnico, o uso de modernos equipamentos não chegam à totalidade dos pequenos produtores, estando ele localizado no Norte ou no Sul. Esses processos têm o domínio dos mega empreendimentos e empresas ligadas ao mercado internacional, o que leva muitos produtores a vender suas propriedades, os obrigando a migrar do campo para a cidade. Talvez a saída não esteja na projeção apenas no uso de técnicas e tecnologias para o melhoramento da produção, mas na construção de uma **pedagogia do lugar**, onde esse novo processo levaria o conhecimento sobre as dinâmicas sociais, culturais e econômicas de forma situada, assim como o conhecimento sobre a terra e os processos de produção, para, a partir daí, projetar o desenvolvimento específico para cada realidade situada, onde o homem se torna o potencializador desse processo.

1.2.1 Aspectos históricos e teóricos sobre o desenvolvimento da economia

Ao buscar a composição do estado da arte para este trabalho, verificamos vários contextos sociais, culturais e diferentes processos econômicos em várias partes do mundo praticado pelas sociedades, sejam elas civilizadas ou primitivas como designa toda crença orientada pela luz irradiada pelo pensamento ocidental. Como se os processos econômicos fossem algo restrito às sociedades ocidentais. A irradiação desse pensamento é tão forte que mesmo depois das descobertas no campo das ciências antropológicas as definições que tentam explicar esses processos levaram ao entendimento da produção, consumo, bens e serviços, entre outros, como algo restrito da lógica mercadológica.

Graças aos estudos antropológicos e arqueológicos a compreensão desses processos puderam ser interpretados de forma diferenciada. O antropólogo James C. Scott em seu livro *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*, 2017 (Contra o Grão: Uma história profunda dos primeiros estados), traz um novo entendimento contrário ao pensamento dominante de que as primeiras civilizações nasceram do abandono de atividades da caça e a coleta como algo desconexo de outros processos socioculturais. Acreditava-se que ao se tornarem sedentárias com a domesticação de animais e plantas foi permitida a formação de aldeias, cidades e estados agrícolas. No entanto Scott (2017) em suas pesquisas sobre a história das domesticações e a estrutura agrária dos primeiros estados faz uma reflexão sobre esses processos dizendo que o sedentarismo, assim como a domesticação, antecede a constituição dos primeiros estados, uma vez que já existiam pelo menos quatro milênios antes do surgimento das aldeias agrícolas.

A domesticação de plantas na análise de Scott elimina o entendimento singular desse processo. As pesquisas em genética e arqueológica apontam que o seu desenvolvimento ocorreu durante longos períodos, cerca de três milênios, resultando no cultivo de diversas e dispersas culturas como: trigo, cevada, arroz, grão de bico e lentilhas. Com as novas descobertas encontradas pelas ciências do homem, hoje é possível compreender como se deram esses processos milenares. O homem vivendo em sociedade a partir de ações individuais e coletivas transmitiam suas descobertas e seus legados, essas ações foram sendo cristalizadas como parte da cultura. Em antropologia destaca-se a cultura como processo dinâmico, com ações seletivas, resultando no amplo legado cultural, podendo ser mudado a cada descoberta em diferentes tempos e lugares.

O desenvolvimento da economia deve-se às raízes evoluídas de um passado primitivo dentro de um amplo processo acumulativo, no qual novos valores são mais aceitos, outros de certo modo deixam de ser praticados. Para Mello (2002, p. 53), “é fácil perceber que nesse processo de transmissão de padrões de comportamentos alguns valores são relegados ao

esquecimento e outros novos são integrados”. Isso nos mostra que o próprio desenvolvimento econômico na sua fase mais evoluída passou por um longo processo de interação e integração, baseados em padrões culturais cada vez mais aperfeiçoados.

Os estudos antropológicos buscaram nos rastros e vestígios das sociedades do passado dois pontos-chaves para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico, a acumulação e a produção. Esses processos estão muito mais relacionados com as questões empíricas, no saber, assim como nas técnicas, do que na acumulação do capital. O que se tem lido sobre o passado remoto das civilizações é que todos os processos socioculturais das antigas sociedades ocorreram em períodos intervalares como se acreditava. Contrariamente a esse pensamento, esses processos ocorreram dentro de um dinamismo sociocultural.

O legado econômico do passado, como destaca Souza (2015), representa um importante papel de reflexão aos processos econômicos fora da ótica capitalista, sendo o berço das atividades econômicas atuais. Para ilustrar esse pensamento, o autor destaca que os habitantes originários da Amazônia fizeram bom uso de seus conhecimentos acumulados de suas experiências empíricas, sendo elas muito mais complexas do que as práticas primitivas e bárbaras. O autor complementa:

Sem a utilização da roda ou animais de tração, os povos indígenas descobriram e domesticaram mais da metade dos sete grãos alimentícios correntemente comercializados no mundo hoje, além de parte substancial dos produtos agrícolas das prateleiras dos supermercados (SOUZA, 2015).

Se por um lado os achados arqueológicos encontrados indicam as evidências de como surgiram os primeiros processos econômicos, por outro, eles contribuem para a compreensão das três grandes questões da história econômica moderna: desenvolvimento, socialismo e capitalismo. Para compreender as transformações desses processos, Marx (2011) destaca a passagem das condições originais de produção, contestando que elas por si próprias, não podem ser originalmente produtos, como resultados da produção; compõem uma extensão do ser humano vivo em plena relação com a natureza, como referência dos seus aspectos subjetivos. Diante disso se exige “explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital” (MARX, 2011, p. 649).

Nesse entendimento, Hann & Hart (2011), de certo modo, buscaram localizar as matrizes das definições das relações materiais e imateriais de produção nas condições originais

de produção explicadas por Karl Marx para focalizar a passagem da economia tradicional para uma economia de base capitalista. Vemos aí, às relações que separam o homem de sua essência primitiva para um homem voltado exclusivamente à produção de produtos e as relações de produção. De acordo com Hann & Hart (2011, p. 28), “ao fazer essa ruptura, o capitalismo permite o surgimento de uma sociedade humana totalmente emancipada de sua dependência primitiva da natureza. O capitalismo é a parceira dessa nova sociedade”.

Se por um lado nas sociedades “primitivas” o modo de produção teria certo sentido de pertencimento a partir de ações subjetivas diante das práticas diárias e das suas relações com a natureza para assim produzir alimentos, utensílios para mantimentos cerâmicos, medicamentos a base de folhas e raízes e vestimenta a partir de fibras de plantas, tudo destinado à sobrevivência da comunidade, por outro, o modo de produção, enquanto categoria teórica constitui como parte de um processo objetivo dentro das relações de produção. Para Andrade (1998), “os estudiosos costumam admitir que tenha havido, na evolução da humanidade, uma sequência, nem sempre cronológica, de modos de produção, formada pelo da comunidade primitiva, o asiático, o escravista, o feudal, o capitalista e o socialista”.

As relações de produção no sistema capitalista, foco comum dos economistas, ao longo do tempo, afastaram outras esferas da vida cotidiana do indivíduo como se fossem as únicas relações existentes nas atividades desenvolvidas por cada ser humano ligado aos fatos econômicos. As ações e as práticas sociais, assim como todas as manifestações culturais ficaram engessadas ou afastadas de sua essência constante e dinâmica. As contribuições da Antropologia Econômica nos anos de 1970 ajudaram a compreender outras relações obscurecidas pelo pensamento hegemônico ao que concernem os múltiplos processos de natureza econômica, uma vez que não se limitou analisar apenas as relações de mercado, modo de produção capitalista e todas as suas manifestações.

Para Hann & Hart (2011, p. 4), “um dos ramos mais férteis da antropologia econômica nas últimas décadas tem sido explorar ‘modelos locais de economia’, por exemplo, os de coletores de alimentos que veem a floresta onde vivem como uma fonte benevolente de segurança”. Muitos são os exemplos de economia local, paralela e coexistindo com a economia mercadológica. Elas são ignoradas como parte de um processo de inovação técnica desenvolvido pelas sociedades que as praticam. Nessas sociedades, diferentemente das sociedades capitalistas, o mercado é configurado como impessoal, não sendo uma extensão de seus domínios. A vida econômica se manifesta nas relações sociais, na interação com seu meio ambiente, no passado e sua história, na memória coletiva e nas interrelações pessoais.

No movimento desempenhado pelas relações de produção do sistema capitalista, o homem singular impera como o “mestre” absoluto e poderoso, suas ações transitam com sua universalidade extrema, sem opção da sobrevivência do homem plural. A unicidade do mundo é um grande problema de percepção sobre os fenômenos sociais e sua multiplicidade, na qual “os fenômenos empíricos sempre ocorrem de maneira estreitamente relacionada, nunca isoladamente, e isto é particularmente verdade do mundo social. A cadeia de variáveis e de relações é portanto inumerável” (PASTORE, 1967, p. 280). As noções sobre economia devem romper com as tradições vindouras do pensamento ocidental, já que não comportam os pensamentos contrários às suas ideias favoráveis, mas apenas a sua eterna manutenção.

Ao traçar um quadro geral as abordagens econômicas na história, um fato comum nesse contexto é a limitação do prolongamento na linha do tempo entre as sociedades humanas como se os processos relacionados às questões econômicas fossem mantidos dentro de um domo invulnerável e intransponível, com localização e tempo único. Diante dos fatos e entre os tipos de economias e sociedades, a coexistência dessas questões não foge a regra das sociedades contemporâneas, muito menos das sociedades, ditas “primitivas”. Romper essa ordem, fundamentada nas regras da sociedade industrial ocidental, a partir das economias plural, baseada nos processos simbólicos, interacionais e relacionais, representa como novo paradigma de mudança e uma possível solução das atuais crises vividas pela humanidade.

Não podemos negar a universalidade da própria palavra economia como uma das representações das sociedades modernas, assim como não podemos negar que ela não foi uma simples criação espontânea do mundo moderno para definir a trajetória do desenvolvimento capitalista. Sua evolução como representação social tem sua particularidade histórica construída pelas sociedades da antiguidade clássica. Originalmente a palavra economia vem do grego *οικονομία*, do qual o seu significado designa o gerenciamento do *οἶκος* (casa). Sandroni (1999, p. 189) no *Novíssimo Dicionário de Economia* complementa que “a palavra ‘economia’, na Grécia Antiga, servia para indicar a administração da casa, do patrimônio particular, enquanto a administração da *polis* (cidade-estado) era indicada pela expressão ‘economia política’”.

Aprofundar esse contexto nos pareceu ser um longo caminho para percorrer; precisaríamos de tempo para ilustrar todos os períodos e processos que envolveram o desenvolvimento da economia em todo mundo. Buscamos aqui focalizar aspectos históricos de construção do pensamento econômico e suas contribuições como construções teóricas ao longo dos tempos. Compreender os aspectos de um tempo em que o mercado global não dominava as ações coletivas, onde havia um tipo de desenvolvimento local como apontou Anna Roosevelt (1991), ou de um tempo da *οικονομία* grega, apontada como a “antítese dos princípios do

mercado” mundial, são necessários para estabelecer uma relação entre os princípios do desenvolvimento economia capitalista ao paradigma do desenvolvimento situado. Tomar o conhecimento sobre a origem do desenvolvimento da economia torna-se imprescindível para contextualizar esta tese, uma vez que esses processos se constituem como movimento histórico construído pelo homem diante das transformações ocorridas no tempo para formação de uma consciência crítica da realidade atual.

1.2.2 Desenvolvimento econômico: contextos e discussões

O termo desenvolvimento vem sendo empregado em políticas governamentais no setor econômico para promover e contribuir para elevar o crescimento da economia a certa escala. O ideal é atingir um grande número de variáveis, favorecendo as taxas de arrecadação, investimentos, integração ao mercado internacional, faturamento, aumento da produção, investimento técnico e em tecnologias, tudo combinado às políticas internacionais podendo contribuir para o aumento da renda de grande parte da população. Seria um meio para chegar aos seus fins, no caso produzir o crescimento econômico. Apesar de crescimento e desenvolvimento aparecerem como sinônimas no entendimento de que algo tenha sofrido uma mudança nos aspectos práticos, em economia elas ganham outro sentido.

Crescimento econômico e desenvolvimento econômico têm em si certa proximidade, mas no campo prático, objetivo e teórico ganham outra dimensão, um pode ocorrer sem a existência de outro. A aproximação segundo teóricos das Ciências Econômicas está no modo como se dá a medição desses dois processos, considerando o aumento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. Para Sandroni (1999) crescimento econômico, “é definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*”, enquanto desenvolvimento econômico se dá pelo “crescimento econômico (aumento do PNB *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

As contribuições das Ciências Econômicas no campo teórico ajudam a refletir não apenas sobre essas duas abordagens (crescimento e desenvolvimento econômico). Ela ajuda a compreender o domínio e hegemonia de alguns países sobre outros, assim como, para clarificar sobre a formação das desigualdades sociais existentes em todo o mundo. É claro que entre esses dois contextos teóricos emanam várias ações humanas e variáveis impossíveis de serem mensuradas nas estimativas dos índices econômicos. Desta forma, iremos focalizar o campo

teórico do desenvolvimento econômico, apresentando algumas definições e contextos em diferentes escolas e seus autores, com isso, apresentar o desenvolvimento situado como movimento diferenciado do modelo capitalista.

Vale destacar que as teorias econômicas versam sobre seu papel na vida da população apresentando as abstrações necessárias sobre a riqueza entre as nações, o aumento da produção de um país, assim como todas as abordagens sobre os processos e fenômenos econômicos para encontrar a essência de suas manifestações sociais no campo prático. Nesse aspecto, no que refere ao desenvolvimento econômico e sua vinculação à proporcionalidade do alcance de um possível desenvolvimento social, a busca pelo conhecimento das formas como foram pensadas as abstrações teóricas para a compreensão da realidade social é importante nesse contexto. O pensamento sobre o desenvolvimento econômico como ato consciente refletido a partir das ações de cada indivíduo corresponde às experiências e ações dos sujeitos sobre um determinado processo ou fenômeno estudado.

O desenvolvimento econômico situa-se como significado das ações dos sujeitos pelos atos reflexivos sobre um dado objeto estudado no campo econômico, sendo que ele há muito tempo vem sendo estudado por autores como Adam Smith e Karl Marx, século XIX, até a atualidade. Se as atividades econômicas se reproduzem pela reunião dos atos e ações do homem para prover suas necessidades, desejos e anseios, produção, consumo, distribuição e as negociações de bens e serviços. Os estudos sobre o desenvolvimento econômico conseguem reproduzir uma significação sobre esses processos. Segundo Gomes (p. 19), o desenvolvimento econômico traduz o progresso de caráter qualitativo de um espaço, em que “fundamentalmente resulta da permanente transformação dos recursos produtivos, das modificações inovadoras introduzidas no sistema produtivo e da consequente adaptação das relações econômicas e sociais”.

Para compreensão desses processos, a relação da epistemologia das Ciências Econômicas para as teorias do desenvolvimento econômico se faz necessária. Ela busca no princípio do pensamento econômico as manifestações das ações sociais que foram capazes de construir o arcabouço teórico/metodológico dessa ciência. Apesar da teorização sobre os processos de desenvolvimento ganharem maior atenção a partir da segunda metade do século XX, as fases anteriores foram essenciais para o suporte explicativo dessas teorias. Nesse sentido Brue (2006, p. 20) considera que:

[...] o mercantilismo deu uma contribuição definitiva para o desenvolvimento econômico, expandindo o mercado interno, promovendo o livre transporte de bens sem ser atrapalhado por pedágios, estabelecendo leis e impostos uniformes e protegendo as pessoas e os bens em trânsito dentro de um país e entre países.

A Escola Mercantilista aparece como ponto que demarca a delimitação histórica sobre o pensamento econômico e mostra sobre que objetos foram construídos as teorias econômicas, fornecendo uma explicação causal sobre esses processos humanos. A partir da Escola Clássica que o desenvolvimento econômico aparece como movimento abstrato de explicação do fenômeno econômico em Adam Smith a Karl Marx. Para Jones (2000, p. 1), “a questão fascinou tanto os economistas clássicos, que está no título do famoso tratado de Adam Smith *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*”.

Nesse texto Smith analisa quatro momentos da história que levaram ao desenvolvimento econômico e social: a caça, o pastoreio, a agricultura e o comércio. Compreender como se deu cada estágio e o processo de produção que envolvia as demandas das necessidades de cada sociedade, era essencial para saber como se desenvolveram as instituições sociais e seus governos. Para Brue (2006, p. 82), Smith viu a economia como um crescimento e um desenvolvimento econômico global e acentuado, que pode ser compreendido como um processo dinâmico, a começar pela divisão do trabalho, acúmulo de capital. Esses processos estimulariam a produtividade em relação ao trabalho, acúmulo de capital gerador de reservas salariais, assim como salários mais altos, favorecendo a produção nacional para daí produzir a riqueza da nação. Esse contexto serve de referência explicativa para apontar como as teses relacionadas ao desenvolvimento focalizaram apenas as relações de produção e o acúmulo de capital, o ser humano sempre ficou de fora.

Voltar na história para compreender os fenômenos construídos pelas sociedades humanas a partir das ações sociais é sem dúvida uma marca do processo metodológico de interpretação fenomênica. Tomemos por empréstimo a definição do teórico norueguês Christian Norberg-Schulz (2006, p. 445): “a fenomenologia foi concebida como um “retorno às coisas” em oposição a abstrações e construções mentais”. Buscar a compreensão da construção do desenvolvimento econômico no passado se faz necessário, levando ao retorno das coisas como processo racional constituído como momento histórico de construção do entendimento dos fenômenos econômicos.

Nesse sentido, Bresser-Pereira (2006), enfatiza, pela interpretação de Celso Furtado que para Marx, “a ideia do desenvolvimento se constitui em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno (Revolução Comercial e Revolução Industrial)”. O próprio Marx (2011, p. 55) disse que “quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior [...]”. Uma questão

fundamental apresentada por Marx nesse movimento de ir mais a fundo na história das questões que permeiam o universo social, é sem dúvida a busca pelo indivíduo. Esse processo pode fazer com os indivíduos tomem consciência do seu papel diante dos processos sociais, mesmo pelo entendimento do desenvolvimento econômico, uma vez que falar de produção é falar da “produção de indivíduos sociais”.

Marx (2011) corrobora com essa interpretação afirmando que:

[...] quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais. Desse modo, poderia parecer que, para poder falar em produção em geral, deveríamos seguir o processo histórico de desenvolvimento em suas distintas fases, seja declarar por antecipação que consideramos uma determinada época histórica, por exemplo, a moderna produção burguesa, que é de fato o nosso verdadeiro tema (MARX, 2011, p. 56).

Compreender as fases dos processos históricos do desenvolvimento econômico ajuda a construir uma percepção explicativa e crítica sobre os processos econômicos na atualidade, uma questão que está presente nas discussões acadêmicas de diferentes disciplinas. Apesar dos teóricos do desenvolvimento interpretar o ganho no padrão de vida pelos indicadores socioeconômicos como o PIB real *per capita* de um país, com o acentuado aumento da produção no campo estritamente econômico, a abordagem do desenvolvimento tem sido um tema bastante acessado áreas do conhecimento humano como Geografia e Sociologia para compreender processos sociais intrínsecos a ele.

Para exemplificar essa questão, Gustavo Lins Ribeiro (1991) ao abordar sobre o ambientalismo e desenvolvimento sustentado, além de escrever que o desenvolvimento é uma das noções muito profunda junto ao saber comum e na literatura especializada, com significativa importância nas relações sociais, políticas e econômicas; ele contribuiu para modificar o pensamento antropológico ao sair da ideia básica de ser uma construção cultural da modernidade ocidental, para tornar-se uma “religião secular”, uma vez que ao não aceitar essa cultura levaria a uma punição. O contexto do desenvolvimento como ideia, ideologia ou até mesmo percebida como dogma ganhou mais atenção a partir da Segunda Guerra Mundial.

Sandroni (1999) considerou que nesse período esse pensamento iniciou com mudanças políticas profundas, principalmente pela conquista da independência econômica de algumas nações, assim como a formação de governos e suas estratégias para alavancar suas economias. O autor afirma ainda que “a partir daí fortaleceu-se a ideia de ‘desenvolvimento’, um processo de transformação estrutural com o objetivo de superar o atraso histórico em que se encontravam esses países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países

considerados 'desenvolvidos'" (IBIDEM, 1999, p. 169). Vale ressaltar que após esse período houve um vertiginoso avanço tecnológico, ampliação do setor industrial e dos mercados internacionais, momento em que se desenhou uma nova configuração espacial mundial dominada pelas economias capitalistas.

Neste novo recorte do espaço mundial, a divisão não significava a partilha igualitária da produção econômica, muito menos do lucro entre todos os países e Estados-Nação. Verifica-se o distanciamento entre as economias, assim como, a preocupação de se compreender as diferenças entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, economias emergentes, países do primeiro e terceiro mundo. Os estudos direcionados aos processos de desenvolvimento econômico focam para as causas, as questões políticas, assim como todas as instituições que, de alguma maneira dificultam o aumento nos padrões de vida nos países periféricos aos sistemas capitalistas.

Na linha de tempo elaborada por Brue (2006) é apresentado os principais teóricos do desenvolvimento econômico que focaram seus esforços para compreender esses processos sociais, dentre eles: *Joseph Alois Schumpeter* (1883-1850), *Ragnar Nurkse* (1907-1959), *W. Arthur Lewis* (1915-1991) e *Theodore W. Schultz* (1902-1998). De acordo com o autor, a grande expansão do conhecimento sobre o crescimento e desenvolvimento ocorreu desde 1945, no qual apontou cinco motivos para investir nesses estudos: crescimento econômico variável entre as nações; estabilização da economia em países industrializados por meio de políticas e mercados flexíveis; as antigas colônias depois de estarem livres politicamente buscaram estratégias de promoção do crescimento e desenvolvimento econômico; queda do socialismo marxista na Europa Oriental e União Soviética; e o aumento do padrão de vida em países em desenvolvimento, sendo esses potenciais para atração de investimentos, comércio e finanças internacionais.

Schumpeter é considerado por Vieira (2017) como um dos maiores estudiosos sobre o desenvolvimento econômico, inserido como integrante da escola neoclássica, sendo influenciado por Marx, pelos seus esforços na compreensão do fenômeno econômico a partir da História da Análise Econômica. Sua teoria do desenvolvimento econômico baseia-se na inovação e no desenvolvimento tecnológico – como agente empreendedor. Apesar dos teóricos do desenvolvimento priorizarem as razões das diferenças socioeconômicas entre os países, esse campo de estudos constitui como um universo de difícil solução apenas pela via econômica, dado a diversidade das relações da teia, seus fios entrelaçam outros processos e fenômenos de natureza social e cultural.

Ora, existe uma multiplicidade de contextos, fenômenos e processos múltiplos, incapazes de serem mensurados por indicadores, com suas tabelas e projeções para induzir a projeção da melhoria das condições humana e social como se fosse um Sol a iluminar os hemisférios terrestres em sua totalidade. Pastore mesmo escrevendo em 1967, em pleno uso prático das teorias do desenvolvimento pelos governos militares, já indicava a existência de problemas metodológicos, prevendo as dificuldades na operacionalização dessas teorias no espaço físico. Para ele existiu um “lamento constante dos responsáveis pela elaboração de diretrizes de que a feitura de planos para o desenvolvimento não pode basear-se totalmente nas referidas ‘teorias’, pois estas não se adaptam adequadamente às condições específicas de vários sistemas sociais” (PASTORE, 1967, p. 26).

Essa advertência serve de referência comparativa na proposição dos questionamentos orientadores da tese, intuitivamente demonstra como os programas de desenvolvimento econômico erguido pela via industrial em todo país, não se alinham às múltiplas especificidades de cada lugar, assim como não se preocuparam com as diversidades de organizações sociais e culturais. Usar essa advertência e pôr em evidência para relativizar nossas indagações enquanto proposição de estudo, significa evidenciar dentro dos processos de natureza econômica a existência das diversidades de práticas, iniciativas locais e todo processo sociocultural que ocorrem na construção de novos processos produtivos, envolvendo os sistemas culturais de determinado lugar tomando como base a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento.

Proceder nossa investigação a partir da interpretação histórica do desenvolvimento científico das Ciências Econômicas, para encontrar a percepção e interpretação dos fenômenos sociais que ladeiam esse universo a partir de outras ciências, contribui para tecer uma teia de ideias que leve a uma nova compreensão da realidade social. Ora, esse procedimento leva a indagar sobre questões que permeiam essa ciência, assim como questionar as concepções de se fazer ciência por via da orientação do pensamento ocidental. Investigar outras formas de pensar o mundo para propor novos paradigmas, possibilita construir nova análise sobre os processos de produção humana que não conduzam apenas ao aumento da produção do país, que acima de tudo possa levar ao desenvolvimento humano.

Parafraseando Edgar Morin: Quais seriam “nossas finalidades terrestres” diante dos processos de desenvolvimento? Sobre desenvolvimento Morin (2003, p. 102) afirma:

A noção de desenvolvimento deve tornar-se multidimensional, ultrapassar ou romper os esquemas não apenas econômicos, mas também civilizacionais e culturais ocidentais que pretendem fixar seu sentido e suas normas. Deve romper com a

concepção do progresso como certeza histórica para fazer dele uma possibilidade incerta, e deve compreender que nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre: como todas as coisas vivas e humanas, ele sofre o ataque do princípio de degradação e precisa incessantemente ser regenerado.

Regenerar talvez seja uma condição mantida por todo ser vivo dentro de suas funções biológicas. Isso indica buscar em outro domínio científico as respostas para alguns problemas de ordem econômica, já que todos os fenômenos econômicos são construídos por seres humanos. Sair dessa área de conforto, questionar e indagar questões que remetem não apenas ao campo metodológico, sendo postas como proposições filosóficas, levaria a construção de uma nova episteme sobre o desenvolvimento. Economistas como o marroquino Hassan Zaoual (1996) e o indiano Amartya Sen (2018), trouxeram um novo olhar sobre os fenômenos de natureza econômica. Eles buscaram sair do olhar tendencioso do modelo único da ciência e do economicismo redutor das qualidades humanas, para ir a fundo nas construções das ações dos sujeitos sociais junto aos seus espaços singulares.

Alves (2018) ao abordar sobre o desenvolvimento traz uma reflexão sobre esse processo, considerando que o desenvolvimento deve ir para além do crescimento econômico. Para este autor Amartya Sen contribui com esse pensamento uma vez que compreende que “o desenvolvimento deve ser visto de uma perspectiva mais abrangente e integrada, que não se limita ao crescimento econômico, mas que inclui também considerações de natureza social e política, com foco nas liberdades individuais” (IDEM, 2018, p. 25). A expertise intelectual de teóricos divergentes dessa nova rede de estudos focou seus esforços para projetar uma possível materialização vigorosa do espaço apenas pela via econômica. Isso levou ao insucesso de muitos programas de desenvolvimento econômico de países do Norte para o Sul, muitos deles não conseguiram atender as necessidades de grande parte da população, considerando que muitos chegaram a um declínio imediato.

O desenvolvimento pela via econômica de cunho capitalista com seu vínculo à racionalidade ocidental impõe ordem e regras que refletem como a única visão material de civilização imutável no mundo. O progresso a todo custo, a modernização e sua cultura, vêm transformando o modo de perceber outras existências. O ideário humano busca dar projeção do outro, mas como cópia perfeita projetada pelo modelo capitalista. O que tem despertado o interesse de muitos especialistas (economistas, sociólogos, antropólogos, arqueólogos e muitos outros), a estudar os efeitos desses fracassos, assim como a compreensão das causas que levaram as consequências desastrosas dos processos de natureza civilizatória. Nas antigas colônias europeias transfiguradas pelo projeto colonial, principalmente as localizadas no

hemisfério Sul, excluindo a Austrália, o projeto colonizador, acompanhado do progresso material, expurgou todo desenvolvimento construído pelas populações originárias.

Apesar dos longos e sucessivos ataques às tradições, ao legado sociocultural, assim como nas práticas simbólicas das populações originárias durante séculos de colonização, ainda sobrevive nas populações remanescentes à chave para religar o desenvolvimento sustentável praticado por elas. A chave ou a busca para encontrar as soluções das crises vivenciadas pela humanidade na atualidade, como as crises econômicas e ambientais, não podem ser encontradas sobre o solo que foi fincado as ideologias e todas as manifestações e crenças do pensamento ocidental. Olhar o outro a partir de si tornou o mundo orientado para seguir uma única direção, mas vários estudos e autores que apontam múltiplas direções.

Hassan Zaoual não é único, mas nos oferece uma maneira de romper com o pensamento único de olhar disciplinar. Ele oferece, não apenas uma nova compreensão, mas aponta uma nova racionalidade sobre os espaços locais. Seu olhar através da lupa da investigação científicas, procurando conhecer as fases profundas do capitalismo entre os territórios africano e europeu, a partir de uma força dissidente ao pensamento dos economistas ocidentais, deu a cognição a partir do outro, do diferente, do diverso, do múltiplo, do multi ou transdisciplinar, para apresentar a *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento*. Para Escudie (2004, p. 148) “a teoria dos sítios simbólicos pode assim ser concebida como uma etnoeconomia do desenvolvimento, baseada em atores e sua interpretação das realidades econômicas e sociais”.

Essa etnoeconomia do desenvolvimento como sugere Virginie Escudie (2004), aparece como uma vontade de potência latente no indivíduo com senso de humanidade; despertada ao perceber a necessidade de renunciar as construções científicas antigas, questionar a própria ciência, e propor um novo olhar sobre as ações humanas, refutando as antigas teorias. Durante os primeiros anos de análise, compreensão dos problemas relacionados ao desenvolvimento, muitos especialistas de diferentes áreas do conhecimento se lançaram a construir um entendimento sobre os efeitos e consequências dentro de teorias e políticas para o desenvolvimento, mas muito pouco se conseguiu surtir seu efeito de fato. É preciso dimensionar as lentes da própria ciência sobre a análise do desenvolvimento, para propor uma alternativa útil a toda população e não apenas a uma pequena parte dela, buscando nas particularidades dos lugares para redefinir ou reorientar um novo processo de desenvolvimento.

1.3 A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO

Antes de apresentar a teoria viva de um autor, antes de tudo, é preciso falar um pouco sobre a vida deste autor para torná-lo conhecido. Hassan Zaoual (1950-2011) como outros de sua época, observava os acontecimentos buscando romper com o inconformismo das certezas científicas para transitar no mundo das incertezas. A imensa preocupação em questionar os ordenamentos, os padrões, os modelos lineares, a disciplinaridade das ciências normais ocidental, como das Ciências Econômicas, se revela no percurso de suas obras publicadas em revistas especializadas, artigos e livros, sempre em parceria com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e cientistas de diferentes áreas do conhecimento. Essa preocupação se evidencia na proposta para um novo paradigma das ciências sociais. Sua contribuição ajuda a pensar novas estratégias de desenvolvimento social e humano a nível local, observando os múltiplos contextos sociais dos países do Sul.

Hassan Zaoual nasceu no ano de 1950 em Marrocos, um país localizado no noroeste da África, banhado pelo oceano Atlântico e mar Mediterrâneo, conhecida no cenário mundial pela exibição *hollywoodiana* do filme Casablanca exibido nas telas do cinema mundial em 1942 e entrelaçada entre várias culturas como a árabe e a berbere de nativos africanos. Hassan Zaoual tem como verdadeiro nome berbere, **Jaouani**, o nome de uma porção da tribo de Ait Ahmed, uma das últimas tribos berberes do sul do Marrocos (Fask, região de Goulimime) antes do deserto do Saara. *Jaouani* deriva de *Ijawan* o que significa em idioma berbere local *Tempestade de areia* ¹¹. A referência de sua origem africana, ligadas às matrizes étnicas com fortes simbolismos ancestrais, decerto, refletiu para a construção de sua teoria de dimensão cultural e geográfica.

Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Lille 1 (*Université Lille 1: Sciences et Technologies – USTL*), onde, em março de 1996, apresentou a tese: *Du rôle des croyances dans le développement économique* (O papel das crenças no desenvolvimento econômico). Ao longo da obra, Zaoual apresenta o método dos sítios simbólicos de pertencimento, no qual é concebido como um método analítico, para destacar a complexidade, a variedade e diversidade do dinamismo das sociedades. Apesar de expressar o pensamento do autor, com olhar diferenciado e preocupado com os fracassos dos modelos de desenvolvimento econômicos em países do Sul, a noção e conceitos de derivação de sítios ocorreram nos anos de 1990 na Escócia, em um artigo exposto em uma conferência internacional, no qual debateu os significados das práticas locais.

¹¹ ANTHROPONYMIE: Hassan Zaoual a pour véritable nom berbère, *Jaouani*, nom d'une fraction de la tribu des Aït Ahmed, l'une des dernières tribus berbérophones du Sud marocain (Fask, région de Goulimime) avant le désert du Sahara. *Jaouani* dérive de *Ijawan* qui veut dire en langue berbère locale *Tempête de sable*. (ZAOUAL, 2006b).

Todo trabalho e esforço para compreender as causas dos fracassos dos modelos de desenvolvimento econômico nos países do Sul, devem o empenho de Zaoual ao estabelecer uma conexão, assim como em sua crença na pesquisa social ao modo interacional e relacional, com uma ampla “rede” de pesquisa do qual esteve à frente. O campo de atuação dessa rede entrelaçada aos afazeres científicos, focalizada em fugir de toda regra dos paradigmas hegemônicos e do pensamento dos cânones das ciências ocidentais, para investigar o desenvolvimento local, a economia social e solidária, as finanças solidárias, a governança e as relações Norte-Sul. O resultado desse investimento intelectual foi apresentado em publicações em revistas especializadas como a coleção *Plural Economy* (L'Harmattan em Paris e editora do Horizon Pluriel em Rabat, Marrocos).

Os temas discutidos por Zaoual nessas edições estavam voltados para o desenvolvimento local, as relações entre os processos culturais e o desenvolvimento, entre outros temas. Grande parte do sucesso deve-se a contribuição dos resultados do Laboratório de Pesquisa sobre Indústria e Inovação do Grupo de Pesquisa em Economia Local, GREL, da Universidade de *Littoral Côte d'Opale*, do qual foi o responsável, e também a colaboração conjunta e articulada a ONGs internacionais, formando uma ampla rede de pesquisa. Kherdjemil, Panhuys & Zaoual (1998, p. 10), afirmaram que Zaoual foi “primeiro a usar a expressão de *sítio simbólico de pertencimento* para designar essa realidade (realidade situada), imaterial e material, estável e móvel que cada ser humano ou grupo carrega consigo e com ele, o mesmo indivíduo ou grupo que também pode pertencer a vários sítios”.

A *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento* teve sua fase embrionária na interação interpessoal, em que seus colaboradores constituíram e mobilizaram as suas ações para apresentar os resultados de suas pesquisas à Rede *Sul-Norte de Cultura e Desenvolvimento* em Bruxelas. De acordo com Kherdjemil, Panhuys & Zaoual (1998, p. 10):

A Rede (era) formada por várias entidades (ONGs coletivas, pesquisadores e profissionais) totalmente independentes umas das outras, as mais estáveis e ativas estão na Índia, México, Brasil, Congo, Marrocos e Bélgica. Das trinta edições publicadas até agora desde 1990 da *Revista Redes Culturais e Desenvolvimento Quid Pro Quo*, revisão bilíngue (francês, inglês), muitos lidam com *sítios simbólicos*, especialmente o duplo nº 10/11 de setembro de 1992 dedicado à Metodologia da análise cultural e incluindo o artigo “fundador” de Hassan Zaoual, *La méthodologie des sites symboliques* (A metodologia dos sítios simbólicos), pp. 15-17 e 27/28 de setembro de 1997 sobre a *Metodologia de Análise e Ação Sociocultural*.

Essa rede de pesquisa contribuiu para que Zaoual alcançasse um domínio não pretendido na economia do desenvolvimento. Em sua tese *Du rôle des croyances dans le développement*

économique, resultado de quinze anos de intenso trabalho como professor e pesquisador em Marrocos no norte da África e na França. Durante um curso duplo de ensino e pesquisa, Zaoual apresentou um grande volume de reflexões, mediações e leituras sobre a relação cultura e desenvolvimento econômico. Para ele, os sítios africanos serviram como afirmação de sua tese. Sua compreensão apontou que os modelos de desenvolvimento da economia capitalista, com seu tempo mecanicista, não foram suficientes para impor o seu ritmo sobre a cultura africana.

O papel das crenças no desenvolvimento econômico é uma longa reflexão epistemológica sobre a natureza da economia e do desenvolvimento do qual Zaoual concilia a análise metodológica das ciências econômicas com as economias plurais ocorridas em paralelo com os modelos de desenvolvimento ocidentais nos países do Sul. Nessas economias o que prevalecia eram as relações culturais, sobre o domínio de crenças diferentes dos modelos econômicos que chegavam devastando solo, relevos, florestas e toda cultura local. A conciliação epistemológica das ciências econômicas com os aspectos sociais e culturais levou Zaoual a construir uma autorreflexão crítica, necessária para formular sua teoria.

Uma questão levantada por Zaoual foi o reexame das ciências modernas a partir das releituras do papel das ciências econômicas sobre a construção do mundo atual. Esse movimento levou sua reflexão sobre a cultura, teoria e processos sociais, a partir da análise econômica do desenvolvimento. Isso levou a conceber uma visualização sobre as incongruências relativas aos tipos e modelos econômicos, postos sobre os locais de representação simbólica. Esses modelos a todo custo tentaram impor uma realidade distinta das realidades locais, como se eles fossem a única saída para levar o bem-estar local. São na realidade formas ou parte de um processo engendrado pelos domínios hegemônicos da economia mundial muito distante dos locais onde são implementados. Esse modo de existência capitalista como processo desenhado a partir das concepções deterministas gera crises econômicas e sociais, impedindo de certo modo a ascensão dos mundos complexos.

Esse cenário não surge no momento atual, desde a concepção das ciências o mundo perdeu o equilíbrio entre mente e espírito. Essa separação seria o ponto de partida para compreensão das ambiguidades sociais e científicas existentes no mundo atual. Para Zaoual (2002, p. 62), “essa crença deu origem a convicções e, finalmente, a uma mentalidade extremamente importante para a implantação do mundo industrial [...] um conhecimento necessário para os atores do sistema científico e industrial”. O sustentáculo de convicções chega a localidades complexas por via dos interlocutores das grandes organizações e empresas globais, transformando a seu modo a vida nessas localidades. As diversas experiências revelam

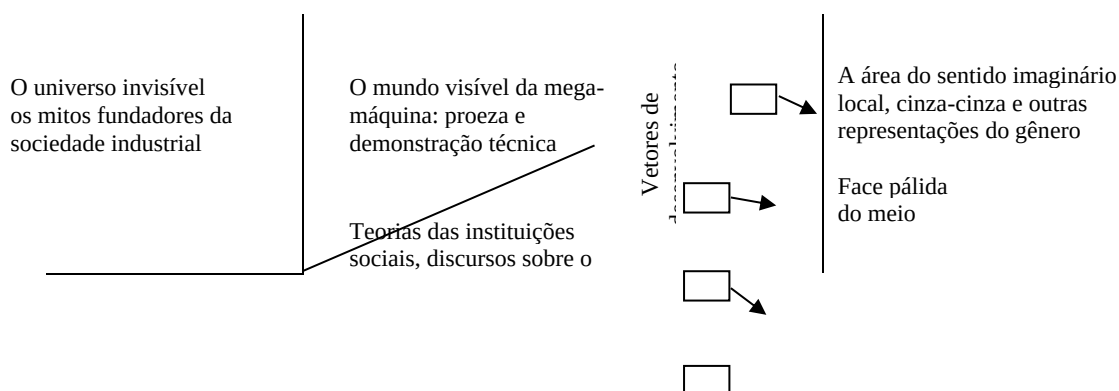
muitos fracassos em sua execução, não previu que a força invisível desses lugares superou as crenças transplantadas de lugares com outra lógica de vida.

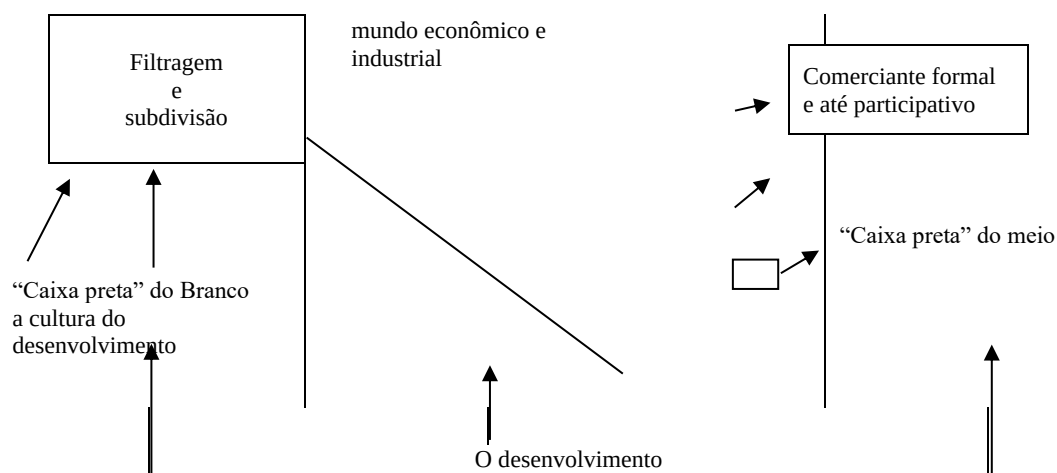
Nos processos de desenvolvimento econômico do Norte para o Sul, o equilíbrio entre crenças transpostas com as crenças locais não são permitidos, já que nessas relações conflituosas existem muitas perdas para os dois lados. A conciliação poderia levar a uma realidade benéfica para os dois lados. O ganho não seria apenas econômico, ou esse ganho nunca pode ser considerado uma condição única para construção do bem estar social. Na Sexta Parte de sua tese - *L'économie et les Sites Symboliques Africains*, Hassan Zaoual, traz uma nova para compreender esses conflitos, a metodologia dos sítios simbólicos. Ela surgiu como resultado de uma longa interpretação sobre as interações entre a economia e cultura, que a princípio deu a base para investigar o nosso objeto de estudo e analisá-lo como processo de uma construção metodológica, da qual denominamos de pedagogia do lugar.

Para Zaoual (1996, p. 196), essa pedagogia deve ser “capaz de criar as condições para uma troca de autonomia e respeito pelas identidades dos sujeitos envolvidos. A resposta para esse desafio não é simples, pois estamos lidando com mundos emaranhados e dinâmicos”. A este modo, o que os idealizadores dos programas de desenvolvimento impuseram nas localidades receptoras foram processos que não geraram de fato o pleno desenvolvimento social. Esses locais não conseguiram suportar o modo de vida externo aos seus comportamentos. Todo interesse desses programas beneficia mercados distantes, em que as crenças inseridas possibilitam apenas o aumento de uma produção, enquanto a vida, as relações, as experiências, como parte dos processos socioculturais são descartadas.

O contato com o sítio escolhido para promoção do desenvolvimento social a partir da teoria dos sítios simbólicos é um passo importante e decisivo que contribuiu na escolha do melhor e adequado projeto. O “laboratório dos sentidos” é uma orientação dada por Zaoual (1996) para ajudar aproximar o observador com o objeto observado, evitando ambiguidades ocorridas nos processos de desenvolvimento como mostra a matriz conceitual a seguir.

A MATRIZ DAS AMBIGUIDADES DO DESENVOLVIMENTO





Baixa intensidade de contato entre as "caixas pretas" dos protagonistas do desenvolvimento (Insuficiência da fertilidade intercultural) (Adaptado de ZAOUAL, 1996, p. 261).

Não muito diferente da interpretação dessa estrutura organizada por Zaoual (1996), que representa as formas de ambiguidades entre as crenças contidas nas duas caixas pretas com sua cultura do desenvolvimento, o sítio estudado vem se alinhando a um tipo de desenvolvimento econômico pouco inclusivo. O contato entre os protagonistas têm mostrado um distanciamento muito mais profundo do que os modelos de desenvolvimentos de industrial. Nesse sentido, afirma Zaoual (1996, p. 258) que “a imersão no ambiente é uma necessidade para conhecê-lo que é, mas não é o que parece, diante das oportunidades imediatas que um projeto caído do céu representa”.

O exame de um sítio a partir do “laboratório dos sentidos” pressupõe a orientação de um programa capaz de convergir às representações simbólicas, assim como as práticas sociais, como ferramentas necessárias para promoção do desenvolvimento situado. Não há como subjugar essas manifestações sociais em favor de uma ordem econômica externa aos domínios do sítio. Cada sítio se organiza conforme seu tempo. Acelerar o tempo pode levar a um distanciamento de suas representações simbólicas. “A concepção do tempo varia de acordo com os sítios simbólicos. Todo mundo possível tem sua própria relação com o tempo” (ZAOUAL, 1996, p. 425). Assim como na África ou na Amazônia, as sociedades anfitriãs construíram um modelo que compete ao seu tempo, enquanto o mundo econômico vive suas crises, a resistência e seu modo de viver contrapõem a vida única do tempo mecânico.

O mundo humano cria e recria suas culturas, constrói tecnologia, desenvolve mecanismos e estruturas que facilitam o modo de viver. Mas esses movimentos seguiram na contramão em relação ao ambiente físico, levando a sua destruição, provocando um grande desequilíbrio ecológico mundial. Polo Industrial em Manaus, Fordlândia no Tapajós no Estado

do Pará, Colonização Japonesa, Papelamazom, Projetos de assentamentos rurais em Vila Amazônia no município de Parintins, são processos de uma mesma face que levaram a desastres socioambientais e problemas sociais, já que não foram construídas com os atores sociais dos sítios. A direção desses empreendimentos é única, em nome de um desenvolvimento tão sonhado, amargura os sentimentos pelas expectativas, além de contribuir para a destruição da diversidade cultural e ecológica.

É preciso salvaguardar o repertório socioambiental disponível em cada sítio, criar condições materiais junto às matrizes encontradas no próprio sítio, com o aproveitamento do conhecimento tradicional e relativizando-o com a construção de um conhecimento a partir de uma historiografia e geografia profunda. Nesse sentido, o inventário do patrimônio imaterial poderá ser protegido e ao mesmo tempo utilizado nos projetos construídos pelos planejadores do desenvolvimento na promoção do bem-estar e equilíbrio social. Cada projeto planejado para cada situação nasceria em oposição aos modelos de desenvolvimento econômico causadores de um determinismo do lugar em relação à economia, já que levam a destruição do meio ambiente e são grandes mecanismos geradores das desigualdades sociais.

O desenvolvimento situado, que aparece como um paradigma emergente no preenchimento dos vazios sociais, culturais deixados pelos modelos mecanicistas, vem fortalecer as práticas e iniciativas locais, servindo como mecanismo de resistência contra os modelos globais de desenvolvimento econômico dos países do Norte. Compreender esses processos sociais e seu ritmo em cada situação leva a necessidade do apoio de uma teoria capaz de eleger hipóteses e convicções a partir de um plano de ação para a elaboração do novo processo de desenvolvimento. Neste caso, a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento nos pareceu apropriada para construção desse processo como parte de um plano de ações de um tipo de economia não violenta.

Uma digressão é necessária sobre a teoria dos sítios em Hassan Zaoual, uma vez que embasa nossa tese como suporte teórico/conceitual. O itinerário da abordagem dos sítios, nascido da autorreflexão sobre a economia do desenvolvimento da França para o Norte da África em mais de quinze anos de pesquisa e, como professor, pesquisador e como ator social desse processo, revelaram orientações que nos levou a compreensão dos modos de organização social de lugares resistentes aos modelos econômicos de tradição capitalista vindos do Norte para o Sul. De acordo com Serge Latouche (2002, p. 25), “o conceito do sítio simbólico de pertencimento é particularmente adaptado para capturar as dimensões micro civilizacionais dos contextos locais”.

Na abordagem dos sítios simbólicos de pertencimento os principais aspectos elaborados por Hassan Zaoual (2006) são os seguintes: a) *reflexão sobre o contexto científico e a cultura*: apresenta o entendimento da interdependência entre a ciência e crenças na defesa da abertura das teorias econômicas às entidades sociais, relativizando o conhecimento científico junto às diferenças culturais entre as sociedades, para avaliar o funcionamento da harmonia social em ambientes favoráveis para as práticas sociais, no contexto da aproximação entre as semelhanças e diferenças; b) *gênese dos sítios*: os aspectos fundamentais para análise das dimensões simbólicas surgem como resultado de um longo processo de análise sobre os fracassos dos projetos econômicos transplantados do Norte para o Sul; Zaoual critica os modelos de economia que não absorveram os contextos humanos nem sua capacidade de autonomia, por outro lado os sítios mostraram-se resistentes aos modelos econômicos capitalistas, de modo que os processos sociais em cada sítio de pertencimento desnudam o entendimento de que toda categoria econômica são “uma simples extensão de nossas crenças científicas e sociais” (ZAOUAL, 2006a, p. 28); c) *o posicionamento favorável aos sítios*: nesse aspecto Zaoual considera a diversidade cultural, em que “o pensamento dos sítios associa os mundos simbólicos e morais dos homens e suas práticas cotidianas” (ZAOUAL, 2006a, p. 31), traz a noção de *homo situs* como processo de redescoberta do mundo simbólico do homem concreto e seu espaços de pertencimento; d) *Memórias e patrimônios dos sítios*: nessa abordagem consideram-se as historicidades das representações e das práticas sociais como processos híbridos dos universos concretos que ajudam na evolução dos atores da vida econômica.

A reflexão sobre o contexto científico e a cultura está associada às dimensões filosóficas de Hassan Zaoual para respostas a sua necessidade da articulação entre crenças e práticas sociais de atores sociais envolvidos com a produção material da economia. Para Zaoual (2002, p. 34) “é essa a necessidade de articular as crenças e práticas dos atores de um determinado mundo que nos levou a forjar a noção do *sítio simbólico de pertencimento*”. Essa abordagem contribui com nossas reflexões sobre o papel das crenças sobre as estratégias dos administradores do Estado quando escolhem um determinado sítio para promover o desenvolvimento econômico com a implantação de sistemas de produção de base não capitalista/industrial.

Essa dimensão filosófica traz a importância do entendimento sobre o papel dos modos de vida das populações receptoras consideradas como unidades vivas. Isso contribui para operacionalização de processos sociais orientados por uma ética criada a partir do próprio sítio, levando em consideração os princípios da diversidade, singularidades, tolerância e o compartilhamento do *savoir-faire* e *savoir-être*. A dimensão simbólica dos sítios se insere no

dinamismo dos processos sociais internos, interagindo constantemente de forma incerta com cada ator da situação. Esse movimento está em constante evolução pelos processos de mudanças construídas e reconstruídas pelas inúmeras interações do homem com seus sistemas de organização com o mundo exterior.

Nessa esfera de inter-relações, Zaoual (1996, 2006) concebe dois conceitos básicos de sua teoria: a *pedagogia do monitoramento* e o *método dos sítios*. A pedagogia do monitoramento, como parte de um processo metodológico de apreensão do conhecimento, visa decifrar os bens imateriais (culturas, crenças, costumes, normas, regras) nas práticas dos atores sociais. Esse processo permite encontrar as falhas nos modelos de desenvolvimento, assim como leva à necessidade de uma ampla reflexão metodológica. Reconhecer a identidade do lugar é um caminho muito importante para o conhecimento e sua racionalidade. O método dos sítios nasce da ausência de um processo de uma análise adequada para dar respostas às perturbações vindas da economia do desenvolvimento, uma vez que durante um longo tempo, as teorias econômicas não deram conta dessas questões.

O método dos sítios permite um triplo encontro entre as ciências, o pesquisador e os atores situados, assim como contribui para o permanente monitoramento das concepções e modos de reações dos atores locais. O sítio sendo um lugar de convergências congrega crenças, conhecimentos, comportamentos econômicos, comunidades e indivíduos, um universo complexo impossível de se render a um pensamento simplista. Para Zaoual (2002, p. 35), o método dos sítios *est le produit direct de cet ensemble complexe d'interactions entre les sciences que nous avons fréquentées et la variété des cultures qui nous a imprégné*¹². A partir desse processo, a abordagem **sitológica interacional** como foi denominada, age em conjunto com outras ciências e *peut puiser dans des ordres de pensée ou des disciplines différents pour que le modèle explicatif soit le plus proche du déroulement des événements. Pour un phénomène aussi complexe que le développement, une telle procédure d'investigation est plus féconde que les approches monodisciplinaires*¹³.

A discussão sobre a gênese dos sítios simbólicos de pertencimento vem em momento oportuno quando se discute as crises ambientais, do homem e das ciências. O surgimento de um paradigma inovador que combina os conhecimentos construídos pelo homem, sua

¹² É o produto direto desse complexo conjunto de interações entre as ciências que participamos e a variedade de culturas que nos permeiam (nossa tradução).

¹³ Pode basear-se em diferentes ordens de pensamento ou disciplinas, de modo que o modelo explicativo seja o mais próximo possível do desenrolar dos eventos. Para um fenômeno tão complexo quanto o desenvolvimento, esse procedimento de investigação é mais proveitoso do que as abordagens monodisciplinares (nossa tradução).

harmonização entre meio ambiente e as sociedades, com a capacidade de se tornar uma nova cultura, e garantir a longevidade das populações em todo o planeta, vem ao encontro da introdução de uma nova episteme multidisciplinar, construída junto às diversas áreas do conhecimento humano. O questionamento sobre si e a recusa das respostas imediatas sobre os problemas sociais que permeiam sobre o olhar atento da teoria dos sítios é proposição de auto reflexão nas Ciências Econômicas. A filosofia engendrada a partir do campo econômico sobre a própria economia produziu a recusa dos sítios sobre os processos de desenvolvimento econômico, isso é o ponto chave para o início do pensamento sitológico forjado por Hassan Zaoual.

Essa abordagem pode ser considerada como o retorno às origens do autor. Professor e pesquisador Hassan Zaoual, não se limitou a perceber o mundo a partir das matrizes ocidentais. Seus sentimentos de pertencimento o ajudaram a elaborar sua teoria. Conhecedor dos sítios simbólicos do norte da África em profundidade e professor da Universidade de Lille na França, onde teve contato com todo universo exterior e suas formas de explicações do mundo. A origem dos sítios vai de encontro com seus próprios anseios e desejos, nada mais apropriado para que um teórico participe do seu próprio cenário de pesquisa. O noroeste do continente africano destaca-se como o berço socioespacial do autor, contribuindo para a configuração de sua teoria dos sítios. É nesse sentido que Zaoual (2006a, p. 27) destaca que “numerosos modelos e projetos econômicos viajaram de Norte para Sul e, agora, de Oeste para Leste, ou dos grandes escritórios de estudos dos ministérios para as províncias em crise nos países desenvolvidos, mas sem êxito”.

A explicação de Zaoual é de que o insucesso desses empreendimentos esbarrou nas organizações econômicas informais africanas, das quais resistem aos modelos impostos pela cultura empresarial dos países do Norte. O autor (2006a, p. 27) afirma que “essa cirurgia de sociedade é geralmente feita sem levar em consideração a relatividade dos contextos humanos, nem mesmo a capacidade de autonomia dos espaços locais”. A ordem, organização e tempos africanos levam em consideração modelos simbólicos que os mantêm coesos socialmente. Essa dificuldade de integração aos processos gerenciais causou maior estabilidade nos programas direcionados para esses países. Com o método dos sítios e sua filosofia orientadora foi possível identificar os problemas desses fracassos.

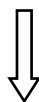
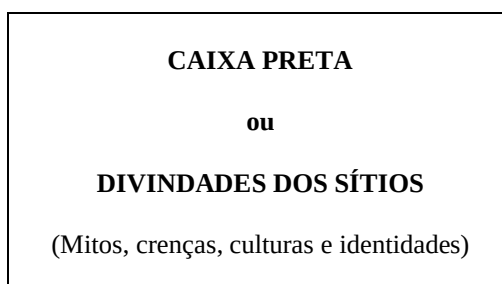
Um exemplo destacado por Zaoual em sua tese (1996) que indica a origem desses fracassos é o diálogo de Gérard Gahigi no Workshop do Seminário sobre Gestão de Negócios

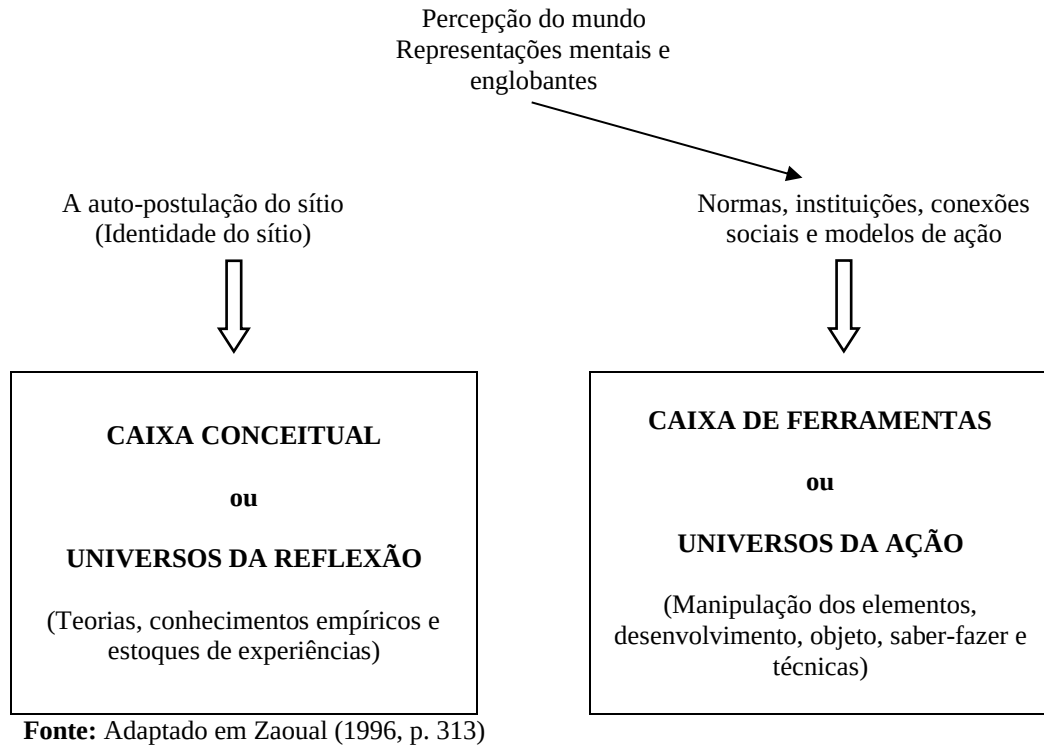
e Culturas Africanas em Bamako, do qual o conferencista refletiu sobre "Poder, planejamento e controle na empresa". De acordo com Gahigi (apud, ZAOUAL, 1996, p. 426):

Mesmo que a empresa possua estruturas modernas, permanece parcialmente administrada pela tradição. Se aparentemente o líder impõe a seus funcionários decidindo sem a opinião deles, ele sabe que não pode perder a cultura sem falhar. Deve, portanto, recorrer ao modelo tradicional de tomada de decisão... O líder não é aceito por causa de sua abordagem científica, mas porque sua abordagem é acompanhada pela cultura. Ao reinterpretar os elementos da administração moderna de acordo com sua cultura, os líderes podem fortalecer seu poder, ganhar a confiança de seus subordinados e se afirmar na realidade como 'o chefe, o patrão'. Daqui resulta que as pessoas trabalham bem quando o chefe está 'bem'.

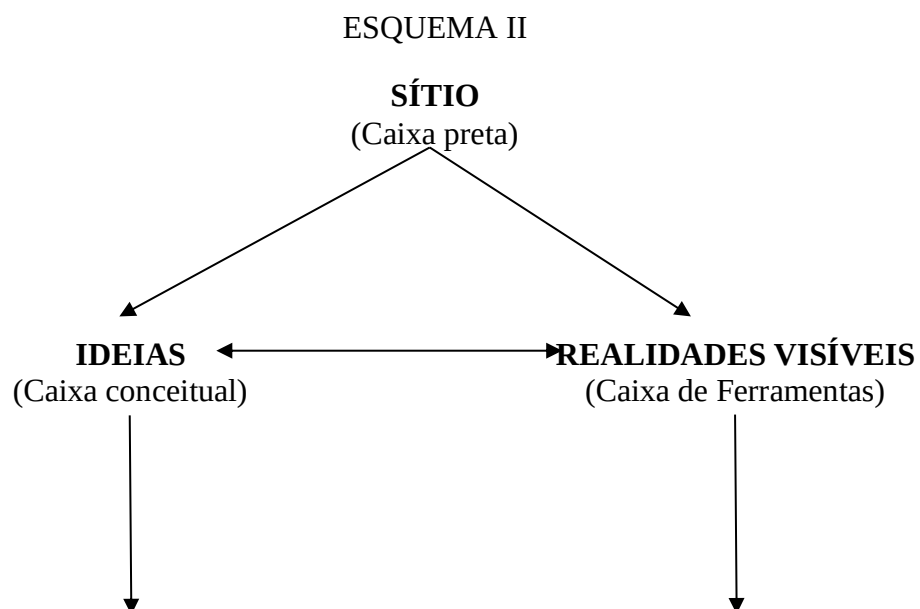
Nesses aspectos, nota-se que as relações econômicas do desenvolvimento para terem sucesso é preciso atender a cultura dos sítios e seus esquemas de pertencimento. Os modelos de desenvolvimentos transpostos para Amazônia de forma similar não mobilizaram em “profundidade os atores dos sítios de recepção. Há incontestavelmente inúmeros atritos entre o grande modelo da civilização global e os sítios de crenças e de ação dos atores, considerados como alvos pela prática dos *experts*” (ZAOUAL, 2006a, p. 27). A compreensão da arquitetura esquemática de um sítio pode auxiliar o arquiteto do desenvolvimento em suas diferentes tipificações projetando uma configuração social de desenvolvimento sem deixar de fora nem um elemento contido nesses espaços. Nesse sentido, Zaoual (1996) apresenta três esquemas interpretativos do modo como estão configurados cada sítio simbólico para ajudar a construir projetos adaptados a cada situação. Os esquemas são os seguintes:

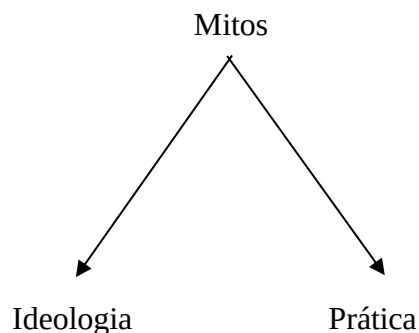
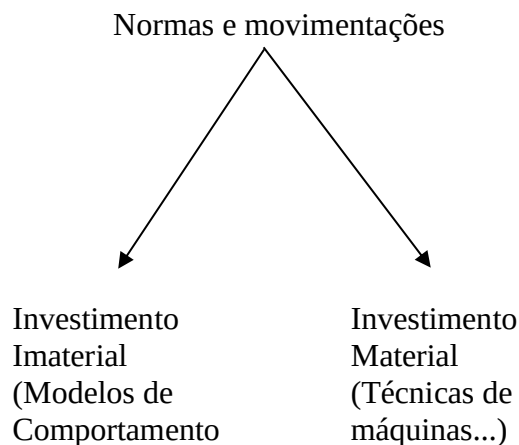
ESQUEMA I





O primeiro esquema destaca a distribuição de três caixas pedagógicas. A primeira, a **Caixa Preta** ou as Divindades dos Sítios, onde estão os mitos, crenças, culturas e identidades. Essa primeira caixa transita simultaneamente entre as outras duas caixas. Elas ajudam a perceber o mundo pelas representações mentais e contribui para identificar as identidades dos sítios. Na segunda, a **Caixa Conceitual** ou os Universos da Reflexão, estão as construções científicas, as teorias, os conhecimentos empíricos e contém o estoque das experiências humanas. A última é **Caixa de Ferramentas** ou os Universos da Ação, ela representa as formas de organização, a diversidade de práticas sociais, o saber tradicional, os objetos, o saber-fazer e as técnicas produzidas por seus membros em cada situação.



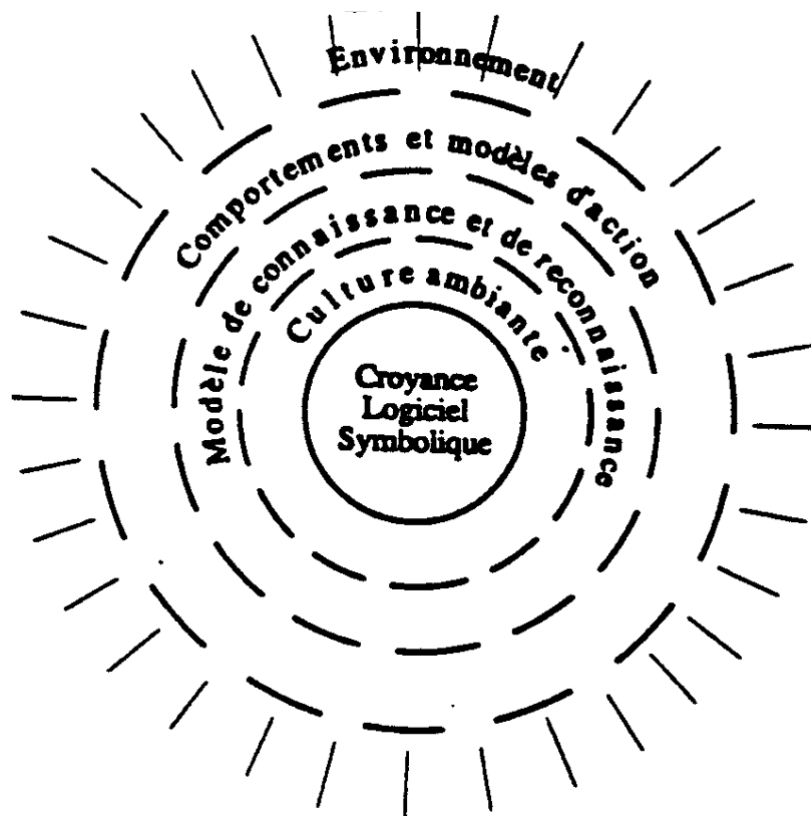
LEITURA ANTROPOLÓGICA**LEITURA ECONÔMICA**

Fonte: Adaptado em Zaoual (1996, p. 314)

Um sítio segundo Zaoual (1996, p. 311) “podem ser microscópicos (um grupo humano, uma comunidade étnica, uma comunidade de fato, uma empresa, ONG ou qualquer organização) ou macroscópicos (uma sociedade, um país, uma civilização...)”. Compreender esse funcionamento torna-se fundamental para construção de um planejamento estratégico de desenvolvimento. O segundo esquema apresentado por Zaoual (1996) mostra as relações entre as caixas pedagógicas, identificando a variedade de situações que devem ser interpretadas. Nenhuma situação escapa ao olhar atento dos olhares orientados pela metodologia sitológica.

No mundo existem muitos sítios coexistindo com muitas realidades empíricas, mas essas realidades não são aproveitadas como estratégia de desenvolvimento. No entanto, cada sítio tem um tipo de configuração social que leva os indivíduos a se adaptar ao modo como eles se organizam. Os esquemas apresentados por Zaoual materializam os sítios em uma imagem que ultrapassa a simples imaginação, acima de tudo, pelo olhar mecanicista de pensamento único. Nesse segundo caso, para Zaoual (1996, p. 311), “o essencial, do ponto de vista da metodologia dos sítios simbólicos, é a identificação dos mecanismos simbólicos (valores e sistemas de motivação) e os modelos de conhecimento e ações resultantes no mundo factual”.

ESQUEMA III



Fonte: Adaptado em Zaoual (1996, p. 315).

O terceiro esquema destaca a simbiose entre os processos sociais que coexistem nos sítios de pertencimento. Cada manifestação desse processo expressa o modo como os sítios se comportam frente à introdução de mecanismos exteriores. A imagem refletida a partir do último esquema mostra seus modos de organização dentro de um sistema aberto “construído em torno de um significado cujas modalidades de existência se adaptam modificando-se com relação à mudança do ambiente externo” (ZAOUAL, 1996, p. 315). Esses esquemas, construídos a partir da extensa análise sobre os sítios, o ajudaram a contornar duas dúvidas que impediam a investigação sobre esses espaços: *como a metamorfose é feita a partir da concepção cultural de um sítio e como descrever seu universo com toda a neutralidade*. Essas dúvidas foram respondidas pelos três esquemas e ajudaram a mostrar as etapas necessárias para chegar à visibilidade das identidades correspondentes a cada sítio.

A transposição desses processos sobre qualquer sítio encontrado no planeta perturba os mecanismos de coesão de suas organizações sociais, um risco para manutenção dos sítios. A idealização desses processos vindos de fora segue um tempo próprio, com regras e objetivos diferentes dos atores situados. A crença das instituições econômicas constrói uma imagem falsa em nome do aumento da produção para atender mercados globais. O desenvolvimento transposto como processo que atende aos interesses do mercado global é o retrato dos modelos

reducionistas de pensamento único. A arquitetura do esquema apresentada por Zaoual destaca a necessidade de repensar os processos econômicos transpostos do Norte para Sul. Perceber a mão invisível da comunidade que resguarda o sítio pode evitar o avanço das crises junto das ações globalizantes. Como mostra o esquema acima, os elementos dispostos nos sítios não estão isolados, tudo que afeta um círculo do sítio, afeta todos os processos pelo fato de estarem ligados por mecanismos de interdependência, cumprindo funções sociais e econômicas, como analisou Zaoual na África.

O posicionamento a favor dos sítios transita nas vias da diversidade imaterial correspondente a cada sítio. Como espaços de representações sociais, o sítio associa os universos simbólicos conduzidos pelos atores em seus modos de vida e práticas sociais. Nessa perspectiva, Zaoual forja o conceito de *homo situs*, e como elemento de um processo de redescoberta do homem ligado às suas tradições e ao seu meio, considera o homem como um ser humano concreto. Para compreender essa questão é preciso colocar em mente que esses espaços não se constroem como um passe de mágica, ele resulta de experiências concretizadas ao longo do tempo sobre os sítios de pertencimentos. Para isso, é preciso compreender a vida como ela se revela ao observador em cada sítio de pertencimento. Segundo Kherdjemil, Panhuys & Zaoual (1998, p. 12):

A problemática do *homo situs* e suas questões podem ser reveladas em três tempos analíticos: o primeiro tratará do questionamento das certezas econômicas e sociais; o segundo tentará identificar os materiais conceituais que possibilitam dar uma figura ao paradigma do *homo situs*; o terceiro especificará a essência cognitiva do segundo.

Segundo Zaoual (2006a, p. 31), a noção de *homo situs* destaca “o homem concreto em sua multiplicidade e sua singularidade. É o homem da situação”, que usa todo repertório de experiência como alternativa para repensar os lugares e suas especificidades e os sistemas de representação dos atores para cada situação, uma vez que cada sítio é formado por um conjunto de existências e experiências humanas.

O modo de pensar o espaço vivido e suas experiências a partir da teoria dos sítios coloca em xeque os processos de desenvolvimento econômico capitalista e se coloca como alternativa para enfrentar a crise de natureza econômica e social da atualidade. Sendo os atores da situação homens que têm uma relação de intimidade com cada espaço situado, isso se torna um ponto favorável para operar cada caixa de ferramenta inserida nos sítios. Esse homem no campo da

diversidade “faz ruir de dentro para fora o modelo uniformizante do *homo oeconomicus*, este homem fictício que a economia criou para si mesma a fim de justificar seu projeto científico” (ZAOUAL, 20010, p. 14). Como uma estrutura aberta o sítio interage por uma rede de ações onde toda e qualquer perturbação ou transformação causa uma cadeia de ações de resistência às manifestações vinda de ambientes externos.

O turismo na comunidade rural de São Paulo da Valéria no município de Parintins como palco de nossas observações no campo nos revelou que os aspectos econômicos dessa atividade parecem causar perturbação ao ambiente socioambiental por não haver interferência do poder público. Os comunitários deste sítio encontram uma maneira própria de organizar toda a atividade, mesmo que eles não tenham o conhecimento das teorias da economia do turismo. Podemos dizer que Zaoual, pareceu observando esse espaço quando escreve que “os comportamentos ‘econômicos’ são moldados no sítio e pelo sítio, o que lhes dá o caráter de construções sociais contextualizadas. A seu modo, o sítio cria seu mundo, organiza-o e se organiza no mesmo movimento. Trata-se de um fenômeno de autorregulação” (ZAOUAL, 2006 a, p. 32). Diante desse itinerário Zaoau apresenta sua crítica sobre os projetos de desenvolvimento que transferem suas crenças vindas de outros lugares, acompanhados por tempos e valores diferentes. É certo afirmar que o sítio tem suas próprias crenças, organizando suas ações para revelar uma nova dinâmica nos processos de desenvolvimento socioeconômico.

Construídos por homens concretos, o sítio contém memória e patrimônios simbólicos, que ao seu tempo movem todas as representações sociais. O tempo local não se define igual ao tempo do homem moderno. Seus movimentos apresentam uma dinâmica constante de transformações que a cada época mostra uma realidade diferente. *A historicidade das representações e das práticas sociais apresenta embaraçosos problemas éticos e técnicos para o conjunto das ciências do homem, da sociologia à economia, passando pela gestão das organizações econômicas* (ZAOUAL, 2006a, p. 37). Compreender o funcionamento desses processos se torna útil na resolução de muitos problemas sociais, encontrando novas estratégias e construindo novas dinâmicas sociais.

As memórias e seus patrimônios são decifradores da compreensão desse tempo singular, próprio dos sítios. Um tempo singular não oculta a multiplicidade das práticas sociais. Não ignora os percursos e as formas de organização de um sítio. Nesse sentido, podemos dizer que quando a colonização japonesa iniciou a plantação da juta indo-amazônica, seus administradores ignoraram as referências simbólicas do sítio de Parintins ao implantar um sistema de produção que não ligava ao tempo local. Com isso, a população ficou refém dessa

única prática e de seus efeitos. De acordo com Zaoual (2006 a, p. 37) “as singularidades de cada espaço vivido inviabilizam todo modelo único. É neste princípio de diversidade que está na base da abordagem simbólica”.

A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento ajuda a ver com o telescópio das descobertas o passado, o presente e futuro, no percurso da compreensão dos sítios. Um sítio não é uma simples dimensão espacial, muito menos uma mera explicação de uma relação entre as características de um espaço geográfico e os seres humanos. Um sítio é um conjunto de diversidades que os tornam singular. Um manauense não é manauense apenas porque mora na cidade de Manaus, ou um parintinense não é só parintinense pelo Boi-Bumbá. Nos dois casos o que os ligam ao sítio é o conjunto de representação social construída ao longo tempo.

Uma característica singular do sítio é o fato de ser uma entidade aberta, podendo aderir em seu espaço novos processos avaliados como favoráveis para o desenvolvimento e melhor desempenho de muitas atividades. Assim como o sítio se constitui na pluralidade, compreendê-lo requer o auxílio das mais variadas áreas do conhecimento. Se o conhecimento humano não se define por uma única disciplina, construir um conhecimento tomando como base a teoria dos sítios não poderia ser diferente. Não podemos ignorar esse princípio, uma vez que muitos erros foram cometidos nos processos de desenvolvimento desde seus planejamentos até suas efetivações. O destaque desses erros, na consideração de Zaoual (1996), só pode ser feito recorrendo a outras ciências, como a antropologia, sociologia, psicologia cognitiva, ciências da administração e a experiência dos atores (indivíduos, organizações locais, comunidades de base, agentes de desenvolvimento).

1.3.1 Outras considerações sobre Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento

No artigo *La méthodologie des sites symboliques*, edição 10/11 apresentado em setembro de 1992 na Revista Redes Culturais e Desenvolvimento-Quid Pro Quo, Thierry Verhelst (1993), faz breve comentário dizendo que Zaoual propôs uma metodologia batizada como *sitologia* ou a metodologia dos *sítios simbólicos*. Verhelst (1993) destaca um aspecto relativo à categoria geográfica de lugar, redimensionando-a ao buscar em sua etimologia o seu significado em sua essência, nela aparece a palavra *situs* (situado, situação). Esse redimensionamento a partir da origem encontrada nos sistemas linguísticos em sua

configuração material dado pela fala é percebida pela escrita, traz a essência da teoria dos sítios e sua vinculação com a análise fenomenológica.

Essa relação fenomenológica remete ao filósofo alemão Martin Heidegger que na segunda parte da sua obra *Unterwegs Zur Sprache* ¹⁴ (A Caminho da Linguagem), faz uma referência à palavra lugar, refletindo sobre a questão da localidade do lugar”. Para esse autor (2003, p.27) “o lugar desenvolve e preserva o que envolve, não como uma cápsula isolada mas atravessando com seu brilho e sua luz tudo o que recolhe de maneira a somente assim entregá-lo à sua essência”. Seguindo a essência da palavra *site* em, verifica-se sua etimologia derivada do latim *situs* (colocado, posto, situado ou posição, situação)¹⁵. Seus derivados seguem a partir da conservação de seu radical sit mais as flexões e (site - substantivo), ué (situe - adjetivo), uation (situation - substantivo), uée (située - adjetivo) e uer (situer - verbo), evidenciam-se os seguintes elementos: local, situado, situação, localizado e verbo situar.

Essas dimensões não estão ligadas somente às questões geoespaciais, mas aos elementos do Ser. Em economia, esse ser irá se diferenciar do *homo economicus* tornando-se o *homo situs*, como teoriza Zaoual. A representação do sítio nesse sentido é como a ponta de lança ¹⁶ (aqui o sítio aparece como um lugar de convergências), em comparação a afirmação de Heidegger (2003). Tudo se converte para dar sentido ao ser situado, com habilidades, conhecimento e práticas intrínsecas ao lugar, não é uma simples relação homem/natureza, muito menos uma condição tempo e espaço dada ao homem. Para Nohra (1999, p. 24), o *homo situs* é “um indivíduo inserido em um espaço multidimensional – econômico, jurídico, cognitivo e simbólico – e que determina seu comportamento”.

O lugar reflete as dimensões de uma imagem tridimensional, onde ocorrem movimentos simultâneos, com dinâmicas específicas que interagem e se integram ao *homem, o espaço e as suas representações*. Esses três elementos não estão separados, são manifestações fenomênicas no sentido de estabelecer relações com os outros no mundo. O alicerce para compreender a passagem do *homo oeconomicus* para o *homo situs* veio a partir da “epistemologia de Serge Latouche, a teoria das convenções de Favereau e Orléans, as pesquisas lideradas por Philippe

¹⁴ HEIDEGGER, M. *Unterwegs Zur Sprache*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1985.

¹⁵ MONIZ, F. F. de S. Dicionário Latim-Português: Dicionários Editora. 2. ed. Porto Editora, Ltda, 2001.

¹⁶ Heidegger (2003, p. 27), em *A Caminho da Linguagem*, usa a palavra *lugar* como significação de uma ponta de lança. Ele explica que na ponta da lança, há uma convergência, onde os movimentos desencadeados pelo indivíduo se reúnem e se recolhem em si, percorrendo todas as esferas da vida. “Reunindo e recolhendo, o lugar desenvolve e preserva o que envolve, não como uma cápsula isolada mas atravessando com seu brilho e sua luz tudo o que recolhe de maneira a somente assim entregá-lo à sua essência”.

Hugon e Claude Courlet sobre sistemas locais de produção, além de teoria organizacional” (NOHRA, 1999, p. 24).

Nohra (1999) afirma que os pressupostos epistemológicos de Serge Latouche ajudaram Zaoual a construir o conceito de sítio simbólico, quando colocou a cultura de volta ao centro dos processos econômicos de acumulação, além da crítica da economia política, assim como a reflexão sobre o julgamento das ciências sociais ao questionar a abordagem sistêmica, apropriada pelos marxistas, para conceder uma sociologia abrangente e incorporando novos princípios epistemológicos. A autora complementa:

É, no entanto, o inovador trabalho teórico de Hassan Zaoual que, com base nesses pressupostos, constitui o conceito de um sítio simbólico e tornou legível a dinâmica das sociedades que falharam em endogeneizar os chamados modelos universais de desenvolvimento econômico. A economia política se depara com a perversão de suas próprias leis, até mesmo com a invalidação das últimas. A crítica marxista se depara com a irredutibilidade dos espaços simbólicos que permanecem ilegíveis para ela. A teoria dos sítios simbólicos nos permitiria decifrar o que, até então, permaneceu ilegível? (NOHRA, 1999, p. 25).

Talvez o significado da proposta de Hassan Zaoual se alinharia à ambição conceitual do pai da Geografia Humana, Friedrich Ratzel, ao destacar em sua obra, *Antropogeografia*, a ideia fundamental da ligação entre o homem e o solo. Para Ratzel (1909, p. 15), “a humanidade é um pedaço de terra cuja história pregressa pode ser vista como uma preparação para o surgimento deste supremo desenvolvimento telúrico, assim como a humanidade está intimamente entrelaçada em toda a história do planeta”¹⁷. Essa passagem chamou a atenção de um dos fundadores da Sociologia, Émile Durkheim (1898-1899), uma vez que, para ele, “separar esses dois elementos (homem e solo) é colocar-se na impossibilidade de compreendê-los”. A diferença conceitual entre o clássico da Geografia e Zaoual está na ideia de que o sítio não seja uma condição da existência do indivíduo, o que levaria a um determinismo geográfico ou a um determinismo econômico, o sítio é algo que modela o homem como ser social.

Contrariamente a essa determinação socioespacial, Verhelst (1993) destaca que para Zaoual “o sítio simbólico é o lugar (aldeia, zona, favela, negócio, vizinhança, região...) onde crenças, conhecimentos e comportamentos se misturam e onde diferentes dinâmicas culturais operam que lhe conferem um caráter único e complexo”. Esse lugar figura como um ente vivo, onde as coisas sobre ele não são como mercadorias negociáveis porque existem sentimentos,

¹⁷ *A humanidade é um pedaço de terra, cuja história anterior inteira pode ser vista como uma preparação para o surgimento desses mais altos desenvolvimentos telúricos, assim como a humanidade está intimamente entrelaçada em toda a história do planeta desde então* (RATZEL, 1909, p. 15).

lembranças do passado revigoradas pelas memórias coletivas e individuais. *Genius loci* (espírito do lugar), *habitus e situs* são conceitos correlacionados que buscam compreender as interações socioespaciais para representar as ações das sociedades sobre os lugares e determinar “como as coisas são” sobre os aspectos concretos da vida vivida.

O sítio também se apresenta como uma cosmovisão compartilhada de crenças definidoras do real de um dado momento, assim como as concepções e as práticas de seus atores. Sobre este compartilhamento entre crenças e conhecimentos sobre o sítio, Hassan Zaoual postulou a construção da pedagogia das três caixas: a primeira é definida como **caixa preta**, se refere à existência e as experiências humanas, nelas estão os mitos, as crenças, os sofrimentos, as revelações e revoluções, as influências, todo conjunto imaterial/simbólico; a segunda é a **caixa conceitual**, ela existe como dispositivos que orienta o grupo em suas práticas quotidianas, cada espaço possui uma caixa conceitual; e a terceira é **caixa de ferramentas**, nela está armazenado o saber-fazer, suas técnicas, seus modos de exploração do ambiente, o que indica estarem ligados ao saber-ser (*know how and how to be*).

Lugar e sítio são representações conceituais construídas pelo homem, mas não vieram de uma simples abstração do homem sobre o espaço, elas são interpretadas como o “outro”. Esse outro, como um espírito onipresente, acompanha os indivíduos cotidianamente em uma relação transcendental, onde a materialidade e as abstrações se conjugam como verbos para evidenciar as ações e as diversas práticas sociais, revelando sua essência. A esse exemplo, **Norberg-Schulz** (2006, p. 449) afirma que “o ‘espírito do lugar’ que os antigos reconheciam como aquele ‘outro’ que os homens precisam aceitar para ser capazes de habitar. O conceito de *genius loci* refere-se à essência do lugar”. Essa busca da essência, não são processos do universo das ciências relativamente como novos, eles sempre estiveram presentes na vida dos seres humanos desde os povos primitivos para tentar responder algumas das perguntas que perturbam a humanidade: Quem somos? Para onde vamos? Qual será o destino futuro da humanidade?

1.3.2 O desenvolvimento situado: proposta de um novo paradigma

A compreensão da complexidade e todo dinamismo dos espaços situados são relevantes no campo científico, humano, social, econômico e cultural, pois contribui para revelar como o homem com suas ações, seus modos intersubjetivos, suas inter-relações, no campo dialogal conseguem construir em seus espaços um tipo de organização sociocultural que resvala os interesses e as conjunturas externas. A lógica desse desenvolvimento não se assemelha aos modelos encontrados em espacialidades ou modelos de desenvolvimento exógeno que aparecem como sendo a salvação de uma realidade local. A fundamentação teórica para o

desenvolvimento situado segue outra lógica não alicerçada pela vigência mercadológica, suas bases estão inseridas dentro de um sistema de crenças e valores sociais, destoante das crenças e valores baseados na ideologia capitalista.

O desenvolvimento situado é respaldado pela lógica encontrada e disponível no sítio, podendo ser somado a introdução de novas técnicas. Segue seus próprios sistemas de crenças, com suas histórias e memórias, com vida, solidariedade entre os indivíduos, além de possuir elementos que transmitem o sentido dos sentimentos de pertencimento. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento ajuda a visualizar a composição das camadas sociais existentes sobre o solo, as relações sociais, as inter-relações entre os sujeitos, as formas de organização social, as atividades e práticas sociais, assim como todas as relações socioambientais. O meio físico sobre a óptica do desenvolvimento situado não é o fator determinante para a manutenção dos processos que irão fundamentar esse desenvolvimento. São todas construções sociais, históricas, tradições, memórias e os sistemas simbólicos construídos pelo homem situado.

A dimensão situada como forma opcional de construção de desenvolvimento social e humano passa a fazer parte do contexto das relações dialógicas processadas durante o convívio e no modo de vida dos atores atuantes nos espaços locais. Diferenciando-se dos tipos de desenvolvimento transformadores dos espaços locais na conformidade da manutenção de algum espaço exógeno, como o desenvolvimento baseado na indústria, na agricultura mecanizada ou mineração. Esses tipos de desenvolvimento foram danosos às dimensões dos espaços físicos e nas relações geoespaciais, como advertem os especialistas em meio ambiente, podendo prejudicar ambientes naturais e as formas de vida encontradas sobre ele. Mesmo cortados por denominações como: local, sustentável e endógeno; a preocupação está no modo como são e por quem os implementa, já que seguem orientações ou ideologias dos sujeitos exógenos envolvidos nesses processos.

Exemplos desses modelos de desenvolvimento estão espalhados pelo mundo, principalmente nos países que iniciaram o desenvolvimento industrial tardiamente, como o Brasil. Na região Amazônica a Fordlândia, o Projeto Jarí e a Zona Franca de Manaus, são três exemplos significativos para demonstrar as transformações socioambientais sobre os espaços locais, assim como fora desses espaços, uma vez que o raio de alcance atinge também outras localidades. As mudanças ocorridas durante e após as implantações desses projetos traduzem ações dos processos de produção capitalista sobre os espaços locais. As bases e os ideais do sistema capitalista são transplantados soterrando tudo que existe sobre os espaços locais, incluindo populações locais, o modo de vida, a cultura, os sistemas econômicos, as

organizações sociais, a floresta, fauna e flora, ficando por baixo do peso dessa grande estrutura sem ao menos ter tido a chance de diálogo para se adaptar às mudanças.

O historiador Greg Grandin em seu livro *Fordlandia: The Rise and fall of Henry Ford's Forgotten Jungle City* (Fordlandia: a ascensão e a queda da cidade da selva esquecida de Henry Ford), narra o insucesso da Ford Motor Company, de Henry Ford na Amazônia brasileira no final da década de 1920 até meados dos anos 1940. Henry Ford, homem mais rico do mundo nesse período, implantou no oeste do estado do Pará seu modelo urbano, mesclando atividades ligadas à terra e atividades industriais. Para Grandin (2009, p. 74), Ford acreditava que “os agricultores desapareceriam com o passar do tempo. Sim, os operários também. Todo homem será fazendeiro algum dia, e todo homem trabalhará em uma fábrica ou escritório. Já provamos isso. Eu construí pequenas fábricas ao longo dos pequenos rios”¹⁸.

A área de um milhão de hectares adquirida em julho de 1927 pelo empresário americano na região do rio Tapajós para produção da borracha não teve o êxito esperado. Além de impactar a vida local, com a exploração do trabalhador com pagamento de salários no valor de 25 a 50 centavos de dólar, “enquanto nos EUA os operários da mesma companhia ganhavam os famosos ‘cinco dólares por dia’” (GRANDIN, 2009), as seringueiras plantadas em linha no solo amazônico não resistiram nesse sistema transposto, pois não obedecia a ordem natural da floresta. A cidade dos sonhos, criada por Ford, agora faz parte apenas das lembranças daqueles que fizeram parte desse sonho e ainda sobrevivem ou resistem sobre as ruínas das casas e edifícios das fábricas naquela parte da floresta Amazônica, assim como nos contos e história da população daquela região.

No caso do projeto Jarí, além de modificar o contexto social, a cultura, a economia e o modo de vida de grande parte da população, trouxe um grande impacto sobre a flora e a fauna. Para sua consolidação, foram derrubadas grande extensão da floresta Amazônica, um total 140.000 hectares. Em seu lugar foi plantada uma espécie vegetal vinda de outra região do globo terrestre. De acordo com Greissing (2010), o Projeto Jarí teve seu início em 1967, após a compra dos empreendimentos: Jarí Indústria e Comércio, Companhia Industrial do Amapá e a Companhia de Navegação Jarí S.A., pertencentes a um grupo de comerciantes portugueses pelo empresário americano Daniel Keith Ludwig. “O ‘Projeto Jarí’ foi iniciado ainda no mesmo ano com a derrubada de grandes áreas da floresta nativa na região, a fim de plantar no lugar da última uma monocultura de gmelina arborea, uma espécie de crescimento rápido originária da

¹⁸ I think farmers are going to disappear in the course of time. Yes, and factory workers too. Every man will be a farmersome day, and every man will work in a factory or office. We’ve proven that already. I’ve built little factories along the little rivers” (GRANDIN, 2009, p. 31).

Ásia” (GREISSING, p. 48, 2010). A autora destaca que essa região do país passou por uma radical transformação, passando da economia do extrativismo para um grande projeto agroindustrial do qual a população foi profundamente afetada.

A Zona Franca de Manaus é um caso emblemático hoje sobre o espaço amazônico que transita entre a preservação da natureza e as constantes mudanças socioambientais desde sua instalação nos anos de 1960. Localizada na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, sua manutenção tem garantido a preservação relativa de 97% da floresta. Por outro lado, a Zona Franca de Manaus tem sido alvo de constantes ataques dos setores industriais do Sul e Sudeste, com investidas de suas representações nas bancadas na Câmara e Senado Federal para extinguir esse modelo econômico. A crítica sobre este projeto ataca ainda o seu caráter concentrador de riquezas e gerador de desigualdade estrutural.

O modelo de Zona Franca é destacado por Djalma Batista no livro “*O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento*”. O autor contextualiza sobre a ZF de Manaus desde idealização pelo deputado Pereira da Silva, sua regulamentação em 1960 com os fins de ser um entreposto de mercadorias estrangeiras. Somente em 1967, período dos governos militares, do presidente Castelo Branco, o projeto de Zona Franca foi reformulado, passando a promover o desenvolvimento do interior da Amazônia. A Zona Franca de Manaus de acordo com Batista (2007) teve seu lado positivo como: a expansão do comércio, aumento da oferta de empregos e de empresas, aumento da arrecadação de impostos e tributos municipais e estaduais, a criação do distrito industrial, entre outros, mas também teve o seu lado negativo como: grande contingente de pessoas vindo do interior do estado, a chegada de aventureiros de todas as partes, comércio ilegal, danos ecológicos surgidos com o crescimento urbanístico, o qual Djalma destaca o desmatamento puro e simples, sem a plantação de nenhuma árvore ou ao menos gramíneas.

Os três exemplos nos fazem refletir sobre as dimensões de um processo de desenvolvimento que não são alvos desses modelos apresentados anteriormente já que a única preocupação desses grandes foi dada pelo viés econômico, como as questões humanas, culturais, ambientais, destacadas quando aparecem como consequência do bom funcionamento desses processos exógenos. Esses modelos de desenvolvimento são transpostos de países que já passaram por intensas transformações sociais e culturais e, elevada situação econômica, para países em pleno processo de desenvolvimento social e econômico ou onde a industrialização chegou tardiamente.

Para Zaoual (2002, p. 81/82) esse processo, denominado como desenvolvimento transposto, “introduz uma ‘economia de caixa’ na maioria dos países do Hemisfério Sul. O

superendividamento das economias do Sul atesta isso empiricamente. Sua especialização internacional permanece restrita a atividades de agro-mineração ou manufatura, mas sem muito valor agregado nos mercados mundiais”. Zaoual complementa afirmando que isso leva ao desenvolvimento de uma economia formal sem criatividade, com desempenho macroeconômico fraco, resultando na exploração de recursos naturais, empréstimos e ajuda internacional.

A capacidade de um desenvolvimento humano a partir de matrizes capitalistas restringe a criatividade e o autodesenvolvimento. Sem a necessidade da via dos sistemas econômicos, o homem está perdendo sua capacidade de encontrar soluções fáceis e úteis para si, uma vez que esses sistemas estabelecem um tipo de especialidade adequada aos seus padrões. Zaoual (2002, p. 82) chama a atenção que apesar de todo processo econômico ter sua base imbricada no sistema capitalista “o dinamismo econômico está enraizado na capacidade de se auto-organizar e produzir bens e conhecimentos em relação às necessidades dos contextos locais e às limitações da concorrência internacional”.

Os contextos locais que parecem transmitir um tipo de estrutura simples são verdadeiros universos complexos sobrevivendo como ambientes dinâmicos com uma estrutura e organização sociocultural não baseada nos sistemas econômicos. Esses espaços geram seus próprios modos de produção, criam um universo de estratégias e organização, são subversivos ao modelo único, gerando um complexo sistema de crenças mantidas por uma dimensão simbólica. Esses sistemas de crenças se destacam como anomalias geradas pelo próprio paradigma do mercado, produzindo muito mais incertezas e podendo ser compreendido como uma racionalidade situada.

Alinhado ao pensamento de Hassan Zaoual, a ênfase não é nas certezas produzidas pelo pensamento único de base ocidental, ou tentar reproduzir os modelos de desenvolvimento seguindo as lógicas mercadológicas do modo de produção capitalista. Esse modelo tem se apropriado das riquezas dos espaços, como na Amazônia, menosprezando as experiências humanas de base local. O desenvolvimento situado conjuga o lugar de modo que diferem da análise das categorias geográficas. O lugar é visto como um sítio: situação, como se fosse o mundo analisado por Schutz, o mundo da vida diária. Segundo Schutz (1979, p. 159) esse mundo “não é de forma alguma privado, mas é, desde o início, um mundo intersubjetivo compartilhado com meus semelhantes, vivenciado e interpretado por outros; em suma, é um mundo comum a todos nós”. O comum não é algo simples ou único, ao contrário, é uma característica que não deve ser restrita a uma classe ou categoria social; deve pertencer a todos, é nesta direção que caminha o planejamento de desenvolvimento situado, destinado a uma

totalidade empírica e ativa. O estudo sobre o desenvolvimento econômico apresentado nesta tese e toda sua interpretação tem função norteadora para compreender os seus opostos, como os modelos de desenvolvimento transposto ilustrado nas experiências históricas dos projetos de desenvolvimento fracassados na Amazônia.

CAPÍTULO II

RASTRO DA MEMÓRIA E HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS

(O capitão Pedro Cordovil), tendo obtido do governo de D. Maria I, Rainha de Portugal, uma sesmaria, que ocupava o espaço que vai da foz do lago do Mirity a de José Assú, para ali se passou, com sua gente, dedicando-se à cultura do cacau em grande escala. Saindo de Tupinambarana, ofereceu à Rainha a fazenda que havia fundado. Aceita a oferta foi o local elevado à categoria de Missão, em 1803, pelo Conde dos Arcos, então Capitão-Mor do Pará, que incumbiu de sua direção Frei José das Chagas e deu-lhe o nome de Vila Nova da Rainha.

Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (2001, p. 14).

2.1 INTRODUÇÃO

Na epígrafe acima, do livro *Memória do Município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material*, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1853-1912) destaca na geografia do Estado do Amazonas a localização, assim como o processo que originou a denominação da Vila Nova da Rainha no ano de 1803, além de mostrar os personagens históricos responsáveis pelo início da formação do município de Parintins. Esses fatos prenderam nossa atenção, levando a profunda reflexão sobre a trajetória da constituição do município de Parintins não apenas por seu processo histórico, mas pela relação direta com o nosso objeto de estudo, o universo e o local da pesquisa tomado para a materialização da proposta do desenvolvimento situado.

O contexto histórico sobre a cidade de Parintins diante de seu processo de transição da categoria de vila até a constituição do município tem algumas controvérsias, sendo as únicas referências explicativas para ilustrar o nascimento do município e da cidade de Parintins. Essas controvérsias chocaram o espírito investigativo e questionador de pesquisador habitado sobre o mesmo corpo do indivíduo e cidadão natural dessa cidade, além de ser filho de produtor rural da comunidade do Mirity, citada na epígrafe, na qual parte da família de origem materna tem referência histórica devido à chegada de seu patriarca vindo do Estado do Ceará no início dos anos de 1900, onde desenvolveu atividade de criação de gado, considerado, até então, como o precursor dessa atividade no município, fato esse presente na memória e lembranças familiar.

As memórias deste lugar, repassadas por familiares tanto maternos quanto paternos, fazem parte das lembranças do pesquisador, construídas pelo processo social que representam os efeitos e influências da memória coletiva, mantendo vivo o aspecto histórico sobre essa referência geográfica. Memória e história se entrecruzam com a vivência a partir das

experiências vividas, permitindo pôr em evidência a história oficial escrita, narrada e interpretada como resultado dos processos sociais, culturais e espaciais sobre o município de Parintins transmitida ao longo dos anos. Deste modo, acreditamos que essas narrativas históricas parecem ter sido deslocadas de suas espacialidades.

Essas narrativas contêm informações, dados, relatos e descrições vívidas muito antes do período em que o lugar florescia como espaço social e núcleo de uma urbanização ainda em processo de desenvolvimento. Isso não foi averiguado por nossos contemporâneos que escreveram sobre a história das origens do município de Parintins. Preocupou-se mais pela interpretação dos textos e documentos escritos referência sobre o lugar, mas sem a ligação entre textos, contextos, suas relações com o meio físico, o tempo cronológico e o espaço geográfico. Isso fez surgir controvérsias sobre as origens espaciais da cidade de Parintins, até então se acreditava que a historiografia sobre esta localidade reforçava mais a ideia do espaço de origem ser onde hoje está a sede do município de Parintins.

Paul Ricoeur (2007, p. 153) adverte sobre dois discursos, memória e história, na defesa de si e a transposição de um contexto social para outro pode colocar em suspensão a verdadeira escrita viva, a “reserva de escrita no próprio seio da memória viva permite encarar com um risco a ser enfrentado”. A construção histórica, a partir da escrita, e de forma cumulativa permite mudar toda a história de um determinado lugar ou fazer com que ela seja a única interpretação de uma realidade social. A história e a memória viva podem ser levadas ao esquecimento, introduzidos pelo “dom da escrita” é risco da transposição histórica de um lugar para outro lugar, podendo levar ao esquecimento da verdadeira história.

A impressão é que o esquecimento sobre o contexto histórico das origens desse município não tem importância para a atual realidade local, mas poderia ser útil como ponto de reflexão sobre os processos e estágios de desenvolvimento social, econômico e cultural de Parintins. Apresentar uma cronologia a partir da historiografia alinhada a sua geografia para identificar as fases das transformações socioespaciais que deram origem a cidade e ao município é imprescindível. Esse contexto é relevante para nossa proposta de desenvolvimento situado, uma vez que esse desenvolvimento toma como referência os aspectos socioculturais construídos historicamente a partir de uma realidade local.

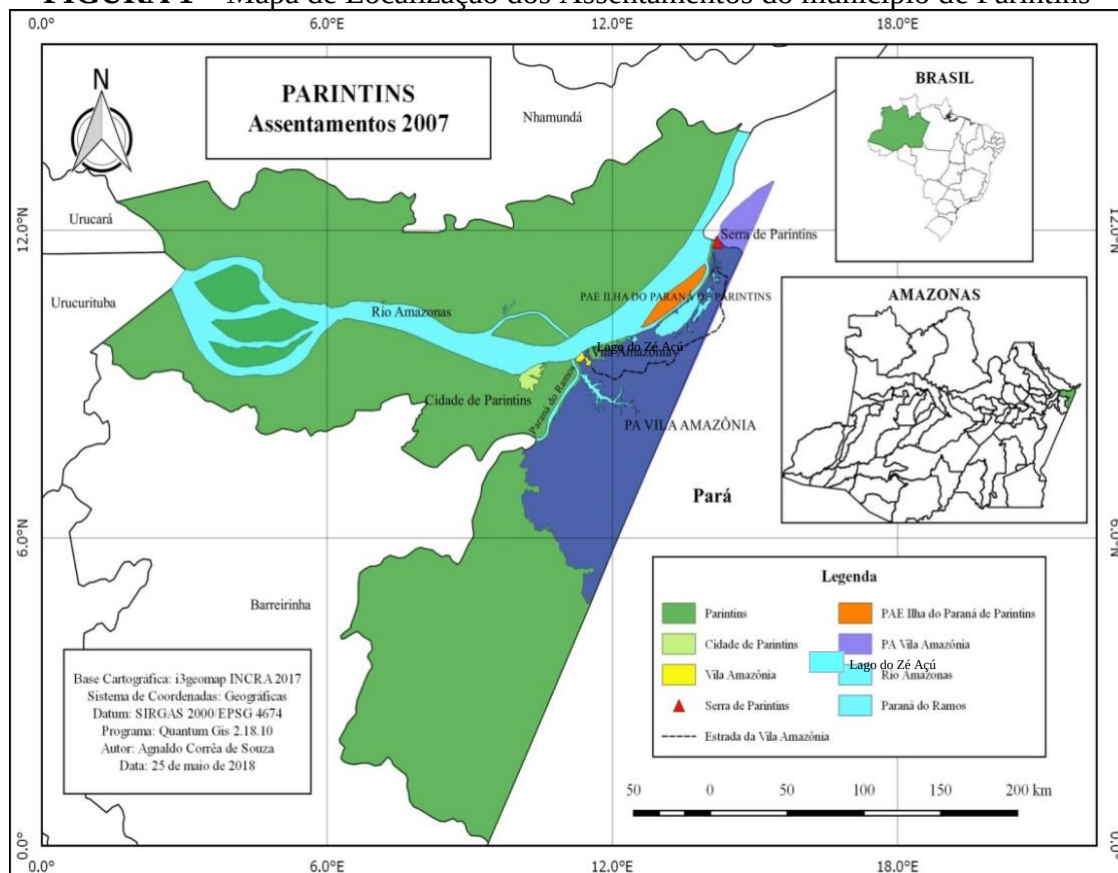
Diante disso, este capítulo aborda os aspectos relacionados aos processos de desenvolvimento ocorridos desde o surgimento dos primeiros povoados instalados pelos portugueses a partir do início do século XIX com a economia baseada nas atividades extrativas dos produtos naturais e produção agrícola, indo até os anos de 1980 do século XX com a implantação do Assentamento PA Vila Amazônia, assim como buscamos interpretar alguns

relatos de viagens dos primeiros desbravadores do rio Amazonas e missionários. O recorte temporal necessitou de fôlego e esforço interpretativo sobre os textos analisados, contribuindo para emergir algumas histórias esquecidas. Deste modo, acreditamos que as respostas e soluções para muitos problemas sociais e econômicos, não estão contidas no presente, mas no passado.

2.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS

O município de Parintins está localizado na Região Norte do país (Figura 1), compondo os 62 municípios do Estado do Amazonas. Possui uma área de 5.978.39 km² e uma população de 102.033 habitantes de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010. Está inserido na Mesorregião Centro Amazonense composta por trinta municípios, da qual estão as principais cidades como Manaus, Itacoatiara, Tefé, Coari, Iranduba, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.

FIGURA 1 – Mapa de Localização dos Assentamentos do município de Parintins



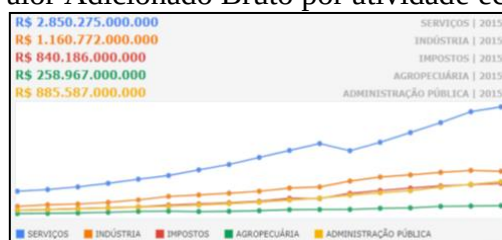
Fonte: Adaptado, INCRA, 2007.

Segundo Azevedo Filho (2013, p. 26), o município também “faz parte da 9ª Sub-região do Amazonas, Região do Baixo Amazonas, que inclui ainda os municípios de Nhamundá, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Urucará e São Sebastião do Uatumã. É composto basicamente por dois distritos: Mocambo (oeste) e o distrito sede, Parintins (leste)”. A sede municipal está distante da capital do estado a 455 km por via fluvial. Essa distância tem como referência o percurso feito por uma embarcação de recreio, tendo os portos de Parintins e Manaus como base. Em linha reta, usando os mesmos pontos, a distância equivale a 370 km entre Manaus e Parintins ¹⁹. O município tem como limites o Estado do Pará ao Leste, os municípios de Nhamundá ao Norte, Barreirinha ao Sul, Urucará ao Noroeste e Urucurituba ao Oeste.

A figura 1 mostra a localização do município no território brasileiro e evidencia os locais que serviram de estudo durante a pesquisa de campo, como a Serra de Parintins e a comunidade de Vila Amazônia. Essas duas localidades, embora distante uma da outra, estão ligadas pela estrada que recebe o mesmo nome dessa comunidade. Observa-se na imagem que o Assentamento PA Vila Amazônia ocupa cerca de ¼ da área total do município, da qual podemos indagar que o tipo de atividade econômica desta parte de Parintins está ligado ao desenvolvimento da agropecuária.

A economia do município tem cinco setores que movimentam a vida da população: o setor de serviços, indústria, impostos, agropecuária e a administração pública. De acordo com a Figura 2, as atividades ligadas ao setor agropecuário representam uma porção significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do município. Na área de estudos existe a economia do turismo ligada ao setor de serviços. Essa atividade ocorre sazonalmente, somado com as atividades da agricultura, pecuária, pesca, artesanato, funcionalismo públicos e programas sociais que movimentam a economia dessa localidade.

FIGURA 2 - Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB



Fonte: IBGE | VAB por setor de atividade em 2012.

¹⁹ As informações referentes à distância entre Manaus e Parintins foram obtidas através do programa Google Earth Pro 2019, onde foi traçado sobre a imagem do rio Amazonas o trajeto aproximado por onde navegam as embarcações de recreio, assim como a visualização dos dois portos para traçar a linha equidistante entre das duas cidades.

Aos 167 anos de existência comemorados em 2019, desde a elevação definitiva à categoria de Vila, sobre a alcunha de Vila Bela da Imperatriz, em homenagem a monarca brasileira, Dona Thereza Christina Maria, no ano de 1852 pela resolução Nº. 2, de 15 de outubro, a economia de Parintins esteve baseada na produção da borracha, cacau, pirarucu, essência de pau-rosa, óleo do cumaru e copaíba, castanha, balata, madeiras nobre como a massaranduba, couros e peles de animais silvestres. A partir da segunda metade do século XX, a economia se destacou com a produção da juta em Vila Amazônia, trazida pelos imigrantes japoneses nos anos de 1930, da qual foi criado um sistema industrial para produção dos derivados da fibra da juta asiática. Além da indústria têxtil, destacavam-se a indústria madeira, com exportação para Europa e a indústria ceramista, tendo o domínio dos imigrantes italianos, assim como dos missionários do PIME, ligados à igreja católica.

Nos anos de 1980, de acordo como os levantamentos do Censo Agropecuário, o município se destacava na criação de gado, com 59.977 cabeças em 1982. Quando comparado os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal, Tabela 3939, sobre o efetivo dos rebanhos bovinos por cabeça no Brasil entre os anos de 1980 e 2018 (disponível no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA), o Estado do Amazonas correspondia a 350.003 no ano de 1980, quadruplicando para 1.376.210 em 2018. Nesse cenário, Parintins e Careiro em 1980 se destacavam como os dois maiores criadores de gado no estado, com 42.700 e 44.704 cabeças respectivamente. Mas em 2018 o crescimento do rebanho nos dois municípios foi inferior às médias dos municípios de Boca do Acre e Apuí no Sul do estado do Amazonas. Boca do Acre de 26.964 cabeças soltou para 210.000 cabeças. Já Apuí que não apresentava nenhum número em 1980, em 2018 se destacou com 140.000 cabeças de gado. Nos últimos anos, esses dois municípios apresentaram os maiores rebanhos de bovino no Estado do Amazonas, enquanto Parintins, que nos anos de 1980 tinha o segundo maior rebanho do estado, em 38 anos o crescimento foi pouco mais de 12,5%, com 52.179 cabeças em 2018.

Tomamos como base a década de 1980 e o setor primário ligado à pecuária para ilustrar as mudanças estratégicas na economia do município para outro setor, o terciário, ligado ao entretenimento fabricado pela indústria cultural. O município de Parintins tem em suas raízes culturais o entrelaçamento do universo imaginário e mítico, projetando esse entrelaçamento nas manifestações socioculturais ocorridas de janeiro a janeiro há mais de um século tanto no meio rural, quanto urbano. Da mistura das culturas, branca, cabocla, indígena e negra, a tradição do Boi-Bumbá se consolidou como a maior representação da cultura popular do Estado. Nogueira (2013, p. 15) afirma que “o Boi-Bumbá, em Parintins, mesmo tangido por setores intelectuais e políticos simpáticos a certo folclore tradicionalista, firmou-se como um ‘misturador de

culturas’ e se projetou para o mercado, embora ainda não esteja totalmente assumido pela indústria cultural”.

Em torno desse evento cultural, ocorridos nos dias de sexta, sábado e domingo da última semana do mês de junho, a cidade construiu uma paisagem sociocultural, econômica e política, da qual sustenta uma imagem de cidade desenvolvida, com atuação do setor de hospedagem, transporte aéreo e fluvial, assim como a presença de investimentos dos governos federal e estadual, além dos investimentos de empresas privadas. Como expressam nossos conterrâneos parintinenses: “a cidade vive de Boi-Bumbá”²⁰. Nogueira (2013, p. 106), enfatiza que em “meados da década de 1980, parte dos setores influentes na política e na economia de Parintins já haviam assumido os bois-bumbás como elemento importante para desenvolver o turismo e para difundir as culturas amazônicas”.

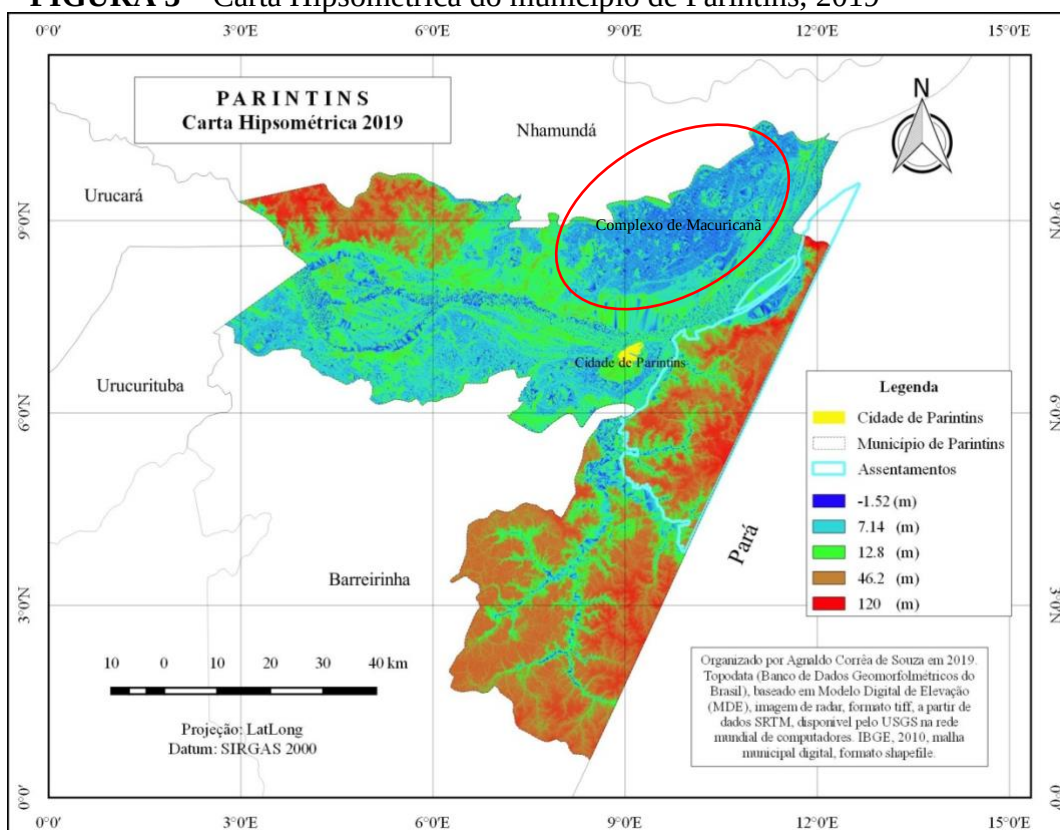
Em termos populacionais, o município de Parintins se destaca como o segundo no Estado do Amazonas de acordo com os dados do IBGE (2010), atrás da capital, Manaus, ocupando a 271ª entre as cidades brasileiras. A população urbana era de 69.890, enquanto a população rural contava com 32.143. O grande número de moradores residindo em espaço rural colocou Parintins na primeira colocação entre os 62 municípios do Estado do Amazonas e no Brasil veio ocupar o 44º lugar entre os municípios brasileiros. A população do município de Parintins desde sua formação foi constituída de nativos, como os indígenas das etnias Sateré-Maués, entre outras etnias, portugueses, japoneses, judeus, franceses, italianos, afrodescendentes, assim como brasileiros vindos da região Nordeste (como os cearenses e maranhenses) e de outros municípios do interior dos Estados do Amazonas e Pará, do qual contribuíram para formação dos aspectos socioculturais.

O quantitativo da população rural deixa o município em primeiro lugar no Estado, ocupando também uma excelente colocação entre os mais de cinco mil municípios brasileiro, mas o que nos chamou a atenção foram a sua historiografia, geografia humana e fisiografia. O município tem seu território dividido por dois sistemas geomorfológicos, um com característica de terras de baixa altitude, a partir de -1,52 m abaixo do nível do mar, outro formado por terras de médias altitudes, variando entre 46 a 126 metros como a Serra de Parintins, representados na carta hipsométrica do município de Parintins (Figura 3).

²⁰ A cultura popular do Boi-Bumbá faz parte das manifestações folclóricas do estado do Amazonas. Suas origens têm relação com a chegada dos migrantes nordestinos vindos durante os períodos do ciclo da produção da borracha. É uma manifestação territorial que divide a cidade em duas partes, uma na orientação espacial de cima (subindo o rio), outra de baixo (descendo o rio), ou simplesmente na direção Leste e Oeste. Na cidade a tradição popular cultivou dois grupos folclóricos, o boi Garantido, na parte de cima, e o boi Caprichoso, na parte de baixo, apesar de ter existido outros grupos como o Boi Corre Campo, Campineiro, além dos bois mirins Garanchoso e Mineirinho.

Nos sistemas geomorfológicos de baixa altitude se destaca o complexo de Macuricanã, estendendo-se por mais de 70 km ao longo do rio Amazonas, abrangendo os municípios de Parintins e Nhamundá, formado por várzeas e sistemas fluviais que compõem uma das maiores região fluviolacustre do mundo, como mostra a figura abaixo. Outra área que compõe os sistemas geomorfológicos de terras baixas são as várzeas localizadas no arquipélago de Tupinambarana entre o rio Amazonas e Paraná do Ramos, formando um gigantesco sistema de planície de inundação, além das áreas de várzeas distribuídas pelas margens do rio Amazonas e sistemas flúvio lacustre que se estende entre os municípios de Nhamundá, Barreirinha e Uricurituba.

FIGURA 3 – Carta Hipsométrica do município de Parintins, 2019



Fonte: Banco de dados Geomorfométricos do Brasil, 2019, IBGE, 2010.

Nas áreas de cor marrom escuro e em vermelho, o perfil do relevo tem como características elevações que variam entre 46.2 a 120 metros de altitude. São as áreas onde estão as comunidades rurais com maior contingente populacional como as comunidades do Assentamento PA de Vila Amazônia, e as comunidades do distrito de Mocambo e Caburi. As áreas de terras com médias altitudes se estendem entre a fronteira do Estado do Pará, de Leste

a Sul, onde se localiza o assentamento de Vila Amazônia, assim como uma porção localizada ao Noroeste do município, onde estão as comunidades do Mocambo e Caburi.

As áreas representadas pelas cores, azul e verde-claro, estão nas áreas de baixa altitude. Nessa região as comunidades se distribuem ao longo das margens do rio Amazonas, como as comunidades de Brasília, em frente à cidade, as comunidades da Costa da Águia, Ilhas das Onças e Ilhas das Guaribas, a comunidade de Itaburaí, em frente a serra de Parintins, Costa do Boto, as comunidades do Furo do Limão, entre outras. Essas comunidades resistem ao sistema fluvial do rio Amazonas, afetando suas moradias e a produção agropecuária. Na comunidade de Brasília existe a pesca do camarão fluvial, vendido ao redor do mercado municipal, já uma parte produção da melancia é feita por moradores do Paraná de Parintins de Baixo.

O regime das águas condiciona o homem rural a viver numa relativa coexistência com esse sistema hídrico, ora durante o período de cheia e vazante dos rios amazônicos, ora pelas estações das fortes chuvas e “verões amazônicos”. O poder adaptador do homem, ao se tornar híbrido, distante das constantes e profundas mudanças naturais sobre o espaço, nos leva a produzir o pensamento crítico sobre os processos transplantados pelos sistemas econômicos. A adaptação às mudanças naturais, não são atos simplesmente surgidos a partir dos processos biológicos de instinto humano, elas fazem parte dos processos socioculturais transmitidos pelos dialógicamente entre os indivíduos numa relação EU-TU.

A transmissão cultural faz parte da interação a partir dos processos dialógicos que são importantes para compreensão da manutenção de processos socioculturais que agem como um pilar usado para sustentar o modo de vida de um sítio na ausência de projetos com a intenção de promover o desenvolvimento social. Para Bartholo Júnior (2001, p. 12), “nessa perspectiva, a pessoa da relação *Eu-Tu* é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença. Uma possibilidade que vai além do campo das relações estritamente inter-humanas”. Diante desses processos, o homem, seja ele do meio rural ou urbano, não finca raízes a partir de sistemas singulares, indo para uma única direção. Bernard Lahire, ao contextualizar sobre o homem plural, o autor nos traz um fato que pode ser posto como suporte explicativo para o resultado dos processos dialógicos. Segundo ele, “a coerência dos hábitos ou esquemas de ação (sensório-motores, de percepção, de apreciação, de avaliação...), que cada ator pode ter interiorizado, depende, portanto, da coerência dos princípios de socialização aos quais esteve sujeito” (LAHIRE, 2002, p. 31).

As interações entre os sistemas socioculturais ocorridas em duzentos anos nessa parte da Amazônia não é um processo particular, se constituiu desde a entrada dos primeiros europeus em toda região, tendo a prevalência da cultura hegemônica de base ocidental. Os europeus

espanhóis e portugueses, mesmo atuando na intervenção do “[...] espaço, na vida e na organização das populações amazônicas [...]” (SILVA, 2012, p. 23), eles também tiveram de modificar seus hábitos e costumes na interação com as populações autóctones. Esses processos produziram nos sistemas culturais locais com suas tradições que se renovam com o passar de cada época. Os sistemas culturais do continente europeu trazido pelos portugueses desde a colonização no espaço onde é Parintins, ainda são manifestados na religião, na alimentação, no modo hospitaleiro de receber o outro, no espírito da busca de novas descobertas e no espírito audacioso de se lançar para além das fronteiras territoriais.

A cultura erudita da qual o parintinense teve acesso e que se manifesta durante a apresentação dos dois bois-bumbá na arena do bumbódromo, como exemplo, deve-se aos italianos, em especial ao missionário do PIME, o Irmão Miguel de Pascale²¹. De acordo com Wilson Nogueira (2013, p. 65), “a maioria dos artistas de boi-bumbá deve sua formação profissional à Igreja Católica, por intermédio da oficina de artes plásticas e esculturas do irmão Miguel de Pascale, nascido na Itália. O artista de formação acadêmica e religioso chegou a Parintins em 1976, para fazer os afrescos da Catedral de Nossa Senhora do Carmo”. Irmão Miguel ainda vive em Parintins nos afrescos pintados nas paredes da catedral, assim como nos traços dos pincéis e nos recortes e relevos das esculturas produzidos pelos instrumentos conduzidos pelas habilidades de seus antigos alunos²².

Em relação às crenças e religiosidade, no município predomina a religião cristã com as vertentes praticadas pela igreja Católica apostólica romana na maioria. Segundo o Censo de 2010, os praticantes católicos somavam 83.487, o que colocava o município na segunda posição, depois de Manaus. A religião cristã praticada pelas igrejas evangélicas ocupava o 6º lugar entre os municípios do Estado, com 16.167 fiéis e na segunda colocação no município. O Censo de 2010 também apresenta um número significativo de pessoas sem religião, praticantes do budismo, católicos apostólicos brasileiros, católicos ortodoxos, espíritas, praticantes da igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e do Judaísmo e as testemunhas de Jeová.

²¹ No início dos anos de 1990 tive a oportunidade de fazer parte dessa história como aluno de sua oficina de artes plásticas e esculturas, localizada próximo ao porto de Parintins. Irmão Miguel oferecia aos adolescentes ligados à catequese da igreja de Nossa Senhora do Carmo e do Sagrado Coração de Jesus os primeiros aprendizados sobre as artes plásticas, mesmo antes da implantação dos cursos superior de artes plástica tanto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), quanto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

²² A nova geração de artistas plásticos de Parintins deve ao irmão Miguel o ofício de reproduzir o fino toque dos pincéis nas pinturas e do cuidadoso perfeccionismo no trato dos instrumentos para confeccionar esculturas. Ele era uma pessoa de voz calma, estatura baixa, que buscava sempre o melhor de seus pupilos. Suas aulas obedeciam às tradições da igreja católica com seus ritos, com leitura das escrituras sagradas.

Também aparecem aqueles que não têm uma religião determinada e múltiplo pertencimento, as tradições indígenas, assim como outras religiosidades cristãs.

Os aspectos demográficos apresentados sobre o município de Parintins são importantes para evidenciar a realidade vivida nos dias atuais, assim como ajuda a compreender como ocorrem as práticas e iniciativas locais. Esse contexto contribui para destacar as questões sociais, econômicas, culturais e políticas do município, mas não explicam as causas de muitos problemas socioeconômicos que ocorrem na maioria das comunidades rurais. Problemas como a ausência de transporte para escoar a produção, suporte e acompanhamento técnico (trocados pelo diminutivo apoio técnico), projetos de desenvolvimento para beneficiar o produtor rural, incentivos e investimentos financeiros, melhoramento das vias de acesso às comunidades, introdução de projetos para o melhoramento da produção, assim como o retorno de culturas que um dia já tiveram uma elevada produção como o café e o cacau

2.3 MEMÓRIA E HISTÓRIAS DA CIDADE DE PARINTINS

2.3.1 Parintins versus Parintintin: decifrando as origens do nome da cidade

A cidade de Parintins na geografia do Estado está localizada no extremo Leste, situada em uma das ilhas do arquipélago de Tupinambarana²³, na margem direita do rio Amazonas. O arquipélago de Tupinambarana abrange os municípios de Nova Olinda do Norte, Itacoatiara, Urucurituba, Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Parintins, possui uma área um pouco mais de 11.800 km², localizado entre os rios Amazonas, Madeira, os paranás do Canumã, Ramos ou Urariá. Essa porção de terra, entre feições físicas do ambiente amazônico, deu morada à nação dos Tupinambás. Os cronistas Maurício de Heriarte²⁴ e o padre franciscano Cristóvão de

²³ Há em muitas publicações de jornais, revistas e até mesmo em trabalhos científicos, talvez levados pelas rimas dos cancioneros da ilha, ou dos versos das toadas dos Bois-Bumbás, que falam sobre a cidade de Parintins ser referenciada como ilha de Tupinambarana. Isso levou a um equívoco dentro da tipificação da geografia física, ao chamar de ilha Tupinambarana, já que a sede do município está em uma das ilhas que compõem o arquipélago de Tupinambarana. O correto é dizer que a cidade está localizada na ilha de Parintins, uma porção de terras cercada por uma rede de lagos, pequenos cursos d'água, com extensão de mais de 40 km². A ilha de Parintins é mais uma ilha do conjunto que compõem o arquipélago de Tupinambarana.

²⁴ Segundo o portal de educação MultiRio, de Gurupá partiu, em outubro de 1637, comandada por Pedro Teixeira, uma expedição oficial com o objetivo de explorar um rio dominado por mulheres cavaleiras e guerreiras – o Rio das Amazonas. Essa incursão, considerada por muitos como a maior façanha sertanista da região, contava com 47 grandes canoas, 70 soldados e 1.200 índios flecheiros. Observando a área, Teixeira buscou viabilizar o acesso à região peruana por via atlântica. Nesse trajeto, Belém seria a porta de entrada e, por isso mesmo, deveria ser muito bem guardada. A expedição – composta, entre outros, pelo cronista **Maurício de Heriarte** e alguns religiosos importantes, como o capelão franciscano Agostinho das Chagas – subiu os rios Amazonas e Negro, onde deixou

Acuña²⁵, nas expedições oficiais de 1637 e 1639, uma subindo e outra descendo o rio Amazonas, para a exploração do rio das Amazonas, sob o comando do capitão-mor da Capitania do Grão-Pará, Pedro Teixeira, deram as primeiras notícias sobre os Tupinambás e sobre esse pedaço de chão da Amazônia²⁶. A partir dessas informações podemos perceber junto à cartografia produzida nos séculos XVII, XVIII e XIX²⁷ algumas possessões portuguesas e espanholas da América do Sul, assim como as indicações do arquipélago e a presença desses povos marcantes na história de Parintins.

Além dos dois cronistas, autores como Gavet e Boucher, 1830, Métraux, 1950, Varnhagen, 1854, Martius, 1867, produziram importantes trabalhos sobre esse grupo étnico. Métraux (1950), por exemplo, considerava que os Tupinambás eram uma das mais importantes “greis ou tribos” primitivas do Brasil dos séculos XVI e XVII. De acordo com esse autor, eles estavam espalhados por quase todo litoral brasileiro, como os Tamoios, da baía Formosa a Angra dos Reis; os Tomiminós ou Temiminós do Espírito Santo no baixo Paraíba ao sul do Macucu; os Tupiniquins, próximo a Vitória a Camamu, migrando para o Tietê; Os Caetes, entre

parte do grupo. Prosseguindo, alcançou Quito, em outubro de 1638. Pedro Teixeira tomava posse das terras em nome do rei de Portugal, embora este Reino ainda estivesse sob domínio espanhol.

²⁵ Na Nota Bibliográfica do livro *Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*, publicado em 1891, traz a informação de que Christoval de Acuña fora nomeado por uma audiência na cidade de Lima, e junto com o padre Andrés de Artieda, foram designado para acompanhar o general Pedro Teixeira na exploração do rio Amazonas. A expedição científica embarcou em Quito no mês de fevereiro de 1639, chegando ao Pará em dezembro do mesmo ano, com o objetivo de estudar os costumes dos povos indígenas, com observações que sugerem ideias sobre os meios que ele propunha, para garantir o domínio sobre esses países.

²⁶ Sobre os Tupinambás, Maurício de Heriarte (1874) escreveu que eles predominavam sobre os povos naturais antes de sua chegada como os Aratús, Apacuitáras, Yaras, Goduis e Cariatós, dos quais os serviam como se fossem seus vassalos, lhes pagando tributo, mais tarde casaram-se, construindo laços familiares, mas sem perder a sua de inferioridade frente aos Tupinambás. Não sendo natural desta região, sua chegada foi datada no ano de 1600, quando seus antepassados migraram do Brasil em três tropas com objetivo de encontrar o paraíso terrestre, encontrando no arquipélago abundância. Eram conhecidos por serem bastante belicosos, liberais, mas com a índole de terem sido traidores, carniceiros, considerados gente que mais comia carne humana; praticavam a poligamia, entre sete a oito mulheres; aos povos dominados exigiam as filhas como esposas. Sua fama também ficou conhecida entre as nações por serem muito vingativos. Já a notícia dada por Acuña (1639) sobre a *Isla grande de los Tupinambás*, traz a informação da dimensão deste arquipélago, que segundo o missionário possuía sessenta léguas de comprimento, com mais de cem circuitos, localizada a 28 léguas do Madeira, da qual os Tupinambás tomaram posse após serem expulsos de terras de Pernambuco, quando saíram derrotados e fugido do rigor com que os Portugueses os iam subjugando (MELO-LEITÃO, 1941).

²⁷ *Amérique Méridionale* de Nicolas Sanson, 1669, 1709; *Le Cours de la Rivière des Amazones, Drepé. Sur la Relation Du R.P. Christophe d'Acugna* de Sanson d'Abbeville, 1686 (De acordo com o site da Biblioteca Mundial, Nicolas Sanson também era conhecido como Sanson d'Abbeville); *L'Amérique méridionale ou la partie méridionale des Indes Occidentales* de Vincenzo Maria Coronelli, 1689, 1704; *L'Amérique Méridionale* de Guillaume Delisle, 1700; Mapa geral da diocese do Pará: Mostra a divisão das paróquias onde o venerável Padre Miguel de Bulhões III, bispo do Pará, fundou e construiu a diocese, de Henrique Antonio Gailuzzo, 1759; *Carte de l'Amérique Meridionale* de Jacques-Nicolas Bellin, 1756; *Amérique Méridionale* de Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, 1772 (O cartógrafo denomina o arquipélago de Ilha dos Ramos); *Mapa Geografico De América Meridional* de Juan de La Cruz Cano y Olmedilla, 1775. Disponíveis nos sites da Biblioteca Digital Mundial, Biblioteca Digital Luso-Brasileira, Biblioteca Nacional Digital Brasil, David Rumsey Map Collection, Cartography Associate, e BNF Gallica Francesa.

São Francisco e Itamaracá; os Tabajaras ou Tobajaras, em um território ao sul da extinta capitania de Itamaracá e rio Paraíba, peregrinando para a serra de Ibiapaba e o Maranhão; os Potiguares, ou Potiguares, ou ainda Pitiguaras, da região do rio Jaguaribe; e os Guajajaras do vale do Pindaré. Os Tupinambás eram naquele tempo, uma gente muito corajosa, com tradições e cultura semelhante de muitos povos indígenas existentes no Brasil nos dias atuais.

Gavet e Boucher (1830) escreveram sobre os Tupinambás, do qual para eles, seus costumes eram bizarros, tão extraordinários, que ofereciam aos olhos do observador uma imagem surpreendente e curiosa; na maior parte, eram homens robustos, bem feitos, belicosos, espirituais e corajosos, de olhos pretos e a pele acobreada; pintavam seus corpos com um grande número de cores, com uso habitual de óleo de urucum; como quase todas as tribos brasileiras daquele tempo, perfuravam o lábio inferior (e às vezes as orelhas), introduzindo uma concha, uma pedra ou simplesmente um pedaço de madeira redonda. Considerados um povo que nada temia, se sentiam atormentados por maus espíritos, dos quais eram expulsos pelos poderes de um pajé.

A origem e significado da palavra Tupinambá podem resolver a questão sobre a origem do nome da cidade de Parintins, que no imaginário dos gentios desta cidade, paira no pensamento a ideia da origem do nome ter uma relação direta com os povos Parintintins. Essa ideia foi reforçada por Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu *Ensaio Corográfico Sobre a Província do Pará* nos anos de 1830, quando faz referência a Serra de Parintins. De acordo com Baena (2004, p. 182):

Esta montanha dos Parintins assumiu este nome dos silvícolas assim denominados, que a habitaram. Altos arvoredos a enramam a sua lombaa, que é uma planura, onde dizem ter existido uma aldeia dos ditos Parintins fundada pelos jesuítas e que os mesmos aldeianos se revoltaram contra os que lhe ministravam a doutrina, queimaram as casas esboroaram a igreja, enterraram os sinos e transfugiram para as brenhas. Ainda dura na circunvizinhança a tradição oral de que em todas as noites de Natal se ouvem os sinos soterrados.

Baena não dá certeza da existência desse grupo étnico, muito menos dá certeza do povoado fundado por jesuítas nesse sítio. Não encontramos nas crônicas dos missionários católicos, muito menos nos relatos de viajantes alguma informação sobre tal aldeia, parece que apenas houve a tentativa de relacionar esses fatos para justificar tal nomeação. Essa construção social vem sendo reproduzida em poesias, canções, toadas, textos acadêmicos, blogs e sites, em veículo de notícia jornalística, e até mesmo nos discursos de muitas autoridades, como sendo o

único discurso explicativo para representar esse contexto. Métraux (1950)²⁸ ao apresentar a explicação etimológica da palavra tupinambá, ele afirma que vem colocar o termo no mesmo pé de igualdade com o nome latino patrício²⁹, essa explicação pode mostrar a direção para chegar a resolução dessa problemática criada pelos trabalhos acadêmicos/científicos, dos muitos viajantes, assim como de lideranças local e estadual.

Essa questão há muito tempo vem sendo abordada por autores que contribuíram para os estudos etnográficos no Brasil como Varnhagen, 1854, Martius, 1867, Métraux, 1950, do qual abordaram o movimento migratório dos povos falantes da língua Tupi-Guarani espalhados pelo território brasileiro. Eles acreditavam na possibilidade de ter havido, em um período pretérito remoto, duas direções para esse movimento migratório, um vindo do Norte e outro ao Sul. Em um relatório apresentado a *Société de Géographie* francesa, no *Bulletin de la Société de Géographie*, 1868-01, com o título *Contributions à l'ethnographie et à la linguistique de l'Amérique, notamment du Brésil*³⁰, referente aos trabalhos de von Martius³¹, Pruner-Bey³² enfatiza a crítica de Martius (1867) a Varnhagen (1854) sobre o debate do movimento migratório dos Tupinambás pelo território brasileiro, que segundo ele:

Os primeiros toques na direção seguida pelos Tupis em suas migrações, o último dos quais, como acabamos de ver, é verificado pela história. Como sabemos, Varnhagen e outros escritores afirmam que o berço primitivo dos Tupis seria a Amazônia. Aqui eles teriam sido originalmente agricultores para se tornar nômades e piratas e invadir sucessivamente o leste e o sul. Essa não é a opinião de M. de Martius. Segundo ele, como já observamos [...], o movimento teria ocorrido na direção oposta. Pois, diz ele, a grande massa da nação ainda está no sul, onde também manteve seu idioma em um estado mais homogêneo, mais puro do que em outros lugares (PRUNER-BEY, 1868, p. 380).

Ora, tanto Varnhagen (1854), quanto Martius (1867) estavam de acordo sobre os movimentos migratórios desses povos no território brasileiro, seja vindo do Norte ou mais ao Sul, ocorridos quando eles praticavam o nomadismo a procura de ambientes propícios para sua

²⁸ Tal nome, no dizer de Rodolfo Garcia, significava etimologicamente "a gente atinente ou aderente ao chefe dos pais," os "pais principais", ou melhor, os descendentes dos fundadores da nação (MÉTRAUX, 1950, p. 11).

²⁹ Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.2, considera patrício: 3. natural da mesma pátria (que outrem). Vêm do latim *patricius, a, um* 'relativo à qualidade de patrício'.

³⁰ Contribuições à etnografia e a linguística da América, particularmente do Brasil (nossa tradução).

³¹ Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens (Contribuições para a etnografia e linguística da América, especialmente o Brasil), Volumes I e II.

³² Segundo o site *dataBNF*, Franz Pruner Bey (1808-1882), era médico, oftalmologista, membro da Sociedade de Antropologia de Paris e membro correspondente da Academia de Macon. Para o site *encyclopedia.com*, Pruner considerou a antropologia a "ciência das ciências".

moradia, ou, quando começaram a praticar a agricultura - na busca por novos ambientes parecia ser uma prática cultural. Se Varnhagen estava errado e Martius certo, não iremos acentuar mais essa discussão, mas é inegável a presença desses povos na área destacada como foi demonstrado nos relatos dos viajantes e na cartografia dos territórios colonizados por Espanha e Portugal. O estudo desse movimento migratório parece não ter chegado a um consenso, mas revela um ponto muito importante para elucidar a problemática sobre o porquê se ligou o nome da cidade de Parintins à etnia Parintintin.

Carvajal, relator da viagem de Francisco Orellana, em 1541 registrou entre as calhas dos principais afluentes do rio Amazonas centenas de populações com hábitos, costumes e línguas diferentes daquelas de origem latina. Durante a viagem o capitão Orellana ordenou batizar essas áreas de províncias com a denominação que as indicasse a relação com a população local, assim como as características físicas de cada povoado. No diário do franciscano, após terem passado pela foz do Madeira, uns três dias navegando pelo rio das Amazonas, entre os dias 14 a 17 de junho daquele ano, a comitiva enfrentou uma ofensiva dos nativos. O missionário traz a informação de que “*estos indios tienen ya flechas, y com ellas pelean*”, a nosso ver isso é relevante para decifrar a questão sobre o nome Parintins. Como se sabe, os estudos etnográficos revelaram que os Tupinambás eram temidos por seus inimigos pela fama de serem destemidos guerreiros³³.

Embora Varnhagen (1854) e Martius (1867) tenham apontado duas direções migratórias dos povos Tupis, notícias sobre povos guerreiros, valentes, temidos como os Tupinambás, que usavam instrumentos bélicos como o arco e flecha, foram descritos na crônica de Carvajal em 1541 nessas paragens da Amazônia muito antes da indicação da chegada desse grupo étnico em 1600. Ao invés de duas províncias, *las Picotas* e *San Juan*, batizadas pelo capitão Orellana, não seria esse territórios pertencentes aos descendentes dos Tupis do Brasil ou os próprios Tupinambás? A ligação dessa relação parental é percebida nos trabalhos etnográficos encontrados no Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacente, adaptado do Mapa de Curt Nimuendajú (1944), assim como a cartografia dos séculos XVII e XVIII ³⁴, que mostraram a distribuição das populações autóctones no território brasileiro.

³³ De acordo com Gavet e Boucher (1830), os Tupinambás em suas guerras usavam bastão, arco de duas cordas, flechas compridas e flechas da guerra, muito bem trabalhadas por mãos ásperas de quem as fabricavam, eram bastante sólidas e mortais.

³⁴ Nas bordas norte da rede fluvial entre os rios Madeira e Tapajós, cartógrafos identificaram além dos Tupinambás, grupos étnicos que ao longo do tempo a grafia foi modificada, mas, que parece ter uma relação com uma ou mais etnias que vivem atualmente nessa área. Exemplo são Maués, que foram chamados de Maraguases, além de Andirases, Andirales. N. d'Abbeville (1680) nomeou essa área com sendo pertencente aos Mutayus,

Na carta de Nimuendajú (1944) aparece nesse território um grande grupo pertencente às convenções da família linguística Tupi como os Mundurukú, Maué, Kuruaya, Kayabi, Parintintin, Apiaká e Kawahiwa. No período do império, esse território recebeu a denominação de Mundurucania, uma ampla região da Província do Pará, pertencente à Comarca do Alto Amazonas, entre os rios Tapajós e Madeira, até as fronteiras do antigo Mato Grosso. Tinha a Serra de Parintins o ponto natural separando as Comarcas do Alto e Baixo Amazonas. Um território habitado pelas etnias Júma, Maué, Pamma, Parintin, Miira, Andirá, Arára, Abacaxi, Anicoré, Aponariá, Aricunane, Ariquena, Bari, Curuaxiá, Itatapriá, Juqui, Torá, Urupá e Mundurucú, de quem toma o nome (ARAÚJO E AMAZONAS, 1852).

Sobre os Parintintin, as convenções sociais insistiram em dizer que esse grupo emprestou essa representação étnica como nome de batismo à cidade de Parintins. Uma falsa verdade reproduzida desde a criação do município de Parintins em 1858 (Lei nº. 88, de 24 de setembro). O artista local, Chico da Silva, por exemplo, no primeiro verso³⁵ da canção “Cantiga de Parintins” levou em consideração a grafia parintins relacionando essa palavra a etnia dos Parintintin. É um erro dizer que no arquipélago de Tupinambarana a etnia Parintintin era a tribo daquele lugar, já que o grupo étnico encontrado nesse lugar eram os Tupinambás.

Spix e Martius (1831) em seu livro “*Reise in Brasilien*” localizaram os Parintintin nas cabeceiras dos afluentes do rio Madeira, o que corresponde o sul dos municípios de Borba e Maués e, parte norte de Apuí no Estado do Amazonas. Vale ressaltar que nesta obra, os autores também citam a palavra **Parentin**³⁶, mas destacando o posto de registro criado pelo governo português no início do século XIX nas bordas da serra de Parintins³⁷. Os Parintintin dominavam

Guayazes, Urubutingas, Zapucayas e Cayanas (segundo relatório de C. de Acuña); N; Sanson (1679) citou apenas como Mataya; S. Fritz (1707) diz a área pertencente aos Maraguases, Mabués, Sapupés e Andirales; Cruz Cano y Olmeda (1775) chama a área pertencentes aos Maraguases e Maués.

³⁵ Na ilha tupinambarana nasceu Parintins, que eu vou decantar. Parintins dos Parintintins é o nome da tribo desse lugar (Cantiga de Parintins de Chico da Silva).

³⁶ Ilmo e Ex.mo Sr... Passei ordens para se mudar o Registro de Villa de Serpa, para a Villa Nova da Rainha, por ser mui conveniente, não poder passar canoa alguma que não seja registrada, pois defronte da dita Villa está hua ponta de terra adonde mando pôr hua Vigia, porque tem hu paraná-miri por onde vários Comerciantes costumão a levar Raparigas e Rapazes para Seus Serviços, ou para darem a quem lhes parecer, e Montarias. / Como Serpa e Silves são duas Villas onde nellas há desordens, e ficão longe algua couza da Villa Nova da Rainha, entregue o Commando dellas ao Capitão Milliciano com Patente de Sua Alteza Real Antonio Vieira Correa da Maya, por ter sido muitos annos Cadete e ter servido na Praça de Mazagão, sendo o primeiro que foi crear aquelle Registro [...]. / D. G. a V. Ex.a Barcellos 4 de Fev. de 1805. / Ilmo e Ex.mo Sr. Conde dos Arcos – José Antônio Salgado (REIS, 1967, p. 24).

³⁷ A viagem do Sul do Continente foi lenta, porque o vento estava completamente ausente. Chegamos somente em 1 de outubro, ao posto fronteiro (Registro) de **Parentim**, algumas cabanas no sopé da colina coberta com uma densa floresta virgem, cerca de 200 pés de altura, que pode ser considerada, em certa medida como uma fronteira natural entre as regiões do Pará, e Rio Negro. O governador da última província, assustado com os rumores de uma doença infecciosa, que na parte inferior afastada da província, tinha destacado uma milícia de soldados com

mais ao Sudeste da região da Mundurucania, não o Sul do rio Amazonas, ou a “ilha” de Tupinambarana. Apesar da familiaridade entre Tupinambás e Parintintin, não poderia ser essa última etnia habitantes do arquipélago de Tupinambarana. O mito criado sobre as lendárias *Amazonas*, por Francisco Orellana em 1541, pode ter desviado o foco dos verdadeiros povos que confrontaram a comitiva espanhola. Na crônica de Carvajal, o dominicano descreve o confronto entre espanhóis e os índios súditos e tributários das *Amazonas*, do qual pediram socorro. Carvajal (1894, p. 59/60) apresenta o confronto:

Quiero que sepan cuál fué la cabsa por qué estos indios se defendían de tal manera. Han de saber que ellos son subjectos y tributarios á las amazonas, y sabida nuestra venida, vanles á pedir socorro y vinieron hasta diez ó doce, que éstas vimos nosotros, que andaban peleando delante de todos los indios como capitanas, y peleaban ellas tan animosamente que los indios no osaban volver las espaldas, y al que las volvía delante de nosotros le mataban á palos, y esta es la cabsa por donde los indios se defendían tanto. Estas mujeres son muy blancas y altas, y tienen muy largo el cabello y entrenzado y revuelto á la cabeza, y son muy membrudas y andan desnudas en cueros, tapadas sus vergüenzas, con sus arcos y flechas en las manos, haciendo tanta guerra como diez indios; y en verdad que hubo mujer de éstas que metió un palmo de flecha por uno de los bergantines, y otras que menos, que parecían nuestros bergantines puerco espín.

A descrição da batalha, assim como a descrição das mulheres em combate por Carvajal em 1541, coloca em paralelo as práticas de combate e semelhanças físicas de alguns grupos étnicos descendentes dos Tupis na Amazônia, como os Mundurucu. Spix e Martius (1831) descrevem como as mulheres Mundurucus guerreavam numa batalha e as semelhanças físicas poderiam ser comparadas com as “*amazonas*” descritas pelo missionário. Os autores falam de terem visto essa etnia - os Mundurucu, e consideraram como os espartanos do norte do Brasil selvagem (se referindo a esses povos nativos). Na descrição apresentada por Spix e Martius (1831), eles afirmaram que os Mundurucus eram grandes, seios largos, extremamente musculosos, **com a aparência muito clara**, cabelo preto brilhante cortado curto na testa e tatuado em todo o corpo com linhas estreitas; no confronto com seus inimigos, eles se dividiam em grandes linhas, esperando pelas flechas, interceptadas com destreza pelas mulheres próximas, para em seguida atirar suas flechas apresentadas pelas mulheres com grande velocidade; os Mundurucus perseguiam os Jumas, Parintintins, Araras e tinha os Maués como seus maiores aliados. Essa descrição, apresentada pelos alemães quando estiveram na Amazônia no início do século XIX é uma boa representação para desmistificar o mito das lendárias *amazonas* nascida na crônica de Carvajal.

a intenção de submeter-se a aprovação de todos os viajantes da província superior ao controle estrito (Nossa tradução) (SPIX e MARTIUS, 1831, p. 1060).

Entre os dois povos Tupis modernos dessa parte da região Amazônica, os Mundurucus e os Parintintin, não existiam nenhum laço de amizade. Martius (1867) escreveu que o rapto de meninas e mulheres pelos Parintintin, despertou o ódio mortal entre os dois povos e, sendo inimigos mortais dos Mundurucus, receberam a denominação de Parintintin. Em 1924, Curt Nimuendajú, criticou essa consideração, já que para ele, na Língua Geral, raptos de crianças não pareciam admissíveis. Para Nimuendajú (1924, p. 201), “a tribu (sic) de índios vulgarmente conhecida por “Parintintin”, no Rio Madeira, em sua própria língua se denomina **Kawabib** ou **Kawabiwa** quando este nome ainda é seguido por um sufixo, uma preposição ou um adjetivo”. Outra consideração dada por Curt são outras denominações recebidas por essa etnia: Paredindin (P. Hugo Mense); Parinrinrin, Paren-an-an, Parin-a, referente à cabeça do inimigo cortada como troféu (como as picotas descritas por Carvajal em 1541), na língua Mundurucu (G. Tocantins); **Paritin**, em Maué, todos os índios hostis, segundo Curt, recebiam essa denominação.

Esse conhecimento antropológico trazido pela Etnografia dos séculos XIX e XX, assim como a produção cartográfica do período colonial nos dá a condição para afirmar que a presença de povos Parintintin nas margens no rio Amazonas, ou no sítio da serra de Parintins de onde apareceu pela primeira vez a palavra nos registros oficiais, nunca existiu. Nimuendajú (1924) por outro lado, indica uma pista para solução da questão quando apresenta a grafia **Paritin** na língua Maué, que na tradução significa todos os índios hostis. Como sabemos muitos lugares e principalmente muitos ambientes físicos receberam denominações correspondentes aos grupos indígenas que os habitavam, como os rios Tapajós, Maués, Abacaxi e Andirá, Serra dos Carajás, ou nomes referentes a alguma língua indígena.

No caso do nome do município, assim como da cidade de Parintins, vem do sítio denominado **Parentins** descrito na carta do governo da Capitania do rio Negro no início do século XIX enviada ao Commandante do Registo do Parentins³⁸. O referido sítio abriga a serra

³⁸ Documento n. 2 — Commandancia do Registo do Parentins — O Governo actual da Capitania do Rio Negro convencido da necessidade de estabelecer á entrada da Capitania hum Registo, o qual sendo a porta única por onde seja franqueada a Capitania possa ao mesmo tempo surprender os Dezertores; obstar a efluencia absoluta, e descarada dos Indios, em dishabitantes desta Capitania; conhecer da influencia dos da Capitania inferior, repremindo nestes os perfugas, que intentão evadir-se do interior della tendo abandonado as suas legitimas commissões; rezenhar exactamente todos os Generos exportados, tanto para saber formar justo conceito da importancia desta Capitania, como para accrescentar quanto for possivil as Rendas Reaes della por huma exacção excrupuloza dos Dizimos dos Generos do Consumo interior do estado, que amalicia perpetua, e estudada dos exportadores substrahe nos Districtos a exacção das Authoridades respectivas; O mesmo Governo informado aeste fim pelo seu primeiro Membro o Capitão de Fragatas, Commandante Geral das Tropas da Capitania que o Sitio denominado de Parentins sobre o Amazonas, limite desta Capitania com a do Pará, he o mais vantajozo para hum tal Estabelecimento / pois que sendo em huma garganta do Amazonas á entrada da Capitania, feixa também todos os Canaes de communicação do interior da Capitania / tendo dado em assento estabelecer allí hum Registo permanente rezolveo encarregar a Vm.e da execução da Obra, confiando ideias informações de ditto Commandante Gerai que Vm.e hade bem satisfazer aesta Importante commissão. Portanto logo que Vm.e receber esta passará ao

de Parintins, da qual já foi nomeada de *Outeiro ou Serra Piráim* (Tupi = *pirá*: peixe; *in*: parado) pelo cartógrafo José Lopes Santo em 1798 na *Carte de l'Amérique équinoxiale et du Brésil*. No caso da grafia **parentins**, ela sofreu uma alteração no lugar da vogal **e**, houve a substituição pela vogal **i**, com isso ocorreu uma aproximação com o **Paritin**, Maué ou, o Parintintin, Mundurucus.

Essa mudança pode ter levado ao distanciamento da verdadeira língua que originou tal palavra, podendo ser comparada ao **parentis**³⁹ latino. Se em um passado remoto os antigos Tupis dispersaram pelo território brasileiro, motivados pelas constantes invasões de seus territórios, como na diáspora judaica, forçados a sair de sua terra natal, eles deixaram muitos descendentes espalhados na Amazônia. Eles formaram novos grupos que reproduziam suas tradições culturais e sociais, assim como a língua falada, o que os deixou ligados culturalmente. Se não existem relatos nem documentos descrevendo a presença dos Parintintin nas proximidades da serra de Parintins, poderia nesse sítio ter sua denominação relacionada à parentesco, nesse caso, com todos os Tupis modernos, ou, pertencente a algum personagem da história da Amazônia? Talvez essa exatidão explicativa surja com o tempo com apoio da Filologia, Lingüística, Antropologia, História e Geografia juntas, para desvendar de vez essa dúvida.

2.3.2 Histórias sobre as origens de Parintins: lugar, missão, vila e cidade

Sítio denominado de Parentins, e alli servindo-se dos Alveões que pela Portaria inclusa lhe parecer bem alli chamar do Juizo de Serpa, de Silves, e do Julgado de Villa Nova; servindo-se dos recursos, principalmente de Montarias, que de taes Lugares lhe parecer comprodencia exigir temporaria, e alternativamente; servindo-se dos Dizimos de dittos Lugares; servindo-se ultimamente dos Soccorros que com esta são a Vm.e agora expedidos por este Reaes Armazéns, e constantes da inclusa Relação, fará Vm.e sem demora a qual a estação não permite / limpar, eterraplenar perfeitam.te a falta do morro de Parentins pela sua parte de cima sobre o Igarapé, ou Lago que alli ha; fara também pôr promptas alli, edesbastadas as Madeira de Uacaricuara, ou acapu V Sa. que constão da Relação inclusa dada pelo Mestre das Obras desta Capital: O que tudo estando prompto para avizo aqui com anticipação, afim depassar ahi o Mestre das Obras a erguer os pez direitos dEdifficios, edeixar a Vm.e as instrucções Necessarias para o seu perfeito acabamento. Adverte-se com tudo a Vm.e que os Edifficios tem de ser porora cobertos depalha, ainda que hão de ficar com o ponto para telha, aqual ao depois hirá com o tempo, em virtude das providencias que aqui se ficão tomando; advirtindo também que daqui hão de hir a seu tempo Portas, Janellas, Ferragens, Pregajes. Vm.e pedirá daqui a tempo mais algumas providencias, que athe das acima mencionadas julgar deverem hir daqui. Ultimamente fara Vm.e mensalmente as Folhas dos vencimentos dos Operários desse Serviço, as quaes expedirá desta Provedoria, para selhes fazerem os seus pagamentos nas occasiões. — Deus Gde. a Vm.e Barcellos 29 de Junho de 1806 — José Joaquim Victorio da Costa — Caetano Pereira Pontes — Antonio de Mattos — Snr. Commandante do Registo do Parentins (REIS, 1967, p. 26).

³⁹ **Parens, entis.** (A) m. e f. 1. o pai ou mãe; *consulatus parentis tui* – no consulado do teu pai 2. avô, antessado; 3. [fig.] pai, inventor, fundador. (B) pl. (parentes, um) 1. O pai e a mãe; os pais; 2. Os antepassados; 3. [raro] os parentes próximos (MONIZ, F. F. de S. **Dicionário Latim-Português**. Porto: Porto Editora, 2001).

As origens da cidade de Parintins é um tema recorrente na literatura do Amazonas, assim como aparece em muitos trabalhos acadêmicos. Encontramos nesses trabalhos várias relações de documentos e fatos históricos que apontaram para as primeiras letras escritas sobre a área que hoje pertence ao município de Parintins. Dessas referências surgiram algumas inspirações literárias que transformaram esses fatos como os supostos berços da origem de Parintins como: Ilha da Picotas e São Miguel dos Tupinambaranas. Esses contextos foram transpostos de seus espaços físicos, já que houve a tentativa de ligar a origem de Parintins. Essas inspirações, que poderíamos dizer, a partir da liberdade poética, distorceram o universo espacial geográfico ao convergir essas informações para um único ponto, a ilha onde fica a cidade de Parintins.

A *ilha da Picotas...* Essa denominação veio à tona recente, quando estava concluindo nosso último capítulo, quando um informante da cidade de Parintins nos ligou e disse que um compositor de toadas do Boi Garantido ⁴⁰ ao discursar em um evento em homenagem aos 167 anos da cidade de Parintins, fez referência ao possível nome dado ao lugar onde hoje fica a cidade de Parintins, chamando-o de *ilha das Picotas*. Quando se fala sobre as origens dessa cidade, sempre ouvimos essa referência em um portunhol regional, a *Ilha de las Picotas*, com tom extrovertido e irreverente, coisa própria dos gentios parintinenses. Parece que o aludido compositor contextualizou seu discurso a partir da crônica do Frei Gaspar de Carvajal de 1541.

No entanto, quando a comitiva espanhola a bordo de seus bergantins passava pela foz do rio Grande (Rio Madeira), batizado por Orellana, Carvajal escreve:

Passamos adiante e, obra de meia légua, demos com outro povoado maior, mas aqui nos fizemos ao largo do rio (passamos ao meio). Esta terra é temperada e de muito boa disposição, mas não soubemos seu comércio, porque não nos foi permitido. E aqui acabou esta província e passámos (sic) a outra que nos deu não pouca canseira. Continuando nosso caminho, sempre entre lugares povoados, um dia, pelas oito horas da manhan (sic), vimos num alto uma formosa aldeia, que ao parecer devia ser capital de algum grande senhor. Quizéramos (sic), embora com risco, chegar até lá para vê-la, mas não foi possível porque tinha diante uma ilha, e quando quízemos (sic) entrar já a entrada tinha ficado para trás. Por este motivo passamos (sic) à vista, mirando-a. Havia nessa aldeia sete picotas, esparsas em vários lugares da aldeia, tendo pregadas nelas muitas cabeças de mortos. Por isto puzemos (sic) a este lugar o nome de Província das Picotas, que se estendia setenta léguas rio abaixo. Desciam dessa aldeia para o rio vários caminhos feitos a mão, tendo plantadas, de um e outro lado, árvores frutíferas, por onde se percebia que devia ser um grande senhor o desta terra (MELO-LEITÃO, 1941, p.55).

Como o texto foi escrito em Espanhol, então não se refere a nenhuma ave ou animal de alguma espécie da região, eram simplesmente troncos, o chamado pelorinho, como aqueles

⁴⁰ Não iremos revelar o nome para preservar a integridade do referido compositor.

usados para castigar os escravos negros, numa época que era aceita a escravidão e as práticas para punir os originários retirados à força do continente Africano. Na geografia, o lugar depois da desembocadura do rio Madeira é a Ilha da Trindade no município de Itacoatiara. Não havendo uma aproximação com o território do município de Parintins, essa referência não pode ser usada como indicativo de suas origens e história, muito menos ter algum tipo de relação. No entanto, quando tomamos o contexto escrito em 1541 com a interpretação geográfica e cartográfica, ela nos aponta para outra direção, acredito ser a mais ideal e chegar à primeira denominação dada, talvez a ilha e ao município de Parintins.

A primeira interpretação do texto de Carvajal que fizemos foi à geográfica. No período indicado na crônica de Carvajal era mês de junho, quando a enchente do rio Amazonas, no seu máximo, encobre as terras de baixa altitude, revelando um magnífico cenário de águas fluviais, com sua dinâmica que se repete todos os anos, como é em nosso tempo. Vale ressaltar que as mudanças bruscas das condições físicas da paisagem e do relevo, não ocorrem no tempo cronológico, mas no tempo geológico, com isso, as condições climáticas e a dinâmica fluvial de 1541 a 2019, não sofreram grandes alterações. Com isso, podemos afirmar que o percurso e os cenários físicos vislumbrados pela comitiva daqueles espanhóis, são hoje muito semelhantes.

Na geomorfologia fluvial, a direção percorrida pelas águas, velocidade e a forma dos canais são importantes para esclarecer algumas dúvidas sobre em que parte do rio de fato são hoje as localidades humanas originárias das cidades, vilas e comunidades ao longo do rio Amazonas. Em sua crônica Carvajal escreveu o seguinte texto: *Martes á veintidós días de Junio vimos mucha población de la banda siniestra del rio, porque estaban blanqueando las casas, que íbamos por médio rio: quisimos ir allá, pero no pudimos por cabsa de la mucha corriente y olas más trabajosas y más que en la mar andaban* ⁴¹ (CARVAJAL, 1894, p. 57). O texto do dominicano traz dados interessantes para saber em que parte do ambiente amazônico pode estar relacionada à crônica de Carvajal.

Quem já navegou pelos rios da Amazônia no trecho entre a cidade de sua residência com a capital, traz em suas lembranças os cenários por onde o barco de recreio navega. Como pesquisador, assim como o gentio de Parintins, algumas lembranças de viagens pelo rio Amazonas estão nítidas em minha memória. Nos anos de 1980 e 1990, meu genitor possuía barcos que navegaram pelos rios da Amazônia como: Amazonas, Trombetas, Maués, Nhamundá, Uatumã, Andirá, Uaicurapá, além do Paraná do Ramos, todos na região do médio

⁴¹ Terça-feira, 22 de junho, vimos muitas povoações do lado esquerdo do rio, pois indo nós pelo meio, víamos branquear as casas. Quizemos (sic) ir até lá mas não pudemos pela muita correnteza e pelas ondas, mas trabalhas que as do mar (MELO-LEITÃO, 1941, p. 58).

Amazonas. Em algumas viagens na época de minha adolescência, pude viajar com meus irmãos responsáveis pelo comando das embarcações, da qual tive a oportunidade de conhecer os mais variados cenários fluviais como: dezenas de rios e igarapés, furos, ilhas, paranás, várzeas, igapós, matas ciliares, praias, lagos e lagoas, as correntezas, os rebojos, os remansos e as pontas de pedras. Dessas experiências, somadas as imagens vislumbradas nas viagens descendo e subindo o rio Amazonas, de Parintins à Manaus, somada a interpretação cartográfica junto às imagens de satélites pelos sistemas digitais, podemos apontar alguns locais e relacionarmos ao texto de Carvajal,

O texto data da passagem da comitiva no dia 22 de junho de 1541, quando avistaram muitas povoações do lado esquerdo do rio. Como o grupo viajava ao meio do rio, a percepção daqueles viajantes era de terem visto muitas casas de cor branca, *estaban blanqueando las casas*. Carvajal nos dá quatro informações nesse texto: o mês, a margem esquerda, a localização em relação ao rio e as correntezas. Como sabemos, no mês de junho, a dinâmica do rio Amazonas tem como características o máximo de seu processo de enchente. Com isso, as margens onde as terras têm baixa altitude ficam encobertas pelas águas. Como a direção da viagem era do Oeste para o Leste, obedecendo à velocidade do fluxo do rio, mantendo um ritmo quase constante entre a força dos remos e do vento, não poderiam esses viajantes pular de um lugar para outro de forma abrupta.

Desta forma, depois de sua passarem pela Província das Picotas e terem dormido em um monte (como as margens ficam em quase toda sua extensão alagada durante esse período, Carvajal se refere a uma porção de terra que não estava encoberta pelas águas), o grupo tentou alcançar a margem esquerda, mas não conseguiram por estar no meio do rio e por haver muita correnteza. Em nosso tempo, essa localização pode estar relacionada com a região onde fica a foz do rio Uatumã com o rio Amazonas, uma área onde o rio tem uma dimensão de mais de 3 km de extensão, de uma margem a outra. Nessa região, o rio faz uma curva para o Norte (margem esquerda) com mais de 30 km de extensão, chegando até a comunidade do Mocambo, onde existem fortes correntezas e também remansos que dificultam a navegação. Essa curva, na Geomorfologia Fluvial, na margem esquerda, chama-se de côncava, com velocidade maior que a margem direita. É uma área caracterizada por terras mais elevadas, chegando a 80 metros de altitude, havendo constante processo de erosão marginal, as chamadas terras caídas, consequências dos processos erosivos, tanto pluvial quanto fluvial. Como vimos, não há nenhuma aproximação com a ilha de Parintins.

O trecho indicado no texto de Carvajal na margem direita não teria como existir grandes povoados, já que faz parte do arquipélago de Tupinambarana, uma região que fica alagada nesse

período do ano, exceto algumas áreas como a ilha que abriga a cidade de Parintins. No trecho de pouco mais de 12 km após a comunidade do Mocambo na margem esquerda não fica encoberta pelas águas durante a enchente, por ser uma continuidade do relevo de morros, com mais de 80 metros de altitude. Acredito que o texto a seguir de Carvajal revela de fato a primeira denominação dado a cidade de Parintins:

Miércoles siguiente tomamos un pueblo que estaba en medio de un arroyo pequeño en un muy gran llano de más de cuatro leguas. Tenía este pueblo su asiento todo en una calle, y una plaza en medio, las casas de una parte y otra, y hallamos mucha comida; y este pueblo, por estar de la manera ya dicha, le llamamos el pueblo de la Calle (CARVAJAL, 1894, p. 57).

Nessa passagem do texto, Carvajal escreve que os expedicionários tomaram um povoado que estava sobre um pequeno arroio (curso d'água), numa grande planície. Não podendo haver povoado na área inundada do lado esquerdo a partir dos doze quilômetros após o Mocambo, local denominado como costa do Boto, até a cidade de Oriximiná, na confluência do rio Amazonas com o rio Trombetas, e do lado direito, a área que poderia ter tido um povoado é a ilha da cidade de Parintins. Essa área se estende sobre uma planície que não é encoberta pela enchente, antes de haver uma cidade, essa planície parecia estar dividida por um pequeno curso d'água, onde hoje fica à Cidade Garantido, antiga Fabril Juta. Com isso, acredito que foi na quarta feira, dia 23 de junho de 1541, que a expedição do Capitão Orellana chega de fato à área da ilha de Parintins, recebendo como primeira denominação ***Pueblo de la Calle***.

São Miguel dos Tupinambaranas... Se a interpretação geográfica e cartográfica foi útil para decifrar o primeiro enigma, então ela pode contribuir para solucionar outro imbróglio causado pela transposição do contexto escrito de sua espacialidade. Li na dissertação de mestrado de uma colega de doutorado ⁴² uma citação do livro *Parintins: Memória dos acontecimentos* (2003) do historiador da cidade de Parintins Tonzinho Saunier ⁴³, do qual escreveu sobre as notas da crônica dos padres da Companhia de Jesus escrita pelo padre Felipe de Bettendorf, escrita no fim do século XVII. Na citação, Saunier (2003, p. 17), afirma ser “sem dúvida alguma, o dia 29 de setembro de 1669 a data da fundação de Parintins, com o nome de ‘São Miguel dos Tupinambaranas’”. Nessa citação, podemos dizer que Saunier deu um pontinho distante do i.

O ponto fora do i, ou, simplesmente de sua localização, distante da verdadeira posição geográfica, o que leva a uma direção difícil de chegar a qualquer lugar seguro dentro do

⁴² Em respeito ao trabalho dessa colega, não será citado seu nome.

⁴³ Antônio Pacífico Siqueira Saunier. Poeta, historiador e antropólogo autodidata.

contexto científico. O erro fatal tem consequências que obscurecem o saber, pois leva a reprodução de falsas verdades aceitas como se fossem as únicas verdades. De fato a data de 1669 Bettendorf a cita em sua crônica, mas nosso nobre historiador não tomou o devido cuidado quanto à localização do espaço geográfico do dito texto sobre os Tupinambaranas⁴⁴, muito menos observou o período em que o texto foi escrito, assim como seu conteúdo.

Bettendorf (1910) não narra os acontecimentos com suas respectivas datas, mas descreve com muita clareza de detalhes cada lugar por onde ele passou quando exerceu o cargo de superior da Missão da banda Norte entre 1669 a 1674. O lugar mencionado pelo missionário estava sediado no lago ou rio Uaicurapá⁴⁵, estremado ao município de Barreirinha, do qual sediou a missão de Tupinambarana, que também recebeu as denominações de Papateruanas (1775)⁴⁶ ou Panateruanas (1790)⁴⁷, transferida para o rio Abacaxis. Bettendorf alude em sua *Chronica* os novos índios Pataruanas, com quem o primeiro missionário padre Antônio da Fonseca fundou a missão e como padroeiro *Santo Ignacio*. Isso significa que o padroeiro dado pelo missionário não foi São Miguel dos Tupinambaranas como escreveu Saunier (2003). Quando Bettendorf (1910, p. 36) escreve: *desta residência se não vizitou os Andirazes, pela banda de riba, e os Curiatós para a banda de baixo*, ele traz uma informação geográfica, riba

⁴⁴ Na *Chronica* do padre João Felipe Bettendorf, da Companhia de Jesus, organizado e digitalizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1910, traz no Capítulo 12º, o título *DÁ-SE BREVE NOTICIA DAS MAIS TERRAS ONDE HÁ RESIDÊNCIA DA COMPANHIA DE JESUS ATÉ A ULTIMA DELLAS*, do qual apresenta a seguinte passagem: *Umas cinco jornada pouco mais ou menos pelo rio da Amazonas acima estão os Tupinambaranas. Estes estavam em uma ponta alta sobre o rio, onde em 1669, quando lá os foram vizitar em minha companhia o Padre Pedro Luiz Glui e o Irmão Domingos da Costa; mas pela grande praga dos mosquitos mudaram se uma jornada pouco mais pela terra dentro sobre um bello lago ou rio que vindo parte dos Andirazes, parte do rio das Amazonas, vai dar pelos Curiatós; aqui fizeram sua aldeã que o padre Antonio Fonseca, primeiro Missionário de accento, mudou mais para riba, e acrescentou com índios novos chamados Pataruanas, fazendo sua residência com egreja e casas de Santo Ignacio. Tem bella vista, bons ares, boas águas em comparação de outras, boas terras para mantimento, boas mattas para caça e fructas, e boas paragens para peixe e tartarugas, desta residência se não vizitou os Andirazes, pela banda de riba, e os Curiatós para a banda de baixo; em ambos os sertões, principalmente nos dos Curiatós não falta gentio. Têm os Andirazes em seus Mattos uma fructinha que chamam guaraná, a qual seccam o depois pisam; fazendo della umas bolas, que estimam como os brancos o seu ouro, e desfeitas com uma pedrinha, com que as vão roçando e em uma cuia de agua bebida, dá tão grandes forças, que o indo os índios a caça, um dia até outro, não tem fome, alem do que faz urinar, tira febres e dores de cabeça e câimbras. Do préstimo que tem para provocar urina me consta; do mais não sei de certo se não pelo que comumente ouço dizer. O principal dos Tupinambaranas é João Cumurú, índio afamado nas guerras, e por essa razão feito Capitão Mór dos seus, mas já de muita idade, e morreu-lhe sua gente quase toda e após ella também elle falleceu.*

⁴⁵ Segundo o Cônego Bernardinho de Souza (1873, p. 263), *Uaycurapa: Rio no município de Villa-Bella da Imperatriz, muito abundante em madeiras reaes. Na sua foz e em uma bella praia está o lugar denominado Tauaquêra, onde os jesuitas começaram a edificação de um convento, cujas paredes ainda ali existem, admiráveis sobretudo pela solidez da construcção. Constando que no circuito que abrange aquellas paredes haviam grandes riquezas enterradas, mas de um individuo ali tem ido fazer excavações, que nenhum resultado tem dado. O Uaycurapá é o mysterioso El-dorado do município de Villa Bella.*

⁴⁶ Mapa Geográfico de América Meridional de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, 1775.

⁴⁷ Mapa Geográfico de América Meridional de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla e William Faden, 1799.

ou a montante (subindo o rio) é o sentido Oeste, algumas horas de viagem, pouco mais de 12 km, já banda de baixo (jusante) é o sentido Sul, onde se estende o rio Uaicurapá e Mamurú.

O dia 29 de setembro de 1669, apontado por Saunier (2003) não faz parte da *Chronica* do padre João Felipe Betendorf, muito menos tem relação alguma com a missão de Tupinambarana no lago do Uaicurapá, refere-se a um sítio descrito por José Gonçalves da Fonseca em 1749, em sua viagem de reconhecimento do rio Madeira entre os rios Madeira, Canumã e Abacaxis. Essa localização está a cerca de 180 km em linha reta distante da missão Tupinambarana do lago do Uaicurapá, numa região pertencente ao município de Borba, nas proximidades da cidade de Nova Olinda do Norte, margem direita do rio Madeira. É tão verdadeira essa localização que no parágrafo posterior a descrição dada a São Miguel, José Gonçalves cita o trabalho do matemático La Condamine sobre a grande Ilha dando-a o nome de Tupinambás, em meio à fronteira à *bocca do Madeira*. No dia seguinte de sua jornada, 29 de setembro de 1749 ele faz a seguinte descrição:

No dia 29 pelas três horas da manhã se principiou viagem a buscar sitio accommodado para se dizer missa, e ao amanhecer portarão as canoas em outra Ilha menor que a antecedente, fronteira à outra bocca do Topinambas, em que havia boa praia para se armar o altar portátil, e se appellidou aquela Ilha com o nome de S. Miguel, por ser dia deste glorioso Arcanjo o em que alli se celebrou missa. Haverá huma legoa de distancia da bocca da parte do norte, donde se sahio de madrugada até a da parte do sul, aonde amanhaceu; tanto a Ilha de S. Miguel, como a acentecedente, e terra firme que faz a bocca dos Topinambas, he tudo alagadiço em tempo de cheia (FONSECA, 1824, p. 24).

Após descrever sobre a Ilha de S. Miguel na região do rio Madeira, Fonseca chegou à aldeia chamada Trocano ⁴⁸, quatro horas a remo, duas léguas de S. Miguel e nove da aldeia dos Abacaxis (Missão Tupinambarana). Como se vê não se trata de nenhuma ilha as margens do rio Amazonas e sim na região do Madeira. Esta mesma denominação encontra-se na carta Spix e Martius (1831), mas com a letra (p), indicando ser um povoado na região do Madeira. Sobre a Missão de Tupinambarana, de fato, existe muitos registros, como cartografias, documentos, relatos e crônicas dos missionários e viajantes do século XVIII, mas no “lago” do Uaicurapá. Esse fato que não pode ser deixado de lado quando se fala sobre a história de um lugar, ou

⁴⁸ De acordo com o cônego Bernardino, *A' margem direita do Madeira e 25 leguas acima da sua foz, acha-se assentada a villa de Borba, hoje muito decante. Esta villa, antiga aldea de Trocano e depois freguezia de Araretama, foi fundada em 1728 pelo padre João de Sampaio, religioso jesuíta, junto às primeiras cachoeiras do rio Madeira. Desse sitio, que foi seu primitivo assento, trasladou-se para a foz do rio Jamary, afluente do Madeira e por isso teve a denominação de aldea das cachoeiras ou mais geralmente de Jamary (BRASIL, 1875, p. 121).*

muito menos quando se instituiu esses registros históricos para um único ponto, a Ilha de Parintins.

Quanto à história de Parintins como cidade ou município está ligado a dois personagens, José Pedro Cordovil ⁴⁹ e Frei José Alvares (ou Alves) das Chagas ⁵⁰, mesmo tendo os dois travados intensas contendas para ter a tutela dos índios da vila fundada por Cordovil. É a partir desses dois personagens que a história do lugar toma corpo. Na Comissão do Madeira, o Cônego Bernardino (1874-1875), escreve sobre a obtenção por *sesmaria* de um terreno compreendido da foz do lago do Mirity, ao lago do José-Assú, onde se via plantações de cacau plantadas por Cordovil, mudando-se para o lugar concedido e oferecendo a rainha, na qual a soberana ordenou fundar a missão com o nome de Villa Nova da Rainha.

Bittencourt (2001) apresenta com detalhes a localização da Vila Nova da Rainha em 1803 em destaque na epígrafe, a que representa nos dias atuais o espaço geográfico onde estão contidas as comunidades do Mirity, Laguinho, Matogrosso, Vila Amazônia e o lago do Zé Açú. Ao mesmo tempo em que aborda o contexto espacial do início da formação do município de Parintins, ele apresenta na página seguinte do seu livro à localização da atual cidade de Parintins

⁴⁹ Segundo o Cônego Bernardino (1873, p. 185), *José Pedro Cordovil foi o fundador da antiga Villa Nova da Rainha, hoje Villa Bella da Imperatriz, onde teve um importante estabelecimento agrícola, além do que possuía nas terras que da foz do lago José-Assú, dentro do Ramos, á do Matto-Grosso, no Amazonas, lhe foram concedidas em sesmaria pela rainha D. Maria I. O lugar onde estão hoje edificado o paço da camara municipal de Villa Bella, foi o da primitiva residencia de Cordovil. De genio excessivamente irascivel e orgulhoso, não admittia superioridade, pelo que teve de sustentar longa e porfiada luta com o missionário Fr. José das Chagas, a quem por fim foi obrigado a ceder o campo, pela impossibilidade de o sustentar, vendo-se abandonado do publico cujas sympathias c boas graças não soubera captar. Possuiu avultadas riquezas, que perdeu no jogo, vicio a que se entregou em demasia, e não, como diz o sr. Coronel Accioli, na reducção dós indios. Morreu mendigo, coberto de andrajos, á parta do hospital da caridade, em Belem.*

⁵⁰ *FREI JOSÉ DAS CHAGAS. Foram muitos e importantes os serviços que prestou este virtuoso carmelita à catechese dos indios da provincia do Amazonas. Villa Bella da Imperatriz talvez só a elle dêva a sua existência e a sua tal ou qual prosperidade; Canuman mereceu-lhe particular sollicitude; a aldêa de S. José de Matary foi por assim diser creada por elle; Borba sentio os efeitos de sua mão beneficente; em uma palavra toda a região da Mundurucania conserva ainda bem viva a lembrança do seu nome, das suas virtudes e dos seus benefícios. Era o verdadeiroo typo do missionário catholico, o amigo dedicado dos indios que também lhe votavam essa affeição sincera, profunda e dedicada dos filhos das selvas. Foi Frêi José das Chagas o primeiro que devassando as mattas do rio Mauê-assú conseguiu chamar a si grande numero de indios da tribu Maués, com os quaes augmentou a população de Villa Bella. Tratava os seus cathecumenos com a maior doçura; apostolo da caridade, repartia com elles do que possuía, consolava-os em suas contrariedades, tratava-os com disvelo em suas enfermidades, fornecendo-lhes não só os medicamentos necessários como a dieta. E não era somente aos indios que estendia a sua generosidade. Possuindo alguma fortuna, della dispunha em beneficio publico principalmente na sustentação e brilhantismo do culto. Em testemunho d'êsta asserção, ainda estão em Villa Bella os ricos paramentos que servem nas grandes solemnidades, o frontal, o missal e outros objectos que por elle foram comprados e doados à matriz. Também, segundo nos consta, foi por elle doado ao seu convento em Belem, no tempo em que ali servio de prior, o orgão que ainda hoje la funciona. Depois de uma vida affanosa, toda dedicada ao serviço do proximo e á catechese dos indios, já adiantado em annos e em estado de caducidade, falleceu na villa de Borba, deixando n'essa parte do Amazonas um nome, que por largos annos ali será repetido com a mais profunda veneração e respeito. Fallava Frei Jôse das Chagas com muita graça e propriedade a lingua geral, e no pulpito somente d'ella fazia uso quando se dirigia aos indios. Foi o verdadeiro Lás Casas e Anchietta da Mundurucania (IDEM (1873, p. 82).*

com suas coordenadas geográficas (latitude 2°, 37'57" e longitude 54°, 15'80"), assim como seus limites naturais como o rio Amazonas, Paraná do Limão ou furo do Limão, os lagos do Macurany, Aninga, Redondo e Francesa e o Paraná-Nêma. No entanto, esses dois contextos espaciais não representam a mesma localidade como a história e a literatura ao longo dos anos vieram afirmando que a ilha de Parintins teve as denominações de Tupinambarana, Missão de Vila Nova da Rainha, Vila Bela da Imperatriz e Parintins.

O contexto histórico de autores como Antônio C. R. Bittencourt, Arthur César Ferreira Reis, só para citar dois clássicos da literatura Amazonense, assim como de outros autores e pesquisadores que a meu ver tiveram a lucidez de apresentar a representação sobre a história da origem de Parintins a partir da escrita, seja pelas cartas régias do período em que o país era colônia portuguesa e dos documentos oficiais do período imperial, quando o povoado foi elevado à categoria de vila no final do anos de 1840, até 1880 quando passou a categoria de cidade, contendo informações significativas para o conhecimento dos processos que levaram a constituição do município de Parintins. No entanto, é necessário fazer uma reflexão sobre o contexto vivo, que são apresentados nesses mesmos documentos, assim como nos relatos dos viajantes desde o início do século XIX ao início do século XX, dos quais traduzem de forma significativa a efervescência da vida vivida nessa localidade.

Quando destacamos o contexto vivo de uma espacialidade, queremos dizer que sua história não está contida em uma única representação ou interpretação da realidade social. O contexto histórico da origem de Parintins é emblemático e que perturba a mente quando nos posicionamos como cidadão e morador da cidade, uma vez que somos levados a acreditar que esse processo de formação está ligado apenas ao espaço geográfico o qual hoje está localizada a cidade de Parintins. As descrições destacadas pelos autores clássicos da literatura Amazonense ou dos autores contemporâneos não narram a efervescência ocorrida durante o processo de instalação da primeira vila até a constituição da cidade. Deste modo, o discurso escrito e a espacialidade nos parecem caminhar em duas direções, fizeram com que, em mais de um século de história social de uma determinada localidade fosse esquecida, uma vez que a história vivida foi transferida ou transposta para outra localidade.

Para o processo de desenvolvimento situado, a história e memória do lugar tornam-se fundamentais para a construção desse modelo de desenvolvimento, já que não pudemos pensar esse processo sem sua base simbólica, contida na história vivida por uma determinada população. Um povo sem história não perpetua sua cultura, suas tradições, podendo ser levada ao esquecimento de todas as suas representações sociais. Le Goff (1990, p. 54) acredita que “a história, se tem como etapa decisiva a escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedades

sem história”. Contextualizar os aspectos relacionados à história do lugar pode ser a chave para solucionar os problemas sociais e econômicos de algumas comunidades na atualidade. Acreditamos que toda construção social manifestada no espaço geográfico entendido a partir das fraldas da Serra de Parintins até a comunidade Vila Amazônia teve sua história deslocada para o espaço onde hoje fica a sede do município de Parintins.

O descompasso entre História, Geografia e a Literatura foi percebido na leitura dos relatos dos viajantes e visitantes que passaram pela Amazônia entre os séculos XIX e XX. Entre os alemães *Johann Baptist Von Spix* e *Karl Friedrich Philipp Von Martius* durante sua viagem a Amazônia nos anos de 1819 a 1820; o tenente *Henry Lister Maw* da marinha inglesa, em sua narrativa da passagem do oceano Pacífico ao Atlântico, através do Andes descendo o rio Amazonas até a Província do Pará em 1827 a 1828; Antônio Ladislau Monteiro Baena em seu *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará* de 1839; Paul Marcoy em 1869, integrante da expedição científica na Amazônia organizada pelo governo francês, o viajante tinha uma forte inclinação para as artes plásticas, onde pudemos encontrar várias gravuras e pinturas que retratam a vida e as características físicas dos lugares visitados; o Conego Francisco Bernardino de Souza, que retrata as *Lembranças e curiosidade do Valle do Amazonas*, obra publicada em 1873; o Barão de Santa-Anna Nery, no livro *Le Pays des Amazones*, segunda edição publicado em 1899, do qual retrata o contexto histórico, social, econômico, cultural e ambiental da Região Amazônica; Paul Walle, no livro *Au pays de l'or noir Para, Amazonas, Matto Grosso*, publicado em 1909, o qual aborda o contexto da produção da borracha, assim como o modo de vida dos seringais no interior da Amazônia.

A literatura acima é bastante significativa, na qual podemos identificar a efervescência e dinamismo social, cultural, econômico e demográfico no espaço onde está inserido o nosso universo de pesquisa. Esse espaço se estende em um arco de 35 km, indo da Serra de Parintins, monumento natural localizado na fronteira dos estados do Pará e Amazonas, até comunidade de Vila Amazônia, ao longo do rio Amazonas, estendendo-se ao lago de Zé Açú, espaços contidos no Assentamento de PA Vila Amazônia em sua porção Norte (Figura 3). A área ou o sítio estudado parece ser bastante extenso ao que se refere à geografia do município, por outro é necessário estudar essa dimensão espacial, uma vez que o contexto histórico sobre a origem e a dinâmica socioespacial refere-se a essa parte do município de Parintins.

A não interpretação de um texto, seja ele escrito ou ele em imagem como nas cartas atribuindo a origem dos lugares antes da criação das vilas e cidades, creio que traz consequências difíceis de serem reparadas. Um prejuízo para cultura, memória e história de uma cidade, já que ela cresce sobre a imaginação de ter suas raízes ligadas a uma história

transferida de um lugar para outro. A historiografia sobre o lugar é imprescindível para trazer do passado os fatos históricos que irão transformar um contexto social como marca de uma população. No caso da cidade, lugar que converge história, sociedade, cultura e tradições, ela está inteiramente ligada ao seu passado, já que um lugar sem passado não consegue reproduzir em seus habitantes o sentimento de pertencimento.

Pelo sentimento de pertencimento se identifica o cidadão de um determinado lugar. Quando a história é transferida de um lugar para outro, todo residente fixa em sua mente algo como se fosse seu, uma resina que encobre as propriedades de toda uma espacialidade construída socialmente durante determinado tempo. No caso de Parintins, a começar pela denominação ligada a um contexto totalmente distanciado do passado histórico e cultura ligada às tradições indígenas, assim como o apagar das luzes sobre o contexto econômico de Parintins parece surgir apenas quando os imigrantes nipônicos transferiram sua tecnologia e técnicas para produção da juta asiática em Vila Amazônia. A tentativa de reconstrução do passado a partir da investigação científica é um processo que pode contribuir para o desenvolvimento de muitas atividades culturais ligadas a histórias e cultura da cidade.

O conteúdo do passado construído pela historiografia liga aquilo que Zaoual (2006a) identifica em seu livro *Nova economia das iniciativas locais* como **conteúdo simbólico**. O conteúdo simbólico aparece quando o homem precisa crer, pertencer a algo e ser integrado em uma sociedade, ele recorre a esses conteúdos, do qual o mercado não atende. Segundo Zaoual (2006a, p. 16/17), “essa necessidade escapa às ciências racionais, notadamente à ciência econômica, que permanece dominada por valores utilitaristas, mercantis e instrumentais e não leva em consideração as múltiplas dimensões da existência humana: identidade, civismo, cidadania, ajuda mútua, solidariedade, qualidade de vida etc.”. A construção de um processo de desenvolvimento, do qual denominamos como **situado**, tem como característica o apoio nesse contexto social como forma de fortalecer a dinâmica e as etapas que irão levar o pleno bem estar social a comunidade. Enquanto o desenvolvimento capitalista tem sua base na produção, o desenvolvimento situado baseia-se nas experiências e na interação do outro com seu próximo, pelo dinamismo das trocas simbólicas.

2.4 MEMÓRIAS DO DINAMISMO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE RURAL DE VILA AMAZÔNIA

A comunidade rural de Vila Amazônia faz parte do contexto vivido como filho de produtores rurais que residem e mantêm atividades agrícolas do cultivo do guaraná, laranja e hortaliças no sítio contido na comunidade rural do Mirity, na mesma dimensão espacial onde

estão localizados esses dois espaços geográficos no assentamento PA Vila Amazônia. O conhecimento, assim como as informações dessa localidade ultrapassam o contexto do projeto do assentamento agrícola, atravessando o tempo, indo até a chegada do patriarca da parte materna de minha família, o cearense Tibouço Valeriano Corrêa, quando chegou por volta de 1907 em Parintins depois de ter adquirido do governo Federal ⁵¹ uma área na qual passou a desenvolver atividade ligada à criação de gado.

A comunidade de Vila Amazônia fica distante a pouco mais de oito quilômetros por via fluvial da comunidade do Murity, onde fica o lago de mesmo nome mencionado por Antônio C. R. Bittencourt (2001), na epígrafe no início deste capítulo. Essa referência menciona o lago do Murity como um dos limites naturais da área em que o capitão Pedro Cordovil ofereceu à Rainha portuguesa, passando o lugar a categoria de missão, em 1803, sob a direção do Frei José Alvares das Chagas, da qual o batizou de Vila Nova da Rainha.

Vila Amazônia é uma nomeação dada pelos imigrantes japoneses na primeira metade do século XX, mas, acreditamos que esse espaço enquanto processo social se deu no início do século XIX, quando o capitão Pedro Cordovil doou a sesmaria a D. Maria I, tornando-a Missão de Villa Nova da Rainha. O lugar nesse período difere do espaço onde está localizada a sede do município por ter sido visto com um ponto estratégico na defesa, controle e cobrança de impostos das embarcações que entravam e saíam das comarcas do Amazonas. O relevo insular tornava a ilha de Parintins bastante frágil para a vigília das embarcações, podendo haver naquele período o contrabando de produtos das regiões rio acima, deste modo, a área entre o lago do Murity e o lago do Zé Açú (José-assú) pertencente à Cordovil, ou, a missão por ele fundada, seria o ponto ideal para implantação de um povoado.

Diferente do lugar onde está a cidade de Parintins, no qual todo conhecimento para lá foi transposto, levados a acreditar de ter existido um único espaço geográfico usado nos processos sociais de formação do espaço urbano. O local onde está localizada a Vila Amazônia tinha as condições naturais ideais que favoreciam os interesses administrativos da Capitania para instalação de um posto para cobranças de impostos sobre os produtos que saíam nos convés das embarcações. Ali desemboca o Paraná do Ramos, por onde as embarcações poderiam seguir viagem sem preocupação das cobranças dos impostos. De acordo com Reis (1967, p. 14) sendo um excelente local “para a vigilância de embarcações que conduziam os gêneros de comércio. O posto de Serpa não produzia os efeitos desejados [...] José Antônio Salgado, apresentando-

⁵¹ Informações relatadas por uma das filhas do patriarca da família Corrêa da cidade de Parintins, em 2015, quatro meses antes de seu falecimento em sua residência no bairro de Petrópolis.

se em acautelar os interesses fiscais do Estado, determinou, em fevereiro de 1804, que o “Registro” de Serpa passasse para Vila Nova”.

Nas histórias sobre a origem de Parintins, esses elementos são bastante destacados, no entanto, percebemos a partir dos relatos de alguns viajantes, assim como nos documentos que fazem parte do livro *As origens de Parintins*, do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, publicado em 1967, que é necessária outra interpretação sobre o contexto social ocorridos nesta localidade. Sabe-se que os fundadores de Parintins foram importantes para a história da cidade, mas existiram problemas divergentes entre eles quanto às opiniões e ações. Essas divergências podem ser a resposta para haver dois locais que representam o contexto histórico sobre as origens do município de Parintins.

A ilha batizada de Tupinambarana por José Pedro Cordovil ⁵² como os escritos apontam, foi o primeiro núcleo organizado para abrigar a organização social dessa localidade, mas devido às contendas entre frei José das Chagas, além das proibições de não se fazer a agricultura e o comércio de produtos naturais, ele se retirou para as margens do Paraná do Ramos, mantendo uma próspera propriedade. Esse fato não foi observado com a devida atenção. Isso levou ao esquecimento das histórias e dos processos sociais. Houve uma transposição de todos esses processos para a ilha onde se tem hoje a sede do município.

O cônego Francisco Bernardino de Souza em 1873 compartilhava das mesmas informações abordadas por Antônio Bittencourt sobre o lugar onde José Pedro Cordovil veio a fundar a vila ofertada  rainha D. Maria I. Para o religioso, o lugar foi “um importante estabelecimento agrícola, de localização a partir do lago do José-ass, dentro do Ramos,  do Matto-Grosso, no Amazonas”. Esse estabelecimento ajuda a pôr em suspeição todo conhecimento produzido a mais de 200 anos indicando ser a ilha, sede municipal, como o lugar de todos os processos sociais ao longo de sua história.

Ao contrário do que havia sido escrito sobre as histórias de Parintins, existe um dinamismo social ocorrido distante daquele terreno insular às margens do rio Amazonas. *Spix* e *Martius* em sua viagem ao Amazonas no ano de 1819 destacavam que a vila estava “situada sobre a margem meridional, 20 ps acima do nível das águas, e meia légua abaixo da foz do furo dos Abacaxis ou Rio Mauh no Amazonas. O lugarejo compõe-se de diversas filas de

⁵² Esta missão  otimo povo da comarca nos seus confins orientais, é sujeita à jurisdição da Vila de Silves. Ela deve sua indicativa ou primordial assento a José Pedro Cordovil, que em 1803 congregou um certo número de silvícolas Maués e Mundurucus atraídos com dispêndio seu e trabalho, e lhe deu o nome de Tupinambaranas que quer dizer Tupinambá não verdadeiro: cujo nome foi pelo Governador do Pará o Conde dos Arcos para a denominação atual quando a estabelece ampliando os descimentos, e encarregando de agregar ao redil muitos Gentios e Carmelitas Frei José das Chagas, que então missionava a Povoo de Canumã (BAENA, 2004, p. 340/41).

propriedade do coronel Francisco Barreto Baptista ⁵⁵. Batizada pelo Dr. Tsukasa Uyetsuka, a denominação de Vila Amazônia só aparece nos anos de 1930, depois da sua aquisição pelo governo imperial, para instalação da Colônia Agrícola Nacional da Amazônia.

Na literatura regional e nos trabalhos acadêmicos sobre a cidade de Parintins que tratam dessa parte do município existem muitas dificuldades para retratar esse espaço geográfico antes da época da imigração japonesa no Amazonas. As informações e o conhecimento sobre esse lugar parece não existir, como se não tivesse tido nenhuma ocupação humana antes de 1900. É um lugar que existe, mas que não possuía sua história revelada pelo fato de todo contexto social ter sido transposto para onde hoje é a sede do município. Ao contrário desse contexto, a ilha de Parintins, assim como o lugar que hoje é a comunidade de Vila Amazonas e a serra de Parintins sempre houve um forte dinamismo social, como as relações produtivas das atividades agrícolas e criação de gado, atividades extrativas e comércio de produtos naturais.

Na memória dos antigos moradores há relatos de grandes plantações de cacau ao longo do rio Amazonas, Paraná do Ramos, comunidade do Cabury e no lago do Uaicurapá. O contexto sobre a produção dessas culturas abordadas nos livros e trabalhos acadêmicos, não fazem referência às margens das comunidades rurais, apenas a ilha de Parintins. As plantações de cacau se espalhavam pelas áreas de várzeas, não havendo notícias da prática da agricultura nas áreas de terras firmes. A rea onde expandiu a cidade na ilha de Parintins tem em sua margem um relevo de barrancas - no linguajar regional as chamadas barrancas de terras cidas,

nipnicos, como o imponente prédio às margens do Paraná do Ramos, conhecido como prédio da olaria. O casarão nas margens do rio Amazonas ficou ligado ao empresário J. G., como se a dinâmica social tivesse iniciado apenas nesse período. No entanto, os registros já identificados, indicam processos sociais a mais de 200 anos. No final deste trabalho, no ANEXO III, Figura (16), uma imagem captada pelo francês Paul Walle em 1909, remetem a um período muito antes da chegada dos japoneses, assim como desse notório empresário brasileiro. A imagem mostrada aproxima-se com o perfil topográfico de Vila Amazônia onde está sediada a casa de J. G. de Araújo, mas contrariando tudo que se conhece sobre essas informações, o referido casarão poderia ter sido do pernambucano Francisco Barreto Baptista.

⁵⁵ Esse personagem durante muito tempo esteve ligado apenas ao sítio denominado de Vila Baptista, do qual o governo imperial japonês, junto ao Governo do Estado do Amazonas. Francisco Barreto Baptista era natural de Recife, Pernambuco, nascido no dia 29 de dezembro de 1875. Filho de Joaquim Candido Ferreira Lisboa, importante jurista do Amazonas, desempenhando os cargos de Chefe de Seguran Pública (1900), Juiz de Direito do 1 Distrito (1899) e Desembargador (presidiu a solenidade de elevação da Comarca de Boa Vista no dia 3 de agosto de 1892, assinado pelo Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro). Barreto Baptista foi casado com dona Raymunda Meirelles Baptista, do qual tiveram cinco filhos: Romero Dorval Barreto Baptista, Renato Barreto Baptista, Nair Baptista Palhano, Neide Barreto Baptista e Nilse Barreto Baptista. Ocupou os cargos de 1 Suplente do juiz municipal de Barreirinha, 1898; Escrivão interino do júri do termo de Parintins, 1899; Tabelião da Comarca de Parintins; Nomeado a Guarda Nacional no Estado do Amazonas em 13 de setembro de 1906 com patente de Tenente Coronel do Estado Maior, no 142 Batalhão de Infantaria, na mesma ordem também foram nomeados seus irmãos: Manuel Barreto Baptista como Capitão Ajudante do 430 Brigada da Infantaria e Estevão Barreto Baptista, como Capitão Ajudante do 143 Batalhão de Infantaria, na cidade de Parintins. Foi eleito deputado estadual em 1912 pelo Partido Republicano Conservador. Recebeu título provisório das terras onde nomeia como Vila Baptista em 25 de maio de 1818. Proprietário de terras em Parintins, possuía residência na cidade de Manaus, na rua 10 de julho. Faleceu no dia 4 de julho de 1936.

provocadas pelo solapamento basal, que devido esse mecanismo de queda ser semelhante às falésias marinhas, recebeu a denominação de falésias fluviais (ANEXO III). Apesar de estar em uma planície de inundação formada a milhares de anos, essa área onde cresceu a cidade não sofre com a dinâmica da cheia como na várzea, isso contraria as indicações da existência de grandes plantações de cacau nesse espaço.

O tenente inglês Henry Lister Maw oito anos após Spix e Martius também esteve em Vila Nova da Rainha. O contexto descrito pelo militar inglês fornece mais ingredientes sobre os processos sociais que ocorriam nessa dimensão espacial. Lister Maw em 1930, quando publicou suas impressões sobre a passagem do oceano Pacífico ao Atlântico, através do Andes descendo o rio Amazonas até a Província do Pará em 1827 a 1828, também apresentou um mapa descritivo que parece ter usado as bases cartográficas e informações descritas por Spix e Martius (1831). Além disso, ele faz observações bastante significativas sobre aquele espaço geográfico. Segundo Maw (1989, p. 226/227) a;

Villa Nova, vista do rio, tinha a aparência de um povoado grande e bem edificado; mas quando desembarcamos achamos que consistia de uma irregular fila de casas e ranchos, cerca de meia milha de comprimento, à frente, e de cinquenta a cem metros da margem, que era íngreme e tinha uma praia de cascalho abaixo dela. A igreja, que era simples, ficava entre a fila de casas e a margem, com o quartel quase por trás, aonde haviam de vinte a trinta soldados, dois canhões de ferro, cerca de nove libras, em cada extremidade do quartel. Perto da igreja estavam alguns gados pastando: na enseada, além da nossa embarcação, estavam três mais ancoradas. Entendemos que Villa Nova tinha sido fundada cerca de trinta anos antes por algum capitão; e o velho padre que vimos na vila Mura chegar logo depois, os índios aumentaram em números, e a vila foi regularmente estabelecida. Cerca de uma légua e meia abaixo da Villa Nova, e na mesma margem do rio, estão vários edifícios, chamados de **commandancia**, feitos por ordem do governo, e destinados como uma espécie de posto fronteiriço entre as Comarcas do Pará e o Rio Negro. Quando o comandante não está em Villa Nova, ele é encontrado na commandancia, e os navios são ordenados a trazer-ali, seus papéis, para ser assinado, etc. Foi-nos dito que um pouco abaixo da **commandancia** há uma colina, no topo da qual uma cruz foi erguida para marcar a fronteira das duas comarcas: mas não a vimos.

O relato de Lister Maw cruza com os dados encontrados nas correspondências trocadas entre José Antônio Salgado, Conde dos Arcos e o capitão Pedro Cordovil no ano de 1804 sobre a transferência da Commandancia de Registro de Serpa para Vila Nova. Segundo Reis (1967, p. 14), “José Antônio Salgado, apressando-se em acautelar os interesses fiscais do Estado, determinou, em fevereiro de 1804, que o ‘Registro’ de Serpa passasse para Vila Nova, confiando-o ao Capitão de Milícias Antônio Vieira Corrêa da Maia”. Nesse período havia um intenso dinamismo social e econômico pelo fato de ser um ponto estratégico para os interesses do Estado, isso nos leva a crer que as origens de Parintins não estão relacionadas apenas ao local onde hoje está localizada a sede do município.

Ao longo do século XIX o movimento de embarcações vindas de outras regiões, fez da Amazônia um dos lugares mais visitados do planeta. O sítio de Vila Nova e a ilha de Parintins, por estar no percurso das embarcações, eram quase que uma parada obrigatória para todos que subiam o rio Amazonas. Os interesses desses viajantes eram variados, como a exploração dos recursos naturais, conquistas de novas áreas para extração de espécies vegetal, animal e mineral, entre outros produtos da floresta. Sem esses viajantes, tudo que ficou no passado poderia ter sido perdido no tempo. O espaço amazônico fascinava os que cruzavam seus rios. Populações de gente branca, amarela, negra e vermelha se chocavam em encontros nada amistosos, como se deu entre índios e seringueiros no meio da floresta.

Para a proposta de promoção do desenvolvimento situado, os relatos dos viajantes são muito importantes, visto que existiam muitas informações que nos fazem refletir sobre muitos problemas sociais compartilhados por moradores das áreas rurais. Seguindo a ordem cronológica dos textos (BAENA, 1839; BIARD, 1862; NERY, 1899; WALLE, 1909), como forma de se fazer ressuscitar a história de um lugar ou sítio, e a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, para apresentar uma análise útil a toda população. A percepção dos fenômenos sociais dentro do contexto vivido naquela parte do Estado do Amazonas revela onde está a “caixa preta”, a “caixa de ferramenta” e a “caixa conceitual” para promoção do desenvolvimento situado.

Nada mais válido do que tornar consciente o universo social e simbólico, as práticas e ações sociais de um tempo pretérito para responder aos problemas presentes. Nas seções anteriores, nossa preocupação foi deixar evidente a relação de existência e pertencimento ligada aos processos sociais vividos no espaço que situa a atual cidade de Parintins, a comunidade de Vila Amazônia. Esses espaços geográficos possuem uma relação fenomênica, uma vez que a história do lugar não tem respostas apenas por uma única via, que unidas, elas representam a essência do lugar.

A produção do espaço geográfico em Vila Nova da Rainha dado pela formação do cruzamento étnico, produzindo um cenário plural em vários contextos sociais e culturais. Neste sentido, passados mais de quarenta anos desde sua formação, Baena (2004, p. 340) em 1839, apontava existir nesse espaço a seguinte relação: “83 homens brancos, 69 mulheres da mesma cor, 88 mamelucos, 73 mamelucas, 471 indianos, 499 indianas, 37 mestiços livres, 29 mulheres da mesma raça, 58 e 32 escravas”. Essas almas além da proteção de 306 fogos, tinham a proteção intermediada na fé em Nossa Senhora do Carmo, a padroeira do município. Produtos como a mandioca, café, cacau, guaraná, tabaco e algodão, eram cultivados, isso produz o entendimento de que as atividades extrativas de coleta de produtos naturais não eram as únicas

dominadas pelo homem do campo. No ano de 1829, segundo o autor, as roças de 89 lavradores continham 114.400 pés de café, 58.000 cacaeiros, e 1.090 pés de algodão. O cultivo de produtos agrícolas segundo esses números eram significativos. Desse modo Vila Nova se destacava, a produção desses produtos ajudavam na balança comercial do governo.

Na segunda metade do século XIX, após a independência do Amazonas, a administração do Estado passou por uma nova fase. Paul Marcoy, ao passar em 1869 pela vila, registra um cenário de decadência, apontando restar apenas onze casas próximas à floresta. Ele escreveu que era tudo o que tinha restado de Vila Nova da Rainha (Figura 5).

FIGURA 5 – Vila Nova da Rainha em 1869 segundo Marcoy



Fonte: Marcoy, 1869.

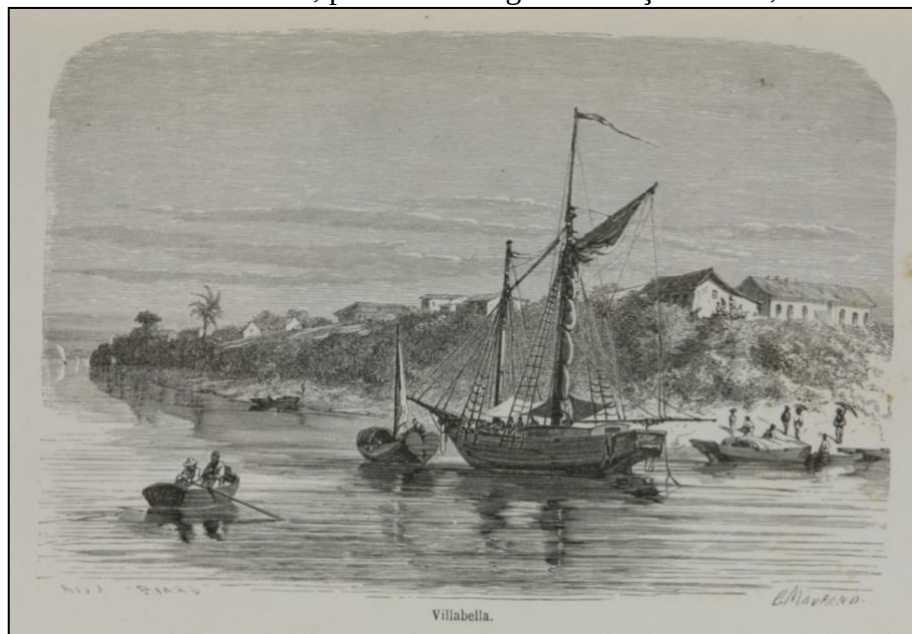
O cenário apresentado na gravura aponta para um local sobre a margem de uma área de várzea, o que indica ainda nesse período, a existência dessa vila nas margens do Ramos e Amazonas. A negação durante muito tempo dessa realidade vivida apagou do mapa da história mais de um século das experiências sociais desse pedaço da Amazônia. Nesse período as plantações de cacau dominavam uma grande extensão entre as margens dos rios. Segundo as descrições de Paul Marcoy (1869, p. 450), ele escreveu que:

Ao sair de Villa Nova, que agora é chamada de Villa Bella, aparecem de dez a quinze léguas, em ambas as margens do Amazonas, plantações de cacau, cuja cor verde escuro e macia aos olhos corta agradavelmente na vegetação circundante. Cada cacau é provido de uma casinha branca, coberta de palha, coberta de azulejos, de acordo com a riqueza e o gosto de seu dono. Estas plantações, que são vistas em Villa Nova, continuam em ambos os lados do rio até Monte Alegre. A partir daí, aparecem apenas na margem direita e se estendem até Cametá, no rio Tocantins.

A denominação Villa Bella, parece condizer com os tempos que o lugar vivia os esplendores do tempo que foi um porto imperial dedicado à cobrança de impostos, além disso, Villa Bella não se resumia a um espaço geográfico reduzido, suas dimensões abrangiam as áreas

do Paraná do Ramos a serra de Parintins. O pintor francês Biard (1862) traduziu essa fase vivida no lugar onde está a Vila Amazônia em sua arte quando esteve visitando o Amazonas. Ao ver essa imagem (Figura 6), o olhar transporta para o cenário de Vila Amazônia, ao antigo casarão do empresário J. G. de Araújo e também o encontro das águas do Paraná do Ramos com o Amazonas.

FIGURA 6 – Villabella, pintura de Auguste François Biard, 1862⁵⁶



Fonte: Biard (1862, p. 403).

No final do século XIX, o Brasil tinha deixado de ser império, tornando-se um país republicano. Nesse período, já elevada à categoria de cidade, pela lei provincial nº 499, de 30 de outubro de 1880, com o nome de Cidade de Parintins, Vila Nova ou Vila Bela caminham para o definitivo esquecimento. Nesse período a área urbana não dividia essa condição com outro lugarejo e o município carecia de muito investimentos para se manter próspero como nos períodos anteriores. O Barão de Santa-Anna Nery, analisando a situação econômica do município escreveu que era preciso investimento para multiplicar as riquezas, assim como levar a introdução de um contingente maior de pessoas para explorar mais a natureza. Segundo Santa-Anna Nery (1979, p. 45):

Os habitantes de Parintins se dedicam ao comércio do cacau, do tabaco, de qualidade excepcional, do guaraná, do urucu, do óleo de copaú, do pirarucu seco, sem falar da

⁵⁶ Enquanto eu desenhava Villabella, senti uma batida suave no ombro: um índio me mostrou algo disforme que foi jogado no convés; eram meia dúzia de tartarugas muito grandes deitadas de costas. Nas patas traseiras eles tinham buracos nos quais as trepadeiras estavam amarradas juntas. Os pobres animais tiveram que sofrer muito.

borracha. Durante o exercício de 1895-96, a Mesa de Rendas de Parintins registrou uma exportação de: 504.228 quilos de cacau, de valor oficial de 424 contos; 169.782 quilos de pirarucu seco, de valor oficial de 146 contos; 4.086 quilos de guaraná, no valor de 40 contos, e outros produtos, sendo o todo de valor oficial de mais de 635 contos ou milhões de réis.

Esses números revelam um cenário bastante positivo se comparado aos dados do IBGE sobre a Produção da Extração de Vegetal e Silvicultura 2017, em comparação às 140 toneladas de coletadas de açaí e as 130 toneladas de castanha-do-pará registradas pelo instituto sobre o município de Parintins.

Ao buscar as memórias do dinamismo socioeconômico da serra de Parintins e Vila Amazônia, nos lançamos a responder em que momento, a partir do contexto apresentado, essa região deixou de ser um centro de produção de alimentos ficando dependente de outros municípios do país? A produção agrícola atual tem o predomínio da cultura da mandioca e produção da farinha e produtos derivados, atendendo o comércio local. Cacau, café, algodão e tabaco que se multiplicavam nas margens dos rios, agora só fazem parte do consumo das famílias, não se vê esses produtos sendo exportados. O arroz que já teve a produção de 70 toneladas na época do Fomento (Secção de Fomento Agrícola em Manaus – Amazonas), após esse período só aparece como produto vendido nos comércios vindos de outras praças.

Aparentemente a produção desses produtos descritos por Santa-Anna Nery (1979) não seguiu uma direção linear, sendo deixada ao esquecimento no tempo. Assim como esses produtos, que precisam de mão de obra especializada, os produtores rurais, a grande maioria, não têm acesso aos meios técnicos e as novas tecnologias destinadas ao aumento da produção. O contexto sobre a história de um determinado lugar serve para o processo de desenvolvimento situado. Para ilustrar os processos produtivos a partir do contexto demográfico do lugar vividos no passado podem ser reutilizados e organizados com novos processos técnicos, somados à introdução das novas tecnologias. A partir da construção do conhecimento sobre uma área estudada baseada no desenvolvimento situado é possível encontrar a saída para resolver os problemas socioeconômicos atuais da localidade tomada como elemento de estudo.

2.4.1 Vila Amazônia a flor do Ramos: sonhos esquecidos dos projetos de desenvolvimento

Vila Amazônia é uma comunidade rural localizada às margens do rio Amazonas com o Paraná do Ramos, com latitude 2° 36 '41.29 `` S e longitude 56° 40' 4.86 `` O, distante cerca de 7,5 km da cidade de Parintins por via fluvial. Sua denominação atual foi dada pelo Dr. Tsukasa

Uyetsuka, criador do Instituto Amazônia, responsável por receber remessas de sementes de juta vindas de São Paulo e Japão, semeadas em viveiros a título de experiência⁵⁷.

Como se ver, essa comunidade não é uma realidade que nasce apenas no início do século XX na área rural do município de Parintins. Ela é uma construção histórica que decerto foi negligenciada por vários aspectos, uma deles, a má interpretação do contexto registrado sobre sua espacialidade. Além disso, ela se faz presente viva, nas nossas lembranças e memórias como filho de produtor rural ligado a essa comunidade (Figura 7). Essa ligação não é algo condicionado, ela se dá espontaneamente. Talvez isso ocorra de muitas maneiras dependendo da aproximação e relação com a sua comunidade.

FIGURA 7 – Comunidade de Vila Amazônia



Fonte: Agnaldo Corrêa de Souza, 2015.

O lugar pode ser um lugar de visitação, passeios e talvez uma oportunidade de iniciar uma conexão com a natureza, seja essa conexão rasa ou profunda. Ali é o portão de entrada para muitos locais como: banhos em riachos, igarapés com corredeiras, comunidades rurais que estão ao longo da estrada e em ramais, contato com a história e a arqueologia, o turismo de aventura ou ecológico, também ligando as cidades de Juruti e Santarém em um trajeto para quem gosta de aventuras. Esse lugar é rico em vários aspectos: como as paisagens naturais, sua flora e fauna, mas poucos sabem das histórias dos projetos de desenvolvimento que um dia foi pensado, organizado e planejado para essa localidade.

⁵⁷ Japoneses e Juta na Amazônia. In: **O Observador Econômico e Financeiro**. Ano XVII, n. 195, Abril de 1952. Rio de Janeiro. pp (72-76). Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

O mais conhecido, acredito que faz parte da memória coletiva sobre o lugar, é o projeto de colonização japonesa com a produção de juta dos anos de 1930 em Parintins. Com a desilusão do fausto a partir da floresta vinda da extração do látex da seringueira, outra tentativa, depositada na natureza, poderia ser a salvação de uma economia nacional agrária, mas desta vez convocou-se soldados vindos do extremo leste asiático. A borracha da Amazônia neste período já não era o produto natural fazedor de suntuosas riquezas para empresários, industriais, comerciantes e donos dos seringais. A produção da fibra parecia ser uma nova saída para solucionar os problemas causados pela tragédia da produção da borracha, depois da perda de sua hegemonia para a produção da borracha levada contrabandeada para os laboratórios ingleses e levada para o leste asiático.

A região do globo que levou ao declínio e a desestruturação de toda a economia e sociedade amazônica, seria ela a mesma a trazer esperança para a Amazônia? A contradição desse movimento resultou em um novo processo de desenvolvimento que não avaliou as possíveis consequências futuras. A juta amazônica despontava como promissora na produção de fibras para confecção de sacos utilizados no transporte do café, cacau, milho, açúcar, entre outros produtos. Ela havia se tornado competitiva em relação às suas concorrentes, mesmo sendo geneticamente criada a partir da juta asiática.

O cenário de Vila Baptista, assim como as terras baixas do arquipélago de Tupinambarana, rios Abacaxis e Maués se apresentaram semelhantes às dinâmicas do rio Ganges, com o sistema de inundação levando até a superfície um rico sedimento que lograva os resultados ideais para uma produção superior às asiáticas ⁵⁸. Esse sucesso não foi dado ao acaso, existe anterior a migração dos japoneses, os *koutakusseis*, todo processo científico de estudo das terras do trópico amazônico, após a concessão de 10.000 km² (1 milhão de hectare) de terras devolutas para o projeto de colonização assinados em 11 de março de 1927 pelos

⁵⁸ A maioria desses agricultores será empregada no cultivo de juta indo-brasileira, isto é, espécie adaptada às condições de solo e clima da Amazônia, obra do esforço e pertinácia de um japonês chamado Ryoto Oyama. Este agricultor, em princípios de 1934, observou, no seu lote de Paraná do Ramos, que duas plantas sobressaíam do nível comum das outras, desenvolvendo-se para o alto com uma haste de duas polegadas de diâmetro, quando a maioria não ia além de metro e meio de altura, além de raquíticas, finíssimas. Essas duas plantas, que chegaram a atingir quatro metros de altura, passaram a ser tratadas com especial cuidado, porém veio a enchente e as águas prejudicaram parte da plantação. Uma das plantas se perdeu, mas a outra cresceu e frutificou auspiciosamente. Tratava-se da espécie *Corchorus Capsularis*, de *Linneu*. As sementes foram colhidas por Oyama em abril daquele ano e já em outubro fazia ele a semeadura de seleção num sítio de terra firme da colônia do rio Andirá. Enquanto o ciclo vegetativo da juta anteriormente cultivada levava sessenta ou setenta dias, a juta Oyama precisava de 120 dias, porém a cultura atingia o dobro e a grossura da haste o triplo das outras. Estava, assim, alcançada a aclimaao da juta em terras da Amazônia, fruto da obstinação de outro japonês perspicaz e dedicado, o Dr. Tsukasa Uyetsuka, presidente da antiga Companhia Industrial Amazonense S.A (O OBSERVADOR, 1952, p. 73).

senhores Genzaburo Yamanishi e Kinroku Awazu, decorrente da lei estadual n. 1.309 de 22 de outubro de 1926, mas transferida essa concessão ao Dr. Tsukasa Uyetsuka em 1931.

Esses estudos foram iniciados pelos *koutakusseis* da primeira comissão que chegou em janeiro de 1929 e, após a escolha de uma área de 300 mil hectares entre os rios Abacaxis, Maués, com o Paraná do Urariá. A missão chefiada pelo Dr. Uyetsuka em 1931 consolidou a escolha dos 700 mil hectares restantes do acordo firmado entre o Governo do Estado do Amazonas e o Império Japonês, ficando quatro secção ou lotes assim definidos:

TABELA 1: Áreas escolhidas da concessão Japonesa

Lotes	Localização	Município	Área
1º	Paraná do Urariá, leste do rio Maués, Sul do rio Maués, Rio Abacaxis e Oeste pelo rio Abacaxis	Maués	300 mil hectares
2º	Norte do Paraná do Ramos, Leste do rio Mampurú, rio Amazonas e limites entres os estados do Pará e Amazonas	Parintins	400 mil hectares
3º	Ao Sul pelo paralelo 6º, ao Oeste pelo rio Preto e rio Maués, limitado ao Norte pelo Paraná do Ramos, Leste pelo rio Maués, Sul do Urariá, Oeste pelo rio Arary, Noroeste pelo rio Amazonas	Maués, Itacoatiara	200 mil hectares
4º	Da boca do Cabury sentido Leste, indo à direção Norte sobre terras devolutas, entre o rio Amazonas a foz do rio Uatumã	Parintins	100 mil hectares
Total da área concedida			1.000 milhão he.

Fonte: O Observador Econômico e Financeiro (1936, p. 39).

A área referente aos 400 mil hectares é correspondente ao assentamento PA de Vila Amazônia, onde está a comunidade de Vila Amazônia, lugar escolhido pelo Dr. Tsukasa Uyetsuka para sediar o Instituto Amazônia. O referido instituto tinha o objetivo de fazer experiência agrícola, estudo de meteorologia e saúde, assim como outros estudos. As atividades de tal empreendimento iniciaram no dia 21 de outubro de 1929, com 21 graduados, do grupo que veio junto com a primeira comissão para o Amazonas. Esses graduados faziam parte do acordo de colonização, do qual chegariam ao estado 25 mil famílias, totalizando 150 mil indivíduos, que após a acomodação dessas famílias o cultivo de produtos ligado à agricultura começaria. De acordo com Ferreira (2009, p. 147):

O cultivo de juta na Amazônia começa em 1930, com a chegada de uma Missão Japonesa, chefiada por Tsukasa Uyetsuka. Essa Missão veio ao Brasil por ordem do Governo Japonês, que havia assinado um contrato em 11 de março de 1927 com o Governo do Amazonas, onde este concedia 1 milhão de hectares de terra no Município de Parintins. O objetivo da Missão era estudar, inspecionar e selecionar as terras a serem demarcadas.

Esses imigrantes não se especializaram apenas no cultivo da juta indo-amazônica, na verdade, os descendentes do país do Império do Sol Nascente eram mestre no cultivo do arroz, batatas, trigo e legumes, considerados mestres na arte do cultivo dessa última cultura. O arroz foi cultivado no lago do Uaicurapá, chegando a mais de 12 toneladas enviadas ao Japão antes de estourar as perseguições motivadas por serem aliados de Hitler no conflito da Segunda Guerra Mundial. As hortaliças também eram cultivadas em Vila Amazônia, da qual essa tradição ainda foi uma atividade de alguns sobreviventes japoneses ⁵⁹.

Outro projeto planejado para a Vila Amazônia foi da construção de uma indústria para transformação de espécies nativas em papel celulose, na tentativa de equilibrar o déficit da falta de matéria-prima para as indústrias do papel. A indústria da celulose e papel na primeira metade do século XX não supriu o consumo de produtos. Nos anos de 1930, início do processo de industrialização no país, houve um esforço do presidente Getúlio Vargas para instalar indústrias nacionais que pudessem garantir a produção de produtos com qualidades parecidas de países como Finlândia e Suécia de indústrias do ramo do papel como editoras e jornais. Essas empresas tinham o custo muito elevado na importação encarecendo a produção, fazendo com que os produtos tivessem um valor muito alto.

Houve muitos estudos para se criar um produto nacional a partir de matérias-primas encontradas em solo brasileiro e pudessem suprir a necessidade da indústria de celulose e papel como: Embira branca, Imbaúba (*Cecropia pachystachya*), Lyrio do brejo (*Hedychium coronarium*), Gravatá de gancho (*Bromelia Karatas*). A imbaúba é facilmente encontrada nas margens do rio Amazonas e seus afluentes, usados no preparo de carvão para pólvora de canhão, produz excelente fibra para fabricação do papel (O OBSERVADOR, 1936, p. 113). Mais tarde, a imbaúba, seria uma das matérias-primas que seria a base para a fabricação da celulose para produção do papel da Papel Amazon (Papelamazon), na vila Amazônia.

Passado vinte anos do início da industrialização brasileira, mesmo o governo federal ter criado em 1936 o Instituto Federal de Fibras e Celulose, aos moldes do cooperativismo, para promover estudos, fomento, produção, apoio e desenvolvimento técnico, distribuição e exportação das fibras e celulose, o país ainda era refém das importações dessa matéria-prima. O desejo das lideranças políticas do estado em transformar o ambiente amazônico em um meio

⁵⁹ Essas informações tentei buscar sua fonte, mas não as encontrei, elas são parte de uma lembrança do tempo de cursinho, quando uma professora de história de descendência dos *koutakusseis*, comentou sobre seu trabalho de conclusão do curso de história. Vale ressaltar que parte de minha família é descendente desses imigrantes. Algumas histórias como a perseguição floresta adentro por brasileiro durante a 2ª Guerra Mundial são contadas por eles. O patriarca da família Yoshi durante estar no Amazonas sempre cultivou hortaliças.

para geração de riquezas não havia chegado ao fim até a metade do século XX, e Vila Amazônia novamente aparecia como lugar propenso a tal empreitada. Em 1956 o governador Plínio Ramos Coelho apresentou mensagem na abertura da sessão legislativa da Assembléia do estado, referindo à necessidade de desenvolver a indústria de celulose e do papel no Brasil.

Na ocasião, Plínio Coelho, destacou o relatório da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) de 1953, sobre a expansão do consumo do papel e celulose, assim como as possibilidades da utilização dos recursos da floresta Amazônica ⁶⁰. A Papelamazon foi apresentada como proposta de governo prevendo investimento público privado de mais de 203 milhões de cruzeiros. Previa a construção e instalação de um grande complexo em Vila Amazônia, entrada do lago do Zé Açú, lugar conhecido como Desaperta. Novamente esse cenário amazônico abrigava mais uma investida humana para o desenvolvimento econômico baseado nos ideais capitalistas, algo de sucesso apenas nos sonhos do governador do Amazonas Plínio Coelho e do investidor chinês Dr. Tjian.

Dse Ning Tjian foi um industrial de nacionalidade chinesa, que em 1958 compartilhava os anseios de ter no Amazonas uma indústria altamente eficiente e competitiva na produção de celulose e papel como matéria-prima retirada da floresta Amazônica. O sonho dos dois entusiastas teve seu princípio em 1954, durante visita do governador Plínio Coelho à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, quando ocorreram os primeiros contatos com o grupo de empresários chineses liderados por Tjian. A partir daí, foram alçados as primeiras diligências para estabelecer a localização da futura indústria no Amazonas, além de minucioso

⁶⁰ A situação do Brasil em 1953 era a seguinte: a produção nacional de papel cobria 40% das necessidades internas de papel jornal que eram de 92.000 ton. e 100% do consumo do papel e papelão que era 226.000 ton. Se o Brasil desejar cobrir as suas necessidades do PAPEL JORNAL, diz o relatório, deverá instalar uma capacidade de fabricação para 38.000 ton. entre 1953 a 1955, de 133.000 ton. antes de 1960 e de 192.000 ton. Da mesma maneira, outras instalações para papel e papelão serão necessárias a saber: 32.000ton. até 1955, 199.000 ton. até 1960 e 351.000 antes de 1965. A produção de CELULOSE QUÍMICA para papel cobre apenas 52% das necessidades das fábricas existentes e 47% das 155.000 ton. consumidas anualmente, incluindo a celulose importada sob a forma de papel manufaturado. Para fazer face às necessidades crescentes, o Brasil deveria prever um aumento de capacidade de produção da ordem de 142.000 ton. anuais, até 1955, de 223.000 ton. até 1960 e de 334.000 ton. antes de 1965. Quanto à PASTA MECÂNICA, o Brasil deveria aumentar a sua capacidade de produção de 17.000 ton. até 1955, de 69.000 ton. até 1960 e de 138.000 ton. até 1965. A respeito da UTILIZAÇÃO DAS MADEIRAS NAO DURAS NAS ÁREAS BAIXAS NAS MARGENS DO RIO AMAZONAS e de seus afluentes, de Santarém até as fronteiras da Bolívia e da Colômbia, o relatório da CEPAL e da FAO diz entre outras coisas: As grandes vantagens da utilização dessas madeiras é o fato de se acharem grandes quantidades de madeiras brancas não duras, que atualmente não têm nenhum valor comercial, nas margens de rios navegáveis por navios de grande calado. Essas madeiras produzem celulose mecânica e química. No Peru, experiências têm sido feitas com sucesso com a Imbaúba, para a fabricação de papel e uma fábrica está sendo montada, no momento, nas vizinhanças de Iquitos, nas margens do Rio Amazonas. Atualmente a Fábrica Jacaré, da Bahia, está produzindo papel e papelão, usando celulose mecânica obtida da Imbaúba, do Morototó, do Parapara, da Quaruna, da Marupa e da Tamanqueira (Relatório da CEPAL e FAO apresentado pelo governador Plínio Coelho, 1956).

estudo sobre a matéria-prima, transporte, reflorestamento, qualidade e quantidade de água, com previsão de construção e uma ampla infraestrutura às margens do Ramos.

A previsão do início das obras para construção do complexo da Papelamazon, de acordo com o Jornal do Comércio, edição de quarta-feira, 22 de novembro de 1961, seria em dezembro do mesmo ano, na comunidade de Vila Amazônia. Com o apoio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sociedade mista e o governo do Estado, a empresa iniciou suas atividades com o capital de 203 milhões de Cruzeiros, sendo a primeira fábrica com tamanha complexidade a ser implantada no Estado do Amazonas. O governador Plínio Coêlho e o investidor chinês Dr. Ning Tjian não mediram esforços para que esse projeto fosse consolidado.

FIGURA 8 – Projeto da fábrica de papel da Papelamazom em Vila Amazônia



Fonte: O Jornal, Manaus – Sexta-feira, 31/01/1959

O investimento de 203 milhões de cruzeiros iniciais, 80 milhões foi do chinês Tjian, o governo do Estado entrou com 50 milhões, e a maior parte veio do SPVEA. O empreendimento antes da sua instalação já previa mais 500 milhões de cruzeiros, devido às suas dimensões (Figura 8). Segundo o Jornal do Commercio Manaus, de domingo, 10 de agosto de 1958, os primeiros estudos se deram em julho de 1955, a partir da escolha da localização da fábrica, por

um grupo de deputados e especialista em produção de papel. Conferia o estudo sobre as matérias, transporte, água, combustível, energia e força de trabalho, oficina mecânica, fábrica de produtos químicos, celulose, assim como seu branqueamento, técnicos, engenheiros, construção de hospital, escola, residência, hotel, restaurante e plantação de juta. Esses primeiros estudos contaram com o auxílio de Roberto Lefehtaller, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

O projeto não teve seu efeito esperado, a previsão da construção do complexo de prédios para abrigar a fábrica de papel, só ficou no papel. O sonho de instalar um grande complexo industrial no interior do Amazonas utilizando a riqueza da floresta não saiu do porto das Docas de Belém. Todo maquinário de fabricação alemã estava enferrujando, devido à irresponsabilidade e ambição dos antigos dirigentes da Papelamazon. No lugar escolhido para instalação da Papelamazon, o que resta são as filas dos pilares em uma cabeceira, na entrada do lago do Zé Açú. A Papelamazon faz parte apenas da memória dos antigos moradores e trabalhadores, como pedreiros, carpinteiros e ajudantes contratados para erguer as bases que receberam todo complexo.

Nos anos de 1970, um projeto, tomando como base estudos em cooperativismo mudou a vida de muitos jovens de grande parte dessa região, alcançando as terras altas da Serra de Parintins. Esse projeto fazia parte dos estudos do francês Patrick Maurice Maury, doutorando da Université de Paris - III - Sorbonne Nouvelle, Institut des Hautes Etudes D'amérique Latine, do qual defendeu a tese *Juticulteurs de Parintins (coopêrativisme et planification)*. Esse projeto, o Glebana, não previa a construção de um grande complexo de prédios, para instalação de alguma fábrica, tinha como base o desenvolvimento técnico, a partir de um centro escolar, da qual teve a participação de mais de 200 jovens. Foram abordados princípios do cooperativismo, assim como estudos em sociologia, filosofia e técnica agropecuária.

Esse projeto é interessante, e serve como referência ao projeto de desenvolvimento situado. Ele funcionou como um núcleo de treinamento, nomeado como NUTEXA, do qual era desenvolvimento experimentação para o melhoramento da produção agrícola, entre outras atividades ligadas à agropecuária. O NUTEXA (Núcleo de Treinamento e Experimentação Agrícola) está em minhas memórias do período de infância, uma vez que meu tio materno fez parte desse projeto. O projeto durou apenas quatro anos, mas foi importante para mudança de mentalidade e pensamento crítico dos jovens envolvidos. Esse projeto ajudou a criar algumas colônias agrícolas que mais tarde viraram comunidades rurais ao longo da estrada de Vila

Amazônia. Destaca-se que assim com esse projeto o desenvolvimento situado também se baseia na construção de um conhecimento válido à comunidade.

CAPÍTULO III

A “REGIÃO” DA VALÉRIA: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS E INICIATIVAS LOCAIS PARA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SITUADO

O vale do Amazonas é, como dissemos, muito pouco acidentado. As poucas montanhas que contém se elevam entre o Rio Negro e o Oceano. Em toda a vasta zona situada a Oeste desse rio, os cartógrafos não registram nenhum acidente de terreno notável. Entretanto, nas margens do Amazonas, estendem-se as encantadoras colinas de São Paulo de Olivença; na embocadura Japurá correm as cadeias do Cupatí; nos limites da antiga Nova Granada destaca-se uma pequena serra da Cordilheira Aracuará, chamada Apaporis, não ultrapassando 270 metros de elevação. Entre as elevações que se encontram entre o Rio Negro e o Atlântico, a principal é a de Parintins, que se prolonga à direita de Jamundá, nos confins dos Estados do Amazonas e Pará. Vêm, em segundo lugar, o Acaraí, simples contraforte do Tumucumaque, entre a Guiana e o Pará; em seguida, as cadeias e as pequenas elevações que se encontram a leste do Rio Branco.

(Barão de Santa-Anna Nery, 1899, p.58).

3.1 INTRODUÇÃO

Os espaços naturais e os construídos pela atividade humana na Amazônia tornaram-se e tornam-se conhecidos através das viagens realizadas pelos seus rios desde a época dos primeiros viajantes europeus no século XVI, por aventureiros, pesquisadores e cientistas desvendando os fenômenos naturais e humanos, assim como os processos e sistemas físicos, químicos e biológicos. Essas viagens mostraram ao mundo como foi e como será o futuro da maior floresta tropical do planeta. Não muito diferente desses viajantes, os primeiros conhecimentos sobre o espaço do qual iremos apresentar, muito antes de me tornar um pesquisador se deu a partir de muitas viagens descendo o rio Amazonas, quando aquele universo percebido se projetava como um mundo de descobertas de novas aventuras, brincadeiras e expectativas na simples mente de uma criança.

O contato com o rio Mar e a floresta foi apresentado não pelo acaso, mas pelo cotidiano da vida entrelaçada entre o universo rural e urbano de uma família do interior do estado do Amazonas nos anos de 1980. Desde esse período o rio ainda causa fascínio, espanto e admiração por sua grandeza, mistério e pelas mudanças repentinas – ora calmo, ora revoltado, obedecendo à dinâmica do tempo amazônico. Foi a partir do rio que a floresta se apresentou com suas variadas tonalidades do verde nas copas das árvores, assim como o avermelhado da argila nos paredões erodidos às margens do rio, o cinza das várzeas com seu solo arenoso misturado aos sedimentos com a água do rio, o amarelado dos capins seco dos campos destinado a pecuária, o marrom escuro dos troncos das árvores e o branco das criações de gado, assim como das garças em meio

aos trechos de águas sobre os mururus (*Eichhornia crassipes*) ou em um balé sincronizado em revoada rumado para o infinito verde da floresta.

Essa aquarela escondia os espaços construídos pelo homem, assim como a diversidade dos diversos relevos inseridos no meio da floresta. Tudo isso era revelado sempre durante as viagens a bordo de uma pequena canoa movida a remadas, assim como eram as viagens dos primeiros desbravadores do rio das Amazonas nos bergantins, um percurso de pouco mais de 15 km, da cidade de Parintins até a entrada do lago do Mirity, de onde ao longe avistava aquele alto monumento natural de cor verde-escuro, que nos primeiros clarões do dia, ficava encoberto por uma leve neblina. Esse monumento é a serra de Parintins, sempre descrita pelos viajantes do século XIX por sua importância estratégica para cobrança de imposto e salvaguarda a entrada e saída de embarcações no período em que o território era colônia portuguesa ⁶¹ e ponto delimitador entre as duas províncias do Pará e Amazonas. Sua relevância se inscreve na história e arqueologia regional, da qual seu nome deu empréstimo ao município de Parintins.

Essa imagem avistada de longe, ainda está fixa na mente como parte de minhas lembranças projetada por mais de quarenta anos pelos raios da memória, um processo que se construiu a partir da experiência. O reflexo desse cenário como processo eminentemente da consciência, da qual olhar, como ato de cognição, fez surgir um forte desejo de conhecer de perto aquela imagem vista de longe. Não imaginava que anos mais tarde, uma atividade acadêmica me colocaria de fato na extremidade daquele relevo serrano, de onde nos levou a refletir sobre aspectos referentes à presença humana muito antes dos primeiros europeus na Amazônia. A serra de Parintins se contrasta entre sua exuberância e morfologia bastante íngreme com a cobertura da densa floresta cercada pelas águas fluviais do rio Amazonas com suas fortes correntezas banhando sua frente. Ela é cercada por uma rede de drenagem formada por pequenos rios e igarapés, tanto na parte Leste no município de Juruti, no estado do Pará, quanto na parte Oeste no município de Parintins, no estado do Amazonas.

A serra de Parintins, localizada na latitude 2° 27 '9.65"S e longitude 56° 27' 4.14"O poderia ser a representação de um ambiente físico que ligaria um espaço geográfico ao contexto de uma população. A construção social da região da Valéria se sobrepôs às características do ambiente físico, com seu relevo que traz a história geológica da Formação Alter do Chão entre

⁶¹ Spix e Martius na terceira parte do livro *Reise in Brasilien* (1831) fazem a seguinte descrição: A viagem do Sul do Continente foi lenta, porque o vento estava completamente ausente. Chegamos somente em 1 de outubro, ao posto fronteiriço (Registro) de **Parentim**, algumas cabanas no sopé de colina coberta como uma densa floresta virgem, cerca de 200 pés de altura, que pode ser considerada, em certa medida como uma fronteira natural entre as regiões do Pará, e Rio Negro. O governador da última província, assustado com os rumores de uma doença infecciosa, que na parte inferior afastada da Província, tinha destacado uma milícia de soldados com a intenção de submeter-se à aprovação de todos os viajantes da província superior ao controle estrito (Nossa tradução).

o Leste do estado do Amazonas e o Oeste do estado do Pará. Embora exista registro com mais de dois séculos sobre este lugar, a construção social acerca da denominação popularmente conhecida dessa parte do município não levou em consideração essas referências históricas e arqueológicas, visto que a abrangência da área localizada entre os dois estados recebeu dos comunitários a denominação de região da Valéria.

Em referência a uma personagem registrada pela memória coletiva dos moradores das comunidades sediadas nessa área, a serra de Parintins, também ganha dos moradores a título de serra da Valéria. A construção social da nomeação desse amplo território na divisa entre os dois maiores estados da região Norte fez com que levasse ao esquecimento os fatos históricos referentes à Serra de Parintins. Nesse caso, as construções sociais se sobrepuseram sobre a importância do meio físico para representar o espaço geográfico. Não ouviremos nos relatos dos viajantes do nosso tempo, turistas e visitantes a expressão: estivemos ou passamos na região serrana de Parintins. Talvez essa expressão não citada por causa da imponência dessa serra não ser comparada às elevações dos mais de 300 a 2 mil metros de altitudes como os da região serrana do estado do Rio de Janeiro, muito menos pela existência de uma malha rodoviária, serviços de meios de hospedagem, alimentação, lazer, ou da existência de prédios que relembra o tempo do Brasil imperial, como na cidade de Petrópolis.

A região da Valéria foi o nosso ponto de partida para darmos início à mudança radical do nosso objeto de estudo, após termos dado os primeiros passos em nossa pesquisa de campo. Fomos levados a buscar conhecer mais a realidade social dessa localidade, como novos questionamentos e descobertas que nos parecem ser bastante relevantes para serem postas neste trabalho. Essas descobertas não mudaram o foco da proposta do desenvolvimento situado, pelo contrário, elas caminham na mesma direção, visto que essas descobertas podem responder questões que pareciam não ter uma solução.

Este capítulo transita nas experiências vivenciadas no espaço geográfico denominado de Região da Valéria, do qual destacamos as práticas e iniciativas locais a partir do turismo receptivo, onde apresentamos as possibilidades de manifestações socioculturais a partir da história e dos vestígios arqueológicos, a organização do turismo e sua prática, as relações entre turista comunidade e comunitário, assim como os empreendimentos turísticos atuantes nessa região, além de destacar o contexto demográfico sobre a área estudo, a recepção de turistas estrangeiros, os bens materiais e imateriais, sobre a ótica da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento.

3.2 ENTRE AS ENTRELINHAS DA HISTÓRIA E O SOLO DA SERRA DE PARINTINS

Conhecida como região da Valéria, esse espaço geográfico é muito mais representativo para a história da Amazônia do que se pode imaginar. Não é um simples cenário utilizado pelo turismo receptivo, é um espaço que contém a memória das primeiras populações que um dia habitavam esse lugar, assim como o retrato da memória dos primeiros colonizadores. Nesse espaço, a história pode encontrar um ponto que separa as tradições da historiografia com a história oficial sobre a Amazônia, a partir de uma reflexão interdisciplinar entre Geografia e História, tomando como ponto de partida as narrativas descritas pelas primeiras viagens europeias em nossa região.

Ao buscarmos os registros da existência da personagem que emprestou o nome à região da Valéria, encontramos registros bastante significativos que não poderiam permanecer no mesmo lugar de origem. Retornamos a épocas passadas muito mais além daquela que aquele nome poderia levar. A senhora Valéria, que descansa sobre o solo, possibilitou o encontro e o olhar mais crítico sobre a literatura, a geografia, a história e a antropologia do município e da Amazônia. A partir desses campos de estudos da qual geografia e a história têm relação mais íntima, por ter sido aluno do curso de licenciatura em história e por ter concluído o curso de licenciatura em geografia, surgiram mais questionamentos sobre as memórias de Parintins.

As comunidades rurais existentes nesse espaço, região da Valéria, estão postas sobre um sítio arqueológico de significativa importância para os estudos das primeiras populações que habitavam a região antes da colonização portuguesa. Esse lugar é reconhecido pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como sítio arqueológico. Na comunidade de São Paulo que fica ao sopé da serra de Parintins, um pequeno museu guarda algumas cerâmicas encontradas sobre o solo da comunidade. Mas isso não impediu a comercialização de muitos artefatos cerâmicos encontrados por moradores locais. Com isso, a história de um passado distante fica cada vez mais ameaçada, podendo um dia ficar perdida ou excluída do conhecimento da população.

Esses vestígios encontraram um lugar de destaque nos estudos arqueológicos do século XX devido à descoberta de um grande número de sítios arqueológicos investigados por Curt Nimuendajú, 2002, Erland Nordenskiöld, 1930, A. Roosevelt, 2002, contendo cerâmicas e a terra preta de índios encontrados na imensa Amazônia. Em Santa Rita, o solo também traz as características de terra preta, já que o solo argiloso característico da formação Alter do Chão é predominante. Nos anos de 1920 o alemão Curt Unkel (Nimuendajú) quando esteve nessa parte da Amazônia fez algumas descobertas arqueológicas na área da serra de Parintins, do qual

foram encontradas cerâmicas pertencentes à Tradição Inciso e Ponteadada, conhecidas como cerâmicas Konduri. De acordo com Nordenskiöld (1930, p. 23) “nesse mesmo país e em muitos outros lugares entre Santarém e o rio Madeira, Nimuendajú fez uma série de descobertas importantes, muitas das quais são reproduzidas aqui” (Figura 9):

FIGURA 9: Cerâmicas encontradas na serra de Parintins por Curt Nimuendajú



Fonte: Nordenskiöld (1930).

As duas peças foram encontradas nas proximidades e no topo da serra de Parintins. Na opinião de Lopes Alves (2018) Nimuendajú foi o primeiro a identificar entre os anos de 1923 a 1926, as cerâmicas Konduri, assim como sua dispersão pelos rios Trombetas e Nhamundá, chegando até a serra de Parintins. O termo Konduri está relacionado com um grupo étnico que habitava as regiões entre os dois rios nos estados do Amazonas e Pará. Castro (2018, p. 198) considera que essa relação aparece nos relatos e crônicas dos primeiros desbravadores do rio Amazonas, nessas escritas “os Conduri foram chamados de bárbaros, foram identificados como produtores de belas cerâmicas e possuíam uma estrutura política ou social semelhante à dos Tapajós, outro grupo indígena que vivia no rio Tapajós, afluente do rio Amazonas”.

As cerâmicas do tipo Tradição Inciso e Ponteadada como as do Tapajós e Konduri trazem além de semelhanças, rastros da memória e a dispersão de um grupo étnico por essa região. Esses vestígios distribuídos por uma grande extensão nessa parte da Amazônia apontam como esses grupos desenvolveram um tipo de cultura e processos tecnológicos muito antes da chegada dos primeiros europeus espanhóis e portugueses, havendo também processos de interação, relações ou até mesmo o melhoramento das tradições culturais por parte de um grupo. Para Hilbert, P.; Hilbert, K., 1980; Guapindaia; Lopes, 2011; Stenborg, 2016; Schaan, 2016; Gomes, 2016, citado por Lopes Alves (2018, p. 13), “as datações radiocarbônicas para eles mostram que a cerâmica Konduri (XI-XV AD) começou a ser produzida um pouco antes do

que a Santarém (XIII-XVI AD), mas que essas produções foram contemporâneas por pelo menos dois séculos”. O estudo desses sítios arqueológicos ajuda a compreender a organização social e política desses primeiros habitantes nesta região. Dentre os 27.582 sítios arqueológicos cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), sete deles estão no município de Parintins, sendo que quatro estão localizados na região da Valéria:

TABELA 2: Sítios Arqueológicos na região da Serra de Parintins listado pelo CNSA

Cód. CNSA	Nome	Tipo	Características	Localização
AM00237	Matarazzo 1	Cerâmico	Sítio cerâmico a céu aberto	Com. São Paulo
AM00238	Matarazzo 2	Estilo konduri	Sítio cerâmico a céu aberto	Igarapé da Joaquina
AM00239	São Paulo de Parintins	Estilo Konduri	Sítio Cerâmico a céu aberto	Igarapé Valéria
AM00240	São Sebastião	Estilo Konduri	Sítio cerâmico a céu aberto, no topo de serra marginal ao rio Amazonas.	Topo da Serra de Parintins
AM00242	Santa Rita	Cerâmico	Sítio cerâmico a céu aberto	Com. Santa Rita

Fonte: Adaptado do Portal do IPHAN (2018).

Apesar de sua importância cultural e histórica, muitas peças foram vendidas, ou contrabandeadas. Segundo o Portal do IPHAN, a Universidade Estadual do Amazonas de Parintins realiza, trabalho de conscientização com a comunidade. Essa conscientização não é suficiente para conter todo vandalismo ocorrido nesses espaços. Acredito o desenvolvimento situado pode contribuir para encontrar uma solução para esse problema, transformando as peças, ou a representações delas em um produto dentro da cadeia produtiva do turismo, a partir de cooperativa ou associação de moradores com reprodução de cerâmicas pelas mãos habilidosas dos artesãos e artesãs dessa parte do município.

Serra da Valéria como os moradores locais passaram a chamar esse monumento natural, limite entre os estados do Amazonas e Pará, faz parte de um cenário social recente, mas esse monumento está presente nos relatos de muitos viajantes desde o início do século XIX, seja a serviço de algum governo, seja pelo prazer de se aventurarem no paraíso verde. Próximo dali, na margem esquerda do rio Amazonas, suposto episódio do combate com as índias guerreiras, descrito pelo dominicano Frei Gaspar de Carvajal, nas narrativas da viagem do *Descobrimento do Rio das Amazonas* do espanhol Francisco Orellana. Durante o período que realizamos nossa pesquisa na serra de Parintins e todo contexto observado sobre a dinâmica das águas pluviais

levantaram dúvidas sobre os fatos onde ocorreu esse tal conflito. Um leitor despercebido leva em consideração apenas o que o texto traz, dificilmente ele irá ligar texto, contexto com sua espacialidade.

Na tradução dessas narrativas feita por Mello-Leitão, após uma minuciosa leitura com atenção a todos os detalhes, tomando como referência as paisagens naturais que fazem parte do cotidiano dos moradores daquele lugar, o movimento dos sistemas fluviais, o período do ano em que ocorreram, assim como a preocupação do fato narrado a sua espacialidade, nos remeteu para outra interpretação desse fato. Percebemos haver uma controvérsia do fato narrado, podendo ligar muito mais a região da serra de Parintins a essa narrativa. Carvajal descreve todas as características quando passou pelos lugares, os perigos e ameaças, assim como as investidas do capitão e suas ordens à tripulação sobre os bergantis. Observa-se que ao longo do percurso o capitão divide em província, onde sempre há uma característica física ou social, um momento ou um evento que determina sua nomeação. As distâncias entre cada província nos dias atuais há uma equivalência de 140 quilômetros, percorridos entre sete a dez dias, sempre navegando a uma distância considerável da margem para proteção da tripulação devido às investidas e ataques das flechas indígenas.

Ao passar pelo rio Negro, três províncias foram descritas: a primeira no trecho entre o rio negro e o rio Madeira, a província das Pitocas e a província de São João. Nota-se que antes de avistar o rio que o batizou de rio Negro, eles haviam passado pela província de Paguana, da qual já estavam entrando na segunda quinzena do mês de maio, do qual comemoravam a páscoa. Quando ocorreu o episódio do confronto com supostas amazonas, era uma quinta-feira, 24 de junho daquele ano. Pela equivalência da distância entre as três províncias, nessa última, o que corresponderia o trecho onde está situada a cidade de Parintins e a serra, naquele período as águas, como ocorrem nos dias atuais, seu regime dominavam as terras baixas ao longo do rio Amazonas, o que leva a crer a impossibilidade do confronto com as índias guerreiras ocorrer do lado esquerdo do rio, onde está localizado o complexo de Macuricanã.

A possibilidade do confronto entre as amazonas com a tripulação de Francisco Orellana ter ocorrido do lado direito do rio Amazonas é muito grande. Nessa região no período da enchente, as águas formam um complexo de lagos que abrigam muitas espécies de peixes, além de ser um excelente abrigo para proteção de embarcações contra os fortes temporais. Do lado direito do rio, as terras altas se estendem em direção sul. Esse fato, dentro do processo de desenvolvimento situado, pode ser usado como estratégias para produção e valorização cultural, com a criação e promoção de festas populares realizadas para atrair visitantes e turistas,

contribuindo para geração de renda. Além disso, pode levar a cultivar uma consciência crítica, útil para proteção dos bens materiais e imateriais, assim como pode ser um incentivo para confecção de artesanatos locais, servindo como referência identitária.

3.3 SERRA DE PARINTINS E SUAS OUTRAS HISTÓRIAS

No início do século XIX, quando o príncipe regente de Portugal Dom João de Bragança assinou Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, o país passou a ser visitado por viajantes de muitas nacionalidades, que além de estabelecer comércio nos portos como Rio de Janeiro e de Belém, em um período em que o Norte era Província do Grão-Pará e o Brasil se definia como Brasil do Sul, possibilitou muitas viagens de reconhecimento da grande extensão do território brasileiro. Solo e gente começaram a ser revelados para o mundo. A Amazônia não aparecia mais como o recanto da Terra onde se encontraria o Eldorado ou o paraíso perdido. Muitas informações sobre a cultura, as tradições, as populações indígenas, a floresta, a fauna e flora, os sistemas fluviais, o complexo ecossistema dos ambientes naturais, a geologia e seus relevos passaram a ser descritos por geógrafos, cartógrafos, geólogos, botânicos, pintores, revelam a grandeza da região.

A serra de Parintins é uma formação geológica ⁶² de grande imponência nesse espaço. Um ponto de referência conhecido desde o século XIX, descrita por viajantes europeus, americanos e brasileiros que percorreram o vale amazônico descrevendo as paisagens, o modo de vida das sociedades amazônicas, as culturas, o folclore, as populações, os cursos dos rios, a fauna e flora, as riquezas minerais, transformando-as em conhecimento para o mundo. Referindo-se a geologia da planície amazônica Agassiz (2000, p. 403) analisa que olhar com simplicidade “[...] qualquer carta geológica do globo fará ver ao leitor que o vale do Amazonas, sempre que se pretendeu explicar-lhe a estrutura, é representado como contendo faixas isoladas de terreno devoniano, triássico, jurássico, cretáceo, terciário e de aluvião”.

É um monumento natural que atrai os olhares em sua grandeza e dimensão (Figura 10). Vista do horizonte serve como referência ajudando os marujos no controle da direção para as

⁶² A Formação Alter do Chão é a unidade de maior extensão aflorante na Bacia do Amazonas e está limitada pelos arcos de Purus a oeste e de Gurupá a leste, e é interpretada como produto de um sistema deposicional flúvio-deltaico-lacustre com planícies abandonadas de rios entrelaçados (Kistler 1954, Wanderley Filho 1994, Caputo et al. 1972, Souza 1974, Pereira 1988, Cunha et al. 1994, Vieira & Nogueira 1998, Dino et al. 1999, Nogueira et al. 2003) (apud, HORBE et. al. 2006).

embarcações regionais. Vista do sopé, causa desconforto ao espectador que, ao tentar alcançar com o olhar o seu cume, vira a cabeça para cima. Quem alcança o seu topo, causa deslumbramento ao relevar o rio Amazonas, suas lindas paisagens formadas por uma rede de rios, lagos e igarapés que além de servir de fonte de alimento para as comunidades é berçário da vida, uma aquarela pintada pela própria natureza.

FIGURA 10 – Serra de Parintins vista de diferentes ângulos



Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016.

A serra de Parintins aos que passam e já passaram por ela a bordo das muitas embarcações, a vislumbra apenas como uma porção de terra, não imaginam as muitas histórias ocorridas em tempos pretéritos nesse espaço amazônico. Santa-Anna Nery (1899) escreve no final do século dezenove sobre uma viagem que talvez seja o marco, não apenas para a história desse lugar, mas o marco na história como percurso da construção social da própria Amazônia, pois a partir desse episódio, propagado pela literatura nacional e internacional, o espaço amazônico passou a ser visto pelo mundo. Ele escreve:

Depois de passar perto do rio Jamundá ou Nhamundá – o Cunuriz ou rio das mulheres, de C. Acuña, onde Francisco de Orellana afirma ter visto as Amazonas, e que hoje serve como um limite aos dois grandes Estados da Amazônia, – deixamos ao longe a serra de Parintins e nos aproximamos à cidade de mesmo nome (SANTA-ANNA Nery, 1899, p. 28, tradução nossa).

Pudemos dizer que a serra foi testemunha desse fato histórico, não que ela seja um ser vivo que carrega na memória lembranças de um passado humano, mas não há dúvida que todo ser humano possui uma história ou realização em um dado espaço. Por essa circunstância, ao nos referirmos a serra de Parintins, queremos chamar atenção para esse espaço, pouco visto até nas lembranças ou narrativas históricas contemporâneas como um lugar qualquer. É lugar que é referenciado apenas como o marco divisório para os estados do Amazonas e Pará, mas ao contrário disso, ao buscar na literatura clássica do século de XIX, desde Spix e Martius (1819) a Santa-Anna Nery (1899), verificamos que o lugar é bastante citado e traz muito além de uma simples descrição, traz histórias pouco reveladas.

A serra de Parintins apareceu nas comunicações entre os administradores dos primeiros povoados portugueses, como demonstramos no segundo capítulo. Esse cenário constituiu um dos pontos da dinâmica social no período do primeiro povoado formado pelo capitão Pedro Cordovil e o frei José Alvares das Chagas. A Junta Governativa da Capitania de São José do Rio Negro estabelecia em 29 de junho de 1806 a instalação da *Commandancia do Registro de Parentins*. O lugar atendia os interesses administrativos por ser um ponto *mais vantajoso para um tal Estabelecimento / pois sendo em uma garganta do Amazonas a entrada da Capitania, deixa também todos os Canais de comunicação do interior da Capitania* (REIS, 1967, p.14). Esse aspecto físico aparece como um dos elementos da geomorfologia das Amazônias mais descritos pelos naturalistas e viajantes como: Spix e Martius (1821), Henri Lister Maw (1827), Luís Agassiz (1865), Paul Marcoy (1869), Santa-Anna Nery (1899), Paul Walle (1909), entre outros. Esses viajantes apresentaram esse monumento natural, ora como colina, ora como monte ou serra em escritos de suas viagens pelo rio Amazonas nos séculos XIX e início do século XX.

Além das descrições sobre os aspectos físicos da serra de Parintins, a historiografia narra alguns fatos sociais ocorridos nesse local, mas que são desconhecidos pela história da própria cidade de Parintins. Esses fatos foram transmitidos por viajantes e missionários do século XIX. Na segunda década do século XIX, Spix e Martius (1821) destacaram que o *Registro de Parentim* foi estabelecido motivado pelos rumores de haver uma epidemia de uma doença infecciosa, havendo ali um destacamento de soldados para controle estrito que adentrava a Província. Lister Maw (1827) escreveu sobre rumores de ali ter tido uma cruz erguida para demarcar as duas comarcas. Baena (1839) e Araújo e Amazona (1852), escreveram sobre uma aldeia fundada por missionários jesuítas, com casas e uma igreja, da qual foram destruídas pelos próprios índios, havendo na igreja um sino, que foi enterrado, nascendo daí a lenda do badalar dos sinos em noite de natal.

Na segunda metade do século XIX, o lugar continuava sendo palco dos mais variados contextos históricos para o estado do Amazonas. Desde o seu ordenamento como parte da coletoria de Parintins, mesa de rendas para controlar a circulação dos produtos e mercadorias, com a função fundamental de controle e registro dos bens que circulação, ou seja, mais no âmbito administrativo, os conflitos entre os Estados do Amazonas e Pará sobre as questões de limites e os problemas de controle de epidemias que poderiam se alastrar pelo trânsito das embarcações no rio Amazonas, até sua inclusão como área para implantação dos grandes projetos de desenvolvimento. A região da Valéria chega ao começo do século XX a ser integrada no projeto de desenvolvimento do Estado.

No governo Provincial de José Clarindo de Queiroz, 1879, a serra era escolhida para ser um *Ponto Fiscal e Policial*, recebendo no mês de setembro daquele ano a visita de um inspetor do tesouro provincial e de um diretor das obras públicas. Nessa visita, a comissão encontrou o lugar do antigo registro. No dia 8 de outubro o vice-presidente provincial, assinava ofício nº. 448 ordenando a construção de uma casa para servir o ponto fiscal, assim como a residencial dos empregados do Thesouro Publico Provincial ⁶³. Em 1891, no primeiro governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro, o *Congresso Legislativo* comunicava um registro fiscal na serra de Parintins. Em sua mensagem dirigida à Assembleia do Amazonas em 20 de junho de 1893, falava sobre a *Fiscalização das Rendas* do Estado e da adoção de medidas ao combate ao contrabando, destacando a importância da *Collectoria de Parintins*.

No governo de Silvério José Nery, já no século XX, dois atos do governador estão diretamente ligados à serra de Parintins. Em 1904 Nery apresentava ao Congresso Legislativo um relatório sobre os problemas relacionados à saúde pública do estado. De acordo com o relatório, havia nos estados do Maranhão e Pará casos de enfermidades bastante severas. Aconselhado pela *Inspectoria de Saúde dos Portos com a Directoria Geral de Hygien*, que a cidade de Belém tinha sido considerada infectada pela peste bubônica. As medidas tomadas por Nery foram mandar estacionar em frente a serra de Parintins o navio, o Aviso: Cidade de Manáos, para proceder à desinfecção de qualquer embarcação que viesse do porto de Belém. O encarregado dessa missão foi o Dr. Domingos Pinheiro e mais quatro agentes de saúde.

Essa incumbência dada ao médico Pinheiro, não vista com o mesmo olhar de seriedade que aquela função nesse período o cabia. O Jornal do Commercio do dia 24 de fevereiro de 1904 noticiava a matéria sobre os procedimentos do serviço do tal Dr. Pinheiro. Segundo a

⁶³ Jornal Amazonas (AM), 1879, edições 333/341. Disponível em: <http://memória.bn.br>

matéria, ao invés de *evitar a invasão da peste, mas procede de modo contrário: facilita, auxilia e protege essa invasão*. Já em 1905, o governador Silvério Nery pelo decreto nº. 695 de 28 de dezembro, resolve transformar a *Collectoria de Parintins* em Mesa de Rendas, organizada igual a Recebedoria do Estado, assim como a construção de trapiche para averiguação do peso, quantidade e qualidade dos bens embarcados nas praças de Itacoatiara, Silves, Urucará, Urucurituba, Maués e Barreirinha.

Em 1926, na abertura de sua primeira sessão ordinária da 13ª legislatura, em mensagem dirigida a Assembleia Legislativa o governador do estado Ephigenio Ferreira de Salles, concedia ao engenheiro Jorge Dumont Villares, um representante de investidores americanos interessados no cultivo da borracha e outras plantas consideradas econômicas em área no baixo Amazonas, assinado em um contrato de opção pelo tempo de dois anos uma área de um milhão de hectares de terras devolutas dos municípios de Manaus e Parintins. Nesse prazo ele teria que organizar a empresa para a exploração das riquezas naturais. Em Parintins o empresário preferiu uma extensão de terras às margens do rio Amazonas, com limites na serra de Parintins. A área se estendia em 500 mil hectares, localizadas na Serra de Parintins, com 30 km pelo rio Amazonas e 150 km ao Sul, alcançando o rio Mamarú.

A proposta de Villares apresentada para o governador tinha a incumbência de: a) plantio em larga escala de seringueira, cacaueiros, café, quina, palmeiras oleaginosas, kola, castanheiras, algodão, cereais, juta e outras fibras e fumo; b) criar estações de agricultura experimental com um número suficiente para o aprendizado agrícola; c) instalar usinas e fábricas de beneficiamento dos produtos explorados; d) instalar hospitais para o tratamento do pessoal e assistência sanitária; e) criar e manter escolas primárias; f) organizar e promover a entrada de trabalhadores para promover o aproveitamento da terra para as culturas previstas na concessão. Se de fato esses objetivos fossem efetivados, teríamos naquela região do Amazonas uma área altamente produtiva e independente dos centros produtores de alimentos nas regiões Sul e Sudeste.

3.3.1 Expertises de um laboratório pioneiro

O caminho percorrido até aqui revelou um cenário despercebido que estava encoberto nas páginas seculares das fontes históricas empoeiradas nas prateleiras das bibliotecas, onde o passado poderia se perder no tempo, sem ter utilidade à sociedade. Essa perda contribui para a manifestação de uma letargia social que impede o homem de obter respostas para questões e problemas do presente. Esse passado como parte da história do lugar, como em sociedades em que mantém suas histórias transmitidas pela fala, estavam protegidos de forma limitada pela oralidade. O sobrevoo ao passado nos revelou muito mais o que almejamos alcançar. Isso contribui para alçar voo para outros horizontes guiados por uma bússola do tempo, podendo contribuir para construção do novo processo de desenvolvimento.

A Serra de Parintins é um marco no relevo daquela região por ser uma elevação que se destaca, soberana, na divisa entre Amazonas e Pará. Sobre sua floresta e as camadas de seu solo encontram-se a vida e o passado das sociedades pré-coloniais. Mas existem outras histórias que se encontram no espaço físico, estão na memória, podendo estar na coletividade ou guardadas nas páginas dos livros ou nas páginas virtuais das bibliotecas eletrônicas. Nessa segunda opção, da qual ocupamos tempo e dedicação sobre o espaço da pesquisa, encontramos um fato pouco conhecido de um personagem, mais conhecido em seu tempo, por ser um dos responsáveis pela ida do complexo fabril de Henry Ford para as margens do Tapajós.

Uma digressão histórica faz-se necessário para explicar os últimos acontecimentos sobre as narrativas relacionadas às histórias da Serra de Parintins e o desenvolvimento transposto na Amazônia. Nos anos de 1920 a economia da Amazônia sofria as amarguras das consequências da derrocada da produção da borracha. O descompasso entre a natureza e o homem, abriu uma imensa rachadura na topografia social da região. Para Djalma Batista (2007, p. 34) “em todo o vale amazônico ficou o mesmo travo amargo de desesperança e amargura, uma vez que a borracha tem sido um marco em nossa história e em nossa psicologia, em torno do qual temos vivido uma verdadeira neurose obsessiva”.

A forte recessão da economia gomífera, somada ao panorama socioeconômico deixado pela Primeira Grande Guerra, fez surgir indivíduos com os sonhos e valores que queriam aproveitar o momento vivido na Amazônia e tirar todos os proveitos de suas ambições. Parecia que a saída estava pela entrada de investimento massivo de grandes capitais nacionais e estrangeiros, isso até parecia ser um mantra repercutido desde a passagem do Barão de Santa-Anna Nery quando advertiu sobre a introdução de capitais, para frutificar a riqueza do município de Parintins, um processo que talvez levasse ao desenvolvimento econômico dessa

pequena porção da Amazônia, era um pensamento que atraiu a atenção dos administradores do Estado para tirar a região da crise econômica.

Os mercados e a concorrência da borracha dentro das crenças da competição assim como do protecionismo, levaria Henry Ford a buscar uma saída imediata para que suas fábricas chegassem aos rendimentos esperados. Essa questão juntou quatro personagens: Henry Ford (industrial americano), Ephigenio Ferreira de Salles (Governador do Amazonas), Dionysio Ausier Bentes (Governador do Pará), Jorge Dumont Villares (oportunista), e dois Estados brasileiros. Os interesses pareciam basear-se no mesmo princípio, o desenvolvimento econômico de seus estados.

A partir daí, intensificaram a repartição da Amazônia ao capital estrangeiro em nova frente da expansão do capitalismo. Talvez uma forma de internacionalização por intermédio de acordos entre investidores e os governos estaduais, mas ao parece isto fazia parte de uma grande estratégia ambiciosa para lucrar com as terras doadas gratuitamente pelos dois governadores. Esses planos foram orquestrados pelo engenheiro paulista, Jorge Dumont Villares, sobrinho do aviador brasileiro Santos Dumont, desde 1920 quando foi à Belém do Pará. O pensamento de Villares foi aproveitar as necessidades das fábricas do americano Henry Ford.

Em 1914 Ford havia criado um novo processo de produção baseado em uma linha de montagem dividida em oitenta e quatro operações, aumentando a produção. Segundo o próprio Ford (2017, p. 102) “essa linha estabeleceu a eficiência do método e agora o usamos em qualquer lugar”. Com esse novo processo de produção, Ford se tornou o maior produtor de automóveis dos Estados Unidos, necessitando de muita borracha para produção dos pneus de seus carros. De acordo com Kluska (2017, p. 33), “com o lançamento próximo de uma nova linha de carros, o modelo A, Ford tinha necessidade de adquirir uma grande quantidade de látex, mas não tinha a intenção de continuar comprando da Inglaterra”.

É interessante destacar que a abordagem sitológica das interações em Hassan Zaoual, nasce dos fracassos dos modelos fordistas nos países do Sul, e aqui, nesse caso específico, temos a materialização desse modelo, e o exemplo mais emblemático dos modelos de desenvolvimentos transpostos. Podemos dizer que isso serve como processo pedagógico de construção do desenvolvimento situado, uma vez que é a partir das experiências fracassadas do desenvolvimento capitalista que o novo processo desenvolvimentista surge. O modelo fordista como parte da economia capitalista, não consegue aproveitar o que os espaços locais têm a oferecer, seus princípios não admitem a diversidade de tempo nem a sua complexidade.

Nesse sentido Zaoual (2006 a, p. 125) escreve que “no contexto do desenvolvimento Norte – Sul, o enxerto da economia do capitalismo se revela incapaz de criar as condições de sua reprodução através de uma simples transferência de conceitos, de modelos, de tecnologia e de capitais”. Os modelos de desenvolvimentos transpostos trazem em suas malas toda ideologia, todo pensamento do outro em relação ao homem local, no caso o pensamento dos homens do Norte para os homens do Sul, em que residem em um mundo primitivo sem sua evolução para um mundo civilizado. Esses modelos também têm riscos que envolvem o caráter, a moral, assim como a ética, ou simplesmente a falta desses princípios, porque provocam interesses de pessoas ambiciosas que fazem de tudo para se dar bem.

Sobre esses interesses que essa digressão no tempo encontrou os quatro personagens, unindo-os poderiam virar título de um filme – *Dois governadores, um empresário e o oportunista*. Esse filme não seria uma mera ficção sem roteiro com um final que poderia mudar a vida econômica e social da cidade de Parintins, é uma história real ocorrida na Amazônia na segunda década do século XX. Temos aí um vilão nessa narrativa, Jorge Dumont Villares, o sobrinho de Santos Dumont, o notório inventor do avião; ele havia se aproveitado da fama de seu tio para aplicar alguns golpes por essas paragens na Amazônia.

No ano de 1920, Jorge Villares, “logo após sua chegada, ele começou a juntar uma confederação frouxa de políticos, diplomatas e funcionários da Ford, todos com seus próprios interesses em atrair Henry Ford para o Brasil” (GRANDIN, 2009, p. 81). Desde esse período, Villares passou a ser a peça fundamental para que Ford instalasse na Amazônia uma fábrica com todas as estruturas americanas. Grandin (2009) destaca que Villares havia se aliado a William Schutz, embaixador dos Estados Unidos no Brasil e a Maurice Greite, um inglês morador de Belém e juntos orquestraram todos os planos para a vinda de Ford para a Amazônia.

O roteiro desse filme policial destaca três vilões, mas o filme policial não deve faltar às evidências do crime quase perfeito. As peças do quebra-cabeça começaram a ser montadas quando Schurz obteve as informações fundamentais do Departamento de Comércio Americano, quando integrou uma comissão em 1923 para estudar a possibilidade da volta da produção da borracha Amazônica, como solução para a concorrência inglesa. Juntando aos interesses de Ford em produzir borracha para suas fábricas e aos interesses dos Estados em promover o desenvolvimento econômico a partir da distribuição de terras a quem interessasse desenvolver o cultivo das seringueiras, Schurz percebeu que seria algo muito lucrativo, mas era impedido por ter as funções de embaixador em obter parte dessas terras.

Grandin (2009, p. 81) destaca também que esses fatos se concretizaram “especialmente após o anúncio de 1925 do novo governador do Pará, Dionysio Bentes, que ele disponibilizaria as propriedades da selva sem nenhum custo para quem quisesse cultivar borracha”. O anúncio era correspondente à criação da Lei nº. 2.489, de 4 de Novembro de 1925, que autorizava o governador do Estado a lançar de forma gratuita a concessão de terras devolutas com o aproveitamento de capitalistas ou industriais. Na mensagem do Governador do Estado do Pará, Dr. Dionysio Ausier Bentes, apresentado ao Congresso Legislativo, de 7 de Setembro de 1926, ele apresentava os motivos que teriam levado a criar tal Lei.

Segundo Dionysio Bentes (1926, p. 103/104):

Não tem o Estado criado embaraços às iniciativas particulares, que hão surgido, interessadas em promover em larga escala o beneficiamento agrícola de grandes zonas despovoadas, onde as nossas matas oferecem abundante e variada matéria prima para aplicação industrial. A deficiência de capitais tem sido motivo insuperável para que desfaleçam essas tentativas.

Nesse sentido foram doadas a Jorge Dumont um milhão de hectares de terras devolutas no Municípios de Santarém, Aveiro e Itaituba, afim de estabelecer empresa para exploração de seringueiras ou em seu plantio intensivo, além do aproveitamento das matérias primas encontradas em seu solo, e plantações vegetais de valor econômico. Kluska (2017, p. 36) enfatiza que em 1926, Villares teria ido aos Estados Unidos encontrar com Ford e seu filho Edsel, e com papel em mãos apresentou um “esboço da propriedade e um contrato em mãos, oferecendo direito à extração de minérios, madeira, petróleo e diamantes, concessão para a construção de ferrovias, estradas, hidroelétricas e monopólio sobre a produção do látex no vale”. As terras doadas a Villares estariam sendo apresentadas a Ford como opção de negócio para a construção de sua fábrica na Amazônia.

Esse negócio rendeu a Villares e ao seu sócio americano 15 mil dólares recebidos por intermédio da Fundação Ford em 1927, para rever as mesmas terras o país “teve que desembolsar para o Tio San cinco milhões de contos de réis”, conforme escreveu o jornalista Donato Cardoso em 1989 ao Jornal o Liberal ⁶⁴. Essas iniciativas não eram um caso isolado na Amazônia, alcançou o lado de cá. Parece que a exploração das riquezas e o uso dos solos, foram os ingredientes dessas promoções gratuitas das terras amazônicas em um grande período que as finanças eram cada vez mais escassas. Nesse período na Amazônia muitas missões científicas

⁶⁴ CARDOSO, D. **Amazônia: Soberana ou independente**. In: Jornal O Liberal, edição. 22213, de 12 de fevereiro de 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 10 nov. 2019.

foram organizadas por países como Alemanha, Polônia, Itália, Japão e Holanda, para que viessem instalar a colonização das terras amazônicas para produção agrícola.

A situação econômica do Estado do Amazonas não era diferente do vizinho Pará, os cofres públicos amargavam o esvaziamento das contas públicas. Ephigenio Ferreira de Salles, em mensagem dirigida Assembleia Legislativa, em 14 de Julho de 1926, declarava que *conquanto de toda efficacia o precioso antídoto (Intervenção Federal) em bôa hora ministrado à intoxicação de que padecia o nosso depauperado organismo, não foi elle bastante duradouro para gerar a convicção de uma cura radical e perfeita*. A crença de Salles para mudar o estado letargia viria do solo existente na imensidão do território amazonense. Amparado pela Lei nº. 1.241 de fevereiro de 1925, criada no governo anterior de Alfredo Sá, Salles escreveu em sua mensagem:

Nessa lei podereis incluir outros dispositivos que facilitem o quanto possível a colonização e aproveitamento de nossos terrenos devolutos, autorizando o governo a tomar providências nesse sentido. Isto virá soccorrer-nos na situação critica que atravessamos, neste momento em que os Estados visinhos, melhormente apprelhados em sua legislação, competem connosco em flagrante desigualdade de condições quanto à immigração, localização e vantagens que offerecem ás populações estrangeiras. Convencido disto, aliás, é que tenho me dedicado com a mior actividade ao estudo deste importante problema, tratando de procurar a sua solução mesmo dentro na estreitesa das attribuições que me dão as leis actuaes. Assim é que tenho tomado iniciativas no sentido de attrahir para o nosso Estado a attenção de empresas e capitalistas interessados no aproveitamento de nossas riquezas naturaes, apontando-lhes os favores e vantagens que lhes podemos assegurar, em relação às dos outros Estados que se empenham em identico tentamen (SALLES, 14 jul. 1926).

A situação econômica do Estado era caótica, as obras públicas, conforme os relatórios de Salles não conseguiam concluir meros serviços de reparo. Sua boa fé, como administrador público, impulsionou em apresentar algumas soluções de curto prazo, mas que poderia resolver os problemas econômicos do futuro, que para ele seriam as mais coerentes para enfrentar a crise vivida naquele período. Com a grave crise iniciada com a derrocada da produção da borracha, suas consequências atingiram a economia, a cultura e a demografia. A deserção, os homicídios, se multiplicavam provocando grandes problemas quantitativos populacionais sobre o vasto território amazonense.

Salles via nisso uma oportunidade para construir uma estratégia que pudesse trazer o desenvolvimento econômico do Estado. Para completar o imenso vazio do espaço geográfico deixado pelas falências das atividades humanas e preenchê-lo, somente braços estrangeiros poderiam produzir efeitos favoráveis para essa questão. Nesse sentido, o governo apostou na imigração e na colonização, cedendo as terras a colonos estrangeiros e a investidores, dentro de

uma grande estratégia de desenvolvimento a partir do uso do solo. Salles se lançou de imediato a tratar desse assunto indo buscar em experiência de outras regiões em que a migração já era uma realidade. *Entendi-me com a Companhia Kai-gai Kogio Kobashiki Kaish, povoadora da região do Iguapé, no Estado de São Paulo, por intermédio do senador Fontes Junior, mostrando detalhadamente as condições de êxito seguro que o Amazonas oferece aos imigrantes japoneses* (SALLES, 14 jul. 1926).

Ephigênio Salles sabia que somente uma grande e boa estratégia poderia colocar o Estado na rota do desenvolvimento econômico. Acreditando nessa crença para salvar o Amazonas da estagnação, Salles elaborou um plano que contribuiu para desenhar uma nova paisagem social. Na mensagem dirigida à Assembleia Legislativa no ano 1929, Salles fez o seguinte pronunciamento:

Valorizar as nossas terras, instituindo methods de immediato aproveitamento, estimulando e accionando a produção, pela distribuição do solo em tractos menores transferidos a pequenos proprietários, afigura-se, realmente, o meio a empregar para mais depressa levar a termos definitivos o plano da nossa prosperidade (SALLES, 14 jul. 1926).

Esse processo de transferência da posse da terra foi levado a cabo como plano estratégico de desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas. Durante seu governo, Salles fez concessão de terras a poloneses, japoneses e indianos, por sua vasta experiência no trato da borracha inglesa. Salles acreditava que os braços nacionais que serviram na época do período áureo da produção da borracha já não atendiam mais às exigências do desenvolvimento, necessitando dessa forma a colonização estrangeira do solo. A concessão não sendo um plano restrito aos representantes dos países interessados, ela atraiu o interesse de empresas e investidores que acreditavam em lucrar com atividades ligadas à produção do solo, seja pela simples produção de bens, ou da especulação da propriedade da terra.

Nesse sentido, aparece no Amazonas o nome de Jorge Dumont Villares, que em 1926, figurava na imprensa local como sendo representante dos interesses do milionário Henry Ford. Na mensagem de Salles do mesmo, ele destaca a presença de hóspedes *ilustres*, delegados de grande sindicato americano, que pretendiam explorar a indústria da borracha. Desse grupo, *Maurice Greite, a senhora Mary Schurz e o engenheiro brasileiro Jorge Dumont Villares, além do Sr. William E. Mac Collough, representante do milionário Ford, em viagem de estudo de nossas possibilidades econômicas* (SALLES, 14 jul. 1926). Nomes e sobrenomes que pareceriam remeter a uma história do irmão Estado paraense.

Ao que tudo indica, eles compõem o grupo que havia recebido do governo do Pará um milhão de hectares para a sua exploração econômica, e que mais tarde foi vendido à companhia de Henry Ford. Mas nosso Governador, homem sensato, com os sentidos fortalecidos por um espírito da razão procedeu de forma diferente a do Governador paraense. Pela Lei nº. 1.241 de fevereiro de 1925 que lhe conferia o direito de conceder terras devolutas para o desenvolvimento da produção e cultivo da borracha, Ephigenio Ferreira de Salles, concedeu por contrato de opção das terras ao engenheiro paulista Jorge Villares um milhão de hectares nos municípios de Manaus e Parintins, onde teria que organizar num prazo de dois anos empresas ou companhias para a exploração de suas riquezas naturais.

Desse total de terras de um milhão de hectares, foram divididos entre Manaus, no Campos Salles com 500 mil hectares, e em Parintins 500 mil hectares na Serra de Parintins seguindo na direção Sul, na região do rio Mamurú. O projeto (ANEXO IV) acordado entre o governo do Amazonas com o engenheiro Villares em 1926 previa a instalação de uma grande infraestrutura, tanto para Manaus, quanto para a Serra de Parintins. O projeto estava dividido em dez cláusulas que definiam desde a dimensão da área, as obrigações, os direitos e deveres, as ações sociais e de produção, a exploração dos recursos naturais, construção de escolas, rodovias ou ferrovias, entre outras. Todas as ações previstas nesse *Termo de Opção* aproximavam o projeto de desenvolvimento transposto de Henry Ford no Tapajós.

O trabalho de Henry Ford na Amazônia é o melhor exemplo do desenvolvimento transposto que ocorreu na Amazônia. Ford esperava com a introdução de seu método de produção em escala reproduzi-lo em plena floresta amazônica, algo que para ele seria consideravelmente possível. Mas como se sabe o sítio, tem suas próprias configurações, espacial, social e cultural, ignorá-lo é conduzir qualquer intenção de desenvolvimento ao fracasso. Ford criou nas margens do Tapajós um assentamento humano com as mesmas características dos bairros periféricos das médias cidades americanas. Construiu escolas com a educação da cultura norte americano. Todas as pessoas que trabalhavam diretamente deveriam aprender o idioma inglês. Mas também trouxe a realidade da exploração, com pagamento de baixos salários. Ford havia prometido muitas vantagens, mas os postos de trabalho só eram permitidos a trabalho degradantes. Com os mesmos moldes instalados pelo americano Henry Ford no Tapajós, a Serra de Parintins seria o primeiro protótipo dos grandes projetos de desenvolvimento transposto no município de Parintins.

3.4 REGIÃO DA VALÉRIA E BOCA DA VALÉRIA

As definições conceituais sobre região e o lugar de Boca da Valéria seria a forma mais sensata para descrever o *locus* da pesquisa, onde buscamos encontrar as respostas para as questões que levaram a construção de nossa tese, mas essas definições não representam a totalidade das representações sociais e suas manifestações simbólicas. Construir uma explicação para essas duas representações sociais, traz também aquilo que a teoria dos sítios considera como o *sítio simbólico de pertencimento*. O “sítio é memória e ação, é virtualidade, mas também passado, futuros perdidos, experiências acumuladas, falas alternativas, regras de sociabilidade e compromissos comunitários”⁶⁵. Região da Valéria e Boca da Valéria são partes integrantes do sítio da Valéria como lugar de pertencimento.

O lugar com sua natureza física e humana segue a direção das relações ambientais, interações sociais, trocas e cooperações entre seus moradores, o compartilhamento do espaço e suas dinâmicas socioambientais, suas histórias e memórias protegidas ora no ambiente físico, ora na memória coletiva, como processo resultante das construções sociais. As denominações região e boca da Valéria divergem como representação social e reprodução explicativa do espaço geográfico. Esse entendimento contribui para a compreensão do processo de construção e afirmação da identidade local desse espaço geográfico. Para compreender essa construção social, o percurso inicial teve a motivação a partir de uma dúvida surgida durante a preparação do projeto de pesquisa, sobre a categoria Região ligada aos estudos da Geografia, assim como a utilização da via fluvial de acesso as comunidades daquela conhecida como boca da Valéria configurada para ser um destino turístico.

Saber o que viria a ser essa denominação no contexto da Geografia, com aptidão na administração pública nas estratégias de organização espacial, sendo nosso primeiro questionamento, desvendá-la tornar-se-á uma contribuição acadêmica/científica necessária para o auxílio de planejamento de políticas públicas benéficas às populações residentes nesse espaço. Já a segunda motivação ocorreu a partir das observações durante a pesquisa de campo, sobre a utilização do elemento natural Boca da Valéria como destino turístico pelas companhias de turismo internacional. Neste lugar, convergem os elementos humanos, os cenários paisagísticos, o modo de vida, a fauna e a flora em atrativos para atender a demanda turística a bordo daquelas grandes embarcações que cruzam os oceanos até a Amazônia.

⁶⁵ RIBEIRO, A. C. T. Prefácio. In: ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França; COPPE/UFRJ, 2006.

Quando falamos em região da Valéria, o pensamento leva a ilustração de um todo organizado no espaço geográfico e na historicidade das experiências econômicas, sociais e simbólicas do lugar. No entanto, a região da Valéria como assim ficou conhecida, não é a representação simples do imaginário popular, ela parte da memória de seus moradores e da própria memória do lugar revelada em seu solo e nos artefatos encontrados nesse local. Ultrapassando o domínio geográfico, o substantivo região se dimensiona ao contexto de lugar como construção fenomênica. Neste lugar, não se restringe a relação dicotômica natureza e cultura, sua materialização transborda o domínio conceitual da ciência geográfica, sobrepondo o mundo pensado teoricamente, para relevar o universo das experiências vividas nessa parte da Amazônia. Esse lugar é como a *ponta de lança* heideggereana. O pensador alemão afirma que *na ponta de lança, tudo converge. No modo mais digno e extremo, o lugar é o que reúne e recolhe para si. O recolhimento percorre tudo e em tudo prevalece.* (HEIDEGGER, 2003, p. 27). Perceber a essência de uma construção social está intrinsecamente integrado às experiências vividas, bem como as suas relações com o externo ou o meio físico que se configuram perante as transformações do espaço pelas ações humanas.

Esse espaço geográfico da qual, comunitários, residentes da cidade e a administração pública denominam como Região da Valéria é uma porção de um grande território geológico que sustenta uma cadeia de serras, pertencentes à Formação Geológica Alter do Chão ⁶⁶. No período da enchente do rio Amazonas as águas dos pequenos córregos unem-se para formar com grande lago, batizado de Lago da Valéria, compartilhado entre os moradores e visitantes das cinco comunidades. Ao sul, a região é circundada pelo igarapé Juruti Grande, que abriga a Vila de Juruti Velho, recoberta pela densa floresta.

Talvez a escolha dos organizadores do lugar como destino seja pelo encontro entre os aspectos natural e social que essa região proporciona. O cenário natural transmuta, nos períodos de cheia e vazante, fazendo surgir diferentes belezas em um mesmo lugar. Na enchente, parece que tudo fica mais fácil em relação à comunicação entre as comunidades, o rio como a estrada natural facilita o acesso. A temperatura anual varia entre 25° C a 37° C, com precipitação mais

⁶⁶ A Formação Alter do Chão é a unidade de maior extensão aflorante na Bacia do Amazonas e está limitada pelos arcos de Purus a oeste e de Gurupá a leste, e é interpretada como produto de um sistema deposicional flúvio-deltaico-lacustre com planícies abandonadas de rios entrelaçados (Kistler 1954, Wanderley Filho 1994, Caputo et al. 1972, Souza 1974, Pereira 1988, Cunha et al. 1994, Vieira & Nogueira 1998, Dino et al. 1999, Nogueira et al. 2003, apud, HORBE et. al. 2006).

intensa das chuvas entre os meses novembro a março, com média de 327 mm, sendo o mês mais seco é setembro com 59 mm de precipitação ⁶⁷.

O relevo divide-se entre áreas de várzea, submersas no período da enchente, e terras altas, com relevo acidentado com serras que alcançam 126 metros de altitude nas proximidades da divisa entre os dois Estados e o rio Amazonas. Nessa visão é privilegiada, onde se vê uma longa dimensão do rio Amazonas na direção NE-SO (Nordeste/Sudoeste), com toda movimentação das embarcações, as ilhas do Paraná de Parintins, e a cidade de Parintins. Nas áreas mais elevadas existe uma grande dificuldade para o cultivo de produtos agrícolas, uma vez que a perda da vegetação pode causar erosão do solo. Próximo ao rio Amazonas, onde está a comunidade de São Paulo, a serra de Parintins tem perdido uma grande quantidade de seu relevo por esses processos erosivos, o que já provocou o desmoronamento de grandes matações, causando danos a comunidades.

A análise socioespacial em proporções macro no plano de um espaço geográfico é muito útil para desvendar os elementos que compõem o universo construído por uma sociedade. O lugar como construção social nos leva a dialogar de forma interdisciplinar com a sociedade local e relacionar esse diálogo com tudo o que foi escrito sobre o lugar. Compreender esses processos ajuda a estabelecer relações como o objeto estudado com o lugar, seus atores sociais, relacionando toda sociabilidade existente nesse espaço manifestado pelos sentimentos de pertencimento, colocando o lugar diferente de outras categorias da geografia. As construções conceituais e interpretações filosóficas baseada na fenomenologia, para a qual o conceito de região se distancia da categoria de lugar, não podem ser usadas como elemento conceitual explicativo sobre a área de estudo.

A região da Valéria escapa a uma padronização da organização do espaço por uma divisão do todo em partes no atendimento de alguma política pública como estratégias do estado. A região/lugar tomada como local de estudo refere-se ao espaço construído social e culturalmente, uma referência espacial que não se modela na esfera do particular, e sim, na convivência harmônica e também conflituosa de todos os seus atores sociais. O sentido de região como categoria geográfica neste caso específico, não representa a totalidade do conceito de região formulado por geógrafos como Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Friedrich Ratzel

⁶⁷ Clima Parintins, disponível no site do Climate-Data.Org. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/amazonas/parintins-765463/>. Acesso em: 01 out. 2019.

(1884-1904) ⁶⁸ e Roberto Lobato Corrêa (2007). O conceito de região passou, desde tempos pretéritos na história da Geografia, por construções científicas a partir de vários processos sociais, com variadas construções epistemológicas alinhadas por diferentes correntes filosóficas e metodológicas como o positivismo, o materialismo histórico dialético, a fenomenologia, entre outras.

Diferenciamos do “conceito de região (que) está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si” (CORRÊA, 2007, p. 22). O sentido de região em nossa análise ultrapassa os espaços físicos, seus limites e suas conversões administrativas em sua ampla vontade de ordem e organização, ele tem profundidade nas relações e existência entre o homem e o espaço, assim como a sua cultura, os sentimentos de pertencimento e todos os modos de viver, intrínseco em si a sua essência.

A região da Valéria e Boca da Valéria à primeira vista indicam espaços geográficos diferenciados localizados no Estado do Amazonas. A representação dessas duas noções não está direcionada apenas a uma extensão territorial, são representações conceituais, por isso simbólica, e definições distintas de duas áreas do conhecimento humano, uma ligada à Geografia, outra ao Turismo e até às abordagens antropológicas das representações simbólicas. Como região ou lugar, liga ao conteúdo do simbólico, das manifestações sociais, dos sentimentos, da cooperação entre os indivíduos, e na valorização das práticas e iniciativas locais como a organização de todo teatro organizado para receber os turistas.

Esse modo de ser e sua relação com o espaço na configuração social da região da Valéria, não se limita apenas na organização para definição das políticas de estado, mas em todas as manifestações de vida e suas experiências. Desta forma, quando se menciona a palavra região nos dizeres populares, imediatamente liga-se aos elementos que constituem um determinado espaço como seus habitantes, sua produção, suas paisagens, o modo de ser e viver, a cultura, todos esses elementos são reveladores da identidade do lugar. Nesse sentido, percebemos que habitualmente na cidade de Parintins se ouve dizer, independente de sua conceituação científica ou estratégias da administração pública, que a denominação região se

⁶⁸ Foi com Paul Vidal de La Blache (1845-1918), que a geografia regional alcançou grande desenvolvimento. Para ele, a ciência geográfica deveria observar e compreender a singularidade dos lugares. [...] Friedrich Ratzel em relação à visão de homem e de natureza, como constituinte de uma unidade, não como opostos, afirmou que a ‘síntese regional..é o objetivo último da tarefa do geógrafo, o único terreno sobre o qual ele encontra a si mesmo’ (LENCIONI, 2005, p. 189).

refere a um determinado lugar, com características próprias ligadas aos sentimentos de pertencimento definidas pelo grupo de pessoas e suas práticas sociais ⁶⁹.

Nesse sentido, as regiões do Zé Açu, região do Caburi, região do Uaicurapá, região do Mamuru, região da Vila Amazônia e a Região da Valéria, como são conhecidas no município de Parintins, são dimensões que ligam às características simbólicas e suas relações de pertencimentos. Nesses lugares, cada espaço ecoa os sons, as vozes, assim como revela os espectros das dimensões humanas do mundo vivido. O sentido de região, sobre esses aspectos, ultrapassa os limites dos territórios delimitados.

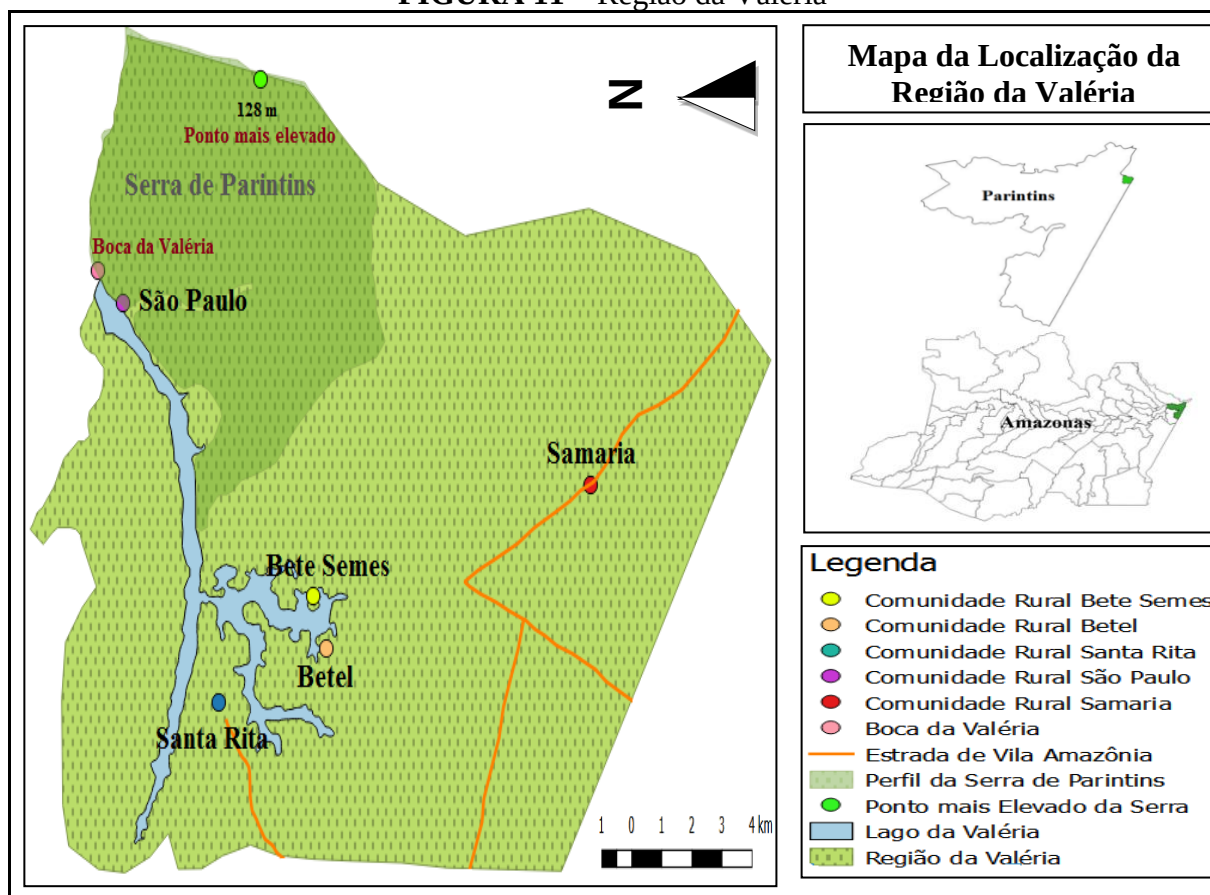
No contexto da história de Geografia Clássica, assim como sua relação com a geomorfologia, a explicação do conceito de região ultrapassa os estudos dos elementos físicos, uma vez que os aspectos voltados para dimensão humana seriam necessários para explicar a conceito de região. A compreensão de regiões como o francês Vidal de La Blache ao propor quinze regiões geográficas na França, tem uma relação intrínseca com os aspectos voltados para as histórias e os elementos humanos dispostos no lugar. Nesse sentido Lobato Corrêa (2007) ajuda a clarificar essa questão ao afirmar que:

A região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componente humano e natureza. A ideia de harmonia, de equilíbrio, evidente analogia organicista que Vidal de La Blache adota, constitui o resultado de um longo processo de evolução, de maturação da região, onde muitas obras do homem fixaram-se, ao mesmo tempo com grande força de permanência e incorporadas sem contradições ao quadro final da ação humana sobre a natureza.

A região da Valéria (Figura 11) como porção geográfica, reúne os elementos humanos, geomorfológicos, hidrográficos, vegetação, clima, entre outras características inseridas nas definições de uma geografia regional. A região da Valéria situa-se na porção oriental do estado do Amazonas, fronteira com o estado do Pará, onde se localiza a Serra de Parintins. O nome Valéria passou a definir toda a espacialidade que é composta por sete comunidades: São Paulo, Betel, Bete Semes, Samaria, Santa Rita de Cássia, Santa Maria do Murituba e Santíssima Trindade do Lagunho. As duas últimas comunidades não foram descritas pelo fato de estarem situadas fora do raio das atividades ligadas ao turismo durante a temporada dos cruzeiros marítimos nesta parte da Amazônia.

⁶⁹ É comum ouvir nos diálogos dos moradores locais que tal pessoa ou produto são de uma determinada região, isso nos intui que há o rompimento dos limites geográficos para entrar no domínio das relações e das práticas sociais. O modo como o senso comum é decisivo para as definições de ciência possibilitam a melhor compreensão das realidades e das diversidades existentes no mundo.

FIGURA 11 – Região da Valéria



Fonte: Adaptado do Google Earth, Qgis, 2017.

O sítio observado, dentro da região da Valéria, como mostra a figura acima, é composto pelas comunidades São Paulo da Valéria, onde está localizada a foz do igarapé da Valéria, aquele que de cruzeiros marítimos definiram como destino de viagem para as práticas do turismo, permitindo chegar às comunidades Samaria, Santa Rita de Cássia da Valéria, Bete Semes e Betel. As três últimas comunidades compartilham do lago da Valéria, lago de recorrência aluvial, do qual os comunitários o utilizam como meio de comunicação entre as comunidades, para a pesca e o lazer, além de ser um abrigo natural de proteção para as pequenas embarcações regionais contra os fortes temporais quando ocorrem castigando aquela porção da Amazônia.

A comunidade de Samaria é a única que não tem acesso fluvial. Ela encontra-se a 4 km em linha reta da boca da Valéria e a 2,3 km da comunidade Bete Semes e Betel, percorridos a pé em um caminho estreito dentro da floresta, completados por um pequeno trecho sobre uma estrada de terra. Betel e Bete Semes são comunidades que têm em comum a religião cristã de base evangélica. Na comunidade Bete Semes suas crenças seguem as tradições da igreja Assembleia de Deus do Amazonas, já na comunidade Betel às tradições cristãs seguem os ritos

da igreja Adventista do Sétimo Dia. As duas comunidades têm uma população de 356 pessoas, que sobrevivem de atividades ligadas à agricultura de subsistência, a pesca e a venda de artesanato durante a temporada dos transatlânticos.

Um fato curioso entre essas duas comunidades é a proximidade. São comunidades definidas pela organização social de cunho religioso. Entretanto, as duas comunidades não possuem grande dimensão, nem tão pouco existe uma distância que as separa, como são característicos entre as comunidades rurais na Amazônia. Elas estão dispostas no mesmo espaço, uma de frente para outra, a separação e distanciamento só ocorre no período de enchente, quando o volume da água avança sobre suas margens. Na vazante elas tornam-se parte de um mesmo espaço físico. Durante esse período apenas um pequeno filete de água de um curso d'água as separa, assim como os caminhos cavados pelo constante pisoteio dos moradores faz deles a ligação por terra entre as comunidades.

FIGURA 12 – Mutirão de limpeza do igarapé da Valéria



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

As atividades de lazer e as atividades para o bem-estar social como: o festejo de datas comemorativas, limpeza do canal no período da vazante (Figura 12), torneios de futebol nos finais de semana é compartilhado entre os comunitários dessas comunidades. As cinco comunidades têm sua população constituída por processos migratórios, em partes vindas de outras comunidades rurais do município de Parintins e de comunidades rurais de municípios do estado do Pará. Esses processos tiveram grande aumento durante as décadas de 1970 e 1980, nesta última, pelo processo de assentamento de produtores rurais na PA Vila Amazônia.

A comunidade Santa Rita de Cássia é maior em população, com 383 indivíduos, entre jovens, adultos e crianças, num total de oitenta e sete famílias ⁷⁰. Tem estrutura urbana com serviços diversificados como energia, água encanada, escola de ensino fundamental. Essa comunidade está assentada em um sítio arqueológico de terra preta ligada à herança indígena, tendo conexão por via terrestre às outras comunidades fora dos limites da região da Valéria, que chega até a comunidade de Vila Amazônia, a principal comunidade de todo o assentamento, de onde se tem acesso à cidade de Parintins, por oferecer um porto para atracação de embarcações com destino a cidade, por onde é escoada parte da produção agrícola produzidas pelas comunidades de uma parte do assentamento de Vila Amazônia.

A comunidade rural de Santa Rita possui o simbolismo que alimenta a história desse lugar. Segundo os relatos dos moradores mais antigos, a comunidade recebeu de uma devota de Santa Rita de Cássia a imagem da padroeira em tempos que a boca da Valéria servia de posto da *Collectoria de Rendas de Parintins* ⁷¹. Essa referida mulher teria o nome de Valéria e, em sua homenagem, a comunidade passou a se chamar Santa Rita de Cássia da Valéria. A partir desses relatos, a região da Valéria, espaço do qual compartilham as cinco comunidades, a gênese da sua denominação passou a ser compreendida.

A comunidade São Paulo, assim como as outras comunidades, tem sua população formada por trinta e duas famílias, no total de 175 indivíduos. Essa população foi constituída por processos migratórios, a grande maioria vinda de comunidades rurais do município de Juruti, no estado do Pará e, de outras comunidades rurais do município de Parintins. Essa migração não causou problemas sociais e econômicos de tamanha relevância como a dos deslocamentos humanos para as principais cidades amazônicas, que levou a expansão desordenada do espaço urbano, a falta de moradia e emprego, êxodo rural, marginalização, entre outros problemas.

A dinâmica desse movimento segue outra lógica que se diferencia desses processos de expansão urbana. Sua diferença se dá pela forma dos movimentos humanos de preenchimento de lugares que indicam certa quantidade de riqueza natural e oportunidades de trabalho na

⁷⁰ Informações obtidas por um agente de saúde, seu nome não será revelado para preservar sua integridade.

⁷¹ A *Collectoria de Rendas de Parintins* segundo nossas pesquisas iniciou nos primeiros anos da mudança do regime imperial para o republicano, criada pelo decreto nº 129 de 13 de outubro de 1898, durando até a década de 1930. Muitos foram os personagens que trabalharam como funcionários deste setor público que podem indicar quem de fato seria a Dona Valéria. Trabalharam nesse período os seguintes funcionários: José Furtado Belém, Irio Augusto da Silva, Joaquim José de Andrade de Azêdo, Galdino José Coelho, Thomaz Antônio da Silva Meirelles, Américo Gomes de Menezes, Cezar Augusto da Costa Ferreira, Francisco José de Andrade Azêdo, Fausto de Campos Bulcão, Manuel Barreto Baptista, Eurípedes de Albuquerque Prado, Joana Rosa de Leão Coelho, Nuno Nery da Fonseca e Adrião Xavier de Oliveira.

própria terra. A dinâmica desses movimentos foi de ocupação dos espaços rurais destinados à produção agrícola. Os moradores da comunidade de São Paulo, a grande maioria pertencem a uma mesma família que sobrevive da pesca, de atividades ligadas aos serviços públicos como agentes comunitários de saúde, comércio, agricultura, pecuária e o artesanato no período da alta temporada de cruzeiro marítimo nos rios Amazônicos.

Nesse período, a construção socioeconômica do espaço na comunidade São Paulo da Valéria passa a obedecer aos contornos e ações de uma atividade globalizada, onde seus atores, frente às suas contradições de vida, se homogeneizar aos outros atores econômicos dessa atividade pelas lógicas do mercado turístico no processo de organização do espaço para receber os turistas. Santos (2001, p. 80) afirma que “esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto”. A homogeneização a outros atores econômicos é apenas simbólica, uma vez que, mesmo havendo toda a organização do espaço para o turismo, o elemento humano é mais um elemento de contemplação para os turistas.

A última comunidade, seguindo a direção Sul do continente, no raio de alcance da região da Valéria é a comunidade de Samaria. Sua população, segundo o presidente da comunidade, o Sr. Paulo Roberto, é de quinze famílias, um total de setenta almas, entre crianças, jovens e adultos. A crença religiosa mais frequente é de base católica. Sua economia tem na agricultura de subsistência e na criação de gado, além de participar da economia do turismo, com a produção de artesanato e piloteiros de rabetas. Existe também um pequeno comércio com venda de produtos da cesta básica. É uma comunidade central por estar localizada no interior da floresta – na tradição oral da região amazônica –, e também por não possuir um tributário navegável, apenas cursos d’água de primeira ordem que servem para o uso doméstico e agrícola. Sua origem e história estão ligadas a formação das colônias agrícola nos anos de 1970 a partir de um projeto chamado Nutexa (Núcleo de Treinamento e Experimentação Agrícola) ⁷².

Esse projeto foi idealizado pelo francês Patrick Maurice Maury, durante o período em que foi doutorando em Ciências Econômicas e Sociais para a América Latina pela Universidade

⁷² O projeto Nutexa faz parte das minhas memórias do tempo de infância quando ouvia do irmão de minha mãe a palavra Nutexa. Nos anos de 1980 meus pais costumavam levar toda a família para o sítio localizado na comunidade do Murity, pertencente à região de Vila Amazônia, onde se localizam as comunidades desde a Serra de Parintins do lado direito do rio Amazonas, até a Vila Amazônia na entrada do Paraná do Ramos, extremado ao Sul com o Lago do Zé Açú. Nesse período via alguns objetos que foram utilizados nesse projeto e minha curiosidade me levavam a questionar o que seria cada objeto e, a resposta sempre vinha acompanhada da palavra Nutexa. A única palavra aproximada que tinha conhecimento naquela época era o Texas.

de Paris. A proposta de Maury era de promover o desenvolvimento rural da Gleba de Vila Amazônia, o qual empregava a educação técnica, o cooperativismo, o socialismo, entre outras áreas do conhecimento humano. Esse projeto reunia de três a cinco jovens entre homens e mulheres representantes de cada comunidade em uma associação denominada Glebana ⁷³. O projeto de Maury era baseado no Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) de origem francesa, que no Brasil foi uma das bases para o desenvolvimento da Casa da Família Rural (no Amazonas esse modelo é praticado no município de Boa Vista do Ramos), além de ser determinante como política pública para o desenvolvimento do Nordeste.

O Nutexa durou quatro anos, entre 1974 a 1978, tendo mais de 200 participantes e recebeu o apoio do Campus Avançados do Projeto Rondon, contribuindo de forma significativa para formação técnica e científica de seus participantes. Era um modelo de educação técnica de nível superior no meio da floresta. Com a iniciativa do professor Maury as colônias agrícolas como Samaria, Laguinho, Açaí e Murituba foram formadas. Atualmente essas colônias são comunidades rurais localizadas ao longo da estrada da Vila Amazônia.

Essas colônias ao longo do tempo passaram por transformações sociais, tendo seu crescimento populacional intensificado com o aumento dos membros das famílias. Os moradores dessas comunidades são em sua grande maioria produtores rurais que mantêm as tradições de produção agrícola baseado nas técnicas que foram apreendidas no projeto desenvolvido por Maury, além de serem constituídas por novos moradores introduzidos a partir da implementação do assentamento de Vila Amazônia no final dos anos de 1980.

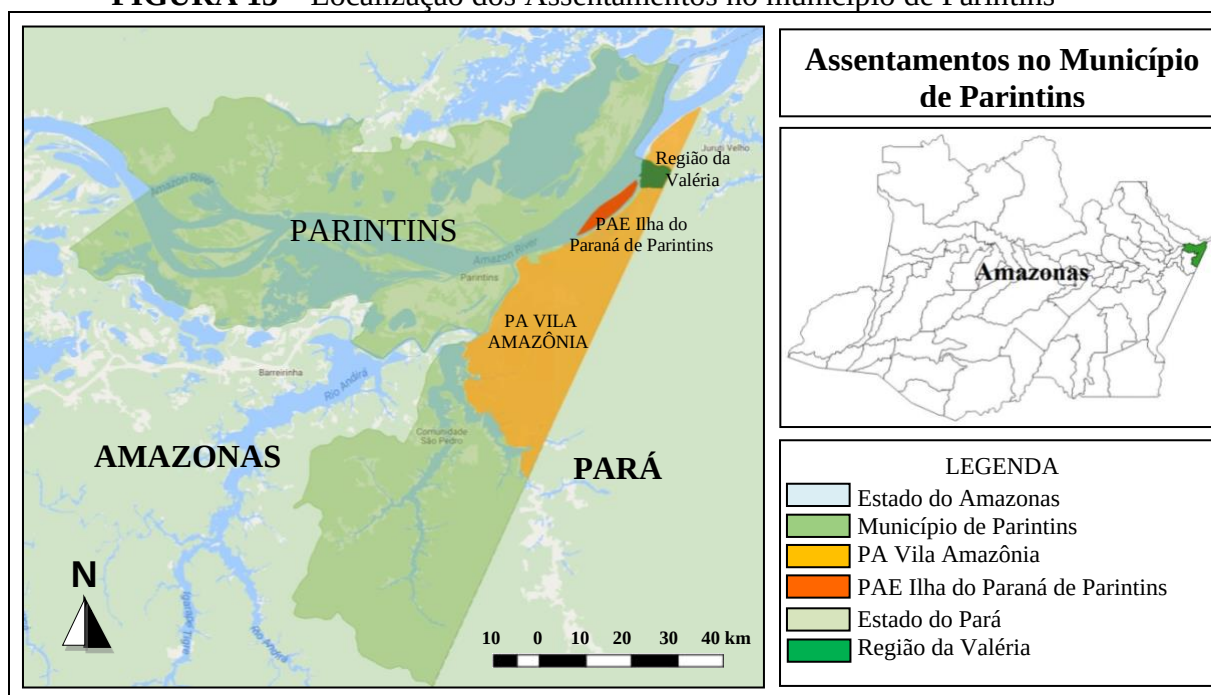
É interessante colocar em destaque essa questão quanto à origem dessas comunidades, excetuando a última, onde encontramos o seu fundador, do qual nos contou sobre os primeiros anos da colônia formada por ele após o Nutexa. Existe uma origem da comunidade que vai muito além das histórias descritas por aqueles moradores. Encontramos em matéria do jornal do Commercio no ano de 1904 a notícia do tumulto provocado pelo Dr. Pinheiro na comunidade do Livramento na serra de Parintins, quando o governo designou o AVISO para desinfetar todos os navios que vinham do porto de Belém por causa do surto da peste bubônica. Essa informação se contrasta com as indicações dadas pelos moradores referente aos anos de 1950 a origem da comunidade, sendo que aquela ou aquelas comunidades seguem o mesmo contexto social que criou a comunidade de vila Amazônia e Mirity, com sua origem ligada ao início da colonização portuguesa.

⁷³ Todas as informações foram obtidas em conversa com um dos participantes do projeto Nutexa, o senhor José Corrêa, em 28 de janeiro de 2017, morador da comunidade do Mirity e irmão de minha mãe.

Todas as comunidades referidas acima pertencem ao assentamento PA Vila Amazônia (Figura 13), criado no dia 26 de outubro de 1988 pelo processo de reforma agrária ocorrido no país. Esse assentamento segundo o Incra (2015), tem uma área de 76.107,0019 ha, cerca de 853 km², abrange uma pequena porção do município de Juruti no estado do Pará e compreende aproximadamente a 830 km², cerca de 12% do total dos 5.952,369 km² (IBGE 2015) correspondente ao município de Parintins. Ele foi capacitado para receber 2.478 famílias, sendo assentadas 1.772 famílias até 2015, está em sua sexta fase de execução.

Essas famílias deram nova dinâmica espacial, modificando a moldura natural da floresta, contribuindo para formação de novos processos socioambientais. A denominação região da Valéria nesse contexto social serve apenas para dar destaque a um lugar que tem características próprias, com histórias e memórias que fogem a construção socioespacial a partir da demarcação de terras para a reforma agrária, além de representar os limites entre os estados do Amazonas e Pará.

FIGURA 13 – Localização dos Assentamentos no município de Parintins



Fonte: Adaptado do Google Maps, 2017.

Apesar da administração municipal em 2006 planejar a partir da Lei nº 375/2006 ⁷⁴, a criação de oito regiões em áreas rurais, assim como a efetivação do macrozoneamento das zonas

⁷⁴ O Plano Diretor regulamentado pela Lei Municipal Nº 375/2006 em seu Art. 70 estabelece a efetivação do macrozoneamento o qual seriam implementadas em áreas rurais as regiões e polos para a promoção do desenvolvimento social sobre o viés de base sustentável. O plano estabelece a implementação das regiões rurais do Mocambo, Caburi, Várzea do Rio Amazonas, Gleba Vila Amazonas, Uaicurapá, Mamurú, Entorno e Tracajá.

rurais para a promoção do desenvolvimento sustentável como estratégia da administração pública em organizar do território municipal, o sentido de região da Valéria pertence à dimensão fenomenológica a partir dos sujeitos e sua relação com o espaço geográfico, e não pela composição física espacial, tão pouco pelos critérios de organização para intervenção de políticas públicas em áreas rurais.

No contexto de todo simbolismo e de toda representação social do espaço que nos inclinamos a descrever que nos últimos anos a indústria do turismo criou um de seus produtos para serem ofertados no mercado turísticos internacionais, tendo como cenário a serra de Parintins e seu contexto social. Beltrão (2001, p. 11) afirma que “o turismo como atividade produtiva, capaz de movimentar riquezas, arrasta as possibilidades de melhoria da condição de vida econômica-sociocultural das localidades receptoras das correntes turísticas”. Essa atividade produtiva move uma grande demanda de serviços e de indústrias aptas a criar e deixar de pé a produção do turismo para atender consumidores diversificados com produtos diversificados. A modalidade de turismo atuante nessa região faz parte de um grande sistema interacional entre empresas de serviços, o poder público e uma parte da sociedade, da qual estabelecem normas e leis, mecanismos e recursos humanos, além de utilizar recursos naturais como forma de sustentar um discurso de desenvolvimento sustentável dentro de uma visão de um possível desenvolvimento social.

Os setores produtivos dessa indústria não diferem das convencionais indústrias com seus modos de produção e a divisão social do trabalho. Dentro da abordagem econômica, as interações em um todo organizado, “deve-se destacar o homem, que, com sua capacidade de trabalho, organiza os processos produtivos, a distribuição e o intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade” (BENI, 1998, p. 64). Na organização, distribuição e intercâmbio em um sistema de produção que os espaços naturais, sociais e culturais são transformados em produtos para a indústria do turismo.

Esses processos são construídos a partir dos sistemas de produção dessa grande indústria destinada ao lazer, ao entretenimento e a realização de experiências diversificadas para atender sua demanda de consumidores. Essa produção está ligada a um “complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visita, lazer e entretenimento” (ANDRADE, 1995, p. 38). O produto turístico concentra-se na produção de

Essa política não apenas destina-se ao desenvolvimento humano, mas o alcance dos serviços públicos e sociais, além da melhoria das infra-estruturas locais para produção e comercialização da produção.

bens e serviços variados potencializando os espaços naturais, culturais, tornando-os atrativos com sua oferta no mercado turístico, como o do nosso caso específico, a *Boca da Valéria*.

A *Boca da Valéria* (Figura 14) dentro da oferta do mercado turístico passou a ser um atrativo de visitação e um destino dentro do roteiro de viagem dos cruzeiros marítimos no rio Amazonas. Essa modalidade de turismo tem como característica o navio, mais conhecido como transatlântico. Esse meio de transporte “é um hotel itinerante e autônomo, com organização completa a serviço dos passageiros e a classificação de receptivo de luxo” (ANDRADE, 1995, p 126), são “navios modernos, amplos, verdadeiros complexos turísticos de alojamento e recreação flutuantes” (BENI, 1998, p 228).

As viagens realizadas para o deslocamento humano ligado ao turismo têm sua configuração e contextualização destinada ao lazer, a qual o navio configura seus produtos e serviços para atender uma demanda de consumidores que conquistaram o direito do uso do tempo livre. Como podemos perceber no mosaico abaixo, onde temos o navio ancorado no meio do rio Amazonas, as embarcações menores de transporte dos turistas para a comunidade, os turistas exercendo seus direitos garantidos pelo agenciamento da viagem, contratando com o elemento físico denominado de boca da Valéria.

FIGURA 14 – Boca da Valéria



Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016.

Enquanto para o morador é mais uma atividade econômica, para o turista é o consumo de mais um produto ofertado durante o período que se encontrou livre de suas atividades laborais, o seu tempo livre. É nesse tempo livre oposto ao tempo de trabalho que a indústria do

turismo constrói suas estratégias, define seus planos de marketing, onde o produto turístico passa a ser um elemento da alienação desse trabalhador. O turista, adjetivo dado ao trabalhador que conquistou o tempo livre, será o agente que mantém sustentado o mercado turístico. Segundo Adorno (2002, p. 62), “não significa menos do que, mesmo onde o encantamento se atenua e as pessoas estão ao menos subjetivamente convictas de que age por vontade própria, essa vontade é modelada por aquilo de que desejam estar livres fora do horário de trabalho”.

A *Boca da Valéria* é mais um produto da oferta turística, configurado dentro do sistema do turismo como forma de manter a demanda e a dinâmica desse sistema. A boca da Valéria vem da denominação popular em focalizar a entrada de um pequeno furo que dá acesso ao lago da Valéria e desse modo às comunidades pertencentes a esse espaço. Furo, boca e foz passaram a ser sinônimos para designar os movimentos de deslocamento humano aos espaços com as características lacustres, podendo ser espaços ricos em alimentos – muito visados pela população local –, abrigo contra os fortes temporais, o qual ao longo do tempo, dentro dos processos de ocupação do espaço amazônico passou a ser espaços propícios para a formação de muitas comunidades e cidades.

Dentro do turismo, em nosso caso analisado, temos a transformação dessa característica geográfica e social em destino ou ponto de paragem obrigatória dos grandes cruzeiros marítimos. Esse espaço e todas as manifestações sociais e culturais, além de seus aspectos naturais como as paisagens e suas riquezas em fauna e flora tornam-se atrativos dentro das estratégias de *marketing* das empresas de transportes para dispor o lazer à demanda turística. Como parada obrigatória prevista no roteiro de viagem, os turistas são conduzidos à comunidade para ter a experiência de contato com as sociedades primitivas com seus modos de ser e viver, moradia, entre outros aspectos sociais e culturais das comunidades.

3.4.1 Caminhos para chegar ao sítio da Valéria

A cidade de Parintins é nosso ponto de partida para ilustrar o contexto do sítio posto como representação das dimensões simbólicas usadas aqui como referência para a proposta do desenvolvimento situado. Essas representações foram visualizadas a partir dos estudos e observações no campo propriamente dito, entre os meses de outubro de 2015 a março de 2016, em cinco viagens com duração de quatro dias para acompanhar a dinâmica e os processos vindos das atividades relacionadas à alta temporada dos cruzeiros para a prática do turismo receptivo na Amazônia. O palco para essa atividade é a comunidade de São Paulo da Valéria,

posta como um destino de viagem escolhida pelas empresas marítimas e o *trade* turístico na região que organiza essa atividade. Com isso foi possível refletir sobre as representações simbólicas do sítio da Valéria contribuindo para tecer os pontos críticos sobre essa atividade e depois propor novas possibilidades direcionadas pela Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento.

O que parecia um percurso apenas para acompanhar as atividades relacionadas aos processos de recebimento dos cruzeiros marítimos pelos comunitários, assim como a observação de turistas junto às comunidades, os caminhos até a essa comunidade revelaram as dificuldades que pesquisadores e comunitários enfrentam para chegar a esse lugar de tão relevância para história da cidade de Parintins. Essas dificuldades são bastante relevantes para pôr em evidência o descaso do poder público, assim como as contradições do turismo, independente ao seu modal inserido nas comunidades rurais Amazônicas.

A reflexão sobre os problemas sociais como sugere Zaoual (2006a), tem a perspectiva da prudência e tolerância para questionar os movimentos dos seres humanos no mundo dentro de um processo filosófico, e proceder à práxis da pedagogia de monitoramento. Nesse processo de monitoramento, o real vivenciado é útil para destacar, não apenas o reflexo das ações e práticas das iniciativas locais, mas o contexto por detrás do texto vivo, como parte das experiências. Segundo o Zaoual (2006a, p. 33), a pedagogia do monitoramento deve “ser implementada a cada situação. Nela, a imersão precede ação e reflexão. Aqui, uma momentânea ‘suspensão do saber’ (*‘mise en ignorance’*) é condição para alcançar o conhecimento adequado à situação (princípio de uma economia não-violenta e ingênua em sua abordagem)”.

Não há como buscar promover o desenvolvimento social de uma localidade sem antes revelar as angústias vividas por sua população. Um sítio não é uma simples representação das relações entre o homem e seu espaço geográfico. O sítio é revestido pelas histórias presentes e passadas. Percorrer os dois caminhos trouxe as primeiras impressões sobre o lugar ou campo de estudo. Esses aspectos revelam aquilo que Zaoual (2006a) chama de **caixa preta**. Para ele, “o sítio é feito de uma ‘caixa preta’ que contém mitos fundadores, valores, revelações, revoluções, sofrimentos e experiências do grupo humano em questão. É o aspecto simbólico, frequentemente oculto, das práticas locais” (ZAOUAL, 2006a, p. 33). Nesse sentido, apresentar ou destacar o caminho para chegar ao campo de estudo é importante para ter uma noção de como os aspectos simbólicos se manifestam na prática social.

O campo estudado, apesar de estar no caminho das rotas das embarcações de recreio para as cidades como Nhamundá no Amazonas, Juruti, Terra Santa, Óbidos, Oriximiná e

Santarém no Pará, não é um local de fácil acesso devido às dificuldades de transporte, assim como as péssimas condições da estrada que leva até as comunidades localizadas nesse sítio. Logo nas primeiras sondagens antes da ida ao campo para averiguação quanto ao tipo de transporte, verificou-se a dimensão de como seriam as primeiras dificuldades para realizar o trabalho de campo, já que as informações apontavam apenas duas embarcações de pequeno porte, a Bajara Taiane e o barco/motor Irmãos Souza, com saída no início da semana e outra no final da semana, num percurso de mais de três horas de viagem enfrentando a dinâmica do rio e o tempo Amazônico.

Outra dificuldade foi quanto à falta de transporte por via terrestre, já que este serviço só chega à comunidade de Santa Maria do Murituba, localizada a beira da estrada, distante a mais de 14 km da comunidade de Santa Rita de Cássia da Valéria, de onde se chega às demais comunidades ao entorno do lago da Valéria. Esse percurso é percorrido pela estrada, onde há muitos buracos causados pelas chuvas, com o afloramento de muitas pedras pontiagudas, há florestas quase alcançando um lado e outro, voçorocas e também trechos deslizantes principalmente no período das chuvas. Para chegar ao sítio da Valéria, essas duas maneiras são necessárias: o rio como uma estrada natural, e por via terrestre, percorrendo 44 km de estrada de barro batido, da comunidade de Vila Amazônia à comunidade de Santa Rita de Cássia da Valéria.

Esses caminhos revelaram além das belezas dos diversos cenários e paisagens, problemas sociais, econômicos, as más condições de transporte e problemas ambientais que afetam os moradores ligados ao sítio da Valéria. Para um visitante ou turista esses aspectos podem ser considerados um modo de vida, para os moradores são desejos, sonhos e vontades de possíveis melhorias que poderiam vir do poder público. Esses caminhos, dos quais trouxeram até a superfície as dificuldades da vida vivida daqueles comunitários habitantes de um território rico em história e beleza paisagística, mas que almejam uma vida com mais dignidade. Esses fatos são úteis para construir uma reflexão crítica sobre problemas socioambientais dessa parte do município.

O primeiro modo de chegar à Valéria obedece ao período da enchente e vazante do rio Amazonas, da qual moradores e visitantes acompanham a migração do ponto de embarque que segue a dinâmica das águas fluviais. O “porto” onde ficam as embarcações que fazem o percurso até as comunidades não tem um ponto certo. No período da vazante, o porto como são conhecidos os pontos sobre as margens dos rios que abrigam as embarcações, fica na antiga escadaria da empresa prensadora de juta e malva, a Brasmentol Caçapava, a menos de

quinhentos metros do Terminal Hidroviário de Parintins. Na cheia, esse ponto de embarque e desembarque pode ser encontrado em dois pontos na Lagoa da Francesa, ora no final da Avenida Paraíba, quando as águas do rio Amazonas começam a sobrepor as terras baixas, ora na Escadaria da Francesa, durante o período máximo da enchente.

Quanto ao percurso para chegar à comunidade de São Paulo da Valéria, a distância equivale a 39 km, com duração de três horas e meia a jusante (descendo) e de quatro a quatro horas e meia a montante (subindo) o rio Amazonas. Em comparação ao modal aéreo, o qual o terminal de passageiros abriga voos domésticos e internacionais em um moderno espaço projetado para esse fim, o “porto” ou o local utilizado pelas embarcações que transportam vidas humanas, mercadorias e a produção nessa parte da Amazônia está estacionada num período bastante remoto. Os “portos de lenha” no período dos vapores no século XIX em comparação a esses locais de embarque e desembarque com destino às comunidades rurais talvez fossem equipamentos muito mais sofisticados.

As embarcações que prestam o serviço de transporte nesse modal trazem as características dos processos de construção dos barcos que navegam sobre os rios da Amazônia. Construídas na própria região, com madeiras ⁷⁵ como a itaúba (*Mezilaurus itaúba*) resistente à corrosão da água e dos atritos dos movimentos provocados pelos banzeiros do rio com a superfície das margens. Essas embarcações levam além de passageiros e mercadorias, as heranças culturais da construção naval regional, um bem material e imaterial de grande valor simbólico. As duas embarcações são movidas por uma máquina posta centralizada na popa ou na parte traseira, dando ritmo à viagem, sendo a velocidade relativa à força da máquina ou pela quantidade de rotação por minuto.

Diferente do barco/motor que obedece às normas de construção estabelecidas pela Marinha do Brasil ⁷⁶, a bajara é um tipo de embarcação regional que aproveita uma canoa ou tem o formato de uma grande canoa, com mais de oito metros de comprimentos e cerca de 1.80 metros de largura na parte central, com leme e timão guiando a embarcação para bombordo (à esquerda) ou boreste/estibordo (à direita). O barco/motor também possui esses dois equipamentos de segurança, por outro lado são maiores quanto ao comprimento e largura. Seu

⁷⁵ A itaúba geralmente é utilizada para fabricação do casco (parte que está em contato com a água), assim como outras partes da embarcação. Além de sua resistência, essa madeira é mais fácil à modelagem quando aquecida pelas chamas de uma pequena fogueira, cobrindo assim a superfície das embarcações cheia de curvas.

⁷⁶ Normas da Autoridade Marítima Para Embarcações Empregadas na Navegação Interior – NORMAM-02/DPC de 2005. Disponível em: <http://appasp.cnen.gov.br/seguranca/transporte/documentos/DPC-Marinha-NORMAM-02.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

perfil já possui um formato mais arredondado, tanto em suas laterais até a linha d'água quanto em sua popa, com curvas que lembram as antigas embarcações portuguesas. Possui sala de máquina, onde se encontra um pequeno banheiro e uma pequena cozinha, enquanto a bajara só possui um toldo que acompanha o tamanho da embarcação protegendo os passageiros dos raios solares e das chuvas.

FIGURA 15 - Embarcações e serviços de transporte para o sítio de Valéria



Fonte: Agnaldo Corrêa de Souza em trabalho de campo 2015/2016.

Todos os equipamentos de segurança como colete salva-vidas, luzes de mastro, bombordo e boreste, holofote, lona para proteger contra a chuva, seguem as orientações das legislações brasileira quanto à segurança do tráfego aquaviário, já que são passíveis de penalidades previstas na Lei nº 9.537 de 11 de dezembro de 1997 ⁷⁷. As embarcações (Figura 15) Taiane e Irmãos Souza, independentes de suas configurações estruturais foram as únicas a realizar o serviço de transporte fluvial durante a realização do trabalho de campo.

Essas embarcações não ofereciam comodidade necessária para que cada viagem fosse um momento de vislumbre e encantamento. Talvez por suas dimensões, assim como a duração da viagem, ao passageiro as acomodações se restringem a bancos rústicos construídos em tábuas de madeira com cerca de dois metros de comprimentos, do qual dividem espaço com as

⁷⁷ Lei nº 9.537 de 11 de dezembro de 1997 dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário (LESTA) e sua regulamentação (Decreto nº 2.596 de 18/5/98 – RLESTA).

mercadorias e encomendas transportadas pela embarcação. Além de levar moradores e visitantes até as comunidades ao entorno do lago da Valéria, elas dispõem dos mesmos serviços aos moradores de comunidades de Menino Deus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro ao longo do Paraná de Parintins.

Descendo o rio ou simplesmente seguindo o fluxo de sua correnteza, a impressão é de que a viagem ocorre com mais rapidez. Os cenários ficam para trás devido ao avanço da embarcação sobre o rio. O desconforto é recompensado pelas belas paisagens ao longo da margem direita, onde se avista o movimento dos banzeiros modificando o relevo da paisagem, a visão do branquear das casas das comunidades ⁷⁸ ao longo do percurso, assim como a beleza majestosa da Serra de Parintins vista tanto de longe quanto de perto. Existe também a sensação de estar praticando algum esporte de aventura, quando o barco enfrenta as águas agitadas do reencontro entre o Paraná de Parintins e o rio Amazonas, nas proximidades da serra.

A beleza das paisagens apesar de afagar o coração ansioso por querer alcançar o lugar da pesquisa, também trouxe lembranças e sensações de um tempo não muito distante de alguns fatos ligados à economia do município. Esses fatos foram destacados no capítulo anterior, quando foram traçados os rastros da memória e história do desenvolvimento econômico do município de Parintins. Nos anos de 1980, quando se percorria esse mesmo caminho pela margem direita do rio Amazonas, entre a cidade de Parintins e a Serra de Parintins, logo na saída da lagoa da Francesa, as criações de gado dominavam esses cenários. Nesse período, entre as comunidades do Miriti e Jauari durante a vazante, quando nas várzeas florescia pastagens com forrageiras do gênero *Brachiaria*, muitas criações de búfalos e gado branco se misturavam em uma grande extensão de terras. No entanto, nesse mesmo espaço, essas antigas pastagens foram tomadas por uma mata que avança sobre a estreita planície de inundação até as áreas de terra firme.

Esses aspectos são reflexos dos atuais processos de produção agropecuária nessa parte do município, que talvez estejam ligadas ao turismo dos grandes eventos culturais da cidade de Parintins e a nova economia da região da Valéria baseada no turismo receptivo. No percurso até a comunidade de São Paulo da Valéria foram notadas algumas atividades ligadas à pecuária, à pesca e à agricultura, mas dentro dos processos de produção familiar e de subsistência. Nessas

⁷⁸ Ao sair da cidade de Parintins indo até a Serra de Parintins, o visitante tem em seu percurso pela margem direita do rio Amazonas as comunidades de Vila Amazônia (trinta minutos de viagem como se fosse um bairro da cidade), Lagunho, Mato-Grosso, Miriti e Jauari, já no Paraná de Parintins as comunidades de Menino Deus na margem esquerda e a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

áreas, existe uma grande extensão de várzeas que se estendem ao longo da ilha do Paraná de Parintins, assim como uma quantidade de lagos aluvial berçários de algumas espécies de peixes protegidos por Lei e pela população local, mas ameaçados pela invasão e atividades relacionadas à pesca predatória.

Existe também a ameaça dessas áreas desaparecerem em consequência dos processos de erosão fluvial provocados pelas fortes correntes do fluxo do rio, assim como o escavamento da margem provocados pelo movimento dos banzeiros, no processo denominado regionalmente de terras caídas (GUERRA, 1993, CARVALHO, 2006). Esses processos causam problemas sociais e econômicos devido à perda de grandes áreas que poderiam ser utilizadas para produção agropecuária. Ao longo do Paraná de Parintins, esses processos são bastante intensos, onde algumas casas, o curral de uma pequena criação de gado, corriam o risco de serem levados pela erosão, assim como há a constante queda de árvores como a embaúba levadas pelas correntezas do rio.

O processo de erosão fluvial fez com que mais de 140 metros de margem, numa distância pouco menos de 3 km próxima da comunidade de São Paulo da Valéria fosse engolida pelas águas fluviais no intervalo de 49 anos, como mostram a sobreposição de imagens de satélite de dezembro de 1969 e dezembro de 2018 fornecidas pelo programa Google Earth Pro 2019. O avanço do rio sobre a margem serve de parâmetro para tecer uma reflexão crítica sobre os modos de produção capitalista e do poder hegemônico das companhias internacionais que atuam nas atividades de turismo nessa parte do Estado do Amazonas. Essas companhias, a partir do turismo receptivo na comunidade de São Paulo da Valéria, contribuíram para a criação de uma ampla rede de interdependência (ELIAS, 2011)⁷⁹ entre as comunidades da região da Valéria com as comunidades ao seu entorno, fazendo com que atividades como a agricultura, a pesca e a pecuária se tornassem atividades secundárias para aquelas populações durante esse período.

Esse fato talvez responda o porquê do estado de má conservação e abandono de um pequeno flutuante a margem do Paraná de Parintins construído em parceria com o Grupo

⁷⁹ Segundo Nobert Elias (2011, p. 527), a rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas [...]

Ambiental Natureza Viva (GRANAV) ⁸⁰ com o IBAMA, pelo projeto Terra e Água para atuar como sistema integrado de produção. Segundo Albarado e Vasconcelos (2019), esse projeto teve o financiamento do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), através do programa ProVárzea/IBAMA. O projeto Terra e Água tinha o objetivo de criar alternativas de renda por meio da introdução de técnicas agrícolas para as áreas de várzea, assim como o manejo e proteção dos locais de pesca.

FIGURA 16 – *Casa do Saber Popular*



Fonte: Agnaldo Corrêa de Souza em trabalho de campo 2015/2016.

Este pequeno espaço à margem do Paraná de Parintins, denominado pela população local de *Casa do Saber Popular* (Figura 16), segundo Albarado e Vasconcelos (2019, p. 67), “foi um espaço em que ocorreram cursos, oficinas, formação de lideranças e reuniões. Também funcionou (como escola do) Ensino Fundamental, por meio de Telecurso, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA)”. Apesar desse fato ocorrer na comunidade de Menino Deus na Ilha do Paraná de Parintins, 14 km distante da comunidade São Paulo da Valéria onde acontece a recepção dos turistas durante a alta temporada dos cruzeiros marítimos na Amazônia, ele contribui para compreensão e análise dos processos econômicos nessa parte do município de Parintins.

⁸⁰ De acordo com Albarado e Vasconcelos (2019), o GRANAV foi criado por comunitários da Ilha do Paraná de Parintins em 1990 para atuar na garantia da conservação e preservação do meio ambiente, assim como a promoção da qualidade de vida da população ribeirinha.

O Terra e Água, agora madeira e água, serve apenas de porto de embarque e desembarque dos moradores locais, como mostra a figura acima. Quanto à produção agrícola e a pesca, elas se somam ao cenário esculpido pelos processos erosivos nas margens e na adaptação à dinâmica dos fenômenos de cheia e vazante do rio Amazonas. Apesar dessa parte do município possuir uma pequena produção agrícola familiar com o plantio de milho, melancia, feijão, jerimum e algumas hortaliças e a criação de pequenos animais, essa produção garante a sobrevivência e enfrentamento das crises econômicas. Isso talvez responda o porquê do consumo de produtos congelados, verduras, produtos embalados e em conserva trazidos da cidade e vendidos em pequenos comércios nas comunidades.

Esse processo não é um caso particular, ele também ocorre nas comunidades de São Paulo, Bete Semes, Santa Rita de Cássia, Samaria e Betel no sítio da Valéria, onde o turismo aparece como a principal atividade econômica nos seis meses da alta temporada dos cruzeiros marítimos, uma vez que muitas mercadorias transportadas pelas embarcações seguem para essas comunidades, tendo como destinatários pequenos comerciantes. Essa situação econômica parece ser um processo comum nessas comunidades, já que elas compartilham as mesmas áreas de pesca, transporte e o consumo de mercadorias que chegam de Parintins. A rede de interdependência criada a partir do turismo receptivo fez com que muitos moradores dessas comunidades passassem a praticar novas atividades diretamente ligadas aos serviços de atendimento aos turistas, deixando em segundo plano as atividades ligadas ao campo.

Alguns comunitários da Ilha do Paraná de Parintins, Costa do Itaboraí, colônias agrícolas situadas à beira da estrada de Vila Amazônia e antigos moradores dessas comunidades que migraram para a cidade de Parintins devido à situação econômica e precariedade das comunidades, transladam-se até São Paulo da Valéria no período alta temporada dos cruzeiros para ofertar artesanatos confeccionados em madeira, sementes, tecidos e fibras, assim como serviços de Guia de Turismo e piloto das pequenas rabetas, figuração para as fotografias captadas pelos turistas e venda de alimentos e bebidas para moradores dessas comunidades envolvidos nas atividades de turismo.

A pequena comunidade de São Paulo no dia da estadia dos turistas que descem do transatlântico torna-se um amplo balcão de negócios e oportunidades para aquelas populações proporcionadas pelo turismo. A moeda corrente nesses dias é o dólar americano pago pelos serviços e produtos ofertados pelos comunitários aos turistas. A partir deste cenário, é preciso abrir um parêntese para um fato que ocorre nesse período na comunidade que é a presença de aproveitadores e oportunistas. O rio como caminho natural pode trazer fartura, negócios e novas

oportunidades aos comunitários, mas também pode ser o mesmo a trazer forasteiros com boas e más intenções.

Como as atividades relacionadas ao turismo na comunidade não são organizadas pelo Estado nem pela prefeitura de Parintins, existem pessoas e empresas de viagens e turismo de Parintins que tentam aproveitar a organização do turismo feita pelos comunitários para oferecer produtos como visitação a outros espaços naturais e culturais do município. Essas ações tentam antecipar a chegada dos turistas na cidade de Parintins, para onde o transatlântico se desloca seguindo a rota dos destinos na viagem do cruzeiro pelos rios Amazônicos. Junto com esses oportunistas, os aproveitadores também aparecem nesse período.

Como os serviços pagos pelos turistas aos comunitários são feitos em moeda estrangeira, esses aproveitadores vão até a comunidade realizar a compra dessas moedas como se fossem lojas de câmbio, mas pagando um preço abaixo das práticas do mercado monetário e sem ao menos pagar taxas a comunidade e impostos para a cidade. Não há dúvidas que o turismo gera renda para grande parte dos comunitários nessa parte do município, mas é preciso haver ações mais efetivas do poder público em relação às ameaças, assim como o planejamento, organização, melhoria da infraestrutura da comunidade, a comunicação entre turistas e comunitários e a melhoria dos equipamentos usados para atender os turistas. Com isso, tanto as comunidades quanto os comunitários poderiam aumentar suas rendas, e integrar não apenas o espaço natural como oferta turística, mas o modo de vida como processo cultural.

Seguindo os caminhos na direção do sítio da Valéria e sendo guiado pela pedagogia do monitoramento, o qual a imersão ao campo revelou um grande repertório de experiências humanas consideradas como parte dos aspectos simbólicos ocultos das práticas sociais como afirma Zaoual (2006a). O retrato dessas experiências ao longo do caminho por água parecia não completar a imagem que representa esse sítio, uma vez que as experiências do homem amazônico não se restringem apenas com sua relação às águas. Desta forma, percorrer a via que liga a comunidade de Vila Amazônia e Santa Rita de Cássia, parece completar a imagem deste sítio simbólico de pertencimento.

A estrada de barro ao longo da floresta que liga as duas comunidades, foi aberta nos anos de 1980 sobre um antigo varadouro usado pelas populações indígenas que habitavam a região antes da chegada dos europeus, assim como pelos primeiros colonizadores portugueses no século XIX e também pelos japoneses nos anos de 1930 a 1950 em suas investidas dentro da floresta na construção de conhecimentos florestais. Nos anos de 1970 esses varadouros serviram de base para a implantação de colônias rurais como projetos experimentais para

produção agrícola. A estrada foi aberta como parte do processo de implementação do Assentamento de Vila Amazônia em 1988, a qual serviu de eixo delimitador das parcelas destinadas aos novos assentados para o desenvolvimento de atividades ligadas ao campo.

Para percorrer os 44 km até a comunidade de Santa Rita de Cássia da Valéria, visitantes e moradores precisam seguir a dinâmica dos fenômenos de subida e descida do rio Amazonas para encontrar o ponto de embarque e desembarque, já que os transportes fluviais para o interior do município não possuem um porto para atender as embarcações e seus passageiros e suas necessidades. O *ferry boat* administrado pela prefeitura de Parintins é o primeiro meio para alcançar o sítio da Valéria, ele transporta a produção rural, veículos, mercadorias e passageiros todos os dias das seis da manhã às cinco da tarde.

Esse equipamento foi colocado como meio de transporte para suprir as necessidades das comunidades rurais e colônias ao longo da estrada de Vila Amazônia. Esse serviço de transporte tem a concorrência das lanchas a jato, mais velozes, mas que cobram uma taxa sobre os produtos agrícolas, encarecendo o custo produção e o valor do produto. Com o *ferry boat* esse custo não é somado, visto que o produtor só paga o valor da passagem, um valor acessível a todos. A viagem da cidade de Parintins a Vila Amazônia dura trinta minutos, já a volta dura em média quarenta minutos. Apesar desse meio de transporte ser um facilitador para chegar a Vila Amazônia, assim como a outras comunidades e colônias ao longo da estrada, o serviço transporte por via terrestre até o sítio da Valéria, por ser inexistente torna-se um complicador para o escoamento da produção rural das comunidades da região da Valéria, fato esse que contribui para o maior desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo, tornando-se a principal atividade econômica nessa parte do município.

A estrada de Vila Amazônia contribuiu para maior mobilidade dos moradores das comunidades e para a expansão das áreas de cultivo, além da introdução de processos produtivos com a piscicultura e a apicultura. O escoamento da baixa produção agrícola que era feito em canoas ou por embarcações de algum comunitário como maior poder aquisitivo, passava por um longo e trabalhoso processo até chegar à cidade. O morador dentro das colônias espalhadas pelos vários ramais na floresta produzia o necessário para sua sobrevivência. Antes da abertura da estrada os principais produtos comercializados nas feiras e mercados eram os derivados da mandioca, banana e o abacaxi, assim com a castanha, sementes oleaginosas, o açaí, uixí, andiroba e outros produtos coletados na floresta.

Com a estrada, a velocidade do processo de assentamento dos novos produtores rurais foi muito mais intensa. Grandes extensões de áreas em um raio de 8 a 10 km onde habitavam

três a cinco famílias foram loteadas e depois distribuídas aos novos assentados vindos de várias partes do município e de comunidades no Estado do Pará. O aumento do processo demográfico deu nova dinâmica àquele espaço geográfico que se estende ao longo da estrada de Vila Amazônia até os limites do Estado do Amazonas. Além da estrada de Vila Amazônia, pequenos ramais também foram abertos para ligar as comunidades e colônias agrícolas.

Esse processo contribuiu para o surgimento de novas colônias de agricultores que sobreviviam da coleta de produtos naturais, agricultura de subsistência e de rendimentos de programas sociais como Bolsa Família, Bolsa Floresta e aposentadorias rurais. O assentamento PA Vila Amazônia que se estende da Vila Amazônia até os limites do Estado acompanhando o rio Amazonas na parte Norte, seguindo para o Sul até as comunidades do rio Mamarú, numa dimensão de 76.107,0019 ha, até 2015 segundo o INCRA tinha assentado 1.772 famílias, de um total previsto de 2.478 famílias assentadas, o que contribuiu para modificação do cenário natural e social dessa parte do município de Parintins.

Antes da implantação do assentamento as comunidades de Vila Amazônia, Laguinho, Mato Grosso, Mirity e Jauary dividiam essas áreas no sentido Norte-Sul, até o lago do Zé Açú. O comunitário mesmo no Quebra ou na Colônia do Açaí pertencia à comunidade do Mirity. Com o assentamento, essa noção de espaço foi modificada. As colônias agrícolas ao longo da estrada buscaram sua independência, da qual surgiu a nova configuração espacial. Seguindo a estrada a partir da comunidade de Vila Amazônia temos os seguintes núcleos humanos: Comunidade Flor de Maio, Colônia Nova Boa Esperança, Comunidade do Açaí, Colônia Independência (onde se encontra o momento de um Gavião Real), Nova Olinda, Laguinho e Santa Maria do Murituba, Santa Rita de Cássia e Samaria no sítio da Valéria.

Com o aumento da população, assim como a abertura das estradas, impactos socioambientais modificaram a paisagem social e natural. A estrada pode causar impactos positivos, quanto negativos, já que ela dá mais fluidez e mobilidade para os moradores locais. Essa via de transporte cortou a floresta, interrompendo a mobilidade de espécies de animais como os pequenos primatas. Durante a infância e adolescência nos anos de 1980 nas férias escolares quando a família passava esse período em seu sítio no meio da floresta numa área pertencente à comunidade de Mirity, bandos de macacos pregos (*Sapajus nigritus*), de cheiro (*Saimiri sciureus*), e guaribas (*Alouatta guariba*) visitavam a propriedade. O chiar dos macacos de cheiro e o cantar dos macacos guaribas durante a madrugada em coro de vozes graves e extremamente alto não é mais algo frequente, já que foram abertos muitos roçados à beira da estrada, interrompendo a migração dessas espécies que tinham essas áreas como seus territórios.

Como nossas viagens por via terrestre até a comunidade de Santa Rita de Cássia no sítio da Valéria foram feitas em uma motocicleta particular, sempre parando para captar muitas imagens e pedindo informações ao longo do caminho, pôde-se perceber essas transformações ao longo dos 44 km da estrada. Esses fatos fazem parte das experiências não apenas como pesquisador, já que ela acompanha nossa história como filho de produtor rural desse espaço. Na primeira viagem pela estrada, no trecho entre a comunidade de Santa Maria do Murituba e Santa Rita, um fato nos chamou a atenção: *Avistamos na beira da estrada uma família de pequenos macacos, que parecia com a espécie de saim-de-coleira encontrada no Campus da Ufam em Manaus, onde os pais protegendo seu filhote para evitar um destino trágico, observavam com atenção à movimentação da estrada para depois conduzir com segurança sua cria até o outro lado da estrada.*

Esse tipo de comportamento revelou a mudança de hábitos de grupos de animais que ainda tentam se adaptar à nova configuração espacial criada pelo assentamento. Se para àqueles pequenos primatas essa mudança lhes causou um dano que parece ser irreversível, para as grandes espécies de roedores e felinos como cutias, pacas, onças pintadas, onças pardas e pretas, as consequências são muito maiores, uma vez que essas mudanças aumentaram muito mais o risco dessas espécies desaparecer nessas localidades⁸¹. A caça, que era considerada uma atividade complementar na alimentação do homem na floresta, não foi responsável pela diminuição dessas espécies nesta região. Os impactos negativos provocados pela diminuição e descontinuidade da floresta são processos relativamente negativos ao ecossistema amazônico, que é o *habitat* natural de muitas espécies.

A densa floresta que cobria esse vasto território, vista por imagens de satélites nos dias atuais, parece uma colcha de retalhos com várias tonalidades de cores. A abertura da estrada mesmo produzindo consequências negativas ao meio ambiente escapou às formas espinha de peixe muito frequente no Estado do Pará. Apesar dessa parte do município experimentar a quase um século a intervenção do Estado em relação à ocupação do espaço para a produção agropecuária a partir de grandes projetos de desenvolvimento, como a introdução dos colonos japoneses, a floresta nunca tinha experimentado tamanha transformação. O número de colonos assentados pelo projeto de assentamento de Vila Amazônia por ser expressivo contribuiu em

⁸¹ Os predadores de topo, como os grandes felinos, são os mais sensíveis ao processo de fragmentação do habitat. Por requererem grandes áreas de uso, tais espécies ficam comprometidas em longo prazo pela indisponibilidade de alimento e de outros recursos nos fragmentos pequenos (McNab 1963; Redford & Robinson 1991).

grande medida para essas transformações. Onde há presença humana a floresta parece encolher num ritmo muito acelerado.

Enquanto os ecossistemas foram afetados pelos processos de ocupação humana, o desenvolvimento a partir da produção agropecuária não atingiu os objetivos esperados nessa parte da Amazônia a partir do projeto de assentamento no processo de reforma agrária. O que se vê ao longo da estrada é cenário de lotes abandonados ou com pouca presença humana. As diversas parcelas ou lotes distribuídos aos colonos vistas no percurso até a comunidade de Santa Rita de Cássia em sua totalidade não estão completamente com ações ligadas a um processo de produção que possa promover um desenvolvimento econômico de excelência.

Desde a saída da comunidade de Vila Amazônia até o sítio da Valéria o que se vê, são poucas propriedades com plantações de banana, mandioca, pimenta do reino, açaí, mamão, maracujá e hortaliças. Quanto mais se distancia de Vila Amazônia essas atividades tornam-se mais raras, talvez isso se deva pela falta de cursos d'água próximos da estrada, para que os produtores rurais possam usá-los em suas plantações para não elas não perecerem sobre o calor das altas temperaturas comum nessa região principalmente no período de estiagem. No entanto, isso não explica o surgimento de muitas pastagens e não a presença das famílias que foram contempladas com um lote ou parcela como parte da distribuição de terras a produtores rurais sem terras realizadas pelo INCRA para atender os princípios da justiça social.

Apesar dos processos de ocupação desse espaço partir de grandes projetos de desenvolvimento pensado pelos administradores do Estado, com objetivo de aproveitar a riqueza e essa grande extensão de terras para a produção rural, muitas ações e planejamento estratégicos precisam ser pensados para que de fato o desenvolvimento econômico e social de fato venha a ocorrer nessa parte da Amazônia. Em comparação aos japoneses que construíram um sistema de produção altamente produtivo, o qual contribuiu para a instalação de uma promissora indústria têxtil, além da produção de arroz, hortaliças e até os projetos experimentais de castanha do Pará sem a agressão à floresta e sua biodiversidade. Os assentados em Vila Amazônia, garantiram de certa forma a posse dos lotes, no entanto, a auto-produção agrícola só será possível por intermédio de um massivo investimento e interesse tanto poder público quanto privado.

A estrada de Vila Amazônia não está restrita ao município de Parintins, uma vez que 10 km estão no Estado do Pará, na região da Valéria. A partir desse trecho Parintins, os dois estados poderiam se integrar por uma estrada de rodagem construída a partir de uma política de desenvolvimento regional, unindo os Pólos Turísticos Sateré e Tapajós. Isso poderia contribuir

para maximizar muito mais desenvolvimento do turismo nessas regiões. Por enquanto a ligação entre os dois estados por via terrestre é feita por outra estrada vicinal que leva até a cidade de Juruty Novo. Esportistas de MotoCross de Parintins, Manaus e outros municípios, têm feito essa viagem como até a cidade de Juruty Novo como um esporte radical. Organizados em grupos, esses aventureiros escolhem o período de chuvas quando a estrada fica mais desafiante por fornecer obstáculos e trechos escorregadios.

Ligar Parintins a cidade de Santarém por via terrestre não é uma ideia ou vontade particular, já que essa ideia já apareceu nos discursos de muitos candidatos à Câmara e a Prefeitura municipal da cidade. Os trilheiros que fizeram essa viagem ilustram a possibilidade da efetivação desse acesso do município com as cidades de Juruty e Santarém. É claro que por via terrestre não tem como haver ligação entre os três municípios, já existe o rio Tapajós. O percurso que já existe percorre 43.7 km a partir da Vila Amazônia até as proximidades da Serra de Parintins, 82.3 km até a ligação da estrada da Alcoa ⁸² com a rodovia PA-257, conhecida como rodovia TransLago, e mais 164 km até o porto de Aninduba, na margem do Amazonas, totalizando 294 km, completados em uma viagem de duas horas por balsa até Santarém, com duração de nove horas em todo percurso.

A construção de uma via de acesso moderna, seguindo todos os parâmetros de construção das estradas de rodagem, com meio-fio, acostamentos, sinalização, placas e faixas de trânsitos, aproveitando a estrada vicinal de Vila Amazônia com a estrada vicinal que leva até a cidade de Juruty, teria como maior obstáculo 42 km dos 82.3 km que alcança estrada da Alcoa. Nos primeiros 10.6 km iniciais localizados próximos à comunidade de Samaria, já no sítio da Valéria, o trajeto é sobre um ramal de chão batido aberto por moradores locais para chegar à comunidade da Galiléia do outro lado do lago de Juruty Velho. Essa travessia de 225 metros sobre o lago é feita em balsa de madeira, construída e operada por moradores da comunidade, que cobram uma taxa pelo serviço prestado. Após a travessia do lago, 30 km em média são percorridos por uma estrada vicinal, até a mineradora Alcoa, onde se inicia o percurso por uma estrada pavimentada até o quilômetro vinte da rodovia TransLago.

⁸² A Alcoa está entre as três maiores empresas de mineração de alumínio do mundo, com sede nos Estados Unidos. Líder no setor em bauxita, alumina e alumínio. Está no Brasil de 1965, e possuem três unidades produtivas, em Poços de Caldas (MG), São Luís (MA) e Juruti (PA), escritórios em São Paulo (SP), Poços de Caldas (MG) e Brasília (DF), além de participação acionária na Mineração Rio do Norte (MRN) e em quatro usinas hidrelétricas: Machadinho, Barra Grande, Serra do Facão e Estreito. Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/about/default.asp>. Acesso em: 20 out. 2019.

O retrato do campo estudado revelou aspectos sociais e ambientais e possibilitou a visualização de muitas estratégias para desenvolver aquela região a partir de um processo de desenvolvimento situado. A pedagogia do monitoramento, como técnica do trabalho de campo, deixou em suspeição as construções sociais operadas sobre o campo investigado. Para cada situação, a partir de um situado é possível prever, analisar, propor, adequar a cada situação um modelo apropriado de desenvolvimento de um sítio, aproveitando as caixas pretas, conceituais e de ferramenta que ele dispõe. Deste modo, a reflexão construída a partir desse processo pedagógico de apreensão do conhecimento do lugar, é colocada como um princípio prudente para promoção do processo de desenvolvimento situado.

3.5 TURISMO NA REGIÃO DA VALÉRIA

O turismo no Amazonas como atividade econômica aparece nos planos e estratégias das agências governamentais, empresas ligadas ao turismo. Em tempo recente, está sendo visto com mais frequência em algumas comunidades rurais, por possuir cenários paisagísticos de belezas naturais, ou por alguma simbolização cultural de sociedades étnicas ou tradicionais. Nesse último caso, acredita-se trazer benefícios para a promoção do bem-estar social e desenvolvimento econômico, com a promessa de melhorar a qualidade de vida ou servir como mais uma estratégia de sobrevivência diante das transformações globais.

Nos discursos acadêmicos do Turismo e em sua prática, essa atividade é compreendida como menos impactantes aos ambientes naturais e culturais, diferentes das atividades de modelos de desenvolvimentos econômicos baseados na industrialização; nesses processos usam-se grandes espaços para implantação de um grande número de fábricas. Outra atividade ligada à transformação do ambiente físico são as monoculturas como a soja, milho, algodão, entre outras, onde há modificação de extensas áreas para atender o mercado externo e interno com a utilização de processo industriais.

No uso de espaços naturais e culturais ligados às práticas do turismo criou-se uma concepção de que existe a preservação e conservação dessas áreas, assim como a preservação da cultura local como: modo de vida, iconografia, artefatos étnicos, a memória coletiva, os dialetos, a dança, as festas populares, entre outros. Isso tem levado a construção de uma falseabilidade imagética por não evidenciar as reais propriedades por detrás de todo interesse e atividades ligadas ao turismo, além de problemas sociais causados por essa atividade. Em comunidades indígenas, também em espaço rural, como constatamos, “criou-se uma relação de

dependência entre o empreendimento e a comunidade, uma vez que são grupos econômica e socialmente vulneráveis e os espaços vividos passaram por transformações, principalmente a cultural” (SOUZA, 2013, p. 96).

O lugar por outro lado é um ente que não pode ser percebido apenas como espaço físico, do qual o homem se apropria de seus recursos e os utiliza para seu benefício. O lugar congrega a dimensão do espaço natural e cultural, onde o homem quanto ser irá construir a sua humanidade. Essa dimensão simbólica deve ser compreendida em sua totalidade para que ela possa servir como verdadeiro mecanismo de propulsão do desenvolvimento humano. O turismo a seu turno sabe muito bem aproveitar esse contexto, espaço/sócio/cultural em seu pleno desenvolvimento nas diferentes modalidades de turismo. A diferença é que no caso do turismo, esses processos são absorvidos como parte das estratégias de seus organizadores.

A teoria dos sítios contribui para desnudar as problemáticas existentes entre os atores sociais dessa relação verticalizada, permitindo explorar de dentro do epicentro das relações o modo como contornar as dificuldades existentes em cada situação. No caso do turismo, em que a inclusão dos atores locais não fazia parte dos planos dessa atividade, visto que o principal objetivo maior era atender as necessidades de consumo dos turistas, isso poderá causar a curto ou longo prazo o fracasso dessa atividade.

No caso do turismo Zaoual (2008, p. 4) adverte:

Tudo indica então que, quando uma prática social, aqui o turismo, constitui o objeto do único paradigma econômico na sua concepção e na sua gestão, periclita, além do seu limite de tolerância e perde, assim, sua validade. Em curto prazo, o lucro mata o lucro. Todo sistema vivo, biológico ou social, que se uniformiza e se especializa, desmorona. Este limite estabelece então a necessidade de uma nova aproximação, integrando a pluralidade dos aspectos de um dado sítio (cultura, natureza, arquitetura, história etc.), conscientizando-se da importância do senso implícito das práticas dos atores, visitantes e habitantes do sítio.

A incorporação dos sistemas de crenças locais nas atividades do turismo remete a inserção do sítio e sua visualização a outro sistema de crenças que só permite o desenvolvimento social quando primeiro beneficia suas atividades e o mercado. A partir da teoria dos sítios é possível visualizar os “tecidos culturais cujas especificidades devem ser identificadas para retornar melhor aos obstáculos que impedem a cooperação entre dois ou mais mundos diferentes” (ZAOUAL, 1996, p. 22). O sítio tem uma mão invisível que a comunidade apoia na medida das dificuldades que a vida aparece.

O engajamento dos atores locais na atividade econômica do turismo revela a forma das esferas culturais da comunidade que não aparecem nesse contexto de mercado global. As categorias como desenvolvimento transposto, economia plural, economia dissidente e economia solidária, examinadas em Zaoual a partir da esfera simbólica tomaram outros sentidos e significados, possibilitando à construção de um desenvolvimento apropriado a comunidade a cada situação identificada.

Nossa tese se alinha ao pensamento de Hassan Zaoual, por acreditarmos que a organização da atividade turística também está contida dentro de sistema de crenças – não no sentido de tradições religiosas ou divindades extraterrenas, mas crenças ideológicas em que o homem se constitui cientificamente ou politicamente diante de uma sociedade. Essas crenças são modeladoras e atendem a interesses exteriores dos espaços utilizados para a materialização de uma atividade econômica. A diferença da proposta de desenvolvimento situado não é explorar os aspectos naturais e humanos e sim tornar potenciais recursos para melhoria social.

No caso do turismo em São Paulo da Valéria, as crenças dos atores locais e dos atores do turismo, se fundem para transformar essa atividade em resultado construído pela reação de rejeição ou aceitação a partir do processo interacional. A partir da perspectiva interacionista, segundo Zaoual (1996), o essencial (adoção, seleção, rejeição) também está nos mecanismos de resposta do ambiente de acolhimento, uma vez que esse processo traz a composição dos tecidos culturais, sendo necessária a identificação de todas as especificidades, para sobrepor as dificuldades encontradas nessa relação.

Contrário ao nosso pensamento, o turismo se apropria desses espaços, constrói ao seu modo os meios para a produção do capital, os quais serão adaptados ou readaptados para atender o mercado, assim como a demanda de consumidores dentro de uma cadeia de consumo. Ao mesmo tempo, o turismo consegue desenvolver ações sociais que transformam o espaço como uma espécie de arena de exibição de um espetáculo promovido pelos comunitários para o turista apreciar, como processo de reação e adaptação do sítio. A capacidade de construção e ações sociais diante do turismo, onde o sentimento de pertencimento aparece como uma força contra-hegemônica sobre as regras do mercado global, isso faz parte do poder adaptativo do sítio.

Esse processo de adaptação e reação imposto pelo sítio é interessante para refletirmos sobre essa nova face dos modelos únicos em território amazônico. O poder de reação construído sobre o turismo e sua adaptação é parte de um processo que Zaoual (1996) denomina como *harmonização social*, um processo que permite solucionar os problemas das ambiguidades de

desenvolvimento econômico pela dificuldade de interação entre a *caixa preta* do turismo com a *caixa preta* do sítio em questão.

A abordagem interacionista dos sítios é muito interessante para explicar as formas de organizações dos atores locais com o turismo. Nesta atividade não é somente a beleza das paisagens a única razão para a efetivação dessa prática, antes vem o planejamento e organização. Para a compreensão desse processo, primeiro é preciso esclarecer duas questões sobre o turismo no sítio em questão: a primeira sobre o transatlântico: é um meio transporte de grande porte que possui a oferta de vários serviços, entre eles os serviços de hospedagem, assume a qualidade de cruzeiro de marítimo destinado à navegação em rios, mares e oceanos; a segunda é sobre o turismo, sendo um fenômeno social motivado pela viagem, relaciona um conjunto de serviços e práticas sociais que atendem o interesse inicial de seus praticantes.

Desde modo, para o turista a viagem em um cruzeiro marítimo correspondente ao turismo marítimo ou turismo de cruzeiros, onde o próprio meio de transporte é atrativo turístico, para o comunitário suas atividades estão relacionadas às práticas do turismo receptivo. A comunidade de São Paulo da Valéria recebe a propriedade de destino das rotas dos cruzeiros, enquanto o sítio da Valéria, em que incluem os bens materiais, imateriais e espaços físicos são atrativos turísticos. O turismo receptivo depende de vários fatores para sua execução, entre eles a organização. No caso de São Paulo da Valéria, a organização é construída pelos próprios comunitários, num grande esforço social de cooperação.

A modalidade do turismo receptivo segundo Andrade (1995, p. 52):

No conceito da modalidade enquadram-se todos os bens e serviços à disposição dos visitantes, inclusive as estruturas correlatas e de apoio, como a organizações de promoção, empresas, estabelecimentos comerciais e culturais, casas e núcleos de artes, artesanatos e diversões, independentemente da legalidade de seu funcionamento.

O mercado turístico dispõe de produtos disponíveis para a ampla demanda de pessoas de origem, classes sociais e faixa etárias diversificadas. O turista é o principal elemento para qual o espaço é configurado, atendendo suas necessidades de consumo. Talvez a partir dessas necessidades essa atividade econômica começou a ser praticada na Região da Valéria. É muito difícil saber o que de fato levou os organizadores das viagens dos cruzeiros marítimos pelo rio Amazonas a indicarem essa região como destino turístico. No entanto, é mais fácil deduzir as

motivações dos administradores das empresas marítimas em continuarem a dispor uma excursão aos seus clientes numa comunidade exótica na Amazônia.

Sobre as origens do turismo na Serra de Parintins, a história é cercada de contradições. Segundo os relatos de moradores mais antigos, foi uma escolha casual no início dos anos de 1970. Seu Raimundo Gomes, um dos mais antigos moradores da comunidade São Paulo da Valéria, após uma conversa descontraída havia falado que em 1971 um navio que passava margeando o rio Amazonas próximo a serra de Parintins parou e desceu um homem – era o prático, com o nome de Moacir, ele é um morador da região conhecedor do percurso pelos rios da Amazônia – ele havia considerado a beleza paisagística exuberante.

O senhor Gomes, um senhor com seus 90 anos de idade, com a voz pesada e com dificuldade de expressar o nome da embarcação de língua estrangeira, buscou junto a sua filha dar resposta exata para responder aquela indagação, que no primeiro momento compreendemos ser *Valter Discover* e Vistamar. Mais tarde procuramos buscar o nome original para desmistificar a origem do turismo na região da Valéria, sempre seguindo o rastro daqueles depoimentos. Naquela conversa, a moça havia falado que naquele tempo o “senhor Moacir”, assim como os senhores Rossete, Rabelo e Guilherme passaram a levar os turistas àquelas comunidades na região da Valéria.

Esses relatos deixavam em perplexidade infantil, porque compreender como um navio poderia navegar em uma pequena via fluvial de baixa profundidade era algo muito difícil de acreditar sobre aqueles igarapés, o que na verdade, o procedimento é mesmo como acontece nos dias atuais. O navio ancora no rio Amazonas em frente a Serra de Parintins e em seguida embarcações menores levam um grupo de tripulantes, orientados pelos práticos, para verificar as condições de segurança, somente depois os passageiros podem fazer suas excursões pela comunidade dentro de um tempo estipulado pelo comandante.

Seguindo o rastro do relato de pai e filha, o nome do primeiro navio a levar turistas à região da Valéria foi o *MS World Discoverer* e o segundo o *VISTAMAR*. O navio *MS World Discoverer*, era de origem alemã, construído no ano de 1974. De fato essa embarcação visitou inúmeras vezes a Amazônia, trazendo turistas da Europa, passando pelas principais cidades ao longo do rio Amazonas. Já o *VISTAMAR*, sua procedência é espanhola, propriedade da

companhia Plantours & Partners, da Alemanha, construído em 1989, com capacidade para atender 295 passageiros ⁸³.

FIGURA 17 – Jornal do Commercio (AM) de 04 de novembro de 1977



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 2019.

FIGURA 18 – Jornal O Liberal (PA) de 01 de dezembro de 1989



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 2019.

Depois de encontrarmos o nome exato das duas embarcações mencionadas por aqueles dois personagens, nossas pesquisas nos revelaram algumas matérias (Figuras 17 e 18) do *Jornal do Commercio* (AM) de 1977 e no *Jornal O Liberal* (PA) de 1989, que apontavam as datas das primeiras viagens daquelas embarcações pelos rios da Amazônia. Essas matérias colocaram em suspeição o relato que apontava o ano de 1971 o início do turismo naquelas comunidades, mas também foram importantes para tecermos alguns pontos comuns sobre os relatos de pai e filha com as informações encontradas nessas matérias.

Em relação ao tempo, existe uma diferença temporal entre o relato que algo guardado na memória do indivíduo com as informações descritas nas páginas dos dois veículos de comunicação. Como a construção do navio MS *World Discoverer* tem como data o ano de 1974, então não seria possível ter estado no ano de 1971 na região da Valéria, muito menos na Amazônia. Outra questão seria a diferença do tempo de realização da viagem do segundo navio,

⁸³ Portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2019. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/>. Acesso em: 01 out 2019.

Vistamar, como sendo um tempo sequencial, já que a sua primeira viagem ocorreu em 1989, ano de sua construção.

De acordo com a edição 22.593 do *Jornal do Commercio* de sábado, 5 de novembro de 1977, o navio tinha como imediato o Sr. Heinz Aye e que práticos amazonenses contribuíram na condução da embarcação pelos rios amazônicos até as cidades peruanas e colombianas. Também aparece o nome de dois “piloteiros”, os senhores Eymar Dantas e Francisco Rosset, esse teria sido o prático que levou os turistas pela primeira vez à região da Valéria de fato. Aqui, o conhecimento tradicional contido na memória do homem amazônico, que pela abordagem interacionista dos sítios, é algo que contribui para o desenvolvimento da economia do turismo e dos transportes.

Nesse sentido, Zaoual (1996) escreve que “hoje, se alguém faz sociologia, economia ou administração, o acesso à memória e ao sistema cognitivo dos atores se tornou essencial”. Mas isso não responderia a questão sobre o porquê da escolha da região da Serra de Parintins para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo. Uma hipótese seria a crença dos organizadores do turismo na Amazônia nesse período em querer apresentar o modo de vida das populações amazônicas aos viajantes vindos da Europa.

A figura 18 mostra a matéria do Jornal O Liberal (PA) de 01 de dezembro de 1989, e em destaque a importância da *Agências Mundiais Ltda* em atuação na organização dos roteiros dos grandes cruzeiros marítimos na Amazônia. Isso nos permite dizer que as crenças desses organizadores contribuíram para a existência do turismo na região da serra de Parintins. Na matéria do dia 2 de dezembro de 1989, o jornal destacou que “como acontece todos os anos a *Agências Mundiais Ltda.* lidera em toda a Amazônia o atendimento de navios estrangeiros que transportam turistas”.

É oportuno frisar aqui a importância do agenciamento para o turismo porque é atividade que torna o turismo em uma localidade realidade, dentro de critérios e crenças ligados ao espaço amazônico como a jurisdição nacional e os desejos de seus organizadores. No caso *Agências Mundiais Ltda*, compreende uma empresa que teve como atividade o agenciamento marítimo, com serviços de suporte e assessoria para as empresas de navegação ⁸⁴. Essas agências ligam uma rede de serviços de viagem, serviços turísticos, secretarias municipais e estaduais, guias, operadores de viagens e turismo, assim como a comunidade e seus atores.

⁸⁴ Site da Receita Federal. Disponível em: <http://cnpj.info/Agencias-Mundiais-Ltda-Belem-PA>. Acesso em: 10 nov. 2019.

A dinâmica dos sítios, como pontua Zaoual, tem seu próprio tempo, está em constante movimento, sem ela uma atividade externa como é o turismo, está fadada ao fracasso, como ocorreu nos projetos de desenvolvimento econômico transporte em Vila Amazônia. O sítio como um organismo social vivo, tem suas defesas em prol de sua população. É nesse sentido que Zaoual (2006a, p. 18) afirma que “tal como a mão invisível do mercado, o sítio é uma estrutura imaginária de coordenação econômica e social, mas ele associa instantaneamente as duas dimensões, contrariamente ao mercado”.

3.5.1 Empresas, Turistas e Comunitários nas práticas do turismo

O turismo organizado pelas empresas que operam os cruzeiros pelos rios amazônicos têm uma variação de tempo, podendo ocorrer de novembro a maio ou de outubro a abril, independente das condições de navegabilidade das embarcações sobre os rios amazônicos. Isso é o que irá determinar a chamada temporada dos cruzeiros marítimos na região. No período que acompanhamos esse movimento, era prevista a chegada de onze cruzeiros em toda a região, com início no mês de novembro e término no mês de maio. No entanto, um número pequeno de embarcações tem como destino a Boca da Valéria.

O período de alta temporada dos cruzeiros marítimos não é casual, sua configuração parte de muitos fatores econômicos, sociais e culturais. Poderíamos dizer que ocorre no período das festividades do final e início de ano. A seca dos rios amazônicos não é o impedimento para realização desses movimentos, esse fenômeno parece ser um atrativo a mais para os passageiros dessas grandes embarcações transoceânicas. As águas ao mesmo tempo facilitam a navegação durante a enchente, na seca, elas escondem ou afastam as formas de vida ao longo das margens dos rios. Essa peculiaridade é o que chama a atenção não apenas para turistas, mas para qualquer pessoa que nunca teve contato com essa dinâmica natural e social.

Talvez conhecer essa especificidade dos movimentos naturais e sociais em qualquer lugar na Amazônia, seja uma função das empresas que prestam os serviços de agenciamento das viagens. Nesse sentido, Beni (1998, p. 212), escreve que essas empresas “são prestadores de serviços, que informam, organizam e tomam todas as medidas necessárias, em nome de uma ou mais pessoas que desejam viajar”. As informações sobre cada lugar, sua população e cultura, coletadas pelos organizadores das viagens e turismo contribuem para definir todas as programações como escolha dos roteiros, duração da estada nos destinos, bem como avaliação dos riscos para definir os processos de segurança destinados aos turistas.

Nos portos onde os cruzeiros marítimos têm em seus itinerários, um conjunto de instituições e atores sociais na recepção dos turistas durante o tempo de estada previsto por cada embarcação. Participam dessa recepção: polícia militar, agências de turismo, secretarias de turismo, instituições públicas e privadas, comerciantes, artesãos, operadores de transporte, no caso de Parintins, a associação de tricicleiros, formando uma rede atuando na recepção dos turistas. Essa rede alcança a comunidade de São Paulo por intermédio de prestadores de serviços turísticos, como a *Agência Prestes*, pelas informações compartilhadas (Quadro 3) com os comunitários para antecipar suas ações antes da chegada de cada embarcação.

QUADRO 3 – Programação dos navios de passageiros 2015/2016 para do porto de Parintins

	Nome	Chegada	Horário	Saída	Horário
01	M/S Seabourn Quest	07/11/2015	07:00	07/11/2015	13:00
02	Regatta	17/11/2015	11:00	17/11/2015	18:00
03	Silver Whisper	02/12/2015	12:00	02/12/2015	19:00
04	Seven Seas Navigator	06/12/2015	11:00	06/12/2015	19:00
05	Prinsendam	09/12/2015	08:00	09/12/2015	17:00
06	Adonia	22/12/2015	08:00	22/12/2015	16:00
07	Seven Seas Mariner	03/01/2016	12:00	03/01/2016	18:00
08	Magellan	25/01/2016	11:00	25/01/2016	18:00
09	Maasdam	21/02/2016	08:00	21/02/2016	17:00
10	Prinsendam	01/03/2016	08:00	01/03/2016	14:00
11	Seven Seas Mariner	15/03/2016	12:00	15/03/2016	18:00
12	M/S Seabourn Quest	17/03/2016	12:00	17/03/2016	18:00
13	Regatta	23/03/2016	12:00	23/03/2016	18:00
14	Hanseatic	29/03/2016	14:00	29/03/2016	23:59
15	Bremen	13/04/2016	14:00	13/04/2016	23:59
16	Hanseatic	22/04/2016	13:00	22/04/2016	22:30
17	Bremen	07/04/2016	13:00	07/04/2016	22:00

Fonte: Agência Prestes de Parintins, 2015.

O número de cruzeiros é significativo durante a temporada do turismo de cruzeiros na Amazônia, como mostra o quadro acima. Eles obedecem a um itinerário de viagem estabelecido no ato da compra do pacote turístico nas regiões emissoras, por intermédio das agências de viagens ou no *site* das operadoras dos navios. Na temporada de 2015/2016, que ocorreu nos meses de Novembro a Maio, apenas cinco embarcações ancoraram na frente da Boca da Valéria – nome do itinerário do roteiro da viagem entre a cidade de Santarém no estado do Pará até a cidade de Parintins no Estado do Amazonas.

Esse total de cruzeiros esperados para a cidade de Parintins tem seus itinerários definidos muito antes do navio entrar na foz do rio Amazonas. Cada embarcação tem seus próprios processos de organização que não dependem da comunidade ou lugar por onde o navio passa. Deste modo, a estada em lugar faz parte de um roteiro preestabelecido muito antes da

compra do pacote de viagem. Somente em quatro viagens de campo acompanhamos o processo de recepção dos turistas pelos comunitários, nos meses de Novembro, Dezembro, Fevereiro e Março (Figuras 19 a 22).

FIGURA 19 – M/S Regatta



Fonte: Acervo pessoal, 14/11/2015.

FIGURA 20 – M/S Prinsendam



Fonte: Acervo pessoal, 06/12/2015.

FIGURA 21 – M/S Magellan



Fonte: Acervo pessoal, 01/02/2016.

FIGURA 22 – M/S Regatta



Fonte: Acervo pessoal, 20/03/2016.

As cenas são interessantes para destacarmos o papel das crenças no turismo ocorrido em São Paulo da Valéria, da qual o mercado global do turismo vem ajudando a configurar o novo espaço em face ao desenvolvimento do turismo. As novas dinâmicas do turismo dentro dos sítios simbólicos de pertencimento se apresentam como uma nova ordem social onde se relacionam atores sociais e empresas ligadas ao turismo. O turismo como parte de uma organização capitalista se apresenta como um desintegrador, mas o sítio como repositor social consegue produzir uma harmonia social entre os dois processos.

Um navio, um lugar! As imagens revelam o encontro do mundo dito civilizado com o mundo primitivo encontrado nas regiões tropicais do planeta. É o encontro do novo, orientado pelo pensamento moderno, na constante busca pelo paraíso perdido. A busca pelo elo perdido, também é a busca pelo próprio homem, onde sua essência se entrelaça nas formas de vida e nas relações de si com seu meio ambiente. Essas razões compõem o quadro das necessidades do ato de viajar que as operadoras de viagens usam para atrair tantos turistas das mais variadas partes do mundo. Desta forma, o navio não é uma simples representação da face do mundo civilizado, mas a materialidade do modo mercadológico e mecanicista do pensamento monocientífico que a ciência do *homo oeconomicus* cria para satisfação dos turistas. O cruzeiro é configurado para cada perfil de turista como mostra a tabela abaixo:

TABELA 4 – Representação da formatação de um cruzeiro marítimo

	Navios	País	Operadoras	Ano	Cap.	Roteiro	Nome	Dias	Valor
01	M/S Marina	Ilhas Marshal	Oceania Cruises	2011	2.058	Rio de Janeiro a Miami	Amazônia e o Atlântico	21	R\$19.509
02	M/S Marina	Ilhas Marshal	Oceania Cruises	2011	2.058	Miami a Rio de Janeiro	Edens e a Amazônia	21	R\$19.969
03	M/S Insignia	Bahamas	Oceania Cruises	1998	420	Miami a Miami	Amazônia e Além	24	R\$20.901
04	M/S Volendam	Países Baixos	Holland America	1999	647	Fort Lauderdale a Fort Lauderdale	Grande viagem de 77 dias à América do Sul e à Antártica	77	US \$9.999
05	M/S Volendam	Países Baixos	Holland America	1999	647	Fort Lauderdale a Buenos Aires	Viagem De 36 dias pela América do Sul	36	US \$4.749
06	M/S Volendam	Países Baixos	Holland America	1999	647	Fort Lauderdale a Fort Lauderdale	Amazon Explorer de 32 Dias	32	US \$4.699
07	M/S Volendam	Países Baixos	Holland America	1999	647	Fort Lauderdale a Fort Lauderdale	Grande Viagem de 74 Dias à América do Sul e à Antártica	74	US \$9.599
08	M/S Volendam	Países Baixos	Holland America	1999	647	Fort Lauderdale a Buenos Aires	Grande viagem de 33 dias pela América do Sul	33	US \$4.899

Fonte: Adaptado do Portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, assim como os sites das operadoras das viagens de cada navio, 2019.

Uma operadora de viagens e turismo para atrair sua demanda turística oferta seus produtos de acordo com as necessidades de cada turista. Como uma grande indústria, elas organizam uma variedade de roteiros pelos diferentes lugares e regiões do planeta. Nesses roteiros, essa oferta é complementada por uma variedade de serviços, como hospedagem, lazer,

esportes, jogos, eventos culturais, comidas e bebidas, além de excursões por cidades, portos, ilhas, e em comunidades com atratividade ligadas ao exótico.

Como uma indústria automobilística com sua oferta de veículos das mais diferentes cores e padrões para atender cada classe social, os operadores de viagens e turismo também seguem esta mesma configuração mercadológica. A esse exemplo à Silversea, uma das maiores operadores de viagens de cruzeiros no mundo, anunciou em 2018 um novo roteiro de viagem, *Viagens culinárias e enriquecidas com vinho*, tendo como itinerário a Amazônia, com chamadas na Boca da Valéria, oferecendo em seu pacote a experiência gastronômica, combinando a passagem por vários destinos. Esse novo roteiro com a duração de 25 dias a partir da cidade de Rio de Janeiro a Fort Lauderdale, passando pelos rios da Amazônia tem o valor a partir de US \$8.900 por hóspede, a bordo de um luxuoso navio.

Nos oito roteiros destacados na Tabela 2, todos mostram que a demanda turística vem dos países do Norte, onde concentra todas as crenças das ciências tecnicistas. A tabela mostra oito roteiros das operadoras *Oceania Cruises* e *Holland Amererica Line*, que tem em seus itinerários a Boca da Valéria a custo totalizando 41 mil reais 77 dias o mais caro, e o pacote mais econômico em 36 dias de viagem pela América do Sul tem custo a partir de 19.3 mil reais. *Holland Amererica Line* também oferece um pacote ao redor do mundo, passando pelos principais portos de todos os continentes, numa viagem de 128, com custo de US \$ 22.499 dólares, a bordo de uma luxuosa embarcação, o MS Amsterdã, que tem a capacidade para transportar 1380 passageiros. A chamada, nome da operação relacionada à parada no itinerário que tem a duração de seis a oito horas, como na Boca da Valéria.

O modo como cada roteiro é montado obedece às crenças das ciências normalistas, onde coloca o homem de fora de seus domínios como espécie primitiva, um mundo exótico, como modo de vida que representa algo distante do tempo e dinâmicas dos países do Norte, uma vez que “frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos” (KUHN, 1998, p. 24). É preciso configurar um tipo de imagem ideal para que oferta e procura produza resultados esperados da empresa capitalista. Krippendorf (2001), essas companhias dizendo que “as operadoras de viagens tiram partido do sentimento nostálgico e dos sonhos e comercializam as paisagens, os seres e as culturas, seria o caso de se pensar que elas detêm uma responsabilidade incomparavelmente maior”. Vejamos como as comunidades são vistas pelas operadoras dos cruzeiros marítimos sobre os espaços amazônicos em seus pacotes de cruzeiros:

Para a operadora *Seabourn Cruise Line*, em seu roteiro *Em 36 dias, Brasil e Amazônia em Profundidade*, o itinerário *Boca dos Botos, Brasil*, no município de Parintins é:



*O nome desse local ao longo da Amazônia se refere em português a Botos, os famosos golfinhos cor de rosa nativos desse rio. A lenda de Caboclo, consagrada pelo tempo, conta que essas criaturas graciosas e inteligentes possuem a capacidade de se transformar à noite em jovens bonitos, que cortejam e seduzem as donzelas inocentes das aldeias ribeirinhas. É apenas um exemplo de como todas as coisas vivas aqui estão entrelaçadas com o rio e suas flutuações. Na Boca dos Botos, sua equipe de expedição Ventures by Seabourn oferece oportunidades para visitar uma 'floresta inundada', resultante da dramática mudança sazonal de solo seco para o fundo do rio. A flora e a fauna da região estão perfeitamente adaptadas e, de fato, dependentes desse ciclo. Ao explorar a área, é provável que você veja animais como preguiças, macacos bugios*⁸⁵.

Para a operadora *Holland America Line*, em todos os roteiros a visão sobre o itinerário *Boca da Valéria, Brasil* é:



*Cercado pela floresta amazônica, Boca da Valeria, um pequeno assentamento brasileiro com menos de 100 pessoas, não possui infraestrutura de turismo. No entanto, o destino atrai os viajantes, oferecendo um vislumbre autêntico da vida simples do rio que os ameríndios seguem há séculos. Significando 'Foz do rio Valéria', a remota vila de pescadores e comerciantes fica na convergência do Amazonas e do Rio da Valéria. As crianças locais orientam os visitantes ao longo de uma trilha de terra e posam para fotos em seus trajes nativos, geralmente com animais exóticos a reboque. Boca da Valéria, localizada entre as cidades de Parintins e Santarém, contrasta fortemente com os centros urbanos próximos, como Manaus, onde os moradores convivem com todos os confortos e complicações da vida contemporânea - mas aí está o apelo ao mundo aventureiro*⁸⁶.

Para cada pacote há um tipo de turista. O turista por sua vez são pessoas motivadas por uma necessidade de viagem seja por lazer, conhecimento, cultural, evento, gastronômico. Muitas são as motivações que fazem com essas operadoras criem uma superestrutura de hospedagem com a rede de instituições, companhias de transporte, o poder público, associações comunitárias, o *trade* turístico, para fazer movimentar as atividades do turismo, onde o principal elemento para manutenção desse processo é turista.

Os turistas são pessoas de varias idades, entre jovens e a grande maioria casais de idosos (Figura 23) que desfrutam do lazer, boa alimentação, serviços de hotelaria, academia, excursões entre outros serviços inclusos durante a escolha do pacote de viagem. Para Beni (1998, p. 228),

⁸⁵ Portal da operadora *Seabourn*, *Em 36 dias, Brasil e Amazônia em Profundidade*. Disponível em: https://www.seabourn.com/en_US/find-a-cruise/S1S36A/6117A.html. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁸⁶ Portal da operadora *Holland America Line*, destinos, América do Sul e Antártida. Disponível em: https://www.hollandamerica.com/en_US/find-a-cruise/W1W128/A110.html. Acesso em: 10 nov. 2019.

“atualmente, a navegação marítima para o Turismo, com o desaparecimento da grande maioria das rotas regulares, limita-se a cruzeiros com navios modernos, amplos, verdadeiros complexos turísticos de alojamento e recreação flutuantes”. O navio sendo o próprio atrativo, também oferece como produto a excursão em uma comunidade como um lugar exótico, assim como o contato com o universo primitivo dentro de tempo limitado.

FIGURA 23 – Movimentação de turistas na comunidade São Paulo da Valéria



Fonte: Acervo pessoal, 14/09/2015.

A comunicação entre turistas e comunitários poderia ser o grande complicador para o desenvolvimento dessa atividade, mas neste caso, o sítio busca soluções a seu modo. A compreensão dos diálogos entre os comunitários está na satisfação de um para com o outro. Enquanto para o turista o encontro com o espaço, à comunidade e o comunitário é uma forma de ver o mundo em sua profundidade, para os comunitários o contato com o turista projeta o sentimento de conquista. O comunitário acredita que dessa relação, a realização da satisfação do turista leva a sua satisfação.

A esses exemplos a Companhia *Holland America Line* dispõe de um blog, onde tripulantes e “hóspedes”, como são tratados todos os passageiros a bordo da embarcação, possam relatar suas experiências durante a viagem. Esses relatos nos revelam o pensamento e o modo como o turista vê o lugar posto como um objeto de contemplação. Isso dá sentido à experiência do outro em relação ao comunitário. Responde a uma questão simples: *O que leva um turista a viajar dias pelos mares e rios e querer visitar uma comunidade Amazônica?* Vejamos alguns desses relatos:

- 1) Diário de Cruzeiros: Boca de Valeria

Enviado por: Julie	23/02/12	Boca de Valéria, Manaus, Brasil
A hóspede Mary O'Donnell está a bordo de <u>Maasdam</u> e enviou este grande diário de cruzeiros de sua viagem. Fique ligado para mais postagens de Mary! <i>Esta é uma pequena vila encantadora de aproximadamente 75 moradores. Como era sábado, acredito que muitos dos residentes convidaram seus parentes das proximidades para visitar com suas mercadorias e barcos turísticos. As crianças eram encantadoras e muito amigáveis. A escola tinha computadores, antenas parabólicas atrás dela e também as casas, embora muito primitivas, tinham televisões e outros aparelhos eletrônicos. Não sei de onde veio a eletricidade, mas a água parecia ser fornecida por fontes. Os artistas são abundantes e cada criança tinha um animal de estimação ou dois. Fomos informados de que não há pessoas com fome aqui</i>		

2) Visita de Prinsendam às aldeias de Boca de Valéria

Enviado por: Jeanni	07/02/11	Boca de Valéria, Manaus, Brasil
<i>A experiência da Amazônia! Prinsendam telefonou na Boca da Valéria em 15 de janeiro, seu terceiro porto de escala na Amazônia. Fizemos uma proposta para esta pequena e encantadora vila autêntica, onde os aldeões vieram nos cumprimentar e as crianças nos pegaram pelas mãos para nos mostrar e tirar fotos com eles. Obviamente, a expectativa é de um dólar para dois, que ninguém se importava em dar. Muitos dos convidados concordaram que essa era uma de suas paradas favoritas na Amazônia.</i>		

3) Veendam em Boca da Valéria, Brasil

Enviado por: Myles	13/04/10	Boca de Valéria, Manaus, Brasil
<i>Em 8 de abril, o ms Veendam ancorou perto da pequena vila de Boca da Valéria, Brasil. Como apenas alguns navios visitam esta pequena comunidade a cada ano, a tripulação e os oficiais fizeram uma enorme campanha de caridade e também decidimos convidar algumas das crianças da escola a bordo para almoçar e fazer um passeio de navio.</i>		

4) Trazendo presentes para Boca de Valéria

Enviado por: Janet	24/10/08	Boca de Valéria, Manaus, Brasil
<i>Enquanto navegava no rio Amazonas, Veendam telefonou em Boca de Valéria, Brasil, uma pequena vila a cerca de 800 quilômetros a montante do oceano. O pequeno porto só é acessível via rio, e os habitantes locais cumprimentaram o navio no píer. A equipe, especialmente o Departamento de Segurança, vinha colecionando brinquedos e roupas nos últimos meses e doou mais de 20 caixas para a escola local que ensina as séries um a quatro a crianças de seis comunidades próximas. Também estava a bordo um grupo da CruiseCritic.com que também havia trazido doações. O Departamento de Convés reservou uma proposta separada para a festa e provisões, e todos ajudaram a levar caixas para o terreno irregular e lamacento até a escola.</i>		

Os relatos acima trazem um dado interessante em que a teoria dos sítios tece suas críticas, sobre as ambiguidades existentes nos processos de desenvolvimento capitalista, uma vez que existe uma baixa intensidade de contato as “caixas pretas” dos protagonistas do desenvolvimento, o que Zaoual chama de insuficiência da fertilidade intercultural (1996, p.

261). Essas relações são caricaturais, escondem a mão invisível do mercado, que tenta a todo custo encobrir o desequilíbrio nessa relação.

Antes de tudo, a concretização do turismo em Boca da Valéria, não depende exclusivamente das entidades e empresas que organizam esta atividade, existe uma dependência das práticas locais. A partir dessas práticas, como um processo dinâmico em um espaço aberto, o universo do mágico e o encantamento começam a ganhar vida. Como um broto de uma planta acelerada pelo tempo, todos os contornos e envolvimento entre pessoas, comunidade e o meio passam a dar a imagem do turismo. Essa dinâmica como resultado das ações e práticas, são unidades construídas diariamente entre os atores do sítio. Essa transformação é uma mera manifestação da entidade imaterial, invisível. “Ele impregna secretamente os comportamentos individuais, coletivos e todas as manifestações materiais de uma região dada (paisagem, *habitat*, arquitetura, saber-fazer e técnicas, utensílios, modo de coordenação e de organização econômica etc.)” (ZAOUAL, 2008, p. 7).

Existe uma organização da comunidade pelos comunitários, em que são realizadas reuniões para saber sobre as demandas necessárias para que tudo possa ocorrer com tranquilidade. Entre essas demandas está o pequeno trapiche (Figura 24) para receber as embarcações baixadas do próprio navio que levam os turistas até a comunidade. Sem esse equipamento todas as outras atividades ficam comprometidas. Existe um comunitário (Sr. Coruja) responsável pela guarda do trapiche, que o movimento sobre o rio obedecendo a dinâmica da subida e descida das águas, e o cuida.

O Sr. Coruja é o guardião do pequeno porto. Esse equipamento é construído sobre dois troncos de madeira, e sobre esses troncos fica um assoalho de tábuas, que dá suporte para uma pequena ponte. Junto com outros comunitários de São Paulo ou das outras quatro comunidades realizam esse trabalho, fundamental para a segurança dos turistas. Uma pequena ponte de mais de cinco metros faz a ligação entre o trapiche e as margens. Nesse processo, o trapiche é seguro por várias cordas presas em varas retiradas da floresta da serra. Esse processo é realizado sempre antes da chegada do transatlântico. Esse processo é interessante, pois traz a primeira monta a relação existente entre a comunidade, o navio e os turistas.

O Sr. Coruja tem outra função fundamental na relação comunidade e navio por ser o responsável de operar o equipamento de comunicação. A partir da comunicação entre o Sr. Coruja e o navio, através do Departamento de Segurança, como revelou a hóspede Janet no dia 24 de outubro de 2018 quando viajava a bordo do cruzeiro MS Veendam. Após essa primeira

comunicação que antecipa a ancoragem do navio em frente a Serra de Parintins, uma equipe se desloca para confirmar a segurança do pequeno atracadouro (Figura 24).

FIGURA 24 – Trapiche de atração para o desembarque de turista



Fonte: Acervo pessoal, 2015/2015.

Esse processo de preparação da comunidade constitui a organização do espaço, algo que não tem a participação da prefeitura ou do Estado. Essa organização vem da prática cotidiana, da vivência e da interação entre comunitários e a tripulação das embarcações. Nesse processo organizacional estão os práticos ligados a alguma agência de viagem em Belém ou Santarém, dependendo das relações de operação das proprietárias dessas embarcações, complementando a rede de turismo.

A comunidade é o palco e os comunitários os atores que fazem essa atividade acontecer. O cenário em volta é dinâmico, se molda no tempo pelas influências dos fenômenos naturais. Cada um desses atores sociais consegue produzir uma atividade particular. Os comunitários organizam suas casas, a comunidade, os caminhos por onde transitam os turistas, tudo é preparado para que cada viajante tenha uma experiência única. Enquanto o mercado de viagens organiza e torna realidade as necessidades dos turistas, o sítio por outro lado se projeta como um ser invisível que coordena as ações dos atores nesse teatro.

À imagem da “mão invisível”, o sítio induz, com efeito, seus próprios modos de regulamentação e de coordenação individual. Logo, não há somente o mercado como modo de intercâmbio possível (ZAOUAL, 2008, p. 7). O modo de organizar a prática do turismo pelos

comunitários traduz todos os serviços que são ofertados aos turistas durante a permanência do cruzeiro na comunidade. Os comunitários que participam diretamente com o turismo transladaram suas existências e constroem um modo particular de produção do espaço.

Como um grande teatro, cada ator tem seu papel e suas representações. O Sr. Coruja, por exemplo, no dia da chegada do cruzeiro, ele veste calça e camisa branca, com um quepe, parecendo um comandante de uma embarcação. É uma imagem que remete aos anos de 1980, quando a TV retransmitia o filme *A Ilha da Fantasia*, onde o senhor Roarke, e seu fiel auxiliar, o pequeno Tattoo, davam as boas vindas a todos os visitantes daquela ilha fictícia. Mas nosso caso, não é uma imaginação ou uma ficção da indústria cinematográfica, é um mundo real, onde homens e mulheres interagem uns com os outros em suas práticas sociais.

Essa interação entre os homens em cada situação caracteriza o homem situado. De acordo com Zaoual (2006a, p. 17), “devido a sua inserção em seu sítio (espaço simbólico local, moldando e moldado, aberto e fechado etc.), o *homem situado* é muito habilidoso na combinação de diferentes motivações e dimensões, o que o torna imperceptível nas ciências ocidentais”. Enquanto esse homem situado consegue construir um modo de vida próprio contrapondo-se contra a dominação do capital nas práticas do turismo, o mercado por sua chega até o sítio imaginando estar em um universo paralelo.

Sobre essa situação, podemos usar o depoimento três e quatro do blog da Operadora *Holland America Line*, quando faz referência a presentes e caridades. Enquanto o homem situado consegue desenvolver certa harmonização social, os agentes do turismo, ainda estão presos às velhas crenças capitalistas. Reduzindo esse ser humano em um simples elemento natural. O reducionismo em questão é prejudicial, não somente às singularidades locais, como também a ‘boa gestão de um capitalismo inteligente’ capaz de identificar valores e normas endógenas mobilizadoras e produtoras de certeza, motores essenciais ante a incerteza inerente ao mercado (ZAOUAL, 2003, p. 45).

O homem situado constrói um personagem e atua como se aquela representação fosse a realidade da vida vivida. Durante o ano, esse comunitário é pescador, agricultor, estivador, professor, artesão, aluno, pai, mãe, mas naquele momento ele transmuta em indígena, pilotoiro, guia de turismo, organizador de turismo. Zaoual (2006a) chama de pragmatismo da *lógica dos sítios*. Com a consciência da complexidade das interações simbólicas e práticas existentes entre os atores (pessoas, organizações, instituições etc.), esse ‘pragmatismo’ se constrói primeiramente sobre a confiança e a participação ativa dos homens da situação. Para cada situação esse homem molda a melhor forma de interação. Desta forma, as práticas e iniciativas

relacionadas ao turismo estão à venda de artesanato, guia de turismo, “piloteiro” de canoas, indígenas, organizadores e anfitriões (Figura 25).

FIGURA 25 – Práticas locais relacionadas ao turismo receptivo



Fonte: Acervo pessoal, 20/03/2016.

São essas práticas que movem a economia da comunidade nessa época. O valor gerado por cada serviço varia conforme o produto ofertado. Um passeio de canoa em um tempo de 30 minutos custa em média cinco dólares por pessoa, um colar custa cinco dólares, uma pintura, seja quadro, guardanapo custa de dez a vinte dólares, um artesanato maior, como as formas de animais silvestres custam vinte a trinta dólares. Quando os turistas desembarcam na comunidade é uma festa entre as crianças. Todas disputando as mãos de algum casal de turistas, servindo como guias de turismo, apresentando toda a comunidade.

A comunicação pouco importa para essas crianças, o importante é a alegria e o momento desse encontro na espera de alguma lembrança. Esses pequenos guias tornam-se amigos desses viajantes sem ao menos haver diálogo entre eles. São anfitriõezinhos que recebem com cordialidade e hospitalidade seus novos amigos. Mas existe uma expertise dessas crianças, elas conduzem até a casa de algum familiar na esperança de que seja retribuída com algum donativo, algo comum entre os turistas é doar presentes ou donativos para os comunitários, como: toalhas, bonés, camisas, óculos, roupas, sapatos, outros.

Os artesãos fazem parte da Associação Arte Sampa Arte de São Paulo. Seus artesanatos são de sementes e madeiras da região. O interesse nesse processo, segundo esses profissionais, é que a grande maioria não fez nenhuma espécie de curso, tudo foi aprendido nas comunidades, observando o outro. Esses artesãos exportam seus produtos para outras cidades, no festival folclórico de Parintins, também comercializam seus produtos. Esse universo de práticas representa a caixa de ferramenta deste sítio, uma que ela “armazena seu saber-fazer, suas técnicas, seus modos de exploração do ambiente. Tudo indica que este saber-fazer está intimamente ligado a um saber-ser (*know how and how to be*)” (ZOAOUA1, 2008).

Os sistemas de crenças que movem as ações dos comunitários nesta região contribuem para o turismo receptivo com a venda de souvenirs fabricados pelos moradores é um indicativo de que as experiências de uma determinada população conseguem estabelecer uma relação com o sistema globalizante. Os moradores dessas comunidades produzem artesanatos apreendidos pelo convívio entre os próprios comunitários e repassados para as outras gerações. Serviços de canoagem, confecção de lembranças, venda de bebidas, bonecas de pano, guardanapos e uma variedade de produtos e serviços fazem movimentar toda a economia durante esse período. Se alinhado a um tipo de desenvolvimento com base na cultura local, que é a base do desenvolvimento situado, podemos transformar mais a realidade social e produzir um bem-estar social.

CAPÍTULO IV

O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SITUADO: NOVOS OLHARES, NOVOS SABERES

A experiência ensina que as práticas de transplante em qualquer lugar estão superadas. Todo conhecimento do outro pressupõe doravante seu reconhecimento e uma introspecção. Sempre se fala a partir de algum lugar. Cada um carrega seu sítio em sua mente, mesmo de modo inconsciente. O relato do especialista não é necessariamente o mesmo que o da população sobre a qual ele projeta seu olhar, mas ele acredita que seu projeto é o dos atores do sítio. Assim, muitos projetos se tornam 'projéteis', atirados nos sítios acerca dos quais não se dispõe de visões de dentro, por causa de se ter sempre suposto que os atores locais são 'idiotas' e que precisam aprender a agir segundo uma racionalidade decretada superior e científica.

Hassan Zaoual (2006a, p. 28).

4.1 INTRODUÇÃO

A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento ensina que o homem se constitui em um ambiente onde a interação entre os elementos simbólicos são fundamentais em todos os processos sociais. Cada sociedade, seja ela capitalista ou tradicional, é movida por um sistema de crenças que funciona como uma bússola orientadora, onde o tempo não se projeta como único. O tempo entre dois mundos está sujeito às suas construções culturais, ignorar esse fundamento torna inviável qualquer ação interna. Contrariamente, os modelos e projetos de desenvolvimento não foram e não são capazes de aceitar essa condição da cultura sobre as manifestações econômicas.

O múltiplo, o complexo, a diversidade não tiveram garantias nos projetos de desenvolvimento, tudo gira em torno de uma única direção. Produção, produção e mais produção: lucro. Foi nessa direção que os grandes projetos na Amazônia não tiveram o êxito esperado. Pensa-se externo faz-se externo. Ideias e pensamentos transladaram junto com esses projetos, com o pensamento de contribuir apenas para o desenvolvimento e crescimento de um ser, qual sua "mão invisível" conduz aqueles que executam seus planos para lugares inalcançáveis. O pensar local e o saber-fazer local foram colocados para fora desse processo. O que são colocados para dentro são os braços humanos e toda força possível.

O desenvolvimento situado obedece a um tempo que não é o tempo único. A dimensão do tempo situado se manifesta no mundo das experiências humanas. Não é no singular, mas no plural, na pluralidade do tempo, na complexidade da vida e na luta diária dos indivíduos contra as manifestações do tempo único. O desenvolvimento por si só não produz resultados

duradouros. Zaoual (1996, p. 425) acredita que “a concepção do tempo varia de acordo com os sítios simbólicos. Todo mundo possível, tem sua própria relação com o tempo. A cultura do capitalismo introduziu uma visão e uma prática de tempo que lhe são particulares”.

Os exemplos na grande Amazônia são substanciais quando se fala em modelos de desenvolvimento econômicos uniformizadores. Henry Ford e sua Fordlândia são a materialização de um pensamento único, do qual os grandes projetos de desenvolvimentos transpostos subjugaram toda existência complexa e diversa do território amazônico. A crença desses seres alienígenas foi de transformar a todo custo as formas de vidas como se fossem reflexo de sua própria imagem. Só serão semelhantes quando todo diverso se tornar único! Contrariamente, o tempo do desenvolvimento situado é variável e não toma a direção A ou B, todas as direções tornam-se válidas para que seus objetivos sejam alcançados.

Bartholo, Santos Jr. e Tunes aduzem a discussão teórica proposta em Zaoual a categoria do sistema fenomênico ⁸⁷ que se traduz como totalidades dinâmicas da relação do tempo do homem, do turismo e do desenvolvimento situado. Cada tempo obedece a regras de um jogo específico que não caracterizam um único universo social. O homem urbano, por exemplo, vive segundo o tempo do trabalho, do consumo, o tempo do relógio obedece ao tempo do mercado. Já o homem rural tem seu tempo orientado pelas estações do ano, pelo tempo das chuvas, pelo tempo da seca, o tempo da colheita, são tempos variados que obedecem as relações entre o homem e seu espaço físico.

Essa variedade de tempo parece representar construções sociais de vários homens, mas ao contrário é o retrato de um único homem, o homem situado em seu sítio simbólico de pertencimento. É nesse sentido que Zaoual (2003) considera que o conceito de sítio simbólico de pertencimento “é um espaço de crenças práticas ajustado às circunstâncias locais”. Se esse espaço é ajustável, então cabe ao planejador organizá-lo com ações que possam unir as dimensões de tempo do homem situado com seu sítio de pertencimento. Ao modo que respeite sua cultura, suas tradições e suas crenças para não levar a subtração desse homem de seu ambiente social pela simples obediência às regras de um mercado exterior.

Deste modo, para o homem da situação, o tempo não é uma regra imposta, ele pode se metamorfosear a cada situação, pois sua transformação é dinâmica e contraria a inércia do tempo único que elimina todas as possibilidades de transformação. O sítio se apresenta como

⁸⁷ De acordo com Ramos (1981, p. 152), fenomenia é um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais.

um ser transmorfo, que cria suas próprias defesas contra os ataques externos, combatendo, ou se tornando um elemento dessas transformações como mecanismo pedagógico para construção de um conhecimento em defesa dos elementos dessa transformação. Uma vez que “cada sítio apresenta um desenvolvimento próprio, que resiste à tendência totalizante de imposição de um modelo único de desenvolvimento: o desenvolvimento situado aponta para a diversidade” (SANTOS JR., TUNES e BARTHOLO, 2006, p. 11).

O tempo serial remete à época da introdução do sistema fabril de Henry Ford quando criou sua produção em série, tornando esse sistema um modo de vida. Diferente das linhas de montagens do chão de uma fábrica, a vida não segue a direção linear, ela percorre várias direções que nem sempre levam àquele local desejável. Tentar evitar chegar a esse local faz parte da vida como processo constante do aprendizado humano. Esse processo é como o sítio com suas características dinâmicas alimentando-se da grande diversidade existente em seus domínios, sendo um “mutante em torno de um código de seleção que carrega em si próprio” (Zaoual, 2003, p. 55). Neste sentido, as características do homem situado de Zaoual e o sistema fenonômico de Ramos traduzem aspectos de semelhanças sobre as atividades dos homens em cada situação.

O desenvolvimento situado une as experiências humanas construídas socialmente em uma localidade, liga economia, cultura, meio ambiente, ecologia, modo de ser, práticas sociais como parte de uma totalidade preconcebida para gerar o desenvolvimento social. Esse conjunto de processos que forma um sítio simbólico de pertencimento contém as três caixas pedagógicas dos sítios: a “caixa preta”, a “caixa conceitual” e a “caixa de ferramentas”, necessárias para sustentar uma posição contrária a certas manifestações sociais prejudiciais à localidade e sua população. Quando um novo processo de desenvolvimento econômico é acionado em uma localidade, não há a inclusão das experiências do grupo, seus conhecimentos, modos de organização, seus modelos de comportamento e de ação, seu saber-fazer, suas técnicas etc., todas as etapas para implantação até sua instalação já estão definidas.

Esse tipo de processo social tem ajudado a construir um tipo de homem totalmente egoísta, individualista, preocupado apenas com suas conquistas sociais. Um homem com vícios totalmente prejudiciais à conservação e preservação do próprio ambiente em que vive, sua conduta é reflexo de um modelo de vida baseado no alto consumo. É um homem considerado racional, mas sua racionalidade contribuiu para o fortalecimento e manutenção de uma economia distante do seu sítio. Considerado como *homo economicus*, esse ser que não aceita mudanças favoráveis ao grupo é muito resistente a novas transformações sociais a favor da

comunidade. Sua visão segue o pensamento único, não reconhece a diversidade e multiplicidade de processos sociais.

Nosso pensamento se vincula ao entendimento de Zaoual ao criticar os modelos de desenvolvimento capitalista no norte do continente africano. Junto a sua crítica, Zaoual (2006a, p. 50) apresenta a noção de *homo situs* como alternativa mais realista, já que nos campos de atuação, as pessoas da base combinam vários imperativos na conduta de seus negócios cotidianos. Essa noção é, portanto, mais adequada aos universos complexos; supera o *homo sociologicus*, indivíduo que adere a uma norma social estática, e o *homo economicus*, indivíduo aparentemente racional, egoísta e calculista. Não podemos negar a perda gradativa do homem de suas raízes simbólicas que o vincula ao seu espaço local.

A direção do desenvolvimento situado caminha na contramão dos processos sobre a égide capitalista. Os modelos de desenvolvimento econômico nos últimos anos têm mostrado o distanciamento dos seres humanos de seus semelhantes, já que eles estão presos às regras sociais multiplicadoras do *homo economicus*. Exemplo desse distanciamento é a práxis comunitária. No espaço rural, onde se poderia notar essa ação com frequência, muitas condutas sociais contradizem essa idéia, sua manifestação ligaria de imediato às pessoas praticantes de tradições e condutas sociais enraizadas nesses espaços, com o propósito de levar o bem-estar social e a prosperidade da comunidade, configurado como uma representação social fortemente carregada dos sentimentos de pertencimento.

Contrário a essa idealização, durante nossa pesquisa de campo, a sensação foi de estar em meio ao espaço urbano, onde as pessoas vivem sobre a psicologia do medo, devido aos altos índices de violência, ou do individualismo e egoísmo gélido da falta de interação e convivência junto aos seus pares. Comparado ao espaço urbano, o que mais vale é a regra de “cada um por si”. O “um por todos e todos por um”, nem mesmo quando alguma ação social poderia favorecer a comunidade não se sobrepôs aos interesses individuais.

O pensamento de que, quanto mais afastada do meio urbano, a sensação dos laços de solidariedade seria mais evidente, esse pensamento está se tornando cada vez mais parecido com uma fábula, em um universo dos sonhos. Contrário a isso, o modo e os costumes urbanos de viver estão presentes mesmo naqueles lugares remotamente afastados, uma vez que muitos equipamentos e aparelhos tecnológicos têm uso comum a todos. Embora uma ampla tecnologia chegue ao espaço rural como: celular, televisores, assim como antenas parabólicas, internet por satélite, muitos outros meios tecnológicos e o acesso às técnicas para o melhoramento da produção é algo ainda restrito.

O acesso a esses processos de inclusão aos meios técnicos é evidenciado por ações de pessoas com maior poder econômico ou de empresas ligadas ao mercado internacional. Enquanto num mesmo espaço geográfico uma propriedade tem produção agrícola intensa, outra pode parecer um espaço que se confunde com a imensidão da floresta. Apesar de esses fatos parecerem uma situação hipotética, ele representa o modo como ocorrem os processos de produção no espaço rural. Na contramão do tempo presente e dos modelos de desenvolvimento capitalista, nos anos de 1940, alguns projetos públicos inseridos na área de estudos, como o Fomento (Secção de Fomento Agrícola em Manaus – Amazonas), possibilitou a inclusão de sementes para inclusão de novos produtos agrícolas, melhoramento genético de animais na pecuária, assim como o acompanhamento técnico.

No espaço do qual realizamos as observações, existem muitos resquícios de projetos baseados no desenvolvimento de modelos capitalistas como a Papelamazom e a Colônia Japonesa em Vila Amazônia. Esses projetos não foram capazes de elevar o padrão de vida dos moradores locais, nem estimular a produção de uma agricultura científica, nem sequer a produção de um conhecimento local. No caso japonês, eles respondiam a ordens do Império Japonês, visto que quando eles foram expulsos do Brasil, uma boa parte da população durante duas décadas destinou suas atividades à prática da produção da juta transposta da Ásia, tanto nas áreas várzeas no interior do município quanto nas linhas de produção da Fabril Juta instalada na cidade de Parintins. Esses projetos de desenvolvimento implementados estavam destinados à produção em grande escala para atender uma demanda de mercado, como a juta e a celulose. Esses fatos estão vivos apenas na memória e lembrança da população local, ou nas ruínas ainda encontradas nos lugares onde foram ou deveriam ser instaladas.

Esses processos de desenvolvimento forçam a perda da intimidade com espaço rural pelo simples fato de contribuir para expansão dos espaços urbanos em detrimento dos espaços rurais. Quando promove o desenvolvimento do espaço rural, ele não atinge a totalidade das pessoas que estão no mesmo espaço. A falta de mão de obra qualificada, por mais que já exista a inclusão de alguns moradores locais, ainda não permite a inclusão de maior número de moradores, como acontece em áreas onde estão os grandes cultivos de soja, milho, açúcar, milho, entre outros. Nessas culturas são usados equipamentos com tecnologias altamente avançadas, necessitando de mão de obra especializada na sua operação. Sem falar que essas áreas para o plantio pertencem a um conglomerado de empresas, ou empresários que muitas vezes não residem na mesma localidade.

Ao modo capitalista, o desenvolvimento, ao longo dos anos, sobre o solo amazônico levou a bruscas transformações da natureza física, social e cultural. Vale ressaltar que flora e fauna continuam sendo devastadas. No atual cenário político experimentado no Brasil, com as mudanças nas políticas ambientais, a Floresta Amazônica nunca se viu tão ameaçada. Mudanças também nas estruturas e configurações sociais sem levar em conta a história e culturas das populações locais, como as populações indígenas, quilombolas, os amazônidas dos interiores das florestas. Esses processos são também resultados da não promoção do equilíbrio social produzido pelo modo de produção capitalista.

Essas demandas têm uma relação direta de base industrial, responsáveis em levar para áreas onde foram criados pólos industriais grandes contingentes de pessoas de vários cantos do país e do mundo. O exemplo em nossa região é o Polo Industrial de Manaus. E sobre a hegemonia econômica frente à população acostumada a condições materiais diferenciadas, produzem transformação na cultura ou padrões culturais locais. O cenário criado reproduz uma imagem que representa um falso bem estar social, distanciando as relações íntimas do homem com a natureza física e social, escondendo sua verdadeira face marginalizadora. Esse distanciamento leva a perda do respeito do homem com a natureza, onde os mitos produzem um senso de proteção que garante a preservação de todo meio ambiente. A multiplicação da existência do homem situado poderá ser a grande saída para os problemas recorrentes da conservação e preservação ambiental.

Esta questão é comparada a um fato ocorrido nos anos de 1980 durante minha juventude na propriedade rural dos meus pais que fica na comunidade do Murity. Nos meses de setembro a novembro no período de estiagem, a nascente do igarapé do Murity havia perdido a abundância do fluxo de água e somada a um desmatamento ocorrido em sua margem quase chegou a desaparecer. A função da lenda da *Mãe d'água* garantia a conservação de toda extensão daquele curso de água, mas o que se viu foi resultado da ação de um pensamento de dominação da natureza, uma vez que aquelas ações atendiam as necessidades de consumo do mercado local da produção da farinha regional. Essa relação entre mito, crenças e cultura foi transformada pelo desenvolvimento capitalista dando lugar a uma cultura de dominação da natureza pela exploração excessiva e despreocupada.

A perda dessa relação se traduz pela perda do *homo situs*, um ser virtuoso com forte ligação com a natureza, uma vez que sem ela o *homo situs* não tem sentido. Esse processo é consequência da organização social hegemônica da qual os interesses levam a conservação dos *status quo* da sociedade dominante. Nesse sentido, Zaoual (2003, p. 20) adverte que “se não se

aceitar a ideia de que o mercado deveria ser contido e limitado em sua pretensão de reger o conjunto das relações entre os homens, à natureza e os ecossistemas”. A contenção desses processos revive o homem situado, assegurando o equilíbrio ambiental cobijado pelo pensamento das sociedades dominantes.

Desse modo o desenvolvimento situado obedecendo ao tempo do sítio, pode contribuir para questões de longo e curto prazo. Seguindo suas considerações, “seus membros empenham-se apenas em obras automotivadas, o que significa que, de modo geral, se mantêm ocupados ao extremo e seriamente comprometidos com a consecução daquilo que, em termos pessoais, consideram relevantes” (RAMOS, 1989, p. 152). Nesse sentido a ideia de construção do desenvolvimento situado começa a partir da sua configuração ao tempo do sítio e ao homem situado. Deve levar em consideração as experiências passadas como forma de aprendizado, uma vez que elas estiveram ligadas ao modo transposto de organização e pensamento. Nesse sentido, Zaoual (2006 a, p. 133) considera que *os sítios de recepção fazem surgir complexidades para as quais a análise requer muita cautela e consideração de entidades negligenciadas pela ciência econômica, como, por exemplo, as representações simbólicas (crenças, valores, éticas locais, espiritualidade etc.) dos atores do sítio.*

Seguindo essas considerações este capítulo traça um caminho provável para tornar possível o novo processo de desenvolvimento situado. Aponta a construção de um programa de estudos sobre os sítios e estabelece um tipo de processo de conhecimento a partir de uma educação itinerante, a pedagogia situada, a historiografia e a geografia, assim como apresenta algumas possibilidades de processos de produção, aproveitando o conhecimento e as práticas das iniciativas locais. A profundidade funde-se a proximidade onde o enraizamento social constrói a dinâmica socioespacial do sítio, na qual seus mecanismos “desorientam os especialistas cujos pensamentos e procedimentos são programados por uma concepção uniformizante e mecanicista” (ZAOUAL, 2006a, p. 135).

4.2 O DESENVOLVIMENTO SITUADO

O desenvolvimento situado não é um modelo conceitual. Ele somente existe quando é um fato concreto. Não é algo que se busca, mas que acontece. Não traz nenhuma promessa de um futuro grandioso, não é possível conceber para onde nos levará. Não cria hierarquias ou classificações entre povos e culturas. Não permite a opressão dos sistemas totalitários e totalizantes. Traz, somente, a possibilidade da realização plena da humanidade, pela preservação da alteridade e da liberdade, e por tornar possível o exercício da criatividade (TUNES, 2005, p. 182, apud, SANTOS JR., TUNES e BARTHOLO, 2006, p. 11)

A concepção de desenvolvimento situado aqui apresentado permite inserir no diálogo das ciências sociais os aspectos concretos da vida vivida de homens e mulheres em seus sítios simbólicos de pertencimento. Ao contrário das definições apresentadas por Gabriela Tunes (2005), o desenvolvimento situado, em nosso entendimento, é algo concreto que acontece a partir das ações e práticas sociais construídas pelo homem situado, em cada tempo, em cada situação no pleno desenvolvimento da vida vivida. O tempo de salto nas definições de Ramos, a partir desse processo é compreendido como a soma de todas as experiências vividas dentro de um sítio que permite romper com os limites impostos pelo pensamento único. O que molda o desenvolvimento situado é o cotidiano. Cada indivíduo em suas diferentes práticas sociais elabora seu próprio desenvolvimento situado. Esse desenvolvimento é aquele que todos os dias homens e mulheres praticam sem as regras do mercado, obedecendo ao tempo do homem concreto, o *homo situs*. Não é algo que ainda irá acontecer. Ele está acontecendo onde existe uma atividade humana que não segue a um padrão ou a modelos estanques.

Neste sentido, o desenvolvimento segue o que de fato sua etimologia remete: a intensidade do envolver na profundidade das experiências humanas como um processo de produzir mudanças significativas na vida dos grupos sociais. *Cada experiência humana em si é única, a diversidade volta à tona e perturba em profundidade os paradigmas aos quais estávamos acostumados. Tal diversidade se introduz nas entranhas do grande modelo, a fissura de todos os lados e isso, em todos os espaços locais do planeta* (Zaoual, 2006a, p. 135). Intensidade, profundidade, proximidade e experiências são as orientações necessárias, construção das definições de qualquer programa, plano ou projeto de desenvolvimento situado. A interação desse conjunto de ações visa compreender os mecanismos sociais contidos em cada sítio, para depois se tornar um elemento no estágio da construção de um programa de desenvolvimento situado.

Vale ressaltar que esses processos são aspectos que envolvem as práticas e iniciativas locais ocorridas no interior do sítio. O sítio ao seu turno consegue se projetar como um espaço de interações e convenções sociais, onde todas as crenças, mitos, esperanças, decepções e sonhos são projetados como um meio que infere sobre o pensamento único globalizante. A cultura e todos os elementos simbólicos do sítio permitem a coesão e sua proteção contra as interferências externas. O desenvolvimento situado são todas as construções, práticas e iniciativas locais do homem situado em seu sítio. Desse modo, sua existência não pode ser considerada como algo projetado para o futuro, uma vez que as ações do homem situado seguem

suas crenças orientadoras construídas pelas experiências pretéritas e experiências do presente pelas inter-relações entre os homens situados e seus sítios.

Zaoual (2006a, p. 137) complementa que:

O essencial do mecanismo do sítio é de natureza imaterial. Ele pode logo se deslocar por meio do movimento dos atores. Especialistas ou não, cada ser humano tem uma história, um percurso e um sistema de crenças em perpétua recomposição. Este *código sitiológico* condiciona o que ele pensa e o que faz: esta dupla dimensão é animada por processos de aprendizagem e de evolução.

A partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento podemos vislumbrar um horizonte de múltiplas possibilidades destinadas ao interesse social, econômico e cultural, assim como político para uma localidade rural ou urbana. O foco maior do desenvolvimento situado não são as ações para chegar à transformação gradativa do homem em peça de engrenagens dos processos da produção capitalista, mas converge-lo a partir de um processo sociocultural diferenciado para a construção gradativa do próprio ser humano, solidário, altruísta e parceiro entre si, algo cada vez mais esquecido nos processos de desenvolvimento de cunho capitalista. Nesse processo, busca-se o retorno do homem criativo que os modelos homogeneizadores contribuíram para destruir.

A ideia do desenvolvimento situado tem uma relação muito próxima com todas as experiências e observações realizadas tanto em contexto rural quanto urbano, vivenciadas na prática e nas lições e conhecimentos aprendidos no cotidiano. Mas esse processo social está sendo deixado na viagem do esquecimento sem ter sua hora de retorno. O conhecimento popular ou tradicional do qual esse processo se firma, passado de geração a geração está se perdendo no tempo, assim como muitas tradições estão com o risco de ter o mesmo destino. No espaço onde realizamos o campo, nossas observações são bastante pontuais para refletirmos sobre a construção de um novo processo social capaz de levar ao desenvolvimento econômico, assim como a transformação socioeconômica da população local, uma vez que o cenário investigado em nossas pesquisas de campo e documental mostraram um universo muito rico em histórias e memórias, algo necessário para construção desse novo processo.

Nossa tese não se limita em apresentar conceitos e definições casuais para o paradigma do desenvolvimento situado, uma vez que, assim como Zaoual encontrou no continente africano sua crítica ao modo como o desenvolvimento econômico levou ao questionamento da ciência econômica, encontramos do mesmo modo no cenário amazônico as contradições desse mesmo

desenvolvimento. Os cenários sociais mesmo distantes um do outro apresentam-se semelhantes e precisam ser colocados como referências na construção de um novo processo de desenvolvimento. Isso induz a construção de uma racionalidade, em que combina a variedade de tempos, de mundos e múltiplas dimensões, assim como a tomada de “decisões cotidianas, leva em conta simultaneamente princípios superiores relativos a diferentes sítios” (ZAOUAL, 2003, p. 29).

Acreditamos que no espaço amazônico, as experiências vividas por cada morador no meio urbano ou rural são resultado da soma de todas as formas de interação do passado vivido em cada sítio. Os exemplos demonstrados nos capítulos anteriores são muito contundentes, onde visualizamos períodos distintos que mostram o desenvolvimento de processos sociais, econômicos e culturais que fizeram com que esse sítio se destacasse no cenário político, econômico e social em um país em juventude no século XIX. O que parece no meio do caminho é que todas essas experiências foram retiradas do cotidiano e substituídas por normas e modelos alheios ao tempo desses espaços. Situar o desenvolvimento situado na vida como prática do cotidiano não é negar a existências de outros processos sociais e sim incluí-los em um grande sistema onde estão as técnicas, a ciência e as tecnologias.

Para chegar a concretização de nossos objetivos, primeiramente é preciso rever a abordagem metodológica para contribuir com a construção do conhecimento adequado a cada situação que se pretende ajustar. Segundo Zaoual (1996, p. 307) a *pedagogia das falhas nos modelos de desenvolvimento nos ensina a necessidade de retornar à reflexão metodológica, momento estratégico de todo conhecimento. Quando elas aparecem, as inovações metodológicas são sempre hesitantes e até confusas*. A partir dessa reflexão elegemos necessária uma adaptação da *Metodologia dos Sítios Simbólicos* em Zaoual (1996) como parte de um processo de construção do conhecimento retirado de dentro dos emaranhados sociais evidenciando sua diversidade de práticas para em seguida fornecer as melhorias de promoção do novo processo de desenvolvimento.

Como todo processo construído a partir de uma ciência, ele não pode deixar de usar os procedimentos formais que validam essa ciência. Para isso, a escolha da metodologia dos sítios simbólicos, ou simplesmente a metodologia situada, tenta redescobrir o universo escondido nas práticas sociais do sítio em questão. Para Zaoual (1996) esses procedimentos nos permitirão conceber as sociedades como organismos vivos, onde as coisas sempre estão em constante transformação. Dessa forma, esses tecidos vivos reagiram às transformações projetadas pelos

modelos de desenvolvimento, ou rejeitando ou se adaptando como movimento de resposta às ações transpostas.

4.2.1 Metodologia dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: a Metodologia situada

As entidades em questão não estão móveis no tempo, elas estão mudando e permanecerão até indescritível em toda a sua profundidade, algo que o olhar disciplinar é incapaz de alcançar. Nesta metamorfose constante, o tecido vivo das estruturas sociais, condicionadas ao seu modo de ser e aos sistemas simbólicos que os envolvem, só puderam ser percebidos pela singularidade da diversidade das interações. Seguindo essa orientação, a partir de uma abordagem interacionista que consistem em tecidos culturais cujas especificidades devem ser identificadas para contornar os obstáculos que impedem a cooperação entre dois ou mais mundos diferentes, como orienta Zaoual (1996). Esse processo demonstra a exposição de todas as dimensões sociais, culturais, físicas, ambientais e simbólicas do sítio.

Ao buscar representar um sítio, cada *planificador* social deve levar em consideração essas dimensões a fim de identificar cada processo social existente em cada sítio, uma vez que para cada situação existe uma solução possível. De acordo com Zaoual (1996, p. 316) “os aspectos funcionais dos fenômenos sociais podem apresentar semelhanças aqui e ali, mas suas raízes e crenças que eles revelam necessariamente apresentam diferenças”. O melhor caminho nesse caso é a abordagem interacionista, da qual o recurso transdisciplinar consegue projetar no universo das dimensões simbólicas a solução viável para os problemas sociais. O sucesso de um programa de desenvolvimento tornar-se-á um instrumento de transformação social quando conseguir mediar as relações existentes em todas as dimensões sociais e ambientais.

Em um processo que torne o princípio da representação situado, o ideal é seguir o caminho da interação para alcançar a construção de um conhecimento situado. A metodologia dos sítios desenha um itinerário interativo. Várias ciências, portanto, combinam-se para avançar na análise do desenvolvimento e, mais geralmente, do comportamento humano e social (ZAOUAL, 1996, p. 308). Em uma pesquisa social o pesquisador tem em sua mente o local que será escolhido para coleta, observação e percepção dos fenômenos sociais construídos sobre o espaço geográfico. Atento às etapas do processo de coleta de dados, o observador deverá buscar reunir as dimensões materiais, as suas histórias, as práticas sociais, a natureza física, a climatologia, todas as características do espaço físico e social para depois começar as ações que possam levar a um estágio de desenvolvimento.

Neste caso a investigação não deverá antecipar resultados sem antes buscar interpretar a partir da leitura do espaço as manifestações socioculturais, encontrando no passado as respostas dos problemas do presente. Cada sítio possui sua história passada, onde seus registros podem estar sobre o solo ou em documentos oficiais guardados nos arquivos públicos. Esses dados ajudam a responder o que sobre o declínio ou ao insucesso das organizações sociais em um determinado espaço geográfico. Talvez a vontade de potência esteja num estágio de dormência profunda, mas que está viva e esperando o momento certo para seu retorno. Quando se pensa em levar o desenvolvimento social para um determinado lugar, busca-se sempre preencher o espaço com algo externo, a começar pelo pensamento e ideologias vindo de muito longe, parecendo que esse espaço nunca teve um passado social.

Assim como a transposição das estruturas organizacionais e ideológicas soterram pensamentos, histórias e culturas, para construir um monumento sobre um terreno instável, a metodologia situada busca descobrir sobre as estruturas soterradas as verdades existentes no sítio em questão, “um ponto de vista simples que pode fazer parte de uma grande ciência intercultural e prática” (ZAOUAL, 1996, p. 308). Na Amazônia temos muitos exemplos para corroborar com nossa discussão. Exemplo de Fordlândia na região de Santarém foi um caso muito emblemático do modelo transposto. Nosso universo de estudo também tem sua herança desses processos de transposição como a Papelamazom e a colonização japonesa. Esses exemplos são importantes para refletir sobre o estado de paralisia que se encontra aquele espaço rural em meio a uma grande diversidade social, cultural e natural.

Esses processos de desenvolvimento levaram o homem a deixar de ser situado. Criou-se um ser dependente dos sistemas econômicos, engessado ao mercado, sem brilho e sem criatividade. Ao invés de esse homem aparecer como fonte de esperança para solução dos problemas e crises vivenciadas pela humanidade, ele praticamente se tornou um mito de um mundo fabuloso. No entanto, esse ser social não é uma mera fantasia ou fábula, ele vive em cada indivíduo, mesmo estando ele em solo urbano ou rural. Suas origens e natureza estão adormecidas, conectadas ao seu passado remoto, ou um passado próximo. Quando nos lançamos ao universo que parecia conhecido, descobrimos as conexões de um tempo em que o homem parecia produzir a autossuficiência de produtos produzidos na floresta.

As experiências pretéritas apresentadas nos capítulos 2 e 3 não remetem à simples coleta de produtos naturais. A produção do café, cacau, tabaco e algodão foge a ideia de que o modo de produção era baseado apenas no extrativismo vegetal. Nos primeiros séculos de colonização portuguesa, com o número reduzido de indivíduos, a exportação desses produtos pesava na

balança comercial do país. A metodologia situada ajuda a compreender o que ocorreu para que esses processos desaparecessem até mesmo da história regional. A compreensão da causa e efeito a partir da metodologia situada torna-se apenas uma variável dentro dos procedimentos da pesquisa. A tradição holística evidencia mais o objeto estudado. Neste caso, a partir da abordagem interacionista dos sítios, alinhada a fenomenologia de Schutz (1979) em seus conceitos fundamentais que transitam sobre os saberes herdados por cada indivíduo, o cotidiano e as formas de controle às diversas situações sociais contribuirão como modo de análise para revelar todas as manifestações sociais ocorridas seja no passado como no presente para ajudar a construir o desenvolvimento situado.

As experiências humanas são visualizadas para lançar novas propostas para o presente. O passado nos mostra o que pudemos e o que não pudemos fazer com o tempo atual. Desta forma uma metodologia dos sítios ou a metodologia situada é útil para prevenir e também revelar o universo e dimensões das interações do tempo. Para Zaoual (1996) “a ignorância das dimensões invisíveis (caixas pretas: mitos, valores, culturas) das práticas dos atores leva a tornar totalmente ineficazes as caixas conceituais da ciência social”. Se a crise instaurada pelos programas transpostos pode não responder aos problemas do presente, talvez seja porque no passado ocorreu uma ruptura dos processos sociais que foram capazes de mudar toda a rota de transformação do sítio. Essa ruptura indica o afastamento das três caixas pedagógicas dos sítios: *caixa preta, caixa conceitual e a caixa de ferramentas*.

Sem as interações dos elementos que compõem as três caixas pedagógicas dos sítios o desenvolvimento que se almeja não acontece em sua plenitude. Fazendo uma digressão ao passado econômico de Parintins, desde sua fundação, podemos visualizar os seguintes cenários: no início da colonização portuguesa, quando o lugar se chamava Villa Nova da Rainha havia plantações de cacau, mandioca, cravo, tabaco, algodão, café, guaraná e urucu (BAENA 1839, BARIL 1862, BASTOS 1866). De acordo com Baena (1839, p. 340) “no ano de 1829 as roças de 89 lavradores continham 114.400 pés de café, 58.000 cacauzeiros (sic), e 1.090 pés de algodão”. A cultura do lugar vinha sendo construída na interação dinâmica entre as culturas do branco e do indígena. Nesse sentido, em 1828, quando Lister Maw esteve em Villa Nova da Rainha, ele havia recebido de um padre uma bebida a base de guaraná e limão, era uma forma de hospitalidade receber o visitante com produto mais nobre de sua cultura, isso mostra que as tradições e as crenças são moldadas no passado, definindo desse modo uma das caixas do sítio e aquilo que compõem as reservas de experiências em Schutz (1979).

Entre as duas culturas moldaram-se as especificidades no trato com a terra, aquele espaço tornou-se um grande produtor de alimentos e outros gêneros com muita qualidade. Outro exemplo foi a produção do tabaco. No relato de alguns viajantes foi apontado como sendo de boa qualidade. Para Santa-Anna Nery (1899), Godinho (1906) e Welle (1909) o tabaco produzido em Parintins era de excelente qualidade, sendo muito apreciado na Europa. Além desses produtos Parintins exportava óleo de Copaíba e pirarucu seco⁸⁸. Essas atividades ligadas ao passado da produção econômica no município de Parintins trazem os aspectos simbólicos, as experiências, as práticas sociais que compõem o conjunto das três caixas pedagógicas pertencentes a um sítio simbólico de pertencimento. Segundo Zaoual (1996), “isso nos deixa vislumbrar a relevância do método de locais simbólicos cuja ambição é mesclar sistemas culturais e comportamento econômico”.

Deste modo, a metodologia situada busca encontrar as essências elementares que constituem um sítio de pertencimento. Esse procedimento é necessário para se projetar o horizonte de transformações sobre o tipo de ação que será implementada no sítio em questão. Esse processo só é possível a partir da interação com outras ciências como a História e Geografia. Após evidenciar os aspectos relacionados às experiências humanas no passado, o segundo passo será construir um inventário dos aspectos físicos e humanos tais como: rios, lagos, floresta, tempo, população, demografia, organizações sociais, práticas e todas as experiências humanas. Relacionar os aspectos humanos do passado com o conjunto de atividades e práticas sociais do presente contribui para melhorar as ações de planejamento, sempre seguindo a dimensão simbólica dos sítios em questão.

É neste sentido que Zaoual (1996, p. 309) orienta:

⁸⁸ Fernando Novais (1989) ao tratar sobre os problemas inerentes à colonização portuguesa em seu livro *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* destacou que a defesa do patrimônio era o primeiro problema a ser resolvido. Essa defesa se configurava na preservação da colônia e na relação com a metrópole colonizadora, na forma da organização mercantil, militar e competição entre as colônias, assim como na presença ativa do poder estatal em dois sentidos: horizontal e obliquo, a primeira acompanhando o grande rio, no Estado do Maranhão e a outra seguindo a costa brasileira. Essa configuração que se desenhava em defesa do patrimônio levou a questionar sobre os modos de explorar a colônia, “não era possível explorar a colônia sem, de certo modo, desenvolvê-la: ainda que esse desenvolvimento se fizesse nas linhas de uma economia dependente” (NOVAIS, 1989, p. 142), o que desencadeou seu próprio desenvolvimento em respostas a crise do colonialismo mercantilista. Inquiriu-se que os colonos tivessem os mesmos direitos que os cidadãos da metrópole, assim como houve a introdução de reflexões filosóficas a favor de uma corrente mais humanista sobre os “selvagens” emergindo daí aquilo que Novais chama de exclusivo metropolitano do comércio colonial.

Isso levaria a criar uma ‘teoria da resistência dos materiais sociais’, a fim de antecipar melhor os modos de reação dos ambientes. Precisamos saber o que os atores sabem ou pelo menos acreditam no que estão fazendo. Conhecer esse conhecimento comum e os mitos que lhe dão significado é uma maneira de decifrar o ‘ponto fixo’ de um organismo social.

Ao contrário dessa orientação ou advertência, os projetos de desenvolvimento transpostos procederam sem ao mesmo avaliar o que o sítio continha. A visão dos planejadores do desenvolvimento econômico, em seus escritórios distantes, apenas visualizaram as imagens das cartografias, sem ao menos buscar saber sobre a cartografia social de cada sítio, o resultado foi catastrófico. A partir da imagem visualizada sobre o mapa, projetou-se toda idealização de outro lugar em benefício de outra população. No caso da inserção do projeto de Henry Ford no Tapajós, seu objetivo foi construir na Amazônia um pedaço dos Estados Unidos no meio da floresta amazônica, a cultura transposta não foi capaz de transformar de fato a cultura local. Nesse sentido, a pedagogia do monitoramento explica que “às vezes acontece que o meio em questão usa as formas do Outro (o agente do desenvolvimento) para persistir e durar na eternidade sem ceder às suas próprias convicções. Como ‘animal’, para se proteger, funde-se com a natureza do desenvolvimento sem aderir à sua cultura” (ZAOUAL, 1996, p. 258).

Os mecanismos de defesa de um sítio em relação aos projetos de desenvolvimento são difíceis de serem decodificados. Sobre essas questões, a metodologia dos sítios trabalha com as realidades humanas e físicas e se lançam no mundo das possibilidades. Se caso um sítio possua em seu espaço real um lago, rios e florestas, analisa-se em profundidade as características de cada objeto, retirando daí dados necessários para se projetar as novas possibilidades. Nada deve ser ignorado nessa fase, o importante é tomar conhecimento da totalidade que o sítio se apresenta, para isso a abordagem interacionista fornece o melhor caminho no domínio das ciências indicando o conhecimento específico para construir a estratégia de desenvolvimento específica para o sítio em questão.

Um exemplo é a produção de óleos e essências na grande Amazônia. Uma variedade de espécies vegetais fornece materiais usados na indústria química e na indústria de cosméticos. Muitos desses óleos passaram a ser conhecidos a partir do uso tradicional das populações indígenas, sendo que seu uso era destinado na elaboração de rituais de cura dos pajés. Para chegar a extração do óleo, o “índio” teve que passar por um longo período de aprendizado e depois esse conhecimento foi repassado de geração em geração. No grande território que se estende o assentamento de Vila Amazônia, a floresta fornece um número variado de espécies

vegetais com uso para essas indústrias, mas o processo de retirada dos óleos e essências continuam na base tradicional repassada pelos povos indígenas.

Os dados referentes à exportação do óleo de copaíba são interessantes para fazer uma reflexão sobre o estado de inércia em relação às conquistas técnicas para a produção de oleaginosas na Amazônia. Uma atividade tradicional como a simples coleta das amêndoas da andirobeira (*Carapa guianensis* Aibi.), poderia se transformar em um moderno processo produtivo. Criar-se-ia uma dinâmica entre o conhecimento tradicional, o conhecimento científico e as técnicas. A inclusão das técnicas nas práticas sociais em comunidades ditas tradicionais não teve o processo interacional entre elas e o meio científico. A ciência nesses casos buscou apenas conhecê-las, mas não as concedeu orientação para produzir sua transformação com ganhos culturais semelhantes das comunidades rurais dos países do Norte.

A influência da cultura na economia do desenvolvimento nos países africanos analisados por Zaoual (1996) é importante para refletirmos sobre o papel das crenças amazônicas na economia regional. A diferença das populações tradicionais africanas para as populações amazônicas, talvez seja a não continuidade das dinâmicas socioculturais que mantiveram coesas as tradições africanas. A decadência dos processos de produção da borracha retirou de muitos espaços amazônicos a presença humana, substituindo-as por novos contingentes populacionais que trouxeram nova dinâmica social para esses espaços. Isso talvez responda ao porquê da produção agrícola de produtos como o café, o algodão e o cacau não terem gerado um espaço rural altamente técnico e produtivo, o que poderia contribuir para o aperfeiçoamento dos processos agrícolas da região amazônica e para o resto do país.

A partir da metodologia situada as dimensões simbólicas e sociais tornar-se-ão elementos necessários de promoção do desenvolvimento humano. Esse recurso alcançaria maior dimensão estando ele alinhado às ciências humanas, sociais, biológicas, físicas, geográficas e históricas para a construção de conhecimentos específicos nos sítios simbólicos de pertencimento. Busca-se encontrar nos espaços de pertencimentos o elo que poderá levar ao desenvolvimento humano. Desse modo as populações que são “excluídas da economia de renda que acompanha o desenvolvimento ‘caído de paraquedas’”, as populações encontram localmente, às vezes com dificuldade, condições e meios de sobrevivência e, até mesmo, conseguem inovar e prosperar em certos casos (ZAOUAL, 2003, p. 26).

A eterna busca da essência sobre as experiências que moldam os seres humanos nos espaços simbólicos de pertencimento é um caminho muito longo para contribuir com o desenvolvimento sem as matrizes ocidentais. Zaoual (2003) fala que o conhecimento do homem

finalmente reconciliado com si próprio mostra o homem situado, havendo a necessidade de uma abordagem indisciplinada, a partir de uma pedagogia mais humana, com destaque à escuta e ao acompanhamento. No caso das experiências do passado sobre a produção agrícola do século XIX como nos processos produtivos dos séculos seguintes no município de Parintins, servem de parâmetro para construirmos um conhecimento e desenvolvimento situado. *Nessa perspectiva, torna-se primordial o sentido que os atores atribuem a seu próprio mundo. Na maioria das vezes, isto está implícito em seu sítio de pertencimento, que, agindo como bússola, orienta os comportamentos individuais e coletivos* (ZAOUAL, 2003, p. 31).

4.2.2 Pedagogia Situada ou acompanhamento: para construção do conhecimento situado

O conhecimento do homem finalmente reconciliado com si próprio e a necessidade de uma abordagem indisciplinada a partir de uma pedagogia mais humana nos parece ser um modo de se rever os processos como esses conhecimentos chegam até os sítios receptores. A compreensão do sítio não está ligada ao simples ato de defini-lo ou vivenciá-lo em uma simples visita de campo ou por uma suposta etnografia rasa. O sítio se esconde para aquele que tenta desvendá-lo seguindo o campo disciplinar. Se um engenheiro florestal pesquisa apenas os aspectos voltados à produção de bens e uso dos recursos florestais, ele não conseguirá enxergar o universo paralelo das dinâmicas simbólicas dos sítios. Deve-se ter a consciência de que “o todo está estruturado ao redor do senso comum que seus aderentes produzem em suas interações. O senso comum partilhado percorre o conjunto dos diferentes níveis de realidade do sítio. Mitos, ritos, sítios estão interligados” (ZAOUAL, 2003, p. 55).

Um sítio não pode ser visto como um simples espaço local o qual os níveis de percepção recaem ao campo do imediato. A ideia do local por muito tempo foi levada como o epicentro dos problemas vividos pelas populações afastadas dos centros urbanos. Criaram-se muitos projetos de desenvolvimento transvestidos de sustentável e local, mas sua organização e pensamento continuaram seguindo as mesmas fórmulas dos grandes projetos de desenvolvimento capitalista, pensamento, estrutura, ideologias, organizadores, tudo transposto em um mesmo pacote. Enquanto a população alvo os recebem passivamente sem o poder de interferir nas propostas e planos já definidos. Um desenvolvimento situado não deve deixar escapar o envolvimento da comunidade, dos campos científicos e inclusão de técnicas necessárias para melhorar as atividades e práticas locais.

Recentemente assisti na TV uma reportagem sobre a produção da uva, realizada em diferentes lugares do planeta. O que parecia ser uma espécie de clima temperado, tornou-se uma realidade em lugares improváveis para a sua produção, como nas regiões do Nordeste e Sudeste do Brasil e desérticas do Chile. O interessante da reportagem, é algo que liga o desenvolvimento situado e cultivo da uva, que são as práticas específicas de cada lugar de produção. Esse processo de produção é denominado de **terroir**, uma palavra da língua francesa que não tem uma tradução específica. Segundo a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV)⁸⁹, o termo **Terroir**: conceito que remete a um espaço no qual está se desenvolvendo um conhecimento coletivo das interações entre o ambiente físico e biológico e as práticas enológicas aplicadas, proporcionando características distintas aos produtos originários deste espaço.

Nesse caso, verificamos uma conexão entre o conhecimento tradicional, o conhecimento científico e as técnicas para cada situação específica. No Sudeste, no Estado de São Paulo, por exemplo, mudou-se até mesmo o sistema adaptativo da planta com técnicas específicas para produção em climas tropicais, levando a planta a produzir nos períodos em que há maiores altos níveis pluviométricos. Esse tipo de processo está diretamente vinculado às três caixas pedagógicas dos sítios simbólicos de pertencimento no sentido de que a complexidade existente em seus domínios remete a uma interação direta com o mundo e outras experiências fora dele, uma vez que ele está em constante transformação. Nesse sentido Zaoual (2003, p. 55) faz as seguintes considerações:

O todo (sítio) está estruturado ao redor do senso comum que seus aderentes produzem em suas interações. O senso comum partilhado percorre o conjunto dos diferentes níveis de realidade do sítio. Mitos, ritos, sítios estão interligados. Assim sendo, qualquer intenção não situada está levada a programar ações que fracassarão. Cada sítio é, ao mesmo tempo, singular e aberto. Ele se alimenta de sua diversidade de proximidade e de suas relações com mundos mais afastados. Parece emaranhado como um novelo. Tais características lhe dão uma natureza dinâmica, logo, mutante em torno de um código de seleção que o sítio carrega em si próprio. Assim, as mesmas aparentes causas não produzem os mesmos efeitos, o que incomoda os pensamentos generalizantes e deterministas. Isso justifica os princípios de prudência e de diversidade do paradigma dos sítios. Tudo isso leva à adoção de uma epistemologia e de uma economia não agressiva para com o meio ambiente e o homem, respeitando sua diversidade. Qualquer projeto não ajustado ao sítio em suas múltiplas dimensões se encontra encapsulado ou desviado. A implicação do sítio pressupõe tolerância, modéstia científica e pedagogia de acompanhamento.

Todas essas considerações são significativas para analisar muitos processos de desenvolvimento implementados nos últimos anos na Amazônia. Ações planejadas pelo poder público, junto com os institutos de pesquisa e a universidade pública, como as ações do Instituto

⁸⁹ Qual o significado de Terroir? In: Revista Adega (On line). Disponível em: <https://revistaadega.uol.com.br>. Acesso em: 10 dez. 2019.

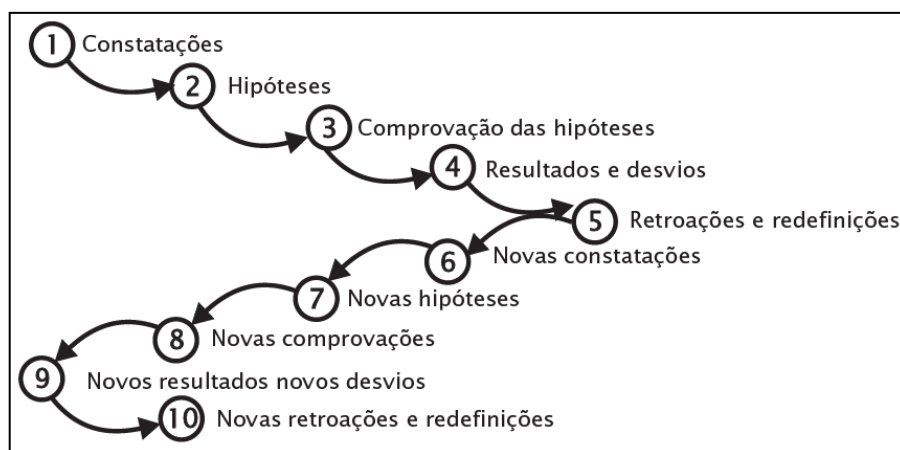
de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá atuando na aplicação da ciência, tecnologia e inovação na adoção de estratégias e políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade da Amazônia, assim como vários projetos de iniciativa privada para produção de biojóias, peças de decorações com técnicas de marchanteria com uso de resíduos de árvores da floresta e artesanatos com usos de sementes e fibras de espécies vegetais nativas. Todas essas iniciativas produzem um resultado significativo para as populações que participam desses projetos, com ganhos econômicos, sociais e culturais, uma vez que une a receita tradicional e a introdução de novas técnicas de produção.

Não há dúvida sobre o modo como as populações se organizam no espaço e contribuem para construção de novos meios para sua sobrevivência. Resta saber como de fato essas populações constroem sua organização e como elas podem ser usadas como mecanismo de transformação social. Os exemplos acima, dos projetos de desenvolvimento envolvendo o conhecimento tradicional das populações locais, remetem aos processos inerentes às economias informais e ao empreendedorismo social. Deve-se haver prudência nos procedimentos de ação e controle dessas atividades envolvendo a cultura, assim como a população local em seus sítios de pertencimentos.

Para Henry Panhuys (2006, p. 22), há uma invasão do econômico e do político nessas atividades, retirando certa relatividade autônoma, uma vez que se materializam investimentos e responsabilidades, contribuindo para valorização ou não daquilo que é cultural, com a instrumentalização para melhor ou pior, com tentativas de explorar suas imagens e controlando todo processo, transformando em espetáculos midiáticos. *De modo mais perverso ainda, elas podem se servir do sociocultural como pretexto ou trampolim para ações de caráter político, integrista ou mafioso, até mesmo, genocida nos planos humano e ambiental* (PANHUYS, 2006, p. 22).

O cuidado com toda boa intenção disfarçada deve ser objeto de atuação total da prudência e tolerância pela *práxis* da pedagogia de monitoramento. Para questionar as nefastas ações dos agentes do desenvolvimento, independente de suas crenças, Panhuys (2006) apresenta um esquema de análise-ação da sociopedagogia do acompanhamento situado (Figura 26) como parâmetro de prevenção dessas ações.

FIGURA 26 - Esquema de análise-ação da sociopedagogia do acompanhamento situado



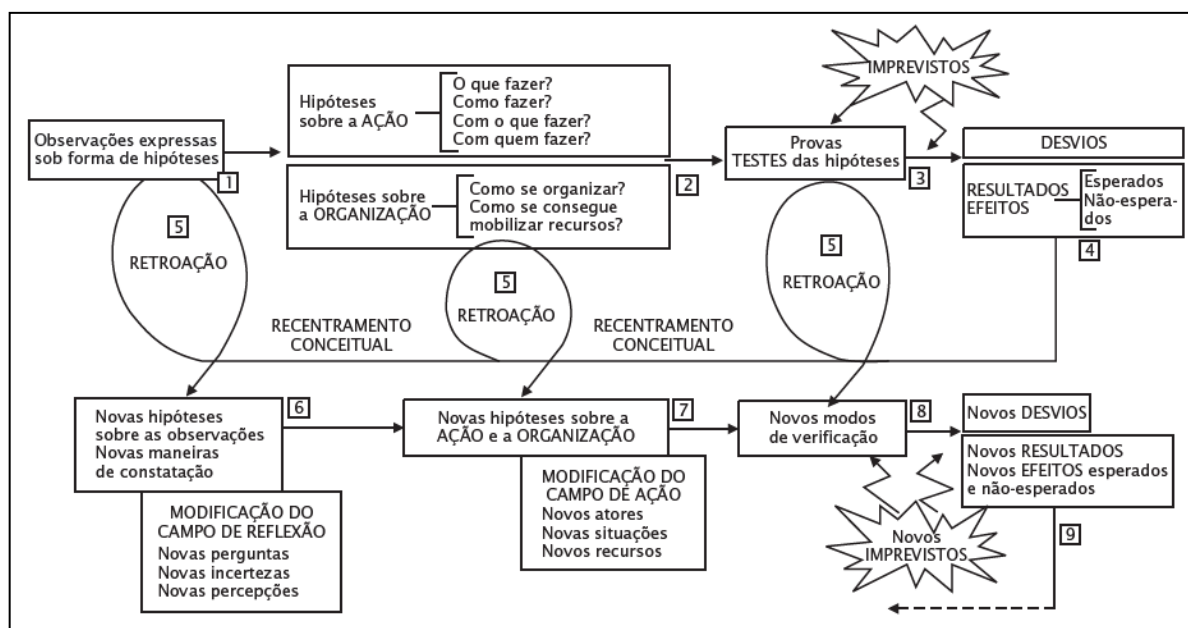
Fonte: H. Panhuys (2004, apud. PANHUYS, 2006, p. 73).

Esse esquema pedagógico apresentado por Panhuys (2006) induz que os processos de construção de conhecimentos sobre os sítios receptivos caracterizam-se pelo constante movimento de redefinição dos conceitos sobre cada objeto estudado, visto que, sendo uma representação de um sistema vivo, permite mudar conforme a sua variedade, complexidade das alterações constantes por ser um sistema aberto. Contrariamente, os *experts* do desenvolvimento, em nome de seus campos de estudos e regras oficiais ligadas aos sistemas de crenças do ocidente, não percebem a constante mutação dos sítios receptores.

Essas variações não eram incluídas nos processos de construção dos grandes projetos de desenvolvimento. A ciência que os orienta não associa ganho aos lugares explorados, dominá-los e levá-los ao esgotamento de seus recursos sempre foi o modo de levar a cabo seus projetos de conquista e dominação do mundo. Contrariamente, a pedagogia situada aprofunda as relações entre os configuradores dos novos processos de desenvolvimento como o homem situado e seu sítio simbólico de pertencimento.

Neste sentido, para alcançar resultados satisfatórios para o *homo situs*, assim como ao sítio de pertencimento, faz-se necessário organizar toda a intenção daquilo que se deseja desenvolver (Figura 27), o que permitirá visualizar possibilidades, riscos e imprevistos sobre as ações referentes aos processos de desenvolvimento nos sítios de referência. Isso demonstra o retrato das ações de uma pedagogia do monitoramento ou pedagogia do acompanhamento para se alcançar um possível desenvolvimento social situado.

FIGURA 27 - Caminho esquemático de uma pesquisa-ação-formação



Fonte: ENDA-Tiers-Monde. *La ressource humaine*. Op.cit. Tableau 34, p. 280 (Apud, PANHUYS, 2006, p. 74).

Cada sítio simbólico de pertencimento tem seus mitos fundadores, histórias, memórias, crenças, organização e práticas sociais. Esse ambiente tem dimensão de uma pequena comunidade ou a extensão de um país, por isso não há como visualizá-lo em sua totalidade. As realidades dos sítios são múltiplas, movimentam-se constantemente, são dinâmicas e interagem com outros sítios, por isso a prudência nas ações que envolvem as práticas científicas. Para Zaoual (1996, p. 316), “sociedades, comunidades ou grupos humanos em geral sempre têm suas próprias peculiaridades. Essas especificidades são os resultados de rotas únicas. Assim, apesar das semelhanças que chamam a atenção do observador, cada sítio é único”.

O comportamento individual e coletivo em cada sítio tem infinitas variações, a observância sobre as práticas e iniciativas locais é fundamental para introdução de novos aportes de transformação social, uma vez que ignorar essa prescrição situacional põe em risco qualquer empreendimento científico de desenvolvimento social. Deste modo, o processo de construção do conhecimento sobre os sítios não deve seguir uma direção única ou simples reprodução de algo existente. Para Zaoual (1996) essa singularidade apresentada em cada sítio, são questões formidáveis, para qualquer inclinação teórica, mas isso não significa que essa singularidade foi apreciada pelo padrão global de representação social, “compreender a diversidade constantemente pressupõe cautela e respeito pela singularidade”.

Nas últimas décadas, os cenários sociais e economias informais ganharam grande relevância para os mercados globais. Um produto fabricado por uma indústria eletroeletrônica, por exemplo, torna-se obsoleto no mais curto espaço de tempo, perdendo seu valor de mercado

e seu valor de uso pela substituição constante por novos produtos mais modernos. De modo contrário, um produto vindo de empreendimento informal como biojóias ou peças de decorações de trabalho manual, o seu valor de mercado sobrepõem o valor de uso pelo simples fato de possuir outros valores agregados como a representação social, tornando-se um produto único e atemporal. As economias informais e o empreendedorismo social caminham na direção contrária dos movimentos de respostas dos processos de desenvolvimento capitalista industrial, como o lucro e a alta produção. Zaoual (2003, p. 56) afirma que:

A literatura sobre a economia dita ‘informal’ nos países do Sul mostra que o que faz a força de suas organizações e instituições endógenas é sua imersão (*enchâssement*) nos sítios de crenças em que se desdobram. Elas estão mais adaptadas à situação que o ‘desenvolvimento transposto’ e suas instituições formais que geram, na maioria dos casos, uma economia de renda especulativa e uma sociedade de consumo sem produção e, evidentemente, sem inovação. O universo econômico e social da organização ‘informal’ estrutura-se em função das restrições dos sítios. Isso é o oposto dos projetos impulsionados pelo idealismo econômico do pensamento do desenvolvimento e da mundialização.

Esses processos sociais congregadores de múltiplas práticas sociais ligadas aos sítios simbólicos de pertencimentos são relevantes para se traçar o conjunto de metas e objetivos que alcancem o conhecimento específico para cada situação. Pudemos dizer que os critérios de seleção ocorridos nas economias “informais” correspondem às experiências vividas e não a algo caído de paraquedas. Todas as práticas e fatos para o observador que deseja construir processos de desenvolvimento social devem levar em consideração essas questões. Segundo Zaoual (2003, p. 53) “o que separamos em abstração está sendo unificado pelo homem concreto, em sua ação cotidiana”. O homem da situação ou o *homo situs* como em uma ação pedagógica ensina de forma prática que a dimensão simbólica pode ser revertida em processos socioeconômicos relevantes para o desenvolvimento social.

Contudo, é necessário construir uma reflexão crítica sobre o domínio da educação singular, do ensino e aprendizagem entre professor, aluno e a sala de aula, onde a escola condicionou os processos educacionais. Muitos projetos relacionados à construção de um novo modelo de educação são constantemente planejados para os espaços de cultura tradicional, étnicas e espaços rurais. Ouve-se falar em escola rural, Casa Familiar Rural, escola indígena, centro da cultura e tradições afrodescendentes, são muitos exemplos espalhados em todo território brasileiro, mas todos continuam seguindo aos modelos ocidentais de educação escolar. Todos esses projetos são válidos e relevantes, que contribuam para aproximar o ensino escolar

de grupos sociais excluídos do mundo escolar, mas esbarram nos processos burocráticos para atingir números maiores de pessoas.

A educação escolar que tem o aluno como o único objeto para existência dos processos educacionais e o professor como o agente de consolidação desse processo, fica limitada sobre as barreiras da estrutura educacional, onde o Estado, por intermédio das políticas e diretrizes relacionadas à educação mantém seu foco centrado numa clientela de crianças, adolescentes e jovens na idade escolar. Esse fato, ao que parece, tem colaborado para impedir que o conhecimento científico alcance um número maior de pessoas distantes dos sistemas educacionais e continue sendo propriedade daqueles detentores do poder. No caso da educação escolar, quando um professor tenta romper o universo da sala de aula, as barreiras burocráticas os impede de desenvolver projetos que tentam levar o conhecimento científico a grupos e indivíduos distintos do aluno em idade escolar.

Dentro de uma sociedade movida por interesses de consumo com sua padronização social, a escola tem funcionado como ferramenta de manutenção dos sistemas sociais aderentes ao universo das sociedades capitalistas, por intermédio de modelos pedagógicos formais com a reprodução de técnicas que atendem aos modelos de desenvolvimento econômico industrial. A pedagogia situada, por outro lado, como processo de construção do conhecimento a partir das experiências vividas e compartilhadas dentro de um determinado sítio simbólico de pertencimento, tenta mudar essa realidade, uma vez que seu objetivo ultrapassa os processos educacionais e introduz o pensamento do compartilhamento do conhecimento científico aos atores da situação.

4.2.2.1 Pedagogia Situada: para construção de uma escola situada

As escolas de padronização ocidental, criadas para o desenvolvimento das representações construídas socialmente a partir das experiências dos indivíduos em uma dada sociedade, em suas múltiplas interações tornaram-se reféns do modelo formal. Para Marsiglia (2011, p. 10), “a escola pode tornar-se espaço de reprodução da sociedade capitalista ou pode contribuir na transformação da sociedade dependendo do nível de participação nas decisões que os envolvidos têm (pais, alunos, professores), da maneira como os conteúdos são selecionados (sua relevância e caráter humanizador)”. Sendo um domínio de transmissão do conhecimento, a escola fica reservada às práticas educacionais, nas relações professor aluno e suas práticas pedagógicas. No entanto o conhecimento não é algo construído nas escolas, decorre das

relações sociais que possibilitam a transição do senso comum ao domínio do conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico, assim como dos métodos da ciência.

Essa construção social sobre os sítios simbólicos de pertencimento tem duas variáveis importantes que devemos levar em consideração: a primeira são os ganhos positivos como a obtenção de conhecimentos necessários para as conquistas sociais; a segunda é a perda dos sentimentos de pertencimento sobre o sítio de pertencimento junto ao distanciamento das práticas locais. Numa referência a um artigo de Philippe Lassalle e Jean-Bernard Sugier (1992) intitulado *Rituels et développement ou le Jardin du Soufi*, que haviam passado um longo período trabalhando em duas comunidades mauritanas, os Soufs do oásis de Boumdeid e os ferreiros de Soninké em Kaédi, sobre a importância dos sítios de crenças e as motivações no dinamismo das organizações humanas enraizado nos mitos e leis ancestrais, Zauoal (1996, p. 435) chama a atenção para o seguinte fato:

Por essa razão que a escolaridade em critérios modernos (educação separada da ética de grupo, ensino puramente ‘técnico’, modelos pedagógicos formais e inadequados etc.) espalhar a desordem no universo de Soninké a tal ponto que muitos egressos acreditam que isso compromete a identidade do grupo e o aprendizado da profissão.

Essa desordem e a ameaça ao patrimônio simbólico da comunidade Soninké a partir do sistema educacional de critérios modernos servem para construirmos uma reflexão crítica sobre a educação com foco apenas na escola e nos processos didático/pedagógico de ensino e aprendizagem. Esses processos criam uma barreira invisível que distancia o indivíduo situado de seus sistemas de representação simbólica em nome de um ensino universal puramente técnico que atende aos sistemas produtivos. Como parte de um processo social que faz o indivíduo tomar posse das configurações do mundo moderno, a educação escolar permite o acesso ao conhecimento do homem construído historicamente, mas limita o ganho qualitativo do homem situado por concentrar o conhecimento nas mãos de quem os detém.

O conhecimento tornou-se um instrumento de poder em detrimento da qualidade de vida da grande maioria da população. Deste modo, uma escola situada, com o foco no homem concreto, não impede que o conhecimento construído pelas ciências seja alcançado por cada ator em cada situação. Ela deve ser planejada para atender, além da educação escolar, as necessidades da vida vivida, e não somente na oferta de conteúdos e disciplinas que multipliquem o distanciamento das identidades ligadas a cada sítio de pertencimento. O grande

desafio será ultrapassar as paredes físicas da escola convencional e construir novos processos pedagógicos que integrem o conhecimento científico e o senso comum.

A Casa Familiar Rural é uma iniciativa inovadora que podemos usar como exemplo para construção da escola situada. Nesse processo, a abordagem metodológica deriva da pedagogia da alternância, na qual funciona como processo de “organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaço distintos, tendo como finalidade a formação profissional, neste caso voltado à formação para a vivência no campo” (MELO, 2017, p. 20). No caso da Pedagogia da Alternância, segundo o autor, os instrumentos pedagógicos levam a construção de projetos profissionais geradores de trabalho e renda a partir das potencialidades econômicas e dos recursos naturais.

A escola situada por outro lado alinha-se a Casa Familiar Rural no sentido de promover a construção de sistemas produtivos, mas seu foco está no compartilhamento do conhecimento científico para romper a ideia do poder nas mãos de poucos, assim como na soma do conhecimento local para promoção do desenvolvimento situado. Esse processo tem como objetivo construir uma rede produtiva sobre cada situação identificada na fase pedagógica do acompanhamento. A educação escolar deve levar em consideração as especificidades contidas em cada sítio de pertencimento, propiciando saberes que possam contribuir para o ganho qualitativo dos atores em situação.

Essa equação não é difícil de resolver. O esquema de análise-ação da sociopedagogia do acompanhamento permite identificar as possibilidades num sistema de espiral que mostra o sítio constantemente em movimento levando a construção de várias hipóteses para projetar o melhor projeto de desenvolvimento situado. Podemos construir um caso hipotético a partir da identificação do ponto comum para os atores de um sítio simbólico de pertencimento e sugerir a construção de um sistema produtivo que de fato esteja apropriado das suas práticas e iniciativas locais. O arquiteto do desenvolvimento situado lança-se sobre o sítio receptor e identifica um conjunto de possibilidades que poderão receber o olhar da sociopedagogia do acompanhamento situado. Seguindo a abordagem interacionista de construção do conhecimento situado, ele aponta a melhor ciência que poderá atuar na construção do projeto de desenvolvimento situado.

Uma escola situada não se restringe à transmissão dos conhecimentos historicamente construídos pelos homens. Ela contribuirá para a transformação social a partir do compartilhamento do conhecimento não apenas do aluno na fase escolar, mas aos grupos sociais partícipes de algum processo de produção. Uma aula de Biologia, Pedologia ligada a Geografia,

Arqueologia, Engenharia de Pesca, Administração, Gestão, entre outras, fora das salas de aulas pode contribuir em grande medida com os atores em cada situação. Caso a pedagogia situada identifique que as águas pluviais são recursos naturais comuns a todos, os passos seguintes serão as construções das hipóteses e sua confirmação, da qual se operam para adequar as possibilidades de inclusão de um novo sistema produtivo.

Essa construção parte das experiências dos atores situados que ilustram os cenários do presente e do passado sobre o objeto tratado pelos arquitetos do desenvolvimento situado. É um processo pedagógico que possibilita a transição do saber comum para a construção do conhecimento científico. Nesse caso o engenheiro de pesca pode empregar seus conhecimentos após verificar a situação real do objeto em questão. Se sua verificação a partir do domínio de um método científico constatar a viabilidade da inserção de um processo de produção pesqueira, seja em cativeiro ou sob a tutela da proteção das fases de reprodução da espécie X, a outra fase será a demonstração de todos os processos de reprodução da espécie aos atores situados. Nesse caso o compartilhamento de conhecimento conduz a construção de um sistema produtivo altamente ativo que envolve uma rede de produção do pescado, eliminando o conflito do atravessador e produtor pesqueiro.

Aqui, unem-se as crenças no universo do sítio para construir um modo de vida particular, assim como a promoção de um desenvolvimento situado. Diferentemente da aplicação da ciência, tecnologia e inovação na adoção de estratégias e políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade da Amazônia como no caso do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a construção do conhecimento situado fica nas mãos das instituições, deixando aqueles atores situados apenas como objetos para construção dos estudos científicos. Outra questão está no valor aplicado à produção em que o preço do produto de manejo chega a um valor muito baixo no mercado consumidor, o que contribui a permanência da dependência desse processo de produção. Tomando como exemplo o Instituto Mamirauá, um ponto positivo pode ser destacado, que são as práticas do pensamento sustentável a partir do manejo e a consciência ecológica.

Uma escola situada não se figura pela sua estrutura física nem tampouco por processos educacionais de transmissão e reprodução de conhecimento que levam a cegueira do mundo ligado às tradições e ao distanciamento das crenças simbólicas de pertencimento. A escola situada pode estar em área rural ou urbana, mas sua organização e gestão devem levar em consideração os ideais do método dos sítios simbólicos de pertencimento. A partir da pedagogia situada busca-se o envolvimento junto às comunidades com ações didáticas/pedagógicas que

possam contribuir com o desenvolvimento social a partir da combinação do conhecimento científico e técnicas científicas. Esse processo deve levar em consideração as necessidades dos atores locais e a configuração socioespacial de cada sítio, adicionando em suas práticas e iniciativas condições favoráveis para chegar ao desenvolvimento social.

Em suma, uma escola situada pode se diferenciar das escolas atuais por ser dinâmica e por buscar a imersão nos sítios simbólicos de pertencimento. Esse processo pode construir uma nova prática social podendo se metamorfosear em um processo cultural como parte das crenças locais. Para essa escola ter sucesso, a imersão é uma necessidade para conhecer como os sítios são de fato, “a fase mais complexa é, sem dúvida, a do ‘laboratório dos sentidos’, no qual convergências simbólicas e práticas podem ser fermentadas sobre as mudanças a serem feitas” (ZAOUAL, 1996, p. 258). Os modos de saber-fazer como características identitárias tornam-se fundamentais para as práticas escolares, uma vez que contribui significativamente para saltos qualitativos do homem situado.

4.3 DO TURISMO SITUADO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo que ocorre nas comunidades adjacentes à serra de Parintins é relevante para refletirmos sobre as atividades econômicas emanadas do turismo em áreas rurais na Amazônia. As formas de turismo contemporâneo buscam cada vez mais experiências que integram as relações entre comunidades, suas populações e seus modos de vida, os ambientes físicos, assim como as tradições e práticas sociais como parte da oferta turística. Segundo Zaoual (2008, p. 2), esse complexo que estão ligados à ordem simbólica de um lugar, em que “os comportamentos individuais e coletivos se manifestam em modelos de ação localizadas e, em seguida, em comportamentos e atividades econômicas, representando neste estudo as diversas figuras do turismo contemporâneo”. Zaoual (2008) complementa que este campo de investigação para estudar a metamorfose dos valores imateriais em valores econômicos.

O sítio da Valéria como local de pertencimento, onde as crenças simbólicas se manifestam nas diferentes práticas sociais, assim como no tipo de organização social enquadra-se nos processos e práticas do turismo situado. Estudar esse compósito de atividades ligadas às dimensões simbólicas e as práticas do turismo receptivo é oportuno para traçar o horizonte de um modelo de desenvolvimento inerente ao desenvolvimento regional com a integração de outras atividades econômicas junto ao turismo situado. Esse processo contribuirá em grande medida para evitar os colapsos ocasionados pela introdução dos grandes complexos turísticos

de grandes redes de investidores ligados a indústria hoteleira e ao entretenimento em locais de potenciais turísticos, desfigurando os cenários físicos e sociais dos sítios simbólicos de pertencimento com a introdução de economia de exploração dos recursos locais.

As atividades ligadas ao turismo desenvolvido no sítio da Valéria no interior do município de Parintins podem se tornar um grande laboratório para estabelecer um novo dinamismo e direcionamento para o desenvolvimento do turismo local. Sua consolidação há mais de três décadas como turismo receptivo no Estado e sua localização estratégica possibilita a inclusão de um plano de desenvolvimento regional, tendo como atividade indutora o turismo integrado. Nesse sentido Zaoual (2008, p. 10) faz a seguinte consideração:

Como já remarcamos, as tendências do turismo pós-industrial são um bom laboratório para as alternativas que unem as crenças, as motivações e as práticas de atores. Na verdade, através dessas novas figuras do turismo, os atores tendem a participar de uma renovação econômica e social que não renega suas tradições, raízes e suas novas crenças que esgotam sua razão de estar no desencantamento do mundo moderno.

As alternativas que unem as crenças e todo conjunto de práticas que englobam as atividades dos atores locais como respostas ao novo turismo contemporâneo são bastante ricas dentro do sítio de pertencimento. Contudo, não pode ser algo que venha como os projetos de desenvolvimento transposto dos países do Norte para o Sul, devem seguir primeiramente a lógica socioespacial do sítio, assim como uma orientação particular sobre a teoria dos sítios para lançar-se como proposta alternativa de desenvolvimento socioeconômico. Neste cenário destacam-se a organização das atividades relacionadas ao turismo, os serviços de guia de turismo, o artesanato, o modo de vida, bem como a fauna e a flora. Estes elementos que compõem o quadro da oferta turística apresentam uma riqueza simbólica ligada às crenças pertencentes ao sítio e ao mesmo tempo levam ao risco de tornarem-se dependentes do turismo em detrimento das atividades de produção ligadas ao solo.

Os elementos simbólicos talvez respondam ao porquê de turistas vindos dos países do hemisfério Norte procuram roteiros, como descrito nesta pesquisa. No entanto, é importante questionar a sazonalidade e a capacidade de carga que comporta o sítio no período de alta temporada dessa atividade. No caso da capacidade de carga, o risco decorre da ineficiência do atendimento para um grande número de turistas na disputa do mesmo ambiente. Zaoual (2008), ao tratar da teoria do turismo situado, traz algumas evidências do declínio do oposto do turismo contemporâneo, o turismo de massa, alertando sobre a perda progressiva da atratividade do sítio devido sua capacidade de carga. Segundo o autor (2008, p. 3) “a oferta turística encontra-se na

incapacidade de manter seu ritmo normal e se vê, assim, na obrigação de inovar para atender às novas necessidades”.

A perda de atratividade dos sítios nas atividades econômicas ligadas ao turismo em suas diferentes tipologias é interessante para traçar a abordagem de integração de outras atividades econômicas, sociais ou até mesmo culturais para diversificar a oferta turística. Essa perda de atratividade para os *sitiens*, o homem situado, não é percebida teoricamente, mas já é notada no universo de suas práticas coletivas durante o dia de estada dos turistas na comunidade. A grande maioria dos comunitários que têm alguma prática como o artesanato, piloteiro de canoas e guias de turismo, reclamaram do baixo consumo de seus produtos e serviços, reduzindo seus ganhos pelo fato de não chamar mais atenção dos turistas. Esse problema gera apreensão sobre a possibilidade da fuga do turismo para outro sítio, algo que leva em um segundo momento a estimular a degradação das áreas naturais sobre a grande extensão da serra de Parintins.

Isso explica a introdução do novo itinerário de *Boca dos Botos* (foz do igarapé do Boto na zona rural do município de Parintins), no roteiro de viagem dos cruzeiros marítimos pelo rio Amazonas das operadoras *Seabourn Cruise Line* e a *Compagnie du Ponant*. Boca do Boto está localizada na margem esquerda do rio Amazonas, a montante da cidade de Parintins, onde situa a Comunidade de São Sebastião do Boto. Um lugar característico amazônico, assentado sobre uma planície de inundação, com casas de palafitas, onde seus moradores praticam atividades ligadas à pesca, à agricultura e à pecuária. O turismo, como as companhias denominam, é de exploração, em que o turista é levado a observar a natureza, assim como o modo de vida da população. Diferente do itinerário de *Boca da Valéria* onde há comercialização de artesanato, caminhada pela floresta e passeio de canoas realizado pelos moradores, em *Boca dos Botos* os turistas são levados a experimentar a natureza em viagens a bordo de pequenos botes do próprio navio, onde o contato com a população local é incipiente.

No turismo contemporâneo busca-se qualidade nos serviços, experiências muito mais voltadas para aproximação com o meio ambiente e o contato com ambientes que trazem uma relação com o passado da humanidade. Foge-se das multidões e de lugares marcados pela violência. Busca-se a tão sonhada paz interior, o encontro consigo mesmo em algum lugar distante daquelas cidades cheias de poluição com trânsito muito barulhento. Isso segundo Krippendorf (2001, p. 38) “a necessidade de relaxamento é reconhecida e é orientada para o turismo e transformada em viagem”, isso faz parte das necessidades das sociedades capitalistas, “uma norma evidente, introduzida nos esquemas mentais” na afirmação de Lainé (1975, apud KRIPPENDORF, 2001, p. 38), ou uma crença na orientação de Zaoual (1996).

Os sítios para o turismo tornam-se um universo de oportunidade por congregar cenários paisagísticos, modos de vida e sua ligação com o passado mais remoto das civilizações, mas também isso pode cair em desuso. Nesse sentido, é preciso criar novas condições e aproveitar a diversidade que existe no sítio receptor. Zaoual (2008, p. 4) aponta um caminho para que a diversidade contida no sítio se transforme em oferta situada:

Fundamentalmente, é na diversidade que a nova demanda turística esgota suas motivações profundas. Em um mundo atormentado pela perda de referências, a necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio intercultural, exprimem o desejo de uma procura de sentidos da parte dos atores. Esta constatação está bem presente atrás das mudanças que se operam na superfície da área do turismo. Os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos.

Transformar a necessidade de pertencimento em serviços para produção de renda não é uma realidade difícil de ser alcançada. No caso da região da Valéria, sua configuração socioespacial se constitui como um sítio simbólico de pertencimento por apresentar mitos, histórias, experiências de vida, modo de saber-fazer, organização social, conhecimentos, lembranças, cultura e a relação com o meio ambiente. Essa constelação de elementos constitui aquilo que Zaoual (1996, 2006a) considera como parte das três caixas pedagógicas da teoria dos sítios simbólicos de pertencimento. No entanto, como um produto de uma indústria, os produtos da “indústria” do turismo precisam de novas configurações, nova roupagem, para atrair e não perder seu valor de uso. Novas estratégias seriam mais que um desafio, consistiriam como mais uma crença para elevar o valor dos serviços assim como evitar seu esgotamento.

Cada sítio possui característica própria, pode ser uma cidade, uma comunidade rural, ou até mesmo um país (ZAOUAL, 2006a), cada um congrega crenças, mitos fundadores, experiências e modos de vida. As histórias sobre o passado antropológico e social no caso do sítio da Valéria poderiam ser convertidas em expressão cultural das comunidades que ali dividem aquele espaço geográfico. A confecção de artesanatos ganharia outra dimensão simbólica, agregando valores de pertencimento e valores culturais que poderiam estimular a preservação dos sítios arqueológicos encontrados nesses locais. O turismo de cruzeiro somar-se-ia ao turismo arqueológico ou a um etnoturismo com maior valor de pertencimento. Não seria uma invenção de uma tradição, mas sim uma releitura do passado antropológico pertencente ao sítio da Valéria. Essa expressão cultural pode ser apresentada em algum evento cultural conforme a escolha de uma data marcante que envolve o lugar ou a partir de uma exibição teatral durante a estada dos turistas na comunidade.

A inserção de um elemento simbólico na confecção das peças de artesanatos pode traduzir a relação do ambiente natural, assim como os aspectos simbólicos característicos do sítio da Valéria. Essa configuração socioeconômica não tem destaque nessa prática social no sítio da Valéria como ocorre com a produção de biojóias indígenas, nem como as peças de decoração feitas em marchantaria do município de Iranduba. Os elementos simbólicos que traduzem a imagem de um sítio como o chapéu mexicano, os artesanatos produzidos a partir do capim dourado (família Eriocaulaceae: *Syngonanthus nitens* Ruhland) da região do Jalapão no Estado de Tocantins, os queijos produzidos com a marca do Estado de Minas, os vinhos Chilenos, o chapéu do cangaceiro marca do sertão nordestino, são exemplos icônicos de representação dos seus sítios de pertencimento da qual a indústria do turismo se beneficia para gerar atratividade e agregar valor a cada destino configurado como oferta turística.

A teoria dos sítios explica sobre a caixa preta, caixa conceitual e caixa de ferramentas como algo pertencente à construção do conhecimento como aprendizado podendo contribuir para construção de uma socioeconomia a serviço do sítio receptor como o sítio da Valéria. Nesse aprendizado cultura e identidade (caixa preta), as experiências e conhecimentos do passado (caixa conceitual) e os modos de organização, o saber-fazer (caixa de ferramenta), colocam o produto do passado como uma possibilidade de uma etnoeconomia a serviço das comunidades de São Paulo, Santa Rita, Samaria, Bete Semes e Betel, assim como as comunidades adjacentes ao sítio da Valéria. O sítio não sendo um ser imóvel no tempo não iria se furtar em aceitar a inclusão de um ícone que represente a sua imagem. Deste modo, esse processo age em benefício do próprio sítio e contribuirá para modificar a não valorização dos bens imateriais que representam o passado ancestral da Amazônia, assim como contribuirá para construção de uma cultura de conscientização patrimonial.

No caso dos sítios arqueológicos encontrados no sítio da Valéria são ricos em história e remete a história recente do próprio pesquisador. – Imaginar que aquelas peças eram cacos de tijolos sem nem um valor qualquer... Talvez essa percepção seja frequente entre os moradores que vivem sobre o sítio arqueológico de Santa Rita, o maior entre os cinco encontrados na região da Valéria, identificado pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) como AM00242, ou em outros sítios espalhados pela Amazônia. Nessa região pertencente à grande área da serra de Parintins, da qual denominamos como sítio da Valéria os sítios arqueológicos catalogados pelo CNSA são: Matarazzo 1, Matarazzo 2, São Paulo de Parintins, Santa Rita e São Sebastião. Os artefatos encontrados nessa parte da Amazônia correspondem ao estilo de cerâmicas da fase Konduri, identificada desde os anos de 1920 por Curt Nimuendajú.

São interessantes os trabalhos iniciados por Nimuendajú nos anos de 1920 por apontarem duas regiões contíguas de Cerâmicas Santarém e Cerâmicas Konduri. Essas regiões se estendem desde o município de Parintins até o município de Monte Alegre no Estado do Pará. As semelhanças quanto aos relevos e formas, assim como a datação levam a indagar que o estilo Konduri refere-se há uma fase mais arcaica, enquanto as cerâmicas Santarém correspondem a um período mais moderno, com utilização de técnicas mais avançadas. Pode-se dizer que as cerâmicas Konduri serviram de berço para produção das cerâmicas Santarém.

Os sítios arqueológicos nas adjacências da serra de Parintins trazem a marca e passado de uma cultura manifesta nos traços, nas formas e nos relevos das peças cerâmicas. Sua distribuição por uma grande área remete também a uma economia de trocas estendendo-se por um grande território. As heranças culturais parecem não estar somente nos artefatos achados nas camadas dos solos de terra preta e argilas dessa região, compõem as práticas da confecção de utensílios domésticos de algumas populações indígenas, mas que estão deixando de ser praticados por seus descendentes ⁹⁰.

Um modo de criar uma consciência de preservação e conservação do patrimônio imaterial seria criar um grupo (em associação ou cooperativa) de moradores destinados à prática da produção de réplicas das cerâmicas encontradas no sítio da Valéria. É neste sentido que a atuação de uma escola situada contribuiria para dar vida a essa nova atividade. Somar-se-ia ao conhecimento arqueológico e antropológico, ligando às artes plásticas para levar a construção de um produto com grande valor simbólico, além disso, contribuiria para formação de uma nova cultura e mentalidade crítica reflexiva sobre a valorização dos sítios arqueológicos. Os novos processos sociais criados em conjunto com a educação da escola situada somam-se aos já existentes numa fluidez diferente de um projeto verticalizado (transposto) que tenta impor suas regras e toda coordenação para alcançar êxito.

⁹⁰ A confecção de cerâmicas começa a partir da escolha da argila, seguida de todos os processos posteriores até sua transformação em uma peça cerâmica. Esse processo relembra as práticas da minha avó materna da etnia Muirapinima, nascida nas áreas pertencentes ao lago de Juruti Velho no Estado do Pará nas adjacências da serra de Parintins. Ela era conhecedora das antigas técnicas usadas na produção de utensílios domésticos em cerâmica. Uma lembrança que trago desse processo foi à confecção de um utensílio para torrar café. As habilidades começavam com a seleção da argila encontrada abaixo das águas que corriam no igarapé do sítio pertencente à família. Esse material é um argilomineral denominado de caulinita. Lepsch (2011, p. 95) escreve que “em seu estado puro, tem cor branca; nas jazidas e nos solos, porém, geralmente se apresenta revestida de óxidos de ferro, que lhe dão cores amareladas ou avermelhadas. A caulinita é utilizada na produção de objetos de cerâmica e porcelana [...]”. Esse conhecimento era repassado de geração em geração pela oralidade, mas corre o risco de se perder no tempo pela não continuidade dessa atividade entre os descendentes.

Vale ressaltar que muitas práticas sociais de um sítio podem apresentar potencial para que sejam incluídos conhecimentos pertencentes a algum campo científico ou atividade econômica. A integração desses dois campos pode contribuir para tornar essas práticas mais atrativas e duráveis, afastando desse modo a crença da exclusão do itinerário dos transatlânticos, uma ameaça que perturba a psicologia do homem situado. Com a metodologia dos sítios e orientada pelos procedimentos metodológicos da pedagogia do monitoramento foi possível identificar no sítio da Valéria a organização do espaço geográfico, a economia, a cultura, os aspectos sociais, a geografia, a história e a organização social. Isso leva a focalizar o campo científico e econômico ideal para cada prática e iniciativa local. No caso da geografia, temos uma dimensão espacial que sela os limites entre os Estados do Amazonas e Pará, assim como evidencia dois polos turísticos, o Sateré e Tapajós ⁹¹. Quanto à economia, sua marca se dá pela sazonalidade do turismo receptivo durante a metade do ano, outras atividades econômicas como a agricultura, pecuária e a pesca permanecem estáticas no tempo servindo apenas atividades de subsistência.

Essas características que ligam os dois Estados e ao mesmo os separam, poderiam ser transformadas em um promissor potencial para o desenvolvimento regional a partir das práticas do turismo situado. Desse modo, as práticas do turismo na cidade de Parintins, na região da Valéria e no distrito de Alter do Chão no município de Santarém no Estado do Pará que congregam a dimensão do turismo situado na expressão defendida por Hassan Zaoual (2008), podem ser postos como espaços simbólicos para construção de um planejamento estratégico para o desenvolvimento regional. O desafio para esse processo é romper com a configuração espacial da geografia do lugar que mantém separados os três sítios simbólicos de pertencimento. Por outro lado, os elementos simbólicos como as crenças, mitos, tradições, o modo de vida, somado aos cenários naturais que fazem parte da oferta turística disponível pelas operadoras e pelo *trade* turístico estão limitados pela sazonalidade e também pela falta de integração a outros processos produtivos como a agricultura, a pecuária e pesca.

⁹¹ Em 2003 o turismo no Brasil no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou por uma nova reestruturação. Ganhou importância na economia do país com a criação do Ministério do Turismo e criação de um amplo sistema de promoção da atividade em todo território nacional. Instituiu a Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771/2008, a qual estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos (Art. 1º). A atividade turística foi pensada de forma descentralizada, baseada na oferta dos produtos turísticos segundo a diversidade regional e cultural com a participação das comunidades receptoras. Para atingir toda extensão do território nacional foram organizadas 62 regiões turísticas nos estados da federação, com a participação de 584 municípios. Desse total foram selecionados 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, no qual Parintins e Santarém fazem parte desse total (BRASIL 2012).

Esses processos produtivos são comuns na grande área que se estende da serra de Parintins à comunidade de Vila Amazônia, desse modo podem agregar outros valores sociais integrando-os aos serviços turísticos, contribuindo para equilibrar os dois setores econômicos. Pensar em um desenvolvimento regional antes de tudo deve-se construir uma base econômica que integre educação, consciência ecológica, desenvolvimento científico, abordagem interdisciplinar, turismo e as práticas e iniciativas locais. Esses processos não podem cair de paraquedas no sítio receptor para não se tornar apenas mais uma intenção de desenvolvimento social. Para cada sítio receptor há a necessidade de uma reestruturação da oferta turística, assim como do melhoramento da estrutura turística e mais atuação do poder público na organização e planejamento desta atividade econômica.

No caso de integrar tanto novas atividades econômicas quanto integrar os dois pólos turísticos, isso se daria com a organização do turismo em cada sítio para o ano todo e não somente no período da estação de cruzeiros. Essa organização consistiria no casamento do turismo com a criação ou o melhoramento da produção nas atividades relacionadas à agricultura, a pesca e a pecuária. No caso da agricultura, poderia integrar a apicultura com a produção dos derivados do mel, estimular a produção de doces em comportas como é feito nas regiões Sul e Sudeste e a partir daí inserir as práticas do Turismo Rural na Agricultura Familiar (BRASIL, 2008) ⁹². Esse processo já é uma realidade no município de Rio Preto da Eva na Região Metropolitana de Manaus no Estado do Amazonas, onde o turista é levado a ter experiências que remetem ao modo de vida dos pequenos agricultores familiares.

Em relação à pesca, na grande extensão que se estende de Vila Amazônia até a serra de Parintins existem cerca de cinco lagos com potencial para o desenvolvimento da produção do pescado. Esses ambientes aquáticos devido à intensa pesca predatória, levou a redução e até a extinção de espécies como o Tucunaré, Tambaqui e a Traíra. Algo que pode ser modificado se obedecer a critérios de estudos da Engenharia de Pesca com a introdução de um sistema de reprodução dessas espécies ou de espécies mais adaptáveis a esses ambientes naturais. No lago do Zé Açú ao sul da comunidade de Vila Amazônia, por exemplo, sua extensão com cerca de 10 km² e contendo um sistema fluvial com enseadas e muitas cabeceiras com várias nascentes

⁹² **Turismo na agricultura familiar** – É a atividade turística que ocorre no âmbito da propriedade dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando seus produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2008b).

de rio, onde espécies como o Tucunaré, o Jaraqui e a Matrinxã se reproduzem aparece propícia para a introdução do turismo de pesca ⁹³.

A estruturação dessas atividades econômicas e sua integração a cada modalidade de turismo somada ao turismo desenvolvido no sítio da Valéria, assim como nos sítios de Parintins e Santarém produziria um efeito anual de obtenção de renda pelas práticas de prestação de serviços e pela venda da produção nos mercados locais e regional. No entanto, para obter o efeito desejado de um desenvolvimento regional é imprescindível romper com as barreiras da geografia que separam cada sítio de pertencimento. Neste caso, carece interesse e investimento dos governos do Estado do Amazonas e Pará para melhorar as condições de trafegabilidade das estradas que ligam Parintins a partir da Vila Amazônia até as cidades de Juruti e Santarém no Estado do Pará.

Esse processo poderia provocar graves danos ao meio ambiente caso houvesse abertura da floresta Amazônica, mas devido à existência das estradas vicinais no assentamento de Vila Amazônia, assim como o trecho entre a serra de Parintins à estrada da Mineradora Alcoa e mais os 164 km da PA-257 em funcionamento, esses impactos poderão ser minimizados. No do Estado do Pará menos de 40 km de estradas necessitam de pavimentação ou melhoria nas condições de trafegabilidade, assim como a construção de uma ponte de 300 metros sobre o igarapé de Juruti Velho. Já pelo Estado do Amazonas cortando o as terras do assentamento pela parte norte no sentido Oeste-Leste uma extensão de 43.7 km necessitam de melhorias ou pavimentação. Para evitar maiores danos ao meio ambiente, a junção dessas estradas poderia ser transformada em uma rodovia federal com administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). Já os governos Estaduais atuariam fortemente implementando programas de proteção do meio ambiente a partir das políticas ambientais como as reservas de desenvolvimento sustentável.

Esses processos afastariam as ameaças de degradação e exploração dos recursos naturais, assim como as ameaças de invasão de terras destinadas à produção agropecuária. As economias do turismo, da produção agrícola, da pesca, do extrativismo e da pecuária estariam fortalecidas e teriam grande valor econômico. Os bens materiais e imateriais que compõem as referências simbólicas de pertencimento estariam em plena metamorfose como um embrião em

⁹³ A construção do marco conceitual de Turismo de Pesca fundamenta-se em dois aspectos principais: os movimentos turísticos que ocorrem em territórios específicos, em razão da presença de espécimes singulares de peixes; e o perfil do turista de pesca, em função de sua motivação caracterizada pelo usufruto dos recursos naturais de forma sustentável, de acordo com as peculiaridades das duas atividades – pesca e turismo – e com as legislações que as regem (BRASIL, 2008a).

formação até sua maturação, mas encontraria o seu elemento icônico referência do sítio. Os dois destinos indutores do turismo regional aumentariam o poder de atratividade e gerariam efeito direto na economia dos municípios que compõem os polos turísticos de Tapajós (Alenquer, Belterra, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém) e Sateré (Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá e Parintins). A partir da consolidação desses processos o desenvolvimento situado seria visto como um processo atuante na melhoria dos aspectos sociais, econômicos e culturais, além de contribuir para construir um novo conhecimento sobre o lugar de pertencimento, evitando as tentativas frustradas das economias caídas de paraquedas com suas lógicas transpostas.

CONCLUSÃO

A longa jornada percorrida até aqui coroa o fim de um trabalho que traz a esperança e o desejo de mudanças para melhorar uma dura realidade vivida em um pedaço da Amazônia. A partir dessa crença esta tese surge como proposta e uma resposta às crises vividas pelas sociedades na atualidade. O modo de ver a realidade vivida pelo viés da teoria dos sítios simbólicos de pertencimento afasta o olhar preconcebido sobre as formas de existências como as práticas e iniciativas locais no interior do município de Parintins. Como na grande Amazônia, este sítio contém um rico cenário onde se postam muitas histórias iniciadas por muitos movimentos transpostos trazidos primeiramente por europeus e gente vindos de muitos lugares do território brasileiro.

Os modelos de desenvolvimento econômico nos tornam reféns de modo de vida que não contribuiu para a elevação do homem em seres concretos ligados aos sítios de pertencimento. Esses lugares, que convergem, emoções, saberes, conhecimentos, modos de vida, práticas sociais, mitos, tradições, segredos escondidos no solo e na memória de seus atores, são ameaçados pelas perturbações sociais transplantadas de outros lugares. Esse universo de construção social presente em localidades tidas como remotas ou afastadas do mundo globalizado, apresentam uma arquitetura social que é marcada pela diversidade de práticas sociais e iniciativas locais que possibilitam a construção de uma nova forma de desenvolvimento, contrariando as tendências, os modelos e as estruturas secularizadas.

As práticas sociais, ao saber local, a cultura, o repertório de memórias coletivas, entre outros, que indicam à multiplicidade, a diversidade, as contradições, as incertezas, um novo olhar, uma nova forma de se fazer/construir para superar as contradições da vida moderna, deixaram de ser uma referência necessária para seguir uma direção rumo bem como da humanidade. O planeta não suporta mais a intensidade de transformações provocadas pelas ações do homem desligado das conexões entre natureza e cultura. Essa cultura, motor de ordenação e degradação social levou ao rompimento do homem concreto ligado às suas cosmovisões existenciais, com sua racionalidade diferente da científica.

Os projetos de desenvolvimento na Amazônia estão repletos de experiências que trazem essa consideração do afastamento do universo de experiências locais em seus planos de ação e organização. O espaço amazônico por outro lado tem demonstrado que não é mais possível seguir essas configurações organizacionais. No espaço geográfico tomado para os estudos empíricos desta tese têm muitos exemplos que contribuem para nossa reflexão em relação aos

modelos de desenvolvimento econômicos praticados na Amazônia. Mas assim como esses processos não dão conta de levar o desenvolvimento social à população local, o método para analisar essas questões, deveria ter em sua essência uma relação mais próxima de problemas de origem sobre os mesmos aspectos.

Os estudos sobre os Sítios Simbólicos de Pertencimento trazem uma conexão com o universo simbólico e os processos econômicos. A teoria dos sítios é útil para ilustrar a concomitância de processos econômicos com os processos culturais de um sítio de pertencimento. Essa teoria também teve origem no questionamento de compreender como os processos culturais são decisivos para o sucesso ou fracasso dos projetos de desenvolvimento no norte da África. Os processos de desenvolvimento por esse modo não podem estar desconectados das matrizes culturais de cada espaço geográfico.

Para chegar ao desenvolvimento situado dos sítios receptores compreendemos que deve haver um amplo processo de mudanças na ordem do pensamento sobre a crença de se alcançar o desenvolvimento pelas vias exógenas como projetos simulacro de outras regiões. Os sítios, apesar de serem constituídos pelas dimensões simbólicas, históricas, experiências de vida e crenças, necessitam de uma pedagogia do monitoramento para conquistar a melhoria social. O estudo sobre as práticas e iniciativas locais se mostrou um caminho bastante útil para se projetar um futuro à interação entre essas experiências e o desenvolvimento local.

Deste modo, esta narrativa estruturou-se em quatro Capítulos e cada um teve o propósito de abordar dimensões inter-relacionadas da realidade pesquisada e ao mesmo tempo apresentar a teoria e método eleitos para compreendê-la e interpretá-la. Esta realidade traz as experiências vividas por uma população no interior no município de Parintins, mas que tem relação imediata com a história da Amazônia. A construção desta narrativa se entrelaça nas práticas e iniciativas locais e contribuem para apresentarmos uma nova proposta de desenvolvimento a serviço das populações amazônidas.

Os resultados do Capítulo 1 abriram o cenário da investigação e adicionaram a esta tese o contexto histórico nacional, regional, local e internacional sobre os aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico, assim como abriu para nova perspectiva de desenvolvimento a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual. Os momentos lógicos mais importantes desta teoria indicaram que as experiências, as crenças, as práticas e iniciativas locais compõem o quadro da realidade econômica usada pelo turismo receptivo, assim como se manifestam nas práticas de desenvolvimento do homem situado. Os momentos metodológicos mais importantes pela via da metodologia situada indicaram a configuração

socioespacial do sítio observado, no qual se destacaram as formas de organização, as relações sociais, os modos de produção e as dimensões simbólicas do sítio que compõem a região da Valéria.

A composição do Capítulo 2 expõe os resultados sobre os processos de desenvolvimento ocorridos na comunidade de Vila Amazônia, da qual nos demonstraram a ineficácia dos modelos exógenos e o conjunto de experiências postas em uso junto ao meio físico, social e cultural de Parintins desde a colonização até as práticas neocoloniais exercidas pela lógica capitalista de produção com o apoio das forças produtivas locais, estaduais, nacionais e internacionais. Trouxe também o estado atual da demografia e história que compete ao município revelando o modo como foram construídas as dimensões simbólicas, os mitos e as crenças locais e que podem ser revertidas em estratégias para o desenvolvimento econômico e valorização cultural.

Os resultados do turismo receptivo apresentados em sua dinâmica e aplicação no Capítulo 3 expõem o simulacro de uma política de turismo emanada do Estado, inexistente, evidência também a face do esgotamento do próprio produto turístico. Pelo viés da teoria dos sítios, a abordagem do turismo ocorrido no espaço rural mostra a prudência dos atores locais na organização do turismo receptivo, mas também mostra a tolerância dessa população em permanecer estáticos no tempo sem uma manifestação de melhoria por parte do Estado. Deste modo, o turismo receptivo a exemplo do que dissemos no final do capítulo 4, nada mais é o turismo do monopólio, do turismo que vêm de fora, do turismo que não é libertador e que não gera oportunidades locais além daquelas ocorridas durante a temporada dos cruzeiros na região Amazônica.

Este capítulo também apontou um cenário propício para uma nova proposta de pesquisa que não compete a este trabalho de tese. Este cenário traz uma relação com o desenvolvimento econômico no período da colonização que manteve uma estabilidade social e econômica durante o século vinte. Nesse período, a extração das especiarias serviu ao comércio metropolitano, indicando certa acumulação de capital, mas que de alguma forma permitia a construção de embarcações um conjunto de adaptabilidade menos predatória do que o capitalismo. Mostrou também que a região da Valéria a exemplo de outras regiões brasileiras também sofreu uma intervenção das chamadas iniciativas do capitalismo nacional, internacional em vários pontos de vista.

O capítulo 4 destaca o paradigma do desenvolvimento situado para construção de um conhecimento específico que possa atender a realidade local para cada situação. O universo que

compõem cada sítio simbólico de pertencimento não deve ser visto como algo estático no tempo, mas sim, visto como um ser vivo que se movimenta, aprende, ensina e compartilha conhecimento para os atores em cada situação. Alinha-se um novo modelo de educação a partir de uma pedagogia situada, como forma de construir um conjunto de conhecimentos para cada sítio que venha a contribuir com os atores locais.

Por fim, propusemos no conjunto da narrativa desta tese outro modelo de desenvolvimento que olhe mais para as particularidades regionais e venha combinar o saber local e todo o aproveitamento histórico da adaptabilidade para novas dimensões socioculturais no conjunto da “pluralidade de modos de coordenação (dádiva, solidariedade, reciprocidade, cooperação, socialização, aprendizagem recíproca etc.)” (ZAOUAL, 2006 a, p. 18). Esse modelo pode ser desenvolvido em várias escalas na vida dos atores situados. Uma escala imediata da produção dessa tese é geração de conhecimento para as autoridades de Parintins. Outra escala do produto dessa tese é devolver a população seja em forma de reunião, seja em forma de encaminhamento de um pequeno experimento, ou em seminário para que esses atores sociais possam compreender melhor o potencial que eles possam ter.

O terceiro produto é de apresentar essa tese como proposta para uma política estadual de turismo diretamente interessada em promover o desenvolvimento do turismo no baixo Amazonas, assim como em outras regiões do Amazonas. Nesta proposta as expectativas e perspectivas das atividades turísticas seriam apresentadas em forma de seminário levando informações, orientações e conhecimentos sobre as práticas do turismo às populações locais. Sabe-se que em lugares como Valéria correm o risco de ser colocadas como obsoletas por não apresentar mais atratividade para as operadoras do turismo seja de cruzeiro ou outro tipo de turismo. Diante disso, nossa proposta resultou em um modelo de desenvolvimento de turismo situado, do qual pretende contribuir para melhorar o produto turístico local, criando um conjunto de atividades turísticas inter-relacionadas com as práticas agrícolas, de pesca, atividades extrativas, a cultura, a preservação ambiental e o patrimônio arqueológico. Esse modelo que tem como características as experiências contidas nas práticas e iniciativas locais, que podem integrar a outros locais de potenciais turísticos, ou integrar a outro polo turístico como o pólo Tapajós, onde a cultura e o ambiente natural são usados como atrativos.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, P. C. de. *Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*. Madrid: Impr. de J.C. García, 1891. Disponível em: <https://ia800204.us.archive.org/23/items/nuevodescubrimie00acuoft/nuevodescubrimie00acuoft.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ALVES, R. V. S. Liberdade Religiosa e desenvolvimento humano: uma relação constitutiva e instrumental. In: GRIN, J. B. [et. al.]. **Liberdade religiosa e desenvolvimento econômico**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018b.

AMAZONAS. Mensagem **do Presidente Ephigenio Ferreira de Salles à Assembleia Legislativa, lida na abertura de Sua primeira sessão ordinária da décima terceira legislatura, em 14 de Julho de 1926**. Manaus: Typografia da Imprensa Pública, 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 20 jun 2018.

_____. Mensagem **do Presidente Ephigenio Ferreira de Salles a Assembleia Legislativa, lida na abertura da primeira sessão ordinária da décima quarta legislatura, de 1926**. Manaus: Typografia da Imprensa Pública, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Mensagem **do Presidente Silvério José Nery lida perante o Congresso dos Representantes na Abertura da 1ª Sessão da 4ª Legislatura, em 10 de julho de 1901**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comemercio de Rodrigues & C., 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ANDRADE, J. V. de. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANDRADE. M. C. **Geografia econômica**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAÚJO e AMAZONAS, L. da S. **Diccionario topographico, histórico, descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas**. Recife: Typographia commekrcial de Meiba Henriques, 1852. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3135/1/45000011758_Output.o.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

AZEVEDO FILHO, J. D. M. de. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. Tese de doutorado Orientado por Marcello Martinelli. São Paulo: USP, 2013. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22102013-124506/pt-br.php> > Acesso em: 01 out. 2015.

BAENA, A. L. M. (1782-1850). **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª. ed. Manaus: Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.

BARTHOLO JÚNIOR, R. dos S.. **Você e Eu: Martin Buber, presença palavra**. Rio de janeiro: Garamond, 2001.

BASTOS, A. C. T.. **O Valle do Amazonas**: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, commercio, questões fiscaes do Valle do Amazonas. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

BETENDORF, J. F. 1910. Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXII, Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/betendorf_1910_chronica. Acesso em: 20 out. 2019.

BITTENCOURT, A. C. R. **Memória do Município de Parintins**: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material.

BOURDEAU-LEPAGE, L., et al. Olha. Uma entrevista com John Friedmann. In: **Geography, Economics, Society**, vol. 13 (2), 207-211, 2011, pp. 207-211. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2011-2-page-207.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL, Comissão do Madeira. Pará e Amazonas pelo encarregado dos trabalhos Ethnographicos Cônego Francisco Bernardino de Souza, 2ª Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/7598/1/45000011927_Output.o.pdf. Acesso em: 01 de out. 2019.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. **Cruzeiros Marítimos**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Ministério do Turismo. Turismo de pesca: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008a.

_____. Ministério do Turismo. Turismo rural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008b.

_____. Ministério do Turismo. Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2011. Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador). Brasília, DF: SEBRAE, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Conceito histórico de desenvolvimento econômico. In: **TEXTO PARA DISCUSSÃO 157**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP. Dezembro de 2006.

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. Tradução Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BRUYNE, P. et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CARDOSO de OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 2. Ed. Brasília: Paralelo; São Paulo: UNESP, 2006.

CARVAJAL, O. P., fray Gaspar de – Relacion del Nuevo Descubrimiento del famoso Rio Grande de las Amazonas, 84 sgs., Biblioteca Americana, México, 1955.

CARVAJAL, G. de (1504-1548). *Descubrimiento del río de las Amazonas según la relación hasta ahora inédita de Fr. Gaspar de Carvajal: con otros documentos referentes a Francisco de Orellana y sus compañeros*. Publicado pelo Duque de T. Serclaes de Tilly; com uma introdução histórica e algumas ilustrações de José Toribio Medina. Sevilha: E. Rasco, Bustos Tavera, 1894. Disponível em: https://ia802502.us.archive.org/17/items/raha_103310/raha_103310.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

CARVALHO, J. A. L. de. **Terras caídas e consequências sociais**: Costa do Miracauera – Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara – AM, Brasil. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp024934.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2019.

CASTRO, L. P. S. Índios Conduri: sob o olhar de viajantes e missionários na Amazônia colonial. Dossiê Lei 11.645/08: História e Cultura Indígena. **Revista Temporis** [ação] ISSN 2317-5516 | v.18 | n.1 | jan./jun. | 2018 | ano 21 p. 197-216. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/download/6641/5503>. Acesso em: 20 jul. 2019.

COELHO, P. R. **Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956**. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956.

COINTE, P. L. Árvores e plantas úteis: indígenas e aclimadas (Nomes vernáculos e nomes vulgares, Classificação botânica – Habitat. Principais aplicações e propriedades). 2. ed. ilustrada. In: **Brasiliana**: Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5ª, vol. 215. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Bahia; Pará; Porto Alegre: 1947. *E-book*. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/amazonia-brasileira-iii-arvores-e-plantas-uteis-indigenas-e-aclimatadas/pagina/3/texto>. Acesso em: 10 out. 2018.

DURKHEIM, Émile. Friedrich Ratzel, Antropogeografia. In: DURKHEIM, Émile (Org.). *L'Année Sociologique, troisième année* (1898-1899), pp. 550- 558, Paris: Félix Alcan, 1900. Resenha publicada pela **Revista de Geopolítica**, v. 6, nº 1, p. 192 - 199, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/128/128>. Acesso em: 10 mai. 2018.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes (Vol. 1). Tradução Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2011.

ESCUDIE, V. *Du développement et de la technologie: impasses des representations exogenes et emergence de programmes alternatifs*. These de Doctorat en Sciences Économiques, Université des Sciences Sociales de Toulouse I, Présentée et soutenue le 19 janvier 2004. Disponível em: <http://publications.sciencespo-toulouse.fr/701/1/ThVEscudie.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FERREIRA, A. da S. **Trabalhadores da malva: (re) produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões**. Manaus: UFAM, 2009. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4400>. Acesso em: 01 mai. 2018.

FIDANZA, F. A. **Album do Amazonas, 1901-1902**: no Governo de Sua Ex^a. Snr. Dr. Silvério Nery. Manaus: s.e., 1902. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18099>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FONSECA, J. G. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subiu às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. In: *Collecção de noticias para a historia e Geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhe são vizinhas*. Academia Real das Sciencias. Tomo IV. Num. I. v. 4, n. 1. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1826. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3860/1/005456-4_COMPLETO.pdf. Acesso em: 01 set. 2019.

GAVET, D. e BOUCHER, P. *Jakaré-Ouassou, ou Les Tupinambas, Chronique Rrésilienne*. Paris: Timothée Dehay, 1830. Disponível em: <https://ia600302.us.archive.org/10/item/s/jakarouassouou00gave/jakarouassouou00gave.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019

GREISSING, A. A região do Jarí, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do projeto Jarí. **REU**, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, p. 43-75, dez. 2010. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00560647/document>. Acesso em: 01 dez. 2018.

GRANDIN, G. *Fordlandia: The Rise and fall of Henry Ford's Forgotten Jungle City*. Metropolitan Books, 2009.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8^a ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, C. **Economia do Sistema Comunitário**: enquanto a mercadoria e a moeda não existem. Almada/Portugal: Porto Campos das Letras, 2005.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14^a ed. 1^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

HANN, C. & HART, K. *Economic Anthropology: History, Ethnography, Critique*. London: Polity Press, 2011.

HEIDEGGER, M. **A caminho da linguagem**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2003.

HORBE, A. M. C. et al. (2006). Geoquímica de camadas vermelhas bioturbadas da formação Alter do Chão, cretáceo da bacia do Amazonas. **Revista Brasileira de Geociências**. V. 36 n. 3

setembro de 2006, 396-402 p. ISSN: 0375-7536 Disponível em: <<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/view/9318/8792> > Acesso em: 16 mar. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atualização do VAB por município e setor de atividade: serviços, administração pública, indústria, valor impostos e agropecuária em 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2012/base/base_1999_2_012_xlsx.zip. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Censo Demográfico 2010. **Sinopse:** Parintins. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/pesquisa/23/27652?detalhes=true>; Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) 1980/2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>. Acesso em 10 jun. 2019

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

HEIDEGGER, M. **O que é uma coisa?** Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 1987.

_____. **A caminho da linguagem.** Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ : Vozes; Bragança Paulista; Editora Universitária São Francisco, 2003.

FORD, H. *My life and Work.* (Digital) CreateSpace Independent Publishing, 2017.

KLUSKA, C. A. **A educação escolar em Fordlândia – PA e a influência da Companhia Ford industrial do Brasil – 1931 a 1945.** (Dissertação) Mestrado em Educação. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2017.

KHERDJEMIL, B, PANHUYS, B & ZAOUAL, H. Introduction: Vers une nouvelle approche paradigmatique des dynamiques locales. In: KHERDJEMIL, B, PANHUYS, B & ZAOUAL, H. *Territoires et dynamiques économiques: au-delà de la pensée unique.* Paris: L’Hamattan, 1998, p. 9-26.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução Contexto Traduções. São Paulo: Alepb, 2001.

LAHIRE, B.. Homem plural: os determinantes da ação. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEPSCH, I. F. **19 lições de pedologia.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LIMA, A. Amazônia: A terra e o homem (Com uma “introdução à Anthropogeografia”). Prefácio de Tristão de Athayde. 2. ed. In: **Brasília:** Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série

5ª, vol. 104 São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. *E-book*. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/amazonia-a-terra-e-o-homem/pagina/7/texto>. Acesso em: 05 nov. 2018.

LOPES ALVES, M. L. Para além de Santarém: os vasos de gargalo na bacia do rio Trombetas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 13, n. 1, p. 11-36, Apr. 2018a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222018000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. **Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri**. Dissertação (Programa De Pós-Graduação Em Arqueologia) São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-06112019-164008/publico/marconylopesalvescorrigida.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MACHADO, M. M. S.. **Organização social e conflitos na pesca no complexo do Macuricã – Parintins/AM**. Manaus: UFAM, 2012. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4401>. Acesso em: 02 de jan. 2019.

MAGALHÃES, M. P. **A Phýsis da Origem: o sentido da História na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. *E-book*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324506505>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.

MARTIUS, K. F. P. von (1794-1868). *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens* (Volume 1). Leipzig: Friedrich Fleisher, 1867. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4289>. Acesso em: 20 out. 2018

MARX, K. (1818-1883). **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélcio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011.

MAW, H. L. **Narrativas da passagem do Pacífico ao Atlântico, através dos Andes nas províncias do norte do Perú, e descendo pelo rio Amazonas, até ao Pará**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1989.

MELO, A. de O. **Pedagogia da Alternância no Amazonas: uma práxis dos movimentos sociais da floresta e das águas**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

MÉTRAUX, A. **A religião, dos Tupinambas e suas relações com a das demais tribus Tupi-Guaranis**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5, Vol. 267. Prefácio, Tradução e Notas do Prof. Estevão Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/40/1/267%20pdf%20-%20ocr%20-%20red.pdf>. Acesso em 01 out. 2019.

MELO-LEITÃO, C. de. **Descobrimentos do Rio das Amazonas**: Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña. In: Biblioteca Pedagógica Brasileira. Brasileira. Série 2.^a, Vol.

203. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrrj.br/bitstream/doc/287/1/203%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 21 març. 2019.

MULTIRIO, A mídia educativa da cidade. História do Brasil. A ocupação do extremo norte. **A expedição de Pedro Teixeira e o "tesouro escondido" dos missionários**, 2019. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/83-ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-extremo-norte/8770-a-expedi%C3%A7%C3%A3o-de-pedro-teixeira-e-o-tesouro-escondido>. Acesso em: 01 de jun 2019.

NÉRI, F. J. de S. **O país das Amazonas**. Tradução de Ana Mazur Spira. Apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

NIMUENDAJÚ, C. Os índios Parintintin do Rio Madeira: In: **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 16, 1924. pp. 201-278. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jsa_0037-9174_1924_num_16_1_3768. Acesso em: 15 març. 2017.

NOGUEIRA, Wilson de Souza **A espetacularização do imaginário amazônico no boi-bumbá de Parintins**. Tese de Doutorado orientada pela Professora Dra. Selda Vale da Costa (Defendida no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4319/2/Tese%20-%20Wilson%20de%20Souza%20Nogueira.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

NOHRA, F. *De la raison économique à la théorie des sites symboliques*. In: LATOUCHE, S., NOHRA, F. e ZAOUAL, H. *Critique de la raison économique: introduction à la théorie des sites symboliques*. Paris: L'Harmattan, 1999

NORBERG-SCHULZ, C. O Fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura. **Antologia teórica (1965-1995)**. Coleção Face Norte, volume 10. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

O OBSERVADOR, O Observador Econômico e Financeiro. A concessão Japonesa na Amazônia. In: **O Observador Econômico e Financeiro**. Ano I, n. 6, julho de 1936. Rio de Janeiro. pp (38-44). Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 01 jun. 2018

_____. O Observador Econômico e Financeiro. Fibra para celulose. In: **O Observador Econômico e Financeiro**. Ano I, n. 11, dezembro de 1936. Rio de Janeiro. pp (113-116). Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 01 jun. 2018

_____. O Observador Econômico e Financeiro. Japoneses e Juta na Amazônia. In: **O Observador Econômico e Financeiro**. Ano XVII, n. 195, Abril de 1952. Rio de Janeiro. pp (72-76). Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

PANHUY, H. **Do desenvolvimento global aos sítios locais: uma crítica metodológica à globalização**. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

PASTORE, J. Teorias de Desenvolvimento Econômico: Problemas Metodológicos. In: **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 7, n. 23, abr-jun, p.25-48, 1967. Disponível em:

https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901967002300002.pdf. Acesso em: 17 Fev. 2018.

PARÁ. Mensagem do Presidente do Estado do Pará Dionysio Ausier Bentes do dia 7 de Setembro de 1926 ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura. Pará: Oficinas Graphics do instituto Lauro Sodré. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PEREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros (XIV Volume)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas . **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, jul. 1949. ISSN 1806-9134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443>. Acesso em: 14 marc. 2018.

PRUNER-BEY, *Contributions a l'ethnographie et a la linguistique de l'Amérique, notamment du Brésil; par le Dr. de Martius*. In: *Bulletin de La Société de géographie. Société de géographie* (France), 1868-01. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k37692d/f1n644.pdf?download=1>. Acesso em: 10 set. 2018.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. Tradução Mary Cardoso. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RATZEL, F. *Anthropogeographie: Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte* (Antropogeografia: Noções básicas de aplicação da geografia na história). Erster Teil. (Primeira parte). Editado pelo Prof. Dr. Albrecht Penck, Stuttgart: J. Engelhorne, 1909. Disponível em: <https://ia800300.us.archive.org/24/items/anthropogeograph01ratzuoft/anthropogeograph01ratzuoft.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2018.

REIS, A. C. F. **As origens de Parintins**. Manaus: Governo do Estado, 1967.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, n. 34, 1991, pp.59-101.

RIBEIRO, A. C. T. Prefacio. In: ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França; COPPE/UFRJ, 2006.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROOSEVELT, A. C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. (Ed.). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1991, p. 103-141.

_____. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 33-86.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS JR., S. J. dos, TUNES, G. & BARTHOLO, R. S. Natureza, Enraizamento e Desenvolvimento Situado: Por um Mundo com Terra. In: III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de Maio de 2006, Brasília – DF. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA326-05032006-235451.DOC. Acesso: 10 dez. 2019.

_____. Três tempos do desenvolvimento situado. In: I Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Innovación CTS+I. Palacio de Minería del 19 al 23 de Junio de 2006. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/memoriasctsi/mesa3/m03p43.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais** (Textos escolhidos). Org. e trad. De Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCOTT, J. C. ***Against the Grain: A Deep History of the Earliest States***. New Haven and London: Yale University Press, 2017.

SCHWARZMANN, J., SPIX, J. B. V. e MARTIUS, K. F. P. V. Karte vom Amazonen strome zur reisebeschreibung. München, 1831. Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart175995/cart175995.jpg. Acesso em: 11 jun. 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. C. D. **O paiz do Amazonas**. 3ª. Ed. Manaus: Editora Valer, 2012.

SOUZA, A. C. de. **Um estudo do turismo em comunidades indígenas no Amazonas**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4357>. Acesso em: 10 de out. 2019.

SOUZA, F. B. **Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas**. Pará: Typ. Do Futuro, 1873. Disponível em: <https://ia802708.us.archive.org/14/items/lembranasecurio00souzgoog/lembranasecurio00souzgoog.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

SPIX, J. B. V. (1781-1826) e MARTIUS, K. F. P. V. (1794-1868). *Reise in Brasilien* [Terceira e última parte]. München: bei dem Verfasser. Leipzig, in Comm. bei Friedr. Fleischer, 1831. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4287>. Acesso em: 24 marc. 2017.

VERHELST, T. *La méthodologie des sites symboliques*. In: *Réseau Sud Nord Cultures et Développement*, 10/1993. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-1146.html>. Acesso em: 2 out 2018.

VIEIRA, A. N. de C. Teoria do desenvolvimento econômico: os principais modelos caracterizados pelas principais escolas de pensamento econômico ao longo dos anos. In: **Jusbrasil**. Artigos, 2017. Disponível em: <https://andersonvieiranunes.jusbrasil.com.br/artigos/>

447763946/teoria-do-desenvolvimento-economico. Acesso em: 01 jan. 2018.

ZAOUAL, H. *Du rôle des croyances dans le développement économique*. Tese (Doctorat d'Etat Es Sciences Economiques). Paris: Université du Littoral (IUT). 1996.

_____. *Du rôle des croyances dans le développement économique*. ISBN: 2-7475-3178-3. Paris: L'Harmattan, 2002.

_____. *Les économies dissidentes*. *Revue internationale de l'économie sociale*, número 284, mai 2002, p. 76–92. Disponível em: < <https://doi.org/10.7202/1022271ar> > Acesso em: 29 mar. 2018

_____. **Globalização e diversidade cultural**. Tradução M. Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França; COPPE/UFRJ, 2006a.

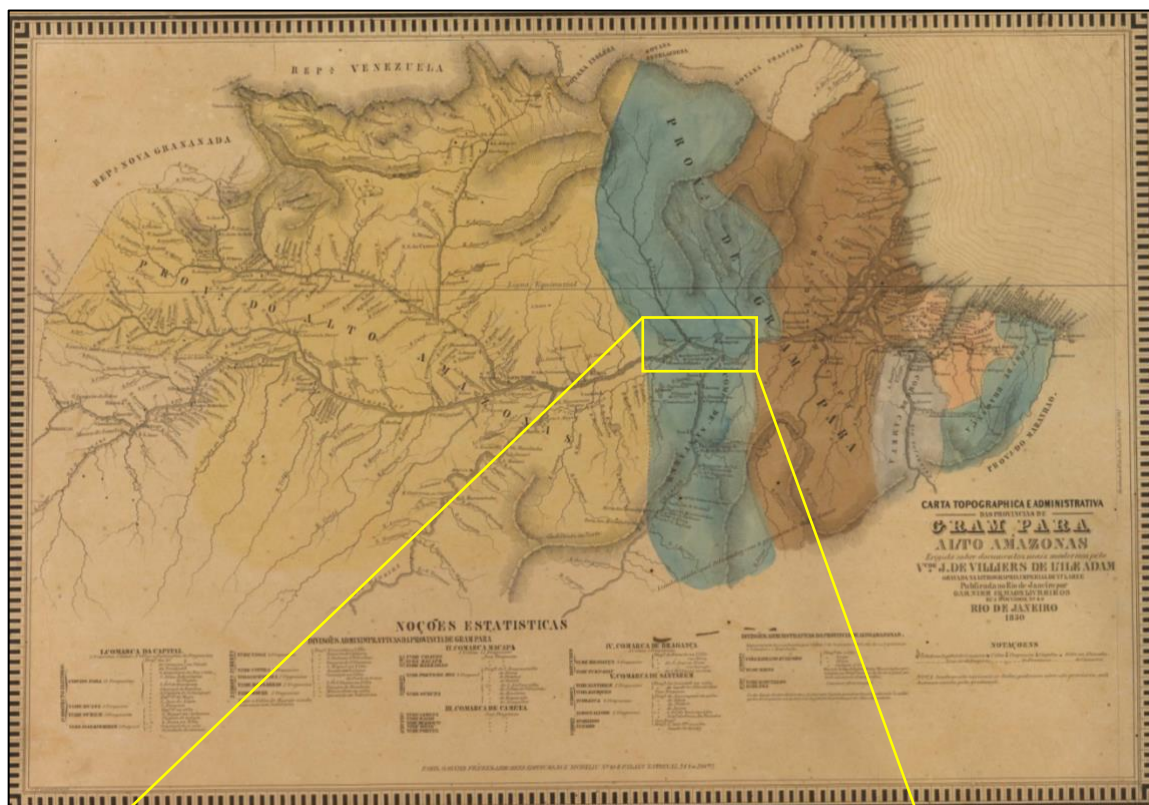
_____. *Les économies voilées du Maghreb: de la technique à l'éthique*. Collection Economie Plurielle. Paris: L'Harmattan, 2006b.

_____. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: **Caderno Virtual de Turismo**. ISSN: 1677-6976 Vol. 8, N° 2, 2008. p 01-14 Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/341>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. *O homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. In: **OIKOS**. Volume 9, n. 1. ISSN 1808-0235. Rio de Janeiro, 2010. pp. 13-39 Disponível em: www.revistaoikos.org. Acesso em: 20 out 2018.

ANEXO II

Carta topographica e administrativa das províncias de Gram Para e Alto Amazonas
[Cartográfico]: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. J. de Villiers de L'le
Adam. Rio de Janeiro, RJ: Garnier Irmãos, 1850.



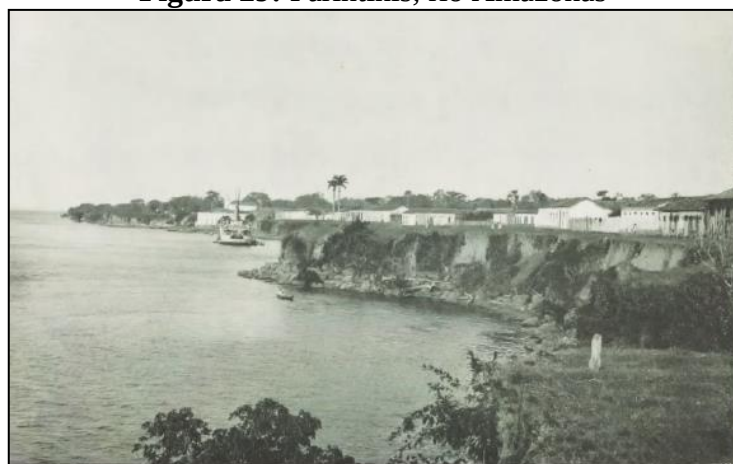
ANEXO III IMAGENS ANTIGAS DE PARINTINS

Figura 28: *Vue de Parintins*, 1899.



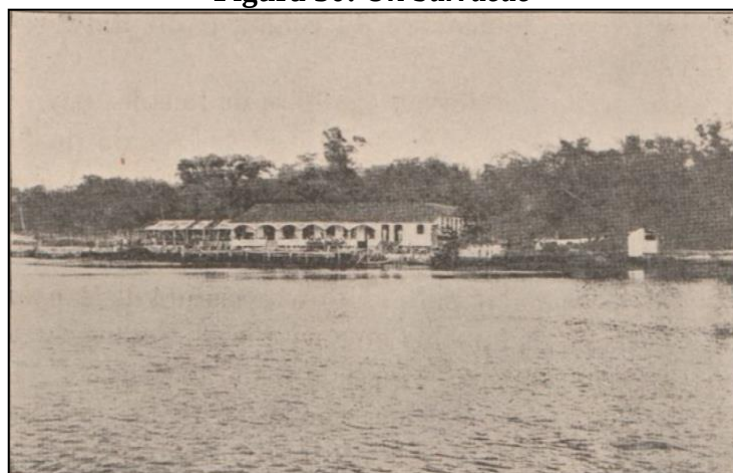
Fonte: Santa-Anna Nery (1899, p. 29).

Figura 29: Parintinis, rio Amazonas



Fonte: F. A. Fidanza (1902, p. 108).

Figura 30: *Un barracão*



Fonte: Paul Walle (1909, p. 103).

ANEXO IV

Termo de opção, pelo praso de dois annos, que assigna o engenheiro Jorge Dumont Villares, em relação a terras devolutas do Estado, como abaixo se declara:

Aos vinte e um dias do mez de maio, de mil novecentos vinte e seis, nesta cidade de Manáos, capital do Estado do Amazonas, no Contencioso Fiscal do Thesouro Publico Estadoal, onde foram vindos os doutores Julio Cesar de Lima, procurador fiscal da Fazenda Publica, Atabyrio Belleza de Azevedo, sub-procurador fiscal, commigo Carlos Nogueira Fleury, 2.º offidal do Thesouro, designado para lavrar este termo, presentes as testemunhas abaixo assignadas, compareceu o doutor Jorge Dumont Villares, engenheiro, capitalista, brasileiro, domiciliado no Estado de São Paulo, presentemente nesta capital, declarando, nos termos de sua petição de dezenove do corrente mez, dirigida ao excellentissimo senhor doutor Presidente deste Estado, registrada no protocollo geral da Secretaria Geral, sob numero mil e sessenta e nove, ás folhas trezentos e vinte e seis, mandada pelo senhor doutor secretario geral á directoria de Terras, por despacho daquella data, e a esta Procuradoria Fiscal, para dar parecer, por despacho ainda da mesma data, deferida pelo do teôr seguinte; — "Lavre-se o contracto, de accôrdo com o parecer da Procuradoria Fiscal Em vinte de cinco de vinte e seis. **Ephigenio Ferreira de Salles**", — e mandado cumprir pelo seguinte: — A' Procuradoria Fiscal para cumprir. Em vinte de cínico, de vinte e seis. **M. O. Sá Antunes**, — vir assignar o presente termo de opção pelo qual fica investido dos direitos onerados com as obrigações e sujeito às restricções neste consignadas, de accôrdo com as clausulas e condições seguintes: **Primieira:** — A titulo de opção, pelo praso de dois annos, a contar da data do presente termo, concede o Governo do Estado do Amazonas, ao engenheiro Jorge Dumont Villares, uma extensão de terras devolutas de quinhentos mil hectares, localisada na Serra de Parintins, de onde começa, tendo uma frente de trinta kilometros sobre o rio Amazonas e cento e cincoenta mil metros de fundos em direcção sul, alcançando provavelmente as vertentes e tributarios do rio Mampurú, tudo no município de Parintins, respeitadas quaesquer direitos de proprietários, posseiros ou concessionarios anteriores. **Segunda:** - As empresas ou companhias organisadas ou incorporadas pelo requerente, ou a quem este transferir parte do lote solicitado, deverão preencher o requisito contido no artigo terceiro, numero cinco, do decreto mil duzentos vinte e dous, de dois de janeiro do corrente anno, quanto ao capital inicial, e serão constituídas em condições de perfeita idoneidade, a juízo do Governo, e devidamente autorisada a funcionar no Brasil, sujeitas ás leis federaes e do Estado e aos tribunaes competentes da Republica. Satisfeitas essas formalidades, o Poder Executivo expedirá, então, os titulos definitivos para uso e goso gratuito dentro dos fins acima, a que assumidos os compromissos constantes da clausula immediata. **Terceira.** — Dentro do praso da opção, de dois annos, o peticionario se obriga a submeter á approvação do Governo do Estado dos documentos referentes á organização das Companhias, empresas ou firmas individuaes, com declaração do objectivo a que se destinam, constituindo obrigações necessárias, que terão de ser observadas para expedição dos títulos definitivos, de conformidade com as leis respectivas; a) o plantio em larga escala de seringueiras ou heveas, cacaeiros, café, quina, pailmeiras oleaginosas, kola, castanheiras e extensas culturas de algodão, cereaes, juta e outras fibras têxteis, fumo, etc.; b) crear, dentro de prazos rasoaveis estipulados no titulo de concessão definitiva, estações de agricultura experimental, em numero sufficiente para a aprendizagem agrícola, não só dos trabalhadores utilizados pelas empresas que o organizar como também para menores a cargo do Estado ou de seus estabelecimentos de ensino, até o limite de cincoenta; c) instalar usinas e fabricas de beneficiamento, relativas aos productos explorados, á medida que os interesses das companhias, empresas ou firmas individuaes que organizar e exigirem, assim como fazendas de criação e culturas adequadas; d) instalar hospitaes, destinados ao tratamento do pessoal das empresas e manter um serviço de assistência sanitaria, abrangendo a zona da concessão; e) crear e manter escolas para a instrucção primaria e eleraientar dos menores filhos dos operarios a serviço das empresas exploradoras, submettendo as plantas dos respectivos edificios á

aprovação do governo; f) Organizar e promover, dentro do prazo de dois annos, a contar da data do titulo cu titulos de concessão definitiva das terras requeridas, a introducção do numero necessário de trabalhadores, e dentro do mesmo prazo iniciar o aproveitamento das terras para culturas, de que trata a presente concessão, que forem convenientes em cada caso. Quarta: — O requerente terá direito, durante o prazo da opção, de proceder á pesquisa de mineraes, nas terras concedidas, para o effeito da preferencia das lavras, conforme a legislação do Estado e como subrogado deste, em conformidade com o artigo trinta e seis, do decreto federal quinze mil duzentos e onze, de vinte e oito de dezembro de mil novecentos vinte e um. Ainda dentro desse prazo, ficará facultado ao petionario da empresa que organizar, proceder aos estudos de reconhecimento e exploração das vias de communicação ferrea ou de rodagem, considerando necessarias ao bom êxito das empresas e cuja concessão definitiva será dada pelo Estado de accôrdo com a respectiva legislação, ficando, entretanto, reservado ao Estado, o direito de passar dentro da zona ou área preferida as estradas de ferro que entender construir, indemnizando, apenas, as bemfeitorias edificadas, dentro da faixa de terra que a estrada, por ventura occupar, respeitadas ainda as demais obrigações consignadas na legislação estadual a concessionários, arrendatarios e adquirentes de terras publicas; resalvando-se, egualmente, em relação a União os mesmos direitos, na parte que lhe competir. **Quinta:** — Ao petionario ficará reservado o direito á utilização das quedas d'agua para a producção de energia electrica indispensável para as installações industriaes das empresas, ou para os serviços de viação, tudo de conformidade com os planos approvados pelo Governo e as leis em vigor. **Sexta:** — Para os fins de aproveitamento das terras do Estado, a que se refere o presente pedido de opção, ficam asseguradas ao petionario ou emiprezas que organizar, desde seu funcionamento, todos os favores das leis em vigor relativas ao beneficiamento dessas terras e utilização industrial de suas matérias primas, e quaesquer outros favores geraes que para o mesmo fim venham a ser creados por leis do Estado. **Sétima:** — As empresas que organizar o petionario terão direito á isenção de todos os impostos, taxaes, contribuições de qualquer origem, natureza ou denominação, que tenham, quer do Estado, quer dos seus municipios, durante o prazo de cincoenta annos, com excepção, apenas, do imposto de exportação, a contar da data do funcionamento dessas empresas, que ficarão obrigadas a. depois dos primeiros doze annos, retribuirem ao Estado a isenção de que continuarão a gosar, mediante sete por cento dos seus lucros líquidos, sendo cinco por cento para o Estado e dous por cento para os municipios interessadois. **Oitava:** — No contracto definitivo será regulado o modo de se fazer effectiva a fiscalisação do serviço da concessão, que será por conta das reinspectivas empresas. Para esse fim o Governo designará um fiscal, que perceberá dois contos de réis, mensaes, quotisados dentre todas as empresas, respondendo ellas solidariamente, por esse pagamento. Nona: — O não cumprimento das obrigações constantes deste termo, em virtude da opção pelo prazo estipulado, importa na caducidade immediata da concessão, sem estrepito judiciário, nem direito a qualquer indemnisação a favor do petionario ou das empresas que organizar. **Decima:** — O petionario ou as empresas que organizar, se obriga a adoptar o arbitramento, para solução de qualquer divergencia com o Governo do Estado, e, em todas as eventualidades, a submeter-se ás leis do Brasil e ás decisões e sentenças dos juizes e tribunaes competentes, ficando eleito, para os fins de direito, o fôro local. E de como assim o declarou e se obrigou, lavrou-se o presente que vae por todos assignados. Eu, Carlos Nogueira Fleury, segundo official do Thesouro, escrevi. E eu, Atabyrio Belleza de Azevedo, sub-procurador fiscal, o subscrevi. Manãos, 21 de maio de 1926. (aa) **Julio Cesar de Lima, Jorge Dumont Villares.** Testemunhas: **João Marinho da Cruz Camarão, Manoel Guimarães de Souza Rosa.**